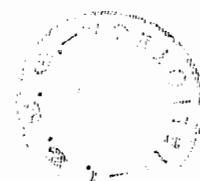


X-96-066374-5

HC79. Pg. F47 1997



# **Teoria e Metodologia da Medição da Pobreza**

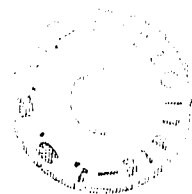
*Aplicação à situação portuguesa na década de oitenta*

Tese orientada pela Prof. Dra. Maria Manuela Silva, e apresentada no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, para obtenção do grau de Doutor em Economia.

**Maria Leonor Bastos de Vasconcelos Ferreira**

**Junho de 1997**





Por um país de pedra e vento duro  
Por um país de luz perfeita e clara  
Pelo negro da terra e pelo branco do muro

Pelos rostos de silêncio e de paciência  
Que a miséria longamente desenhou  
Rente aos ossos com toda a exactidão  
D´um longo relatório irrecusável

E pelos rostos iguais ao sol e ao vento  
(...)

**Pátria, Sophia de Mello Breyner Andresen**  
***in O Livro Sexto (1962)***



## Agradecimentos



Quero expressar a minha gratidão a diversas instituições e pessoas pelo apoio que me deram nos trabalhos deste doutoramento.

O meu maior agradecimento dirige-se à Professora Manuela Silva por todo o conhecimento, entusiasmo, espírito crítico, empenho e paciência que me ofereceu ao acompanhar a realização desta dissertação. As suas sugestões e comentários, o seu apoio e o seu exemplo, foram decisivos no concretizar do trabalho.

Ao Instituto Nacional de Estatística agradeço a disponibilidade em ceder os dados originais dos inquéritos aos orçamentos familiares, essenciais ao projecto de investigação. Para a sua obtenção e tratamento concorreram também o estímulo e o apoio do Professor Bento Murteira e do Dr. Carlos Farinha Rodrigues. A este último agradeço ainda o apoio amigo que sempre me facultou quando me assaltaram problemas na gestão dos dados ou na programação em SPSS.

Agradeço também à Dr<sup>a</sup> Lúcia Barreiros e a Mr. Deo Ramprakash da Divisão de Condições de Vida e de Trabalho do EUROSTAT a possibilidade que me proporcionaram de realizar um estágio de investigação sob a sua orientação no Luxemburgo, em Janeiro de 1993.

Ao ISEG, e em particular ao Departamento de Matemática, CEMAPRE e ao Centro de Informação e Documentação, estou agradecida pelo apoio financeiro, logístico e técnico que me foi dado.

Aos meus colegas e amigos do Departamento de Matemática, e muito especialmente ao Dr. Onofre Simões, agradeço o carinho e o encorajamento que recebi ao longo destes atribulados anos.

Aos meus colegas e amigos do CESIS estou reconhecida por me terem acolhido numa equipa onde amadureci pessoal e cientificamente com a partilha de experiência, reflexão, interesse, entusiasmo e gosto pela investigação nos domínios das situações de empobrecimento, exclusão social e populações desfavorecidas.

Ao José Centeio devo um enorme agradecimento pelo precioso auxílio no tratamento gráfico do texto.

Finalmente agradeço o muito que recebi da família e dos bons amigos que me aturaram e animaram ao longo destes longos anos, e à minha “nova família” por me ter dado o suplemento de ânimo necessário para terminar com alegria este trabalho.



## **Resumo**



Esta dissertação tem por objecto a teoria e metodologia da medição da pobreza monetária e sua aplicação à sociedade portuguesa.

No capítulo introdutório faz-se o enquadramento da abordagem adoptada num entendimento mais global das várias dimensões do fenómeno social e histórico da pobreza.

Os capítulos seguintes apresentam e avaliam os diversos conceitos de pobreza, os principais modelos de determinação de limiares de pobreza e as sucessivas gerações de medidas agregadas de pobreza monetária, nas vertentes teórica e operacional.

Com base na informação microeconómica dos orçamentos familiares determinam-se medidas que quantificam e qualificam o fenómeno da pobreza em Portugal. Estas medidas são sujeitas a análise de sensibilidade em relação a diversos aspectos metodológicos no sentido de apurar a sua robustez. A sua decomposição permite identificar os grupos socio-económicos mais afectados pela pobreza e detectar as principais dinâmicas de empobrecimento ao longo da década de oitenta.

A confrontação das medidas de pobreza monetária com indicadores não monetários de pobreza permite confirmar o carácter cumulativo das situações de desvantagem económica e material da população pobre.

Finalmente, a tese conclui com uma breve reflexão sobre as políticas dirigidas ao combate da pobreza.





# **Teoria e Metodologia da Medição da Pobreza**

## ***Aplicação à situação portuguesa na década de oitenta***

### **ÍNDICE**

#### **1. INTRODUÇÃO**

1.1 Abordagens do Problema da Pobreza .....	1
1.2 Plano da Dissertação .....	10

#### **2. CONCEITOS DE POBREZA E LIMIARES DE POBREZA**

2.1 Introdução .....	15
2.2 Conceitos de Pobreza .....	18
2.2.1 Definição Directa <i>versus</i> Definição Indirecta de Pobreza .....	19
2.2.2 Definição Absoluta <i>versus</i> Definição Relativa de Pobreza .....	25
2.2.3 Definição Objectiva <i>versus</i> Definição Subjectiva de Pobreza .....	28
2.2.4 Pobreza, Equidade e Exclusão Social .....	30
2.2.5 Pobreza, Bem-estar e Desigualdade .....	34
2.3 Modelos de Desenho da Linha de Pobreza .....	37
2.3.1 Modelos Baseados nas Necessidades Básicas .....	37
2.3.2 Método do Rácio Alimentar .....	41
2.3.3 Quotas dos Recursos Médios ou Medianos .....	43
2.3.4 Percentis da Distribuição de Recursos .....	44
2.3.5 Linhas Oficiais de Pobreza .....	45
2.3.6 Linhas de Pobreza Subjectivas .....	47
2.3.7 Metodologias de Avaliação Directa da Pobreza .....	50

#### **3. MEDIDAS AGREGADAS DE POBREZA: DA PROPOSTA DE AMARTYA SEN ÀS METODOLOGIAS ACTUAIS**

3.1 Introdução .....	59
3.2 Metodologia de Amartya Sen .....	62
3.2.1 As Dimensões da Medida Agregada da Pobreza .....	63
3.2.2 A Axiomática de Sen e a Medida de Sen .....	66
3.2.3 Variantes Próximas da Medida de Sen .....	72
3.3 Novos Caminhos na Investigação de Medidas Agregadas .....	76
3.3.1 Extensões dos Indicadores de Desigualdade à Medida da Pobreza .....	77
3.3.2 Novas Exigências Axiomáticas .....	79
3.3.3 Síntese das Medidas Propostas e Respectivas Propriedades .....	88
3.4 Comparação entre Diferentes Distribuições .....	92



## **4. QUESTÕES METODOLÓGICAS NA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS AGREGADAS DE POBREZA**

4.1 Introdução .....	101
4.2 Conceito de Recursos .....	102
4.3 Escalas de Equivalência .....	111
4.3.1 Escalas de Equivalência Normativas .....	113
4.3.2 Escalas de Equivalência Baseadas no Consumo .....	121
4.3.3 Escalas de Equivalência Baseadas na Avaliação Directa do Bem Estar.....	126
4.3.4 Variabilidade das Escalas de Equivalência e Consequências Sobre as Medidas de Pobreza.....	129
4.4 Esquemas de Ponderação .....	137

## **5. INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DE BASE - OS INQUÉRITO AOS ORÇAMENTOS FAMILIARES**

5.1 Introdução .....	139
5.2 Informação Disponível nos Inquéritos aos Orçamentos Familiares .....	141
5.2.1 Características Gerais e Objectivos dos Orçamentos Familiares .....	141
5.2.2 Síntese da Informação Disponível .....	145
5.3 Aspectos Metodológicos na Realização dos Inquéritos .....	151
5.3.1 Processo de Recolha da Informação e Períodos de Observação e de Referência .....	153
5.3.2 Processo de Amostragem .....	155
5.3.3 Controlo de Resultados: Cobertura, Não Resposta, Erros de Amostragem .....	160
5.3.4 Representatividade dos Inquéritos: Comparação da Estrutura da População face aos Recenseamentos Gerais da População .....	168
5.3.5 Qualidade da Informação Referente a Despesas e Receitas: Confrontação com as Contas Nacionais .....	176
5.4 Limitações Principais da Informação Disponível .....	183

## **6. MEDIDAS MONETÁRIAS DE POBREZA EM PORTUGAL, 1989/90**

6.1 Introdução .....	189
6.2 Linha de Pobreza e Principais Medidas de Pobreza .....	192
6.2.1 Metodologia de Construção da Linha de Pobreza para Portugal .....	193
6.2.2 Principais Medidas Agregadas de Pobreza .....	216
6.3 Sensibilidade das Medidas de Pobreza ao Conceito de Recursos Equivalentes e ao Nível da Linha de Pobreza .....	225
6.3.1 Avaliação da Correlação entre Classificações face à Pobreza Decorrentes de Diferentes Conceitos de Recursos .....	226
6.3.2 Comparação das Medidas de Pobreza para Receita e Despesa Equivalentes .....	240



6.3.3 Sensibilidade das Medidas de Pobreza Apuradas a partir da Receita à Variação Paramétrica das Escalas de Equivalência .....	255
6.4 Diferenciação das Linhas de Pobreza Rural e Urbana .....	260
6.5 Decomposição das Principais Medidas de Pobreza por Subgrupos da População .....	265

## **7. EVOLUÇÃO DO NÍVEL E PERFIL DA POBREZA MONETÁRIA AO LONGO DA DÉCADA DE OITENTA E INDICADORES NÃO MONETÁRIOS DE POBREZA**

7.1 Introdução .....	279
7.2 Determinação dos Limiares de Pobreza e Estimação da População Pobre em 1980/89 .....	282
7.3 Comparação das Principais Medidas de Pobreza em 1980/81 e 1989/90 .....	286
7.3.1 Evolução das Principais Medidas Agregadas de Pobreza .....	289
7.3.2 Evolução das Situações de Pobreza por Subgrupos da População .....	296
7.3.3 Decomposição da Variação da Incidência da Pobreza na Década de Oitenta .....	332
7.4 Pobreza Monetária e Condições Materiais de Privação .....	338

<b>8. CONCLUSÃO .....</b>	<b>351</b>
---------------------------	------------

<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>361</b>
---------------------------	------------



# Índice de Quadros

## CAPÍTULO 3

Quadro 3.1A Síntese das Propriedades dos Principais Indicadores de Pobreza .....	90
Quadro 3.1B Síntese das Propriedades das Principais Medidas de Pobreza .....	91

## CAPÍTULO 4

Quadro 4.1 Principais Escalas de Equivalência Normativas .....	120
Quadro 4.2 Principais Escalas de Equivalência Econométricas .....	125
Quadro 4.3 Elasticidades Dimensão das Necessidades para Vários Tipos de Escalas de Equivalência .....	131

## CAPÍTULO 5

Quadro 5.1 Síntese da Informação Disponível nos IOF .....	150
Quadro 5.2 Planeamento e Realização dos IOF: Distribuição das Unidades Seleccionadas e Níveis de Resposta .....	162
Quadro 5.3 Erros de Amostragem (CV) da Despesa Média Anual por Classes de Despesa .....	168
Quadro 5.4 Comparação da Estrutura da População nos IOF e nos Censos .....	171
Quadro 5.5 Comparação da Estrutura da População nos IOF (expandido) e nos Censos .....	173
Quadro 5.6 Comparação da Estrutura e Nível da Despesa Privada no IRDF80/81 e nas Contas Nacionais .....	178
Quadro 5.7 Comparação da Estrutura e Nível do Rendimento no IRDF80/81 e nas Contas Nacionais .....	179

## CAPÍTULO 6

Quadro 6.1A Necessidades em Calorias e Nutrientes por Grupos Etários .....	198
Quadro 6.1B Média dos Rácios das Necessidades Específicas em Relação à Dieta Padrão e Escala de Equivalência Alimentar .....	199
Quadro 6.2 Estimativa do Custo da Dieta Alimentar Diária .....	201
Quadro 6.3 Coeficientes de Engel para Vários Tipos de ADPs .....	204
Quadro 6.4 Factores de Escala Adoptados .....	206
Quadro 6.5 Comparação de Factores de Escala .....	209
Quadro 6.6 Relação entre Escalas de Equivalência .....	212
Quadro 6.7 Relação entre Linhas de Pobreza para Várias Escalas de Equivalência .....	215
Quadro 6.8 Principais Medidas Agregadas de Pobreza .....	218
Quadro 6.9 Incidência da Pobreza e Projecção da População Pobre .....	221
Quadro 6.10 Incidência da Pobreza e Projecção Regional da População Pobre .....	222





Quadro 6.11 Projecção da População Pobre por Tipo de Família, segundo o Número de Indivíduos da Família .....	223
Quadro 6.12 Projecção da População Pobre por Tipo de Família, segundo o Tipo de Núcleo Familiar .....	224
Quadro 6.13 Caracterização de Diferentes Distribuições de Recursos Equivalentes .....	228
Quadro 6.14 Variação das Medidas de Pobreza com o Conceito de Recursos Equivalentes .....	230
Quadro 6.15 Correlações entre as Classificações Face à Pobreza para Diferentes Conceitos de Recursos Equivalentes .....	231
Quadro 6.16 Sensibilidade das Medidas de Pobreza ao Conceito de Receitas Equivalentes e ao Nível da Linha de Pobreza .....	235
Quadro 6.17 Recursos Equivalentes Médios por Decis da Receita Equivalente ....	244
Quadro 6.18 Sensibilidade das Medidas de Pobreza ao Nível da Linha de Pobreza para Receita e Despesa Equivalentes .....	248
Quadro 6.19 Classificação Cruzada das Famílias por Decis da Receita e Despesa Equivalentes .....	251
Quadro 6.20 Distribuição das Famílias Face à Linha de Pobreza: Receita <i>versus</i> Despesa Equivalente .....	252
Quadro 6.21 Percentagem de Famílias com Receita Inferior à Despesa, por Decis da Receita Equivalente .....	254
Quadro 6.22 Análise de Sensibilidade das Principais Medidas de Pobreza em Função da Elasticidade Dimensão da Escala de Equivalência .....	257
Quadro 6. 23 Medidas Agregadas de Pobreza para a Hipótese de Diferentes Linhas de Pobreza Rural e Urbana .....	263
Quadro 6.24 Decomposição das Principais Medidas de Pobreza.....	271

## CAPÍTULO 7

Quadro 7.1 Comparação das Principais Medidas de Pobreza em 1980/81 e 1989/90 .....	288
Quadro 7.2 Incidência da Pobreza nos ADPs para Diferentes Linhas de Pobreza, 1980/81 e 1989/90 .....	293
Quadro 7.3 Incidência da Pobreza nos Indivíduos para Diferentes Linhas de Pobreza, 1980/81 e 1989/90 .....	294
Quadro 7.4 Decomposição das Principais Medidas de Pobreza em 1980/81 .....	297
Quadro 7.5 Decomposição da Variação na Incidência da Pobreza, 1980/81 - 1989/90 .....	334
Quadro 7.6 Indicadores Directos de Privação para a População Inquirida no IOF89/90 .....	344
Quadro 7.7 Situações de Carência, por Características das Famílias .....	345
Quadro 7.8 Distribuição das Famílias face às Situações de Carência, por Características da Família .....	348

Actualmente assiste-se a uma nova fase de interesse e atenção sobre o tema, quer em termos da sua expressão à escala planetária, quer no seio dos países que registam maior grau de desenvolvimento. De facto, segundo especialistas de uma organização bem colocada para a apreciação deste fenómeno em todo o mundo como o Instituto Internacional do Trabalho, “a última década do século XX presenciou um renovar da preocupação com a extensão e persistência da pobreza” (Hoeven e Rodgers, 1995).

Esta renovada atenção tem tido uma expressão particularmente forte, ao nível do discurso político e do trabalho científico, nos países da Europa Ocidental, onde apesar das condições de desenvolvimento económico e do funcionamento de diversos mecanismos próprios do Estado Providência, a persistência, extensão e visibilidade da pobreza induz a uma reapreciação dos seus modos de produção social e dos meios necessários ao seu eficaz combate.

O significado social da pobreza, e as respectivas configurações particulares, são muito variáveis, quer entre sociedades diferentes num mesmo momento histórico, quer para uma dada sociedade ao longo do seu processo histórico de desenvolvimento.

As situações de pobreza, de privação, ou ainda de exclusão social<sup>1</sup>, definem-se em função das condições materiais e sociais de vida, e, logo, em função do próprio padrão de vida atingido por cada sociedade no seu estágio próprio de desenvolvimento.

São diferentes as situações de pobreza maciça do Terceiro Mundo, atingindo formas dramáticas de absoluta destituição em períodos de ruptura dos meios tradicionais de subsistência, conduzindo por vezes inexoravelmente a mortalidades elevadíssimas, ou as formas de pobreza endémica suportadas por grande parte da população de vastas regiões do Globo. São também diferentes as formas extremas de privação de bens de primeira necessidade, de segurança mínima, física e económica, suportadas por populações de países de níveis médios de desenvolvimento, mas atravessados por conflitos bélicos ou profundas crises dos seus sistemas políticos, sociais e económicos.

---

<sup>1</sup> Estes conceitos serão objecto de análise mais aprofundada no Capítulo 2, em especial em 2.2.1 e 2.2.4.

São ainda distintas as configurações assumidas pela pobreza no nosso tempo e em sociedades aparentemente pacificadas do Primeiro Mundo, ricas e desenvolvidas e, contudo, com um número crescente de pessoas alheadas dos benefícios materiais e culturais colectivamente atingidos, senão mesmo em situações de dramática carência e em ruptura com os padrões de vida socialmente difundidos.

O que existe de comum nas diversas formas tão distintas da pobreza no mundo contemporâneo é, porventura, o facto de constituírem situações de enorme sofrimento humano, sofrimento esse que poderia ser evitado ou minorado com os recursos e meios que a sociedade desenvolveu.

O paradoxo que é a persistência da pobreza avoluma-se nesta era actual, em que as luzes ofuscantes da informação cada vez maior e mais rápida sobre o estado do mundo, a par com a evidência do poder técnico e da capacidade de produção global, não são suficientes para uma intervenção que eficazmente resolva aquelas situações, que individual e colectivamente vão sendo reconhecidas como intoleráveis.

Nas palavras de um grande pensador português, “o que há de novo , no mundo contemporâneo, não é o facto, nem mesmo o grau, da inumanidade que a persistência da fome, da doença, da total exclusão de milhões de homens de um mínimo de dignidade, ou até da hipótese de sobrevivência, revela, mas o facto de que esse fenómeno coexiste com o espectáculo de uma civilização aparentemente dotada de todos os meios, de todos os poderes, para a abolir” (Eduardo Lourenço, 1994).

O problema da pobreza é pois um problema velho como o mundo, assumindo sempre novas configurações, e constituindo sempre um desafio para que a sociedade humana crie condições de maior justiça e solidariedade entre todos os seus membros.

Na percepção da pobreza, fenómeno social e histórico, devem inter cruzar-se as perspectivas das diversas ciências sociais. Sendo reconhecidamente um fenómeno multidimensional, quer a sua compreensão quer a fundamentação de soluções para a sua erradicação, são devedoras do conhecimento dos contextos políticos, económicos, sociais e culturais das sociedades concretas.

Na definição da pobreza convergem abordagens do fenómeno nos seus aspectos distributivos, em termos de recursos económicos, materiais, culturais e

simbólicos, inadequados à satisfação de necessidades consideradas essenciais, e relacionais, centrados nos termos das relações entre os diversos indivíduos e famílias e o meio social circundante, expressando situações de inadequada integração social e política (Room, 1994).

Em certos contextos verificam-se situações de flagrante pobreza sem que se registre ruptura com os padrões sociais vigentes, como é o caso de sociedades onde a pobreza é a situação generalizada da maioria da população. Também é possível encontrar situações de exclusão social não associadas à pobreza, mas a formas complexas de desagregação social<sup>2</sup>.

Contudo, muitas vezes, os aspectos distributivos e relacionais estão inextricavelmente ligados, não sendo possível senão defini-los conjuntamente, enquanto polaridades de uma mesma fenomenologia.

“Em todas as sociedades, existe uma crucial relação entre a produção, distribuição e redistribuição de recursos por um lado, e a criação de bases de estilo de vida, por outro. Uma controla os recursos que se tornam disponíveis aos indivíduos e famílias. Outra controla as condições e expectativas “normais” relacionadas com a pertença à sociedade, cuja negação ou ausência representam privação. As duas estão em constante interação e explicam num dado momento histórico, quer o nível quer a extensão da pobreza.” (Townsend, 1970:917)<sup>3</sup>.

Esta relação coloca em relevo a inevitabilidade de se considerarem os efeitos sociais na definição de necessidade e nas expectativas legítimas dos indivíduos a certo nível de segurança de existência na comunidade a que pertencem.

Colocado o problema de uma outra forma, e numa expressão que inicialmente alimentou alguma polémica entre autores contemporâneos<sup>4</sup>, mas sobre o qual existe, em última análise, menor divergência do que aquela que inicialmente radicalizou o

---

<sup>2</sup> São exemplos casos de indivíduos deficientes, populações de minorias étnicas ou culturais, e diversas situações de auto-marginalização, algumas aliás bem lucrativas (mercados da droga, crime, etc).

<sup>3</sup> Apenas em relação a citações ou referências a questões localizadas se faz menção da página da obra citada.

<sup>4</sup> Em particular entre Peter Townsend e Amartya Sen, oposição que tem sido dirimida por diversos outros autores.

debate científico nesta área, a pobreza é uma noção absoluta no espaço das capacidades, mas assume uma forma relativa no espaço dos bens e das características<sup>5</sup>.

O núcleo absolutista envolvido na noção de pobreza relaciona-se, na formulação original de Amartya Sen, com as capacidades básicas de prosseguir uma vida com dignidade, nomeadamente atingir uma adequada nutrição, escapar a doenças evitáveis, ter abrigo e vestuário, ter a possibilidade de se deslocar, ter educação, participar nas actividades da comunidade, viver sem vergonha e deter condições de construção e preservação da auto-estima <sup>6</sup>.

A expressão concreta destas capacidades básicas, em cada sociedade e em cada tempo histórico, toma, inevitavelmente, modulações relativas no espaço dos bens, condições e características que dão forma à satisfação daquelas capacidades básicas.

A noção de pobreza envolve igualmente um carácter normativo, que é uma das suas próprias características intrínsecas. A abordagem de Amartya Sen fornece ainda, a nosso ver, um quadro de referência incontornável para esta questão (Sen 1981b, 1982), assumindo o direito moral à segurança de uma existência digna um papel central<sup>7</sup>.

O direito a uma existência digna tem o seu fundamento na própria dignidade humana, dignidade essa que é profundamente ferida pela condição de pobreza. Trata-se ainda de um direito que se torna parte integrante dos sistemas de fins da acção humana, impondo fortes restrições à formulação de objectivos e à escolha de meios dessa acção.

Assim a pobreza é uma noção que é enformada pelo pressuposto de que são inaceitáveis, ética e politicamente, certas condições de privação e sofrimento humano.

A noção de pobreza pode ainda relacionar-se com a noção de liberdade, definida necessariamente não como simples liberdade negativa, mas apelando à concepção positiva de liberdade. As capacidades de cada pessoa definem-se pelo acervo de modos de funcionamento ou vivências que lhe são acessíveis. O ser humano

---

<sup>5</sup> Cf. Sen no célebre artigo "Poor, relatively speaking" (1983:161).

<sup>6</sup> Idem, com reordenação dos itens da nossa responsabilidade.

<sup>7</sup> Cf Enderlé (1991:463-466).

tem, além de um conjunto de capacidades, a possibilidade de escolha dos seus fins e dos seus rumos de acção, se bem que o primeiro condiciona de forma significativa a segunda.

As capacidades básicas associadas à superação da pobreza identificar-se-ão com a liberdade positiva, enquanto possibilidade de efectuar um conjunto mínimo de escolhas que permitam prosseguir planos de vida e procurar a realização pessoal.

A abordagem ideal da pobreza engloba as várias dimensões onde este fenómeno é gerado, reflectido e, eventualmente, superado - a distribuição do poder, dos recursos económicos, materiais, culturais e simbólicos. Este é, contudo, um programa de investigação que em muito ultrapassa as competências e capacidades acessíveis na elaboração desta tese.

A abordagem seguida nesta dissertação é parcelar, concentrando-se sobre os recursos económicos detidos pelos indivíduos e famílias, analisando a sua adequação à possibilidade de satisfação das necessidades consideradas essenciais, para definir a situação de pobreza e avaliar a sua extensão e perfil na sociedade portuguesa.

A perspectiva tomada é, pois, a de definir pobreza como a situação de privação resultante da insuficiência de recursos económicos. Por tudo quanto anteriormente se expôs tem-se consciência de quanto parcelar é esta perspectiva, se bem que se deva igualmente reconhecer os efeitos determinantes ou de contágio da dimensão económica da pobreza em relação às demais dimensões do fenómeno da pobreza, e, por conseguinte, propiciadoras de contribuírem para a manutenção, agravamento e reprodução das situações de pobreza.

Em termos conceptuais esta perspectiva insere-se na corrente ou tradição socio-económica dos estudos da pobreza, que procura identificar os factores produtores e reprodutores de pobreza inerentes ao funcionamento e dinâmica dos sistemas sociais, por identificação das características socio-económicas dos indivíduos e famílias em situações de maior vulnerabilidade à pobreza.

Em particular, e como se aprofundará adiante (vd. 2.2.1), a perspectiva seguida radica no entendimento conceptual da pobreza enquanto associada ao direito a um rendimento mínimo (Atkinson, 1989), propiciador de condições económicas mínimas na sociedade.

Uma outra tradição no estudo da pobreza, igualmente relevante, adopta uma postura metodológica centrada na análise de carácter antropológico de comunidades, famílias e indivíduos<sup>8</sup>. A tradição culturalista, que mergulha as suas raízes nas primícias do trabalho sociológico, nomeadamente com Durkheim e o conceito de anomia, recolhe ainda as contribuições da Escola de Chicago e da noção de desorganização social, ou das dimensões simbólicas da estigmatização social salientadas por Merton (Almeida, 1993:830), para encontrar em Oscar Lewis (1961, 1966) o precursor das abordagens modernas que explicitamente consagram a importância dos quadros culturais no entendimento do fenómeno multidimensional da pobreza.

Esta outra tradição privilegia a consideração dos indivíduos e suas relações, representações e práticas sociais, bem como de estratégias de vida, para delimitar formas de existência ou modos de vida da população pobre. A metodologia envolvida baseia-se então preferencialmente na micro-análise de comunidades, recorrendo a técnicas qualitativas de pesquisa, orientadas por uma noção antropológica de cultura (Cf Capucha, 1992:21).

O casamento das duas tradições, a primeira de pendor macro-social, abordando a relação entre os modos de funcionamento dos sistemas sociais e a geração de pobreza, e a segunda privilegiando a escala micro-social, enfatizando os aspectos culturais da vivência da pobreza, constitui uma nova postura de investigação, desafiadora e prometedora, que em Portugal já esboçou alguns passos (Almeida *et al*, 1992; Capucha, 1992).

Esta tentativa de integração das duas tradições de investigação tem tanto mais sentido quanto as formas como são percepcionadas e vividas as posições e dinâmicas das populações desfavorecidas e os modos de vida por estas adoptados, são também inevitavelmente produto social de influências cumulativas de aspectos económicos, sociais, psicológicos e culturais, particularmente determinantes na reprodução e transmissão intergeracional da pobreza. Assim constituem-se quer como produto quer também como factor modelador da evolução social.

---

<sup>8</sup> Vd Capucha (1992:12-30) para uma apresentação mais detalhada desta perspectiva e do seu confronto com a tradição socio-económica.

A consideração conjunta de ambas as abordagens permitirá uma visão mais completa da pobreza, considerando explicitamente factores de resposta individual e enquadramento cultural que serão decisivos na implementação prática de estratégias de superação da pobreza, mas afastando o enviesamento individualista e de culpabilização pessoal, que em larga medida foi veiculado pela abordagem culturalista, através da consideração dos factores explicativos da geração de pobreza inscritos no funcionamento do sistema social.

Embora não esgotando, portanto, o entendimento do fenómeno da pobreza, a consideração dos aspectos económicos do fenómeno, é uma faceta de enorme importância.

A dimensão económica da pobreza aparece concomitante com as situações de insuficiência ou privação em múltiplas outras dimensões, em particular com as possibilidades de consumo, as condições de *habitat* e o investimento na educação das gerações mais novas, para citar as mais relevantes para as quais que é possível comprovar uma relação de interdependência baseada em análise empírica<sup>9</sup>.

Outras dimensões surgem-nos associadas a factores explicativos das situações de insuficiência de rendimentos, com sejam os baixos níveis de educação e qualificação, ou o grau de sucesso na integração no mercado de trabalho<sup>10</sup>. Outras dimensões, igualmente relevantes, tais como a representação política ou o exercício mais amplo dos direitos de cidadania, são de mais difícil mensuração.

A abordagem da pobreza segundo a tradição socio-económica, adoptando a perspectiva dos recursos económicos detidos pelos indivíduos e famílias, foi a abordagem seguida pelos primeiros estudos sistemáticos sobre pobreza realizados em Portugal (Costa *et al*, 1985; Silva *et al*, 1989), que introduziram e fomentaram o debate actual sobre a pobreza na nossa sociedade.

Estudos mais recentes redefiniram e actualizaram as análises iniciais no nosso País, quer em termos de um aprofundamento do conceito de pobreza e desenvolvimento da metodologia da sua implementação para avaliar da extensão do

---

<sup>9</sup> Alguns destes aspectos são considerados no Capítulo 7. Sobre a situação das crianças filhas de famílias pobres em Portugal, vd Silva (1991).

<sup>10</sup> Características estas que serão analisadas no Capítulo 6.



fenómeno (Costa, 1993), quer no âmbito de um quadro de análise comum para os vários Estados da União Europeia (Hagenaars *et al*, 1992).

Ainda sob os auspícios da União Europeia, a consideração da situação interna dos vários Estados no que concerne ao impacto das políticas sociais sobre a exclusão social, tornou-se também objecto de apreciação regular, o que tem contribuído para aprofundar e clarificar a situação das populações mais desfavorecidas (Silva, 1990; Pereirinha 1992, 1993a, 1994a).

A adopção deste rumo de investigação permite ensaiar uma delimitação da pobreza na sociedade portuguesa recorrendo à fonte de informação estatística mais completa e integrada sobre as condições de vida da população, que é disponibilizada pelos inquéritos aos orçamentos familiares realizados pelo Instituto Nacional de Estatística. Esta óptica de análise permite situar a pobreza no contexto actual da sociedade portuguesa, produzindo resultados de avaliação que são medidas globais do fenómeno em toda a sociedade, avaliando igualmente o esforço necessário à eliminação das situações de rendimento insuficiente.

Desta feita, a filiação do estudo agora apresentado reconhece-se nesta tradição teórica e contextual, pretendendo contribuir para o reconhecimento do fenómeno da pobreza em Portugal. Investigando de forma sistemática diversos aspectos considerados na literatura teórica mas não ainda suficientemente integrados numa moldura única de análise, nem aplicados na avaliação da situação portuguesa, esta dissertação tem como objecto uma investigação metodológica sobre a medição da pobreza monetária.

As estatísticas, mesmo as mais correntemente utilizadas na análise da distribuição dos recursos, e da pobreza monetária em particular, não são dados. As estatísticas nunca são dadas, são produzidas, construídas, tal como é construído todo o conhecimento sobre a realidade social.

Assim, concentrando a atenção sobre a definição de pobreza em termos de recursos monetários, procura investigar-se as diversas formas de operacionalizar esta noção de pobreza, e avaliar a variação nas medidas agregadas de pobreza monetária que diversas opções de implementação concreta acarretam. Discutem-se as alternativas que se consideram relevantes na abordagem da pobreza em termos de recursos monetários, e as hipóteses subjacentes, comparando a variação quer ao nível

das distinções conceptuais, quer ao nível dos resultados obtidos, que resultam de diferentes hipóteses alternativas.

Com base no conjunto de opções metodológicas construídas como as mais apropriadas à apreciação das situações de pobreza no início e final dos anos oitenta, avalia-se a extensão e perfil da pobreza naqueles dois momentos. Com recurso a instrumentos de análise específicos, aprecia-se o significado das alterações registadas e as dinâmicas sociais responsáveis por essas alterações, ao nível de diversos elementos de caracterização socio-económica das famílias.

O objecto da dissertação é pois especificamente a teoria e a metodologia da medição da pobreza monetária, efectuando um exercício de medida aplicado à situação portuguesa nos anos oitenta.

A tese sustenta que, apesar da multiplicidade de alternativas metodológicas que é possível seguir, e das inúmeras críticas à insuficiência da simples medição da pobreza monetária, é consistente e útil proceder a essa medida. Consistente, porque se pode rigorosamente avaliar a sensibilidade da medida a diferentes escolhas técnicas e políticas (conceito de recursos, escalas de equivalência, limiar de pobreza, etc), e útil porque assim é possível identificar os grupos sociais mais atingidos pela escassez de recursos, que se constituem como grupos alvo nas diversas acções de combate à pobreza.

Todas as complexidades trazidas pela introdução de um conceito polimórfico de exclusão social, ou pela consideração de indicadores não monetários de pobreza, amplificam a análise da pobreza monetária, projectando-a em um maior número de dimensões nas quais a importância relativa, o carecer compensatório, ou a severidade relativa, são factores de difícil, mas desafiadora, avaliação.

## **1.2 Plano da Dissertação**

Traçado que está um quadro geral de abordagem do problema da pobreza, e situado o contexto da perspectiva assumida nesta dissertação, o plano de dissertação, que se apresenta sucintamente neste ponto, corresponde ao percurso de investigação

aplicada à análise da situação portuguesa que se considerou relevante e necessário, privilegiando a visibilidade do problema tratado e a aprofundada reflexão metodológica sobre a sua mensuração.

No Capítulo 2 apresentam-se os diversos conceitos de pobreza sugeridos na literatura, relacionando-se esta noção com outros conceitos relevantes na apreciação das situações de diferenciação social, e relacionando-os com os principais modelos de desenho dos limiares de pobreza.

A exploração dos diversos conceitos de pobreza é efectuada a partir das oposições entre definição directa/indirecta, definição absoluta/relativa e definição objectiva/subjectiva de pobreza, ressaltando-se as particularidades e virtualidades das diferentes concepções.

O conceito de pobreza é seguidamente perspectivado em relação a outros conceitos que abordam questões correlacionadas com o bem estar social e a desigualdade na distribuição de recursos. Em particular relacionam-se os conceitos de pobreza, equidade e exclusão social, na perspectiva da fundação do conceito de pobreza por referência a um direito fundamental associado à pertença à sociedade.

As diversas concepções de pobreza são ainda relacionadas com o conceito de bem estar, particularizando como cada variante do conceito de pobreza é avaliada em momentos distintos do processo económico familiar.

Finalmente são neste capítulo apresentados os principais modelos de desenho da linha que separa as situações de pobreza e não pobreza, descrevendo-se sucintamente a sua origem, fundamentação e adequação à análise da situação portuguesa contemporânea.

No Capítulo 3 é feito um “*survey*” da literatura dedicada às medidas agregadas de pobreza monetária. As diversas medidas sucessivamente propostas são analisadas à luz de um conjunto de requisitos axiomáticos inicialmente fixados por Amartya Sen (1976) e posteriormente objecto de refinamento teórico.

A partir das diversas dimensões da medição da pobreza, e das propriedades mais relevantes, é avaliado e seleccionado um conjunto extenso de indicadores e

medidas que posteriormente serão retidos para a análise das situações de pobreza em Portugal na década de oitenta.

No Capítulo 4 abordam-se especificamente algumas questões metodológicas na implementação de medidas agregadas de pobreza.

A partir da opção por um certo conceito de pobreza, a operacionalização concreta dos limiares de pobreza envolve ainda um conjunto significativo de escolhas que influem fortemente na avaliação da extensão da pobreza e composição da população pobre. Em muitas circunstâncias, a simples diferenciação de alguns dos elementos deste vector de escolhas pode influenciar subtilmente os resultados de avaliação que se obtêm. Estas são, portanto, um conjunto de questões que é forçoso esclarecer para compreender o alcance dos resultados decorrentes da aplicação de qualquer metodologia específica.

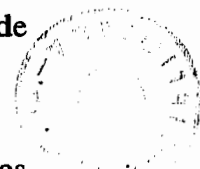
Uma vez que as escolhas metodológicas que se abordam não têm uma resposta consensual por parte de diferentes investigadores, nem seriam eventualmente pacíficas como escolhas únicas a apresentar a agentes de decisão política, a diversidade de escolhas possíveis e relevantes, pode ser consideradas alternativamente, e conduzir a uma análise de sensibilidade dos resultados em função desses parâmetros de escolha normativa.

Esta é a perspectiva que se tomará na aplicação empírica desenvolvida nos capítulos finais da dissertação, que permite a um tempo verificar a robustez ou estabilidade dos resultados para diversas variações nos parâmetros que dão forma à operacionalização do conceito de pobreza, e proceder a comparações virtualmente conclusivas, entre distribuições de recursos económicos em diferentes momentos e em diferentes espaços.

No Capítulo 5 analisa-se com detalhe a base de informação disponível para o estudo da pobreza em Portugal, e que consiste na informação facultada pelo Instituto Nacional de Estatística sobre os Inquéritos aos Orçamentos Familiares, realizados em 1980/81 e 1989/90.

A informação existente é descrita e avaliada em termos dos principais factores que poderão constituir medida da sua qualidade. São abordados aspectos metodológicos de realização daqueles inquéritos, nomeadamente aspectos

relacionados com o processo de amostragem e controlo dos resultados, representatividade em relação ao universo da população portuguesa, e credibilidade dos elementos de informação referentes a receitas e despesas familiares.



As principais limitações da informação disponível e reflexos das suas insuficiências e eventuais incorrecções são ponderados em termos dos resultados sobre a avaliação da pobreza que a partir daquela informação é possível construir.

No Capítulo 6 é ensaiada a medição da pobreza para Portugal referente ao período mais recente para o qual se dispõe de informação, isto é, para 1989/90.

Primeiramente é desenvolvida uma metodologia original para a construção de linhas de pobreza, tendo em atenção elementos sobre as necessidades alimentares, a relação entre a despesa alimentar e a despesa total, e a composição familiar. Esta metodologia, assente no custo das necessidades básicas com estimação directa da despesa alimentar mínima e extrapolação para a despesa total pelo padrão médio vigente na sociedade, operacionaliza o conceito de pobreza considerado.

As principais medidas de pobreza são em seguida derivadas, efectuando-se a projecção da população pobre, em termos regionais e demográficos. A metodologia seguida, considerada a mais apropriada para proceder à análise da pobreza na sociedade portuguesa, é sucessivamente confrontada com os resultados obtidos por outros autores que investigaram a situação portuguesa a partir da mesma fonte de dados (Hagenaars *et al*, 1992; Costa, 1993), bem como com outras variantes metodológicas.

Finalmente apresenta-se neste capítulo a decomposição das principais medidas de pobreza por subgrupos da população, definidos em função das principais características demográficas, sociais e económicas, o que permite avaliar as situações de diferente vulnerabilidade à pobreza dos diversos grupos sociais.

No Capítulo 7 procede-se à extensão da metodologia desenvolvida à avaliação da pobreza em 1980/81, à análise da evolução registada entre 1980/81 e 1989/90 e à relação das situações de pobreza monetária com outras condições de privação material.

Aplicando de forma consistente a metodologia desenvolvida para a construção de limiares de pobreza ao momento do início da década de oitenta, avalia-se a extensão, intensidade e severidade da pobreza naquele momento. Os resultados obtidos são comparados com os obtidos para o final da década, quer em termos agregados, quer por subgrupos de população.

Discute-se detalhadamente a evolução registada, em termos agregados, procedendo à análise da relevância estatística das diferenças encontradas. A decomposição das principais medidas de pobreza para os diversos grupos sociais individualizados, e respectiva comparação nos dois períodos em análise, permite identificar as trajetórias mais significativas, em termos de vulnerabilidade à pobreza, entretanto registadas.

A situação de pobreza definida em termos de insuficiência de recursos monetários adoptada ao longo da análise é finalmente confrontada com diversos indicadores directos das condições de vida das populações susceptíveis de representarem situações de privação. Embora o conjunto de indicadores que é possível construir sejam parcelares em relação às restantes esferas de vida que seria interessante captar, o conjunto definido afigura-se significativo em termos de representação de algumas dimensões importantes, e revela-se manifestamente correlacionado com a situação de pobreza monetária.

Finalmente no Capítulo 8 apresenta-se uma breve conclusão do estudo, relacionando a avaliação da pobreza com os elementos principais da teoria da pobreza e com o desenho de medidas políticas de combate à pobreza.

## **CAPÍTULO 2**

### **CONCEITOS DE POBREZA E LIMIARES DE POBREZA**

#### **2.1 Introdução**

A medição da pobreza pressupõe, num primeiro passo, um exercício de demarcação (Desai, 1986:1). Como, numa dada sociedade, identificar os indivíduos e famílias pobres? Como definir uma linha de separação entre aqueles que vivem em situação de pobreza e aqueles que estão fora dessa situação, tendo em conta a complexidade, a multidimensionalidade e a variedade de formas e modalidades de que a pobreza pode revestir-se (Costa, 1984:275)?

As questões formuladas remetem-nos para a necessidade de formulação de um conceito de pobreza e ao seu modo de operacionalização, sob a forma de definição de um limiar de pobreza, ou linha de pobreza.

Deve contudo observar-se desde já que o conceito de pobreza é, na sua essência, normativo, envolvendo juízos de valor sobre normas sociais, padrões de vida

e aspirações, e, por conseguinte, reportar-se-á sempre a uma sociedade, definida no tempo e no espaço.

Constitui problema recorrente nas ciências sociais, e na ciência económica em particular, a aparente dicotomia valoração/avaliação. Contudo, simplesmente porque um conceito inclui juízos de valor, isso não significa que não possa ser submetido a análise positiva (Le Grand, 1987:429).

O que se pretende justamente efectuar ao longo de todo este trabalho é enunciar, para o conceito de pobreza, uma definição consistente de limiar de pobreza que permita a avaliação da distribuição de recursos entre a população portuguesa face a esse padrão, e assim avaliar essa distribuição face ao objectivo social de eliminação da pobreza.

A não consensualidade quanto ao nível da linha de pobreza, que pode decorrer quer da adopção de diferentes conceitos, quer, para um mesmo conceito, da sua tradução numa linha de pobreza, aconselha ao desenvolvimento de procedimentos que permitam avaliar e comparar distintas distribuições de recursos, reconhecendo explicitamente a admissibilidade de certa diversidade em termos dos julgamentos envolvidos no exercício da medição da pobreza (Atkinson, 1987a; Foster e Shorrocks, 1988a e 1988b).

Por outro lado, a perspectiva tomada neste estudo incide sobre a pobreza económica, preocupando-nos, pois, as condições de acesso a um mínimo adequado de recursos económicos (Rugles, 1990:2), o que, restringindo a abordagem da pobreza à sua dimensão económica, continua ainda a oferecer campo para distintas concepções da pobreza, e, consequentemente, a diferentes propostas quanto às formas da sua medição.

A dimensão económica embora não esgote a abordagem de reconhecimento do fenómeno complexo que é a pobreza como realidade social, tem uma importância fundamental na sua representação e caracterização, dada a sua elevada correlação com as condições materiais de existência, e o seu efeito de contágio sobre domínios tão decisivos quanto a saúde, a educação, o acesso à informação e ao exercício pleno da cidadania.



Deve pois ter-se presente que qualquer definição de uma linha de pobreza económica envolve elementos normativos.

Certos autores defendem que, assim sendo, se trata de uma escolha social, e o seu lugar é no campo da política, não da ciência (Hagenaars, 1986:15), outros defendem que considerar a medição da pobreza um mero juízo de valor, isto é, um exercício prescritivo, é incorrecto, já que ele é mais um exercício descritivo, envolvendo embora elementos de escolha que reflectem juízos de valor (Sen, 1981:17-19).

Se à sociedade, nomeadamente no campo da escolha política, cabe a definição sobre a prioridade a conceder ao objectivo de eliminação da pobreza, à ciência cabe a construção do conhecimento sobre esta realidade social.

Pertence à ciência o papel importante de fundamentar e apreciar os diferentes conceitos e metodologias de medição da pobreza, esclarecendo as respectivas implicações, nomeadamente, na percepção da extensão e características do fenómeno em análise.

O objectivo principal deste capítulo é apresentar os conceitos avançados na literatura para aperceber a realidade da pobreza, e os correspondentes modelos de derivação de linhas de pobreza.

A partir de distintas concepções do que se entende por pobreza, deduzem-se diferentes modos de reconhecer e avaliar as situações de pobreza existentes na sociedade. O conceito de pobreza que se adopte envolve uma perspectiva particular de reconhecer o fenómeno da pobreza, e implica portanto uma forma própria de proceder à sua identificação na sociedade.

Os vários modelos de desenho da linha de pobreza, ou limiar que separa as situações de pobreza das situações de não pobreza, envolvem adicionalmente o esclarecimento da forma como se operacionaliza concretamente o conceito de pobreza adoptado.

Distinguindo formalmente o conceito de pobreza e a sua forma concreta de operacionalização, constata-se que, embora intimamente correlacionados, não existe

uma correspondência biunívoca entre conceito de pobreza e modelo de desenho da linha de pobreza.

Dada a forma específica de operacionalizar um conceito de pobreza, podem obter-se distintos modelos de construção da linha de pobreza.

Na exposição que se desenvolve adiante neste capítulo, procuram equacionar-se os principais conceitos de pobreza, classificados segundo as tipologias clássicas que distinguem abordagens directas ou indirectas, absolutas ou relativas e objectivas ou subjectivas.

Relaciona-se ainda o conceito de pobreza com alguns outros conceitos correlacionados, como os de equidade, bem estar, desigualdade e exclusão social.

Finalmente, enunciam-se os principais modelos de desenho da linha de pobreza que os diversos estudos aplicados sobre pobreza foram concretizando, apresentando as suas características mais importantes, e apreciando a sua adequação à análise da situação portuguesa actual.

## **2.2 Conceitos de Pobreza**

Na secção introdutória fez-se referência à pobreza económica que se definiu, de uma forma muito geral, como a incapacidade de aceder a um mínimo adequado de recursos económicos.

É muito vasta a literatura económica sobre a medição da pobreza que se debruça sobre o problema da identificação dos indivíduos e famílias pobres, alimentando a reflexão e o debate teórico sobre o conceito de pobreza <sup>1</sup>.

Procura-se neste ponto recensar e discutir os principais conceitos que permitem abordar o fenómeno da pobreza, tomando como grelha de análise as tipologias que se podem estabelecer quanto às definições de pobreza: definição directa

---

<sup>1</sup> Vd. em especial Townsend (1962,1970,1979,1985,1992), Sen (1979b,1981,1983,1985,1992,1993), Costa (1984,1992), Atkinson (1987a,1987b,1989) e Dickes (1989), para a apresentação original e discussão das principais abordagens.

*versus* definição indirecta, definição absoluta *versus* definição relativa, e definição objectiva *versus* definição subjectiva.

### **2.2.1 Definição Directa *versus* Definição Indirecta de Pobreza**

Esta distinção associa-se ao que Atkinson (1987b,1989) descreveu como duas filosofias diferenciadas de encarar a pobreza.

Segundo este autor, a forma de entender a pobreza pode associá-la aos padrões ou condições de vida ("*standards of living*") ou ao direito a um nível mínimo de recursos ("*minimum right to resources*").

As duas filosofias conduzem a rumos de investigação perfeitamente distintos.

Enquanto a abordagem pelas condições de vida conduz a uma avaliação directa das condições de privação, isto é, de não satisfação de necessidades nos diversos domínios de existência, a abordagem pelo direito a um nível mínimo de recursos não investiga os estados de carência específicos, antes assume uma avaliação indirecta através dos recursos económicos como condição de acesso a uma existência livre de privação.

Ao relacionar a pobreza com um padrão ou condições de vida, dever-se-á idealmente optar por uma medida multidimensional, que permita identificar situações de privação nos vários domínios da existência (privações nos domínios da alimentação, saúde, educação, habitação, etc), dando espaço, quando se acumulem carências em várias dessas faceta, ao conceito de privação múltipla ou cumulativa.

Em rigor esta abordagem radica na apreciação directa de como se encontram ou não satisfeitas certas condições de vida, e portanto deveria operacionalizar-se pelo estudo dos consumos específicos de bens e serviços, e das situações de bem estar alcançadas.

A investigação necessária para operacionalizar esta abordagem exige grande detalhe na observação das condições de vida da população, bem como a capacidade de estabelecer padrões de referência que representem a fronteira entre privação e sua ausência, em cada um dos domínios de análise.

Foi este, historicamente, o primeiro rumo da investigação sistemática sobre pobreza, realizada no final do séc. XIX, em Inglaterra, por Charles Booth e Seebohm Rowntree.

Booth fez o primeiro estudo incisivo sobre pobreza, analisando directamente as condições de vida da população de Londres, traçando um célebre mapa da pobreza naquela cidade. A sua obra *Life and Labour* foi publicada ainda no século dezanove (1892-1897).

Propondo-se efectuar um trabalho comparável numa cidade de província, Rowntree procedeu a um estudo mais elaborado, recolhendo exaustivamente observações quer sobre as condições de vida, quer sobre os rendimentos das famílias, o que lhe permitiu estabelecer um padrão de pobreza reportado ao rendimento, bem com investigar as causas “imediatas” da pobreza.

Rowntree desenvolveu a sua primeira investigação na cidade de York em 1899, vindo a repetir inquéritos sobre a pobreza naquela cidade em 1936 e 1950<sup>2</sup>.

Na obra pioneira de Rowntree encontram-se as primícias da diferenciação entre os conceitos de pobreza, enquanto insuficiência de recursos, e privação, enquanto deficientes condições de vida, na enunciação do que Rowntree denominou “pobreza primária” e “pobreza secundária”.

Definiu este autor como “pobreza primária” a situação das famílias cujos rendimentos totais fossem insuficientes para obter o minimamente necessário à manutenção da eficiência meramente física, e “pobreza secundária” a situação das famílias cujos rendimentos totais seriam suficientes para a manutenção da eficiência física, não fora uma afectação não óptima desses rendimentos.

Abstraindo por agora a amplitude restrita concedida às condições de vida consideradas necessárias, que se relacionam com a mera condição de subsistência física, bem como o inerente juízo moral ou de mérito que estas definições envolvem, o que se pretende realçar é a distinção entre insuficiência de recursos e privação.

---

<sup>2</sup> As investigações de Rowntree vieram a ser divulgadas nas obras *Poverty: A Study of Town Life* (1901), *Poverty and Progress: a Second Social Survey of York* (1942), e *Poverty and the Welfare State* (1951).

Embora todos os indivíduos e famílias classificados nas duas categorias de pobreza vivessem em situação de privação, definida como deficientes condições de vida, apenas os sujeitos em “pobreza primária” seriam classificados como pobres numa abordagem indirecta, via rendimento.

A evolução verificada nas concepções do que é considerado socialmente como minimamente necessário para uma vida sem privações tem sido objecto de sucessivo alargamento, abrangendo necessidades de ordem social e cultural.

O próprio Rowntree veio a considerar, na reedição do estudo sobre pobreza em York que efectuou em 1936, um conjunto muito mais amplo de necessidades do que aquele que considerou no seu estudo inicial, incluindo uma rubrica de gastos pessoais de índole eminentemente social<sup>3</sup>.

Um autor contemporâneo (Dickes, 1989) salienta um leque ainda muito mais diversificado de esferas de vida onde detectar situações de privação, passando pela apreciação de necessidades materiais e sociais, quer nas condições de alojamento, alimentação, vestuário, e outros consumos correntes, quer nas condições de segurança financeira, capacidade de fruir tempos livres e relações sociais.

As características complexas de uma abordagem directa, dada a extensão e a dificuldade de apreciação das condições concretas de privação nos diversos domínios, tem conduzido à proposição de diversas metodologias que radicam na abordagem indirecta, via recursos económicos.

A abordagem indirecta condensa num único indicador de recursos, seja a despesa total, o consumo, o rendimento, ou um conceito mais alargado de recursos<sup>4</sup>, a questão da identificação dos indivíduos e famílias pobres, ao proceder à comparação dos recursos detidos com o valor que se considera fazer a fronteira entre situações de pobreza e não pobreza nessa mesma escala de recursos.

---

<sup>3</sup> Vd. Yu (1992: 69).

<sup>4</sup> Vd. discussão mais aprofundada do conceito de recursos na sua relação com o conceito de pobreza em 2.2.5, e na relação com as questões metodológicas de implementação de medidas agregadas de pobreza em 4.2.

As formas de estabelecer essa fronteira podem decorrer de diferentes modelos de desenho da linha de pobreza, baseados na apreciação do custo de satisfação do conjunto de necessidades consideradas básicas, na apreciação subjectiva por parte da população de um nível mínimo de recursos, pela posição relativa na distribuição pessoal de recursos, ou pela relação entre o nível de recursos disponível e indicadores de síntese das condições de privação material e social (vd. 2.3).

A abordagem indirecta é por vezes considerada um substituto da abordagem directa das condições de vida, mas nesses termos os recursos a analisar são uma *proxy* do consumo efectivo, que é o indicador de síntese mais consistente com a apreciação das condições de vida.

O principal fundamento da abordagem centrada no direito a um nível mínimo de recursos é o da liberdade positiva (Jenkins, 1991b:464), que Sen associa à realização da pessoa (*'functioning of a person'*): “a preocupação com a liberdade positiva conduz directamente à valorização das capacidades da pessoa (*'people's capabilities'*) e à valorização instrumental dos meios que possibilitam essas capacidades. A noção de capacidade relaciona-se de perto com a realização da pessoa. Isto deve ser contrastado com a posse de bens, as características desses bens, ou as utilidades geradas” (Sen, 1984:324).

Na abordagem associada ao direito a um nível mínimo de recursos, tem-se como indicador de síntese mais consistente o rendimento (Atkinson, 1987b:931).

A determinação do nível mínimo de rendimento a assegurar a cada indivíduo ou família, baseado inevitavelmente num juízo de valor (*idem*), deve ter em atenção as condições de participação plena na sociedade.

Na prática a substanciação do nível da linha de pobreza, pode fundamentar-se em semelhantes modelos de desenho da linha de pobreza, modelos esses que serão apresentados formalmente no final deste capítulo, uma vez que se adopte um indicador de recursos, seja o rendimento ou a despesa total, como *proxy* dos consumos efectivos, e, indirectamente, das condições de vida.

Cada um desses modelos representa uma forma de operacionalizar um critério de definição de pobreza em termos de um indicador de síntese dos recursos. A linha de pobreza representa o nível de recursos considerado adequado, segundo a óptica

seguida, à possibilidade de prosseguir uma vida que não seja de restrição face ao padrão vigente na sociedade.

Algumas das metodologias sugeridas na literatura<sup>5</sup> têm um carácter original, pois partem ainda da apreciação das condições de privação em certos domínios considerados relevantes em confronto com os níveis de recursos detidos pelos agregados domésticos, para procurar definir limiares de pobreza em termos de rendimento, ou, de forma mais compreensiva, recursos económicos, aos quais se associaria a depreciação acentuada das condições materiais e sociais de existência experimentadas pelos indivíduos e famílias (Townsend, 1979; Desai e Shah, 1985; Muffels e Vriens, 1991).

Nesta perspectiva, se a identificação das condições de privação se opera de forma directa, mantém-se a preocupação de verter o limiar de privação ou exclusão dos padrões difundidos na sociedade, em termos de recursos monetários detidos pelos indivíduos ou famílias, isto é, mais especificamente num limiar de pobreza.

O formulador moderno deste tipo de abordagem, que radica na tradição anglo-saxónica do século XIX, foi Peter Townsend, que muito tem contribuído para o debate teórico sobre o conceito de pobreza, e que sugere a relação teórica entre os conceitos de pobreza e privação (Townsend 1962, 1970, 1979, 1985, 1993).

Para este autor, “a pobreza pode ser definida objectivamente e aplicada consistentemente apenas em termos do conceito de privação relativa. (...). Indivíduos, famílias e grupos de população podem dizer-se em situação de pobreza quando lhe faltam os recursos para obter os tipos de dieta, participar nas actividades e ter as condições de vida e conforto que são comuns, ou pelo menos largamente encorajadas e aprovadas, nas sociedades a que pertencem.” (Townsend, 1979:31).

Uma vez mais surge expressa a relação entre pobreza e privação, latente na generalidade das abordagens contemporâneas, e que qualifica a pobreza como a situação de privação resultante de insuficiência de recursos (vd., por exemplo, Costa, 1992:61).

---

<sup>5</sup> As abordagens contemporâneas que decorrem da observação directa das condições de privação serão descritas com maior desenvolvimento em 2.3.7.

O que tem de específico a metodologia de Townsend é a associação que o autor faz entre nível de recursos económicos detidos e padrão ou estilo de vida.

A partir da hipótese de que “quando os recursos (...) diminuem, existe um ponto em que ocorre uma súbita retracção na participação nos costumes e actividades sancionadas pela cultura” (Townsend, 1979:57), é proposta a fixação do limiar de pobreza ao nível a que se dá tal retracção ‘desproporcional’ na participação social.

O limiar de pobreza é definido no espaço dos recursos económicos detidos, mas a partir de uma avaliação multidimensional da privação nas condições de vida experimentadas, através de uma bateria de indicadores de estilo de vida.

O conjunto dos diversos indicadores directos são agrupados num índice de síntese, e este confrontado com o nível de rendimento, na tentativa de identificar o patamar onde se regista um recuo desproporcional na participação nas actividades e costumes sociais.

Embora as sugestões concretas de operacionalização possam ser questionadas, quanto à exaustividade e pertinência dos indicadores sobre o estilo de vida, e quanto ao rigor na definição da depreciação das condições de existência a partir de um índice de síntese<sup>6</sup>, a proposta de uma abordagem de investigação deste tipo tem grande interesse, ao conservar uma aproximação multidimensional do fenómeno da privação e a preocupação com a verificação concreta dos contornos da privação efectivamente vivida pelas populações.

Outras correntes de investigação enveredam declaradamente pelo método directo de avaliação das condições de vida e privação (Villeneuve, 1984; Mack e Lansley, 1986; Dickes, 1989; Whelan, 1992), procurando sempre relacionar o nível de recursos económicos e um limiar de privação, definido em termos de um critério de satisfação da possibilidade de uma vida que não seja de restrição face ao padrão vigente na sociedade.

---

<sup>6</sup> Vd. em particular a polémica iniciada por Piachaud (1981) e que se encontra retomada em Townsend (1993).



Os principais modelos de definição da linha de pobreza a partir destas diferentes abordagens conceptuais serão sucintamente apresentados e apreciados na secção seguinte.

A perspectiva que se adopta neste trabalho, em termos de implementação empírica, entronca na filosofia associada ao direito a um nível mínimo de recursos, sendo este nível apreciado enquanto o nível adequado à satisfação das necessidades humanas elementares na sociedade portuguesa actual.

A definição de pobreza adoptada é, pois, a de insuficiência de recursos, procurando testar as diversas operacionalizações deste conceito de pobreza e as suas consequências na avaliação da extensão e perfil da pobreza na sociedade portuguesa (vd capítulo 6).

Em face dos dados disponíveis sobre a sociedade portuguesa (vd. 5.2.1), não é possível adoptar uma abordagem multidimensional directa da privação nas diversas esferas de vida, nem ensaiar a aplicação de uma metodologia na linha da proposta metodológica de Townsend.

Este facto não impede, contudo, que se confronte, na medida da informação disponível, a associação entre insuficiência de recursos e as condições materiais de privação sobre as quais se dispõe de informação qualificada (vd 7.4).

## **2.2.2 Definição Absoluta *versus* Definição Relativa de Pobreza**

A definição absoluta de pobreza está fundamentalmente associada à formulação elaborada por Sen (1981, 1983, 1985) ao salientar um núcleo irredutivelmente absolutista na noção de pobreza, ancorado no carácter absoluto das necessidades humanas. Mas esse carácter absoluto não é concebido como fixo, já que varia ao longo do tempo e com o nível de desenvolvimento, cultura e costumes da sociedade.

Contudo, o elemento essencial para que Sen chama a atenção é a diferença substancial entre atingir níveis de capacidade de satisfação das necessidades “relativamente” menores do que os outros e “absolutamente” menores, ao ser-se incapaz de desenvolver ou adquirir as capacidades que permitem satisfazer as

necessidades humanas fundamentais, da forma com estas se expressam no contexto da sociedade e cultura particulares em que o indivíduo se inclui.

Este elemento absoluto não pode ser eludido, e nas situações limite de destituição, fome ou vergonha de se apresentar socialmente por não dispor de vestuário condigno<sup>7</sup>, o que está em causa é ter “absolutamente menos” e não unicamente “relativamente menos” que os restantes indivíduos da sociedade.

Contra as concepções absolutistas mais simplistas de pobreza Sen sustentou que “[se a pobreza deve ser vista como uma noção absoluta,] a especificação de níveis absolutos tem que ser feita de forma substancialmente diferente do que o era na velha tradição (...), segundo uma função de algumas variáveis para as quais não existe razão *a priori* para que não variem ao longo do tempo” (Sen, 1983: 153-155).

Sen realça ainda que o foco na definição de pobreza tem que incidir não nos bens ou características, nem sequer na utilidade, mas na capacidade. Os bens possuem certas características que habilitam as pessoas a exercer certas capacidades, cujo exercício proporciona utilidade. É na capacidade, ou capacidade de efectuar esse exercício no que respeita às dimensões humanas associadas a uma vida digna e a um conjunto de direitos básicos em termos de sociedade concreta, que a pobreza se pode definir. “A pobreza é uma noção absoluta no espaço das capacidades, mas muito frequentemente toma formas relativas no espaço dos bens ou das características” (op cit., 161).

Como observou Costa (1993) este aspecto relaciona-se de forma mais lacta com o debate da teoria das necessidades humanas, tocando duas questões fundamentais: primeiro, a universalidade das necessidades humanas, para além de todo o relativismo na sua definição; e, segundo, a precedência da necessidade objectiva em relação à preferência subjectiva (Costa, 1993: 56).

Ao preferir centrar a definição de pobreza no conceito de capacidade e não no exercício da capacidade, ultrapassam-se questões sobre preferências individuais, e ao preferir aquele conceito ao de utilidade, evitam-se questões de características

---

<sup>7</sup> Expressão que retoma o clássico exemplo dado por Adam Smith que definiu necessidades como “os bens que são indispensáveis para sustentar a vida, como também aqueles que seria indecente pessoas consideradas honradas, ainda que as mais desfavorecidas, não deterem, face aos costumes da sua sociedade (citado em Mack e Lansley, 1984:26).

individuais que influem não menos que os recursos, nos níveis de bem estar efectivamente atingido por cada ser humano.

O quadro conceptual desenvolvido por Sen reagia simultaneamente às concepções absolutistas tradicionais de pobreza originalmente implementadas por Charles Booth e Seebohm Rowntree, demasiado simplistas, e às alternativas concepções relativistas, igualmente simplificadoras, que entendiam a pobreza como um conceito puramente relativo, pouco diferenciado da representação da desigualdade.

Contudo foi em relação ao trabalho do sociólogo inglês Peter Townsend que a polémica se instalou, dando origem a um célebre debate teórico entre os dois autores (Townsend, 1979, 1985 e Sen 1983, 1985), dirimido posteriormente por diversos outros estudiosos da pobreza, como Hagenaars (1986), Hagenaars e De Vos (1988) ou Costa (1993).

De facto, Townsend, como já no ponto anterior se referiu, defendera um conceito relativo de pobreza associando esta noção à exclusão dos padrões de vida generalizados na sociedade, na definição paradigmática da concepção relativa da pobreza segundo a qual “indivíduos, famílias e grupos de população podem dizer-se em situação de pobreza quando lhe faltam os recursos para obter os tipos de dieta, participar nas actividades e ter as condições de vida e conforto que são comuns, ou pelo menos largamente encorajadas e aprovadas, nas sociedades a que pertencem.” (Townsend, 1979:31).

A esta definição Sen contrapunha “Pobreza é sem dúvida uma questão de privação. O recente evoluir na perspectiva - especialmente na literatura sociológica - de privação absoluta para privação relativa originou um útil enquadramento analítico ... Mas privação relativa é essencialmente uma abordagem incompleta da pobreza que suplementa (mas não torna supérflua) a anterior abordagem de privação absoluta” (Sen, 1981:22).

Os pontos de contacto e complementaridade, mais que a paternidade e exclusividade destas distintas definições, foram sendo sucessivamente consagradas e incorporadas em todo o pensamento teórico e nos ensaios de implementação do conceito de pobreza.

### 2.2.3 Definição Objectiva versus Definição Subjectiva de Pobreza

As concepções de pobreza expostas no ponto anterior pertencem a uma mesma família correspondente a uma definição objectiva de pobreza. Contrastando com a abordagem objectiva, diversos autores têm vindo a propor e a aplicar abordagens subjectivas do conceito de pobreza (Goedhart *et al*, 1977, Hagenaaars e Van Praag, 1985, Mack e Lansley, 1984, Van Praag e Flik, 1992).

Enquanto a definição objectiva de pobreza procura um padrão de alguma forma tornado objectivo de identificação da condição de pobreza, seja pela definição e identificação de necessidades elementares, seja pelo estabelecimento de um limiar mínimo de recursos económicos, a concepção subjectiva baseia a definição de limiar de pobreza na apreciação subjectiva, seja da sociedade como um todo, seja de certos grupos sociais.

A oposição objectivo/subjectivo no conceito de pobreza não deve ser, contudo, vista como dicotomia entre objectividade e subjectividade. As abordagens objectivas também envolvem, como qualquer outra abordagem da pobreza, juízos de valor, nomeadamente apreciações subjectivas por parte do investigador definidoras das necessidades ou capacidades essenciais, dos seus limiares, ou dos níveis de recursos económicos necessários à sua satisfação. Mas procuram objectivar essas escolhas face a um padrão com conteúdo explícito e adequado à noção de pobreza, numa definição prescritiva, na terminologia de Veit-Wilson, que apele à natureza do fenómeno da pobreza, enquanto que as abordagens subjectivas apoiam-se deliberadamente nas opiniões e apreciações dos membros da sociedade.

As abordagens subjectivas propostas, por exemplo por Goedhart *et al* (1977), Hagenaaars e Van Praag (1985), e Van Praag e Flik (1992), adiante descritas em maior pormenor (vd. 2.3.6), derivam limiares de pobreza a partir do que os inquiridos numa dada sociedade consideram ser os níveis de rendimento mínimos adequados para o sustento da família. Desta forma procuram avaliar, de uma forma a que alguns designaram de “democrática” e explicitamente relativista, os limiares definidores das situações de pobreza nas sociedades em estudo.

Paradoxalmente, os resultados obtidos quando têm sido aplicadas metodologias baseadas nesta corrente de abordagem subjectiva invariavelmente

conduzem à definição de limiares de pobreza de tal forma elevados<sup>8</sup>, que parecem enfermar de um enviesamento interno naquela estimação, fruto porventura das apreciações expressas incorporarem não tanto um padrão mínimo, mas um padrão associado a uma maioritária classe média, ou aos correspondentes padrões de expectativas socialmente difundidos, que se distancia, em termos de essência, do conceito de pobreza que era suposto enformar.

Uma outra corrente da abordagem subjectiva é bem exemplificada pelo estudo de Mack e Lansley (1984). Estes autores ensaiaram a definição de pobreza baseada na percepção social das necessidades inerentes à vida contemporânea na sociedade britânica (vd. 2.3.7).

Esta perspectiva foi classificada pelos seus autores de abordagem consensual na definição de *standards* mínimos de vida (Mack e Lansley, 1984:42) pois procura definir o carácter de necessidade também por uma via “democrática”, isto é, por apreciação maioritária da sociedade.

Ao contrário das metodologias subjectivas anteriormente citadas, esta metodologia segue uma abordagem directa da pobreza, centrada nas condições de vida para as quais se associam necessidades socialmente consideradas essenciais.

Contudo, também esta apreciação subjectiva das necessidades pela sociedade aparece influenciada por julgamentos decorrentes de um centramento em referentes tipicamente associados com a classe média, ou de aspirações associadas a condições de vida que têm uma associação menos clara com o nível de necessidade e privação centrais e inerentes à noção de pobreza.

Mais do que optar exclusivamente por uma das perspectivas expostas segundo as tipologias avançadas, a fundamentação e implementação do conceito de pobreza pode beneficiar de alguma complementaridade e enriquecimento conseguido pela confrontação das distintas abordagens. A perspectiva subjectiva, implementada para obter conhecimento da percepção social das necessidades ou dos níveis de rendimento considerados mínimos, pode reflectir-se sobre a definição de limiares de pobreza, pelo investigador que cumpra critérios de consistência com o núcleo duro do que é a

---

<sup>8</sup> Veja-se adiante no Capítulo 6 os resultados obtidos para a sociedade portuguesa por Van Praag e Flik (1992).

pobreza, quer através da avaliação objectiva das condições de vida ou da definição objectiva de limiares de pobreza monetária.

#### **2.2.4 Pobreza, Equidade e Exclusão Social**

Colocar a problemática da pobreza no contexto da ciência económica conduz necessariamente ao posicionamento do conceito de pobreza no conjunto de outros conceitos ou noções da esfera normativa.

O conceito de pobreza conjuga-se teoricamente de forma muito forte com o conceito de equidade, que Scitovsky define como "o nível mínimo de igualdade que a sociedade desejaria ver realizada e sobre o qual poderia concordar" (Scitovsky, 1986:4).

Este nível mínimo de igualdade decorreria naturalmente de uma concepção de justiça social traduzida em direitos universais de cidadania, que conferem a cada indivíduo, enquanto membro da sociedade, o direito de participação no emprego e no bem estar gerado pela sociedade (Marshall, 1950).

Ser membro de uma sociedade significaria não apenas ter certos direitos políticos e civis, mas também ter garantias quanto à satisfação de um conjunto básico de direitos humanos inerentes à dignidade humana (Altimir, 1981:69), ou de necessidades comuns à condição humana (Jordan, 1987:86).

Estas necessidades, partilhadas por todos os indivíduos independentemente do seu papel no sistema económico e social, e desta forma vistas como a substância da igualdade que é ser membro de uma sociedade, seriam as necessidades de alimentação e abrigo, que garantem a sobrevivência física, as necessidades de instrução e informação, que permitem o desenvolvimento pessoal e a compreensão de mundo, necessidades de protecção na infância e em situações de maior vulnerabilidade, como na doença ou na proximidade da morte (*idem*).

Esta perspectiva de encarar a pertença a uma sociedade, que significa uma "vida partilhada" (Halsey *in* Mack e Lansley, 1984:xiii) associada a um conjunto de direitos básicos centrados na dignidade inerentes à pessoa humana, encontra-se igualmente na asserção de Sen sobre ser a pobreza primeiramente uma noção absoluta.

Segundo este autor “a pobreza é uma noção absoluta no espaço das capacidades” (Sen, 1983:153), sendo as mais básicas capacidades atingir uma adequada nutrição, escapar às doenças evitáveis, ter abrigo e vestuário, ter a possibilidade de se deslocar, ter educação, viver sem vergonha, ter condições de participar nas actividades da comunidade.

Ainda segundo Sen, se bem que a pobreza seja “uma noção absoluta no espaço das capacidades, (...) muito frequentemente toma uma forma relativa no espaço dos bens ou características” (Sen, 1983:161), uma vez que os bens e serviços que dão satisfação ao conjunto de necessidades humanas básicas, evoluem no tempo e no espaço. “Num país globalmente rico, maior rendimento pode ser necessário para adquirir suficientes bens para atingir o mesmo funcionamento social com ‘aparecer em público sem vergonha’ (...) ou ‘tomar parte na vida da comunidade’ ” (Sen, 1992:115).

A eliminação da pobreza enquadrar-se-ia na dinâmica do progresso social, ou progresso na equidade, definido como o incremento do conjunto de necessidades acessíveis a todos numa base igualitária (Scitovsky, 1986:7).

O desenvolvimento, não meramente o desenvolvimento económico mas o desenvolvimento humano, aumentaria ainda a procura da equidade (*idem*), enquanto que o aumento secular dos padrões de vida contribui para a extensão dos bens e características percebidos pela sociedade como necessários, e portanto objecto de referência em termos de igualdade no acesso.

É neste contexto ainda que o conceito de pobreza se pode relacionar com o de exclusão social.

A referência à exclusão social, a par ou em detrimento da referência à pobreza, tem vindo a ganhar expressão no debate político e no discurso institucional da União Europeia, e nos diversos estados membros, incluindo Portugal, nomeadamente no âmbito da prossecução e avaliação da política social.

A União Europeia, no âmbito do Primeiro Programa de Luta contra a Pobreza definiu como pobres “os indivíduos ou famílias cujos recursos são tão escassos que os

excluem do modo de vida mínimo aceitável no Estado membro em que vivem” (CEC, 1981).

Nesta definição está já presente a ideia de exclusão em relação a um padrão social de referência, e esta perspectiva será progressivamente alargada, primeiro com a consideração de que os recursos a que se deve atender são “materiais, culturais e sociais” (CEC, 1984), para finalmente se estabelecer em referência à fruição de direitos sociais : “[são excluídas] pessoas e grupos (...) afastados da participação nas relações, práticas e direitos sociais constitutivos da integração social” (CEC, 1991).

A exclusão social é entendida, na investigação desencadeada sob os auspícios da Comunidade, como uma noção dinâmica e polifacetada, cujos mecanismos de produção estão associados à evolução dos sistemas económicos e sociais actuais, e são susceptíveis de gerarem dualização e fragmentação social.

O conceito de exclusão social envolve, contudo, elementos de definição de natureza muito diversa.

Apelando a uma noção de desinserção social, o conceito de exclusão envolve a ideia de marginalização, ou de ruptura dos elos que ligam o indivíduo ao seu meio social.

A exclusão social é, nesta perspectiva, entendida como um processo num contínuo de zonas de integração-vulnerabilidade-exclusão<sup>9</sup> onde se podem distinguir dois eixos principais de desintegração.

Por um lado, a desintegração no sistema de actividade ou de emprego, com perda de competências ou de capacidades, incluindo, mas não se resumindo, a impossibilidade de obtenção autónoma de um rendimento suficiente. Por outro, a desinserção nas relações familiares e sociais, com fragilização das relações interpessoais e do sentimento de pertença.

A dinâmica deste processo envolve com frequência, “a aprendizagem da desqualificação social e, por vezes, a habituação inicial à estigmatização e à inferiorização, à perda da dignidade e de estatuto” (Almeida, 1993:833).

---

<sup>9</sup> Cf. Castel, 1991.



Os indivíduos afectados pela exclusão social estariam em situação que os impossibilitaria de usufruírem dos direitos sociais sem assistência, bem como em risco face a processos de marginalização durável e sentimentos de desvalorização pessoal, anomia, conformismo ou confirmação perante as suas condições de existência.

Face ao progressivo alargamento do conceito de exclusão social, incluindo factores económicos, sociais e psicológicos das 'exclusões' da sociedade surge a necessidade de fixar um conceito de contornos mais claros.

No âmbito do Observatório Europeu sobre Políticas Nacionais de Combate à Exclusão Social, o conceito adoptado para exclusão social é o de "não realização dos direitos sociais formalmente garantidos pela Lei Fundamental de cada Estado membro" (CEC, 1991; Pereirinha, 1992:7)<sup>10</sup>.

Nestes termos, a orientação científica imprimida aos trabalhos realizados no âmbito do citado Observatório radica na concepção institucionalista de exclusão social definida em relação aos direitos sociais dos cidadãos constitucionalmente consagrados (Pereirinha, 1994b:26-27).

Esta perspectiva baseia-se, em última instância, no conceito de cidadania de Marshall (1950) que largamente influencia o pensamento moderno sobre direitos e cidadania.

Os direitos de cidadania, segundo Marshall, são os direitos de "participação integral na comunidade" (Marshall, 1967:62), decomponíveis em três componentes: direitos civis, políticos e sociais.

Na sua componente social incluem-se "desde o direito a um mínimo de bem estar económico e segurança, ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade" (*idem*:63-64). As instituições mais intimamente ligadas a esta componente são a educação e os serviços sociais (*ibidem*), e são as políticas públicas dirigidas à prossecução destes direitos fundamentais, tal como são consignados no contrato constitucional da sociedade que é a lei fundamental do Estado, que se tomam como

---

<sup>10</sup> No caso português, os domínios abrangidos são a educação, emprego, saúde, habitação, protecção social e defesa do consumidor (Pereirinha, 1992:8-9).

padrão de referência para a apreciação/observação da exclusão social ao nível dos diversos estados membros.

### **2.2.5 Pobreza, Bem Estar e Desigualdade**

As correntes mais seguidas actualmente na investigação da pobreza enquadram-se na abordagem indirecta da pobreza via recursos ou incluem explicitamente a relação entre comando sobre recursos e condições de vida (vd. 2.2.1).

Neste ponto procura clarificar-se qual a definição de recursos mais apropriada para o estudo da pobreza, e a sua relação com o bem estar económico. Uma vez que a distribuição de recursos na sociedade sempre mereceu, por parte da ciência económica, uma atenção especial em termos da desigualdade, procura-se também discutir a relação que existe entre os conceitos de pobreza e de desigualdade.

O rendimento é uma variável insuficiente para representar a posição económica dos indivíduos, isto é, o potencial económico mobilizável pelos indivíduos nas sociedades actuais (Townsend, 1970:24).

Vários autores salientaram a necessidade de uma noção mais alargada de recursos que melhor expressasse a efectiva posição económica (Titmuss, 1960; Townsend, 1970 e 1979; Atkinson, 1975).

Townsend (1970:24-25) sugere que a variável rendimento seja substituída por uma variável de recursos económicos resultando da agregação de cinco componentes:

- 1) rendimento em numerário (ordenados e salários, rendas, juros, dividendos e lucros, prestações da segurança social);
- 2) bens de capital (depósitos, obrigações e acções, direitos de propriedade);
- 3) benefícios e regalias associados ao emprego (rendimentos em espécie - casa, carro, refeições, viagens, formação, etc);
- 4) serviços públicos ou sociais em espécie (saúde, educação, habitação, etc);
- 5) rendimentos privados em espécie (produção doméstica, dídivas privadas de bens e serviços).

Assim redefinido, o conceito de recursos corresponde de uma forma mais qualificada aos meios económicos aos quais cada indivíduo ou família tem acesso, e é sobre este conceito mais alargado que faz sentido reportar a análise da desigualdade na distribuição interpessoal de recursos, e da pobreza em particular.

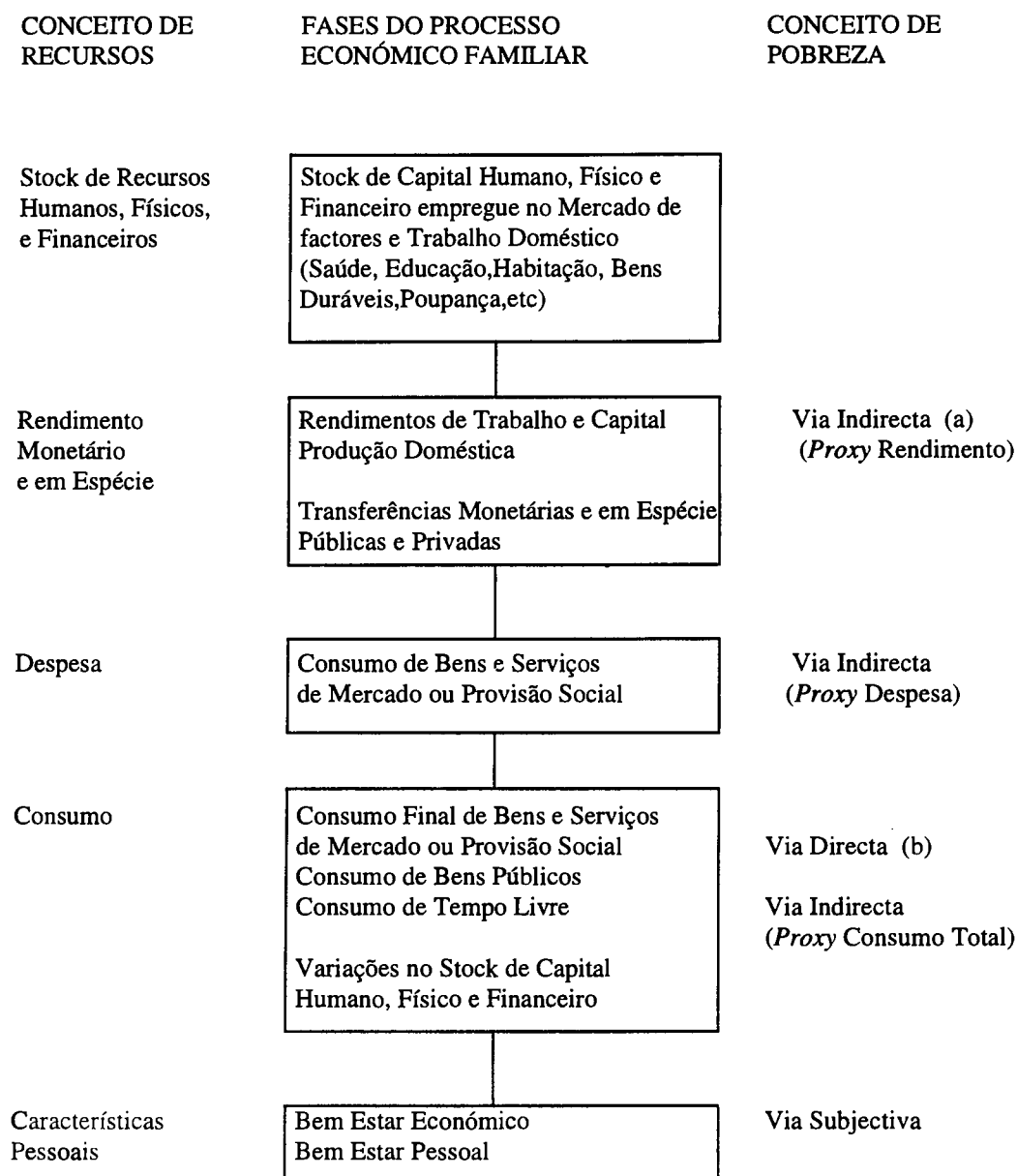
É também sobre a distribuição dos recursos económicos definidos desta forma mais ampla que incide a abordagem da pobreza, tipificada por Atkinson como conceito indirecto e objectivo (Atkinson, 1987b, 1989) e definida por Sen “não como baixo nível de bem estar, mas a incapacidade de atingir um nível aceitável de bem estar, devido à carência de meios” (Sen, 1992:110).

O bem estar económico, para além das componentes já citadas, dependerá ainda de outros factores relacionados com a actividade económica, como o tempo de lazer e a satisfação relacionada com o trabalho (Scitovsky, 1986:29-31).

O bem estar pessoal, esse é um conceito que ultrapassa largamente o bem estar económico ou ‘material’, dependendo de factores “mais profundos e intangíveis” (Jordan, 1986:15), inerentes a cada ser humano.

Conjugando os elementos sucessivamente expostos, a relação entre recursos e bem estar económicos, e os enfoques das várias abordagens conceptuais da pobreza podem sintetizar-se na Figura 2.1

**Figura 2.1 Relação entre o Processo Económico Familiar e os Conceitos de Recursos e de Pobreza**



Notas: (a) Acrescido do valor dos consumos de bens públicos  
(b) Por análise de consumos específicos

## **2.3 Modelos de Desenho da Linha de Pobreza**

Não existe uma única forma de definir uma linha de pobreza como modo de operacionalizar um conceito de pobreza.

Ao longo dos quase cem anos que fazem a história da investigação social sistemática da pobreza, várias abordagens foram sugeridas. Faz-se neste ponto uma sistematização dos principais modelos propostos para determinação de limiares de pobreza.

Os diversos modelos decorrem, naturalmente, da forma como é conceptualizada a pobreza, e da perspectiva de operacionalização que é seguida.

Para além das abordagens de tipo directo ou indirecto, absoluto ou relativo, objectivo ou subjectivo, do conceito de pobreza, a determinação de linhas de pobreza carece da proposição de uma metodologia concreta para definir, no espaço dos recursos económicos ou no espaço multidimensional das condições de existência, o nível de fractura que faz a demarcação das famílias e indivíduos que se encontram em situação de pobreza.

Os diversos modelos são agrupados em grandes famílias a que correspondem as orientações metodológicas principais desenvolvidas, referenciando-se a sua origem e domínios de aplicação.

### **2.3.1 Modelos Baseados nas Necessidades Básicas**

#### **Método de Rowntree**

Os primeiros trabalhos sobre a pobreza são devidos a dois reformadores sociais britânicos, que privilegiaram a investigação empírica num quadro de reforma social, Charles Booth e Seebohm Rowntree.

Ambos estudaram intensivamente a pobreza em espaços geográficos circunscritos, mas de certa forma condensando as condições gerais que se poderiam observar nessa época na sociedade inglesa, procurando apurar as formas como a pobreza se manifestava e as causas que a produziam.

O primeiro destes investigadores, Charles Booth, cuja obra principal, *Life and Labour of the People of London*, em 17 volumes, publicada entre 1899 e 1903, faz a apresentação pela primeira vez um mapa exaustivo da pobreza na cidade de Londres.

Seebom Rowntree efectuou por seu turno uma intensa investigação da pobreza na cidade de York em 1899, tendo publicado o resultado dessa investigação em 1901 sob o título *Poverty: A Study of Town Life*, vindo mais tarde, em 1936 e 1950, a repetir estudos sobre a pobreza na mesma cidade.

Estes trabalhos vieram a influenciar as reformas sociais que culminaram com as medidas preconizadas no Relatório '*Beveridge Social Insurance and Allied Services*' (1942), e que moldaram o novo sistema de Serviços Sociais Britânicos então instituído, e vieram também a influenciar os demais sistemas de protecção social em nascimento na Europa Ocidental, dado o ênfase posto na detecção das causas da pobreza que poderiam ser mitigadas através de legislação.

A estratégia de investigação de Rowntree primou pela exaustividade na forma como cobriu toda a população trabalhadora, e como observou as suas condições de vida - condições de habitação e de subsistência, composição de cada família, ocupações dos seus membros, rendimentos - e procurou identificar as causas 'imediatas' de pobreza.

Esta estratégia permitiu-lhe comparar os rendimentos das famílias com os recursos necessários para satisfazer as suas 'necessidades materiais mínimas', e identificar assim as famílias pobres.

A linha de pobreza implícita no trabalho de Rowntree deriva de uma abordagem de necessidades básicas, por ele referidas como 'necessidades materiais'.

O custo de satisfação destas necessidades básicas - alimentação, vestuário, habitação, despesas gerais com a casa - foram estimadas directamente e em separado, conduzindo a sua agregação à linha de pobreza para o agregado familiar. Se o rendimento familiar ficasse aquém daquele valor, verificar-se-ia uma situação de pobreza.

Como já se referiu no ponto 2.2.1 as necessidades básicas consideradas eram muito restritas, correspondendo a uma definição de mera subsistência física.



### **Método de Orshansky**

Baseada também no mesmo conceito, Mollie Orshansky (Orshansky, 1965), propôs um método alternativo de estimação do mínimo de recursos necessários à satisfação das necessidades básicas.

Observando que “não existe padrão geralmente aceite de adequação para as necessidades essenciais, à excepção da alimentação”<sup>11</sup>, esta autora propôs um modelo de construção da linha de pobreza que se funda apenas na estimação directa do custo da alimentação.

Dispondo dos padrões de consumo alimentar mínimo estabelecidos pelo Departamento de Agricultura americano, foi-lhe possível estimar os custos da dieta alimentar para famílias com diversas estruturas, em função da respectiva dimensão e composição. Por outro lado apurou, com base em inquérito às despesas das famílias, ser de 1/3 a proporção da despesa alimentar na despesa total.

Tomando como hipótese que, face ao empobrecimento, a redução no orçamento alimentar é acompanhada por reduções proporcionais nas outras despesas, propôs como método, que tomou o seu nome, multiplicar o orçamento alimentar mínimo, para cada tipo de família, pelo inverso do coeficiente de Engel médio, para obter a linha de pobreza para cada tipo de família.

Assim resultaram as primeiras linhas de pobreza oficiais para os Estados Unidos, referidas ao ano de 1963.

As suas propostas, sucessivamente expostas em estudos para a Administração da Segurança Social, tiveram muita influência em pesquisas posteriores, e em 1969, com algumas modificações menores e sendo actualizadas face à evolução dos preços, as escalas de Orshansky foram tornadas na medida *standard* de pobreza ao nível das

---

<sup>11</sup> Citado por Hagenaars (1986).

estatísticas e da assistência oficiais nos EUA, sendo ainda hoje utilizadas, na forma do denominado '*Social Security Administration Poverty Index*'.

As críticas a esta metodologia remontam, no entanto, à época do seu nascimento. Diversos autores discordaram do coeficiente de Engel utilizado, considerando-o desadequado, uns por ser excessivo, outros por ser insuficiente.

De entre as críticas refere-se a de Rose Friedman, que veio a dar origem a uma variante, não muito feliz, como se argumentará, do método de Orshansky.

Defendeu esta autora que seria mais correcto utilizar um coeficiente mais elevado, já que as famílias pobres despenderiam uma maior percentagem do seu orçamento em alimentação. Em face das suas estimativas do coeficiente de Engel para os mais pobres (6/10) reviu os valores estimados para a linha de pobreza, consequentemente, para valores mais baixos.

Esta crítica, contudo, corrige a abordagem inicial da pior forma - firmando a circularidade do procedimento, já que não só as necessidades de recursos estimadas como extrapolação dos comportamentos de consumo presentes são necessariamente dependentes da própria disponibilidade de recursos (Townsend, 1979), como ainda utilizar o coeficiente de Engel dos pobres na definição da linha de pobreza obrigaria a uma determinação prévia de quem são os pobres, que é precisamente o que a linha de pobreza deve permitir identificar.

O método de Orshansky, embora expedito, tem como inconveniente ser de facto muito sensível ao coeficiente de Engel, e é questionável não se ter verificado qualquer correcção deste valor na definição oficial americana, quando se tem vindo a constatar a alteração daquele parâmetro para a sociedade americana<sup>12</sup>.

Por outro lado, também no que respeita à linha de pobreza oficial americana, tão pouco foram actualizados os bens do cabaz alimentar em que se traduz a dieta alimentar de padrão nutricional mínimo, o que, com o passar do tempo, conduz a uma discrepância crescente em relação aos padrões de consumo e necessidades familiares contextualizadas numa sociedade em acelerada mudança.

---

<sup>12</sup> (vd. sobre esta questão, Rugles, 1990).



Este é outro aspecto crucial da aceitabilidade da metodologia. Aceite um padrão nutricional mínimo, é necessário que ele seja traduzido com realismo para um cabaz alimentar, atendendo a que nem sempre a composição mais económica é reconhecida, e transcrita de uma forma óptima na gestão do orçamento familiar, ou adaptada aos hábitos alimentares socialmente praticados.

Esta metodologia foi aplicada nos primeiros estudos sistemáticos sobre pobreza em Portugal, nomeadamente por Costa *et al* (1985) e Costa (1993).

A metodologia que se ensaia neste estudo da situação portuguesa na década de oitenta radica também nesta perspectiva, que se considera, entre as perspectivas analíticas possíveis, como a mais adequada forma de operacionalizar um conceito objectivo de pobreza, claramente relacionado com a dimensão de adequação dos recursos económicos dos agregados familiares à satisfação das suas necessidades elementares.

Na definição do cabaz alimentar seguem-se opções idênticas às adoptadas pelos investigadores supracitados, enquanto que na apreciação das necessidades relativas, quer alimentares quer não alimentares, para diferentes configurações dos agregados familiares, se introduzem opções alternativas diferentes da metodologia *standard* de Orshansky.

### **2.3.2 Método do rácio alimentar**

Outro método baseado na despesa alimentar foi sugerido por Watts (1975). Evitando o problema inerente às abordagens baseadas nas necessidades básicas, que consiste na definição e aceitação de uma dieta alimentar com padrões nutricionais mínimos, este autor sugeriu que um certo rácio da despesa alimentar em relação ao rendimento fosse tomado como linha de pobreza.

A justificação de uma metodologia como esta baseia-se na Lei de Engel que postula que, a partir de certo nível, o rácio despesa alimentar/rendimento decresce com o rendimento. Como, por outro lado, o bem-estar se elevará com o rendimento, o rácio alimentar pode ser tomado como uma *proxy* do bem-estar familiar.

A discriminação por tipos de famílias isto é, a definição de uma escala de equivalência, pode ser empiricamente derivada pela inclusão da dimensão da família como variável explicativa da despesa alimentar (cf. Van Praag *et al*, 1982).

Seja  $\phi$  rácio alimentar escolhido para dar origem à linha de pobreza. A linha de pobreza,  $y^*(\phi)$ , será então a solução da equação

$$\frac{C(y^*)}{y^*} = \phi ,$$

onde  $C(.)$  representa a despesa alimentar.

Se se quiser a linha de pobreza pode diferenciar tipos de família por classe de dimensão. Seja a dimensão da família designada por  $f_s$ , então a linha de pobreza para cada dimensão familiar será definida como a solução de

$$\frac{C(y^*, f_s)}{y^*} = \phi .$$

Certos autores (Van Praag *et al*, 1982) optam por uma especificação loglinear da despesa alimentar a ser estimada pelos orçamentos familiares. Assim, estabelecem como hipótese que

$$\ln C(y, f_s) = \alpha_0 + \alpha_1 \ln f_s + \alpha_2 \ln y ,$$

o que permite chegar à linha de pobreza estimada através da relação

$$\ln y^*(\phi, f_s) = \frac{1}{1 - \alpha_2} (\alpha_0 + \alpha_1 \ln f_s + \alpha_2 \ln \phi)$$

Para operacionalizar este método os valores críticos propostos para o rácio do custo alimentar têm consistido numa percentagem do coeficiente médio de Engel

para a sociedade (Hagenaars, 1986), ou no rácio alimentar médio em relação ao rendimento (Hagenaars e Van Praag, 1985).

### 2.3.3 Quotas dos Recursos Médios ou Medianos

Enveredando por uma concepção definitivamente relativa da pobreza, e referindo esta situação em função do padrão de vida da sociedade avaliado pelo rendimento, surgiram várias propostas de definição da linha de pobreza como percentagem do rendimento médio.

A primeira aplicação é a de Abel-Smith e Townsend (1965), onde a classificação da pobreza a nível oficial é cotejada com as avaliações resultantes de se tomar como linha de pobreza  $1/2$  ou  $2/3$  do rendimento médio, por tipo de famílias.

Townsend continuaria a defender esta abordagem, por tipos de agregados familiares e níveis de rendimento médio em trabalhos posteriores, sustentando que a média é ponto de referência mais apropriado que a mediana, já que deriva do rendimento total distribuído, e assim proporciona um termo de referência mais estável nas comparações no tempo e no espaço (Townsend, 1979).

Townsend adopta, nestes estudos, linhas de pobreza correspondendo a 50% (nível “muito baixo” da linha de pobreza) e 80% (nível “baixo”) do rendimento médio. Outros estudos a nível internacional (OCDE, 1976 e CEE, 1991) utilizam valores da ordem dos  $2/3$ ,  $1/2$  ou  $2/5$  do rendimento médio das sociedades em análise.

Outros autores, como Fuchs (1965) ou Lansley (1980), preferem reportar-se ao rendimento mediano, já que salientam, ao estudar a pobreza, é sobre a aba esquerda da distribuição dos rendimentos que a atenção se deve concentrar, e que a média é, como se sabe, muito sensível aos valores extremos particularmente elevados.

A grande desvantagem desta abordagem parece ser o carácter *ad hoc*, arbitrário e sem relação com a adequação de recursos, com que aquelas fracções são fixadas.

Na sua determinação deveria entrar, de uma forma mais explícita, uma leitura sobre a adequação do nível de recursos definido pela linha de pobreza ao

prosseguimento de uma vida sem níveis inaceitáveis de privação em relação ao padrão de vida comum à sociedade.

A mera determinação de uma fracção do rendimento deveria ser caldeada com um estudo do processo de exclusão dos estilos de vida e condições materiais generalizadamente difundidas na sociedade em análise, sem o que o próprio conceito de pobreza fica desfigurado ao reduzir-se apenas a uma abordagem dos baixos recursos, sem relação com qualquer noção de adequação de recursos.

A utilidade desta abordagem pode ser reapreciada quando é enquadrada pela análise sistemática das populações de menores recursos, em termos da sensibilidade da avaliação da extensão da pobreza face a diferentes níveis possíveis, mas não consensualmente aceites, para a linha de pobreza.

Deste modo, a avaliação da extensão ou incidência do fenómeno da pobreza numa sociedade, ou a comparação entre sociedades distintas, ou ainda de uma mesma sociedade em diferentes momentos do tempo, pode ser conduzida através da análise de sensibilidade da avaliação da extensão da pobreza com a variação do nível da linha de pobreza, num intervalo considerado relevante.

Esse intervalo pode assim ser definido de uma forma rápida e expedita em função do nível médio ou mediano dos recursos familiares disponíveis, sem referência directa a uma fundamentação mais apropriada do limiar de pobreza, mas cobrindo, se bem escolhido, um amplo leque de escolhas possíveis para aquele limiar.

### **2.3.4 Percentis da Distribuição de Recursos**

As propostas de definir a linha de pobreza em função de percentis da distribuição de rendimento radicam afinal na adopção de um mero conceito de desigualdade, já que, qualquer que seja o nível atingido de rendimentos, e em particular, dos mais baixos, ser pobre seria equivalente, segundo esta abordagem, a ter menos recursos que os outros na sociedade.

Os autores que propuseram esta abordagem (Miller e Roby, 1974), sustentam-na exactamente na óptica da estratificação social, eventualmente procurando nesta macro-teoria das causas da pobreza uma demarcação de uma sub-

população onde estudar as características individuais de quem é pobre (Cf George, 1980), sendo a dimensão da família não mais que uma dessas características.

Esta perspectiva é absolutamente redutora da pobreza à desigualdade, não abordando de forma específica a adequação dos recursos económicos detidos, ou as condições concretas de existência, no sentido de apurar se estas impõem, ou não, condições particulares de privação em relação aos padrões de vida da sociedade.

Definir as situações de pobreza, independentemente do nível e da disparidade em relação ao resto da sociedade, dos recursos dos mais desfavorecidos, parece ser uma forma imprópria de definir um conceito de pobreza.

Neste sentido é uma perspectiva que não tem colhido adesão dos principais investigadores actuais sobre a pobreza.

### **2.3.5 Linhas Oficiais de Pobreza**

Designam-se usualmente por definições oficiais de linha de pobreza, aquelas que emanam de instituições dependentes do Estado, quer no âmbito de organismos estatísticos, quer nos que compõem o sistema de protecção social.

Em particular, ganham especial significado as linhas de pobreza que surgem como limiares de acesso a regimes de assistência social.

Embora a assistência social tenha um carácter subsidiário dos sistemas de segurança social nos modelos de protecção social que se têm vindo a desenvolver nas sociedades ocidentais, em alguns países conduziram à definição de valores que condicionam o acesso a regimes gerais de benefícios.

Um nível mínimo de rendimento garantido aos indivíduos e famílias não é ainda um direito consagrado em todos os Estados da União Europeia, embora seja um objectivo já por diversas vezes enunciado, e em fase de implementação em Portugal<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Encontra-se em fase piloto a introdução em Portugal de um esquema de suporte ao rendimento das famílias mais desfavorecidas, o qual entrará integralmente em vigor a partir de 1 de Julho de 1997 (Vd a Lei nº19-A/96 de 29 de Junho, que cria o Rendimento Mínimo Garantido).

A definição de níveis mínimos de rendimento, condicionantes da definição oficial de pobreza, e/ou do próprio acesso a regimes de suporte do rendimento, existem em diversos países da OCDE.

No Reino Unido, por exemplo, esta definição pode identificar-se com o nível de assistência nacional, fixado primeiramente como '*supplementary benefit*' e depois como '*income support*' (Atkinson, 1990).

Em países como a Bélgica ou o Luxemburgo, existe a garantia de um nível mínimo de rendimento, sob a forma de mínimo de subsistência garantido a todos os cidadãos (Bergham, 1980), e de rendimento mínimo garantido (Milano, 1990), respectivamente.

Nos Estados Unidos, a linha oficial de pobreza é consagrada através dos índices definidos pela Administração da Segurança Social, de acordo com a metodologia de Orshansky, estabelecendo as situações passíveis de assistência.

Estas linhas de pobreza são muito variáveis entre si, mas têm em comum o serem generalizadamente consideradas muito baixas, o que é agravado por uma insuficiente actualização no tempo, face à evolução dos preços e dos padrões de vida na sociedade. São, contudo, um compromisso do Estado em prover um mínimo de recursos económicos aos cidadãos.

Embora as definições oficiais pudessem ser encaradas como o resultado de um "consenso democrático sobre o nível da linha de pobreza" (Hagenaars, 1986:29), as decisões dos responsáveis políticos dependem de um grande número de influências da esfera política que constroem a percepção da pobreza de variadas formas, nomeadamente subordinando-a a juízos de 'exequibilidade económica'.

E, tal como os recursos económicos têm uma distribuição desigual, também o poder dos vários estratos sociais é desigualmente distribuído, e em consequência a visibilidade e premência dos problemas sociais, e a pressão para a obtenção de soluções. Estes elementos influem na percepção da realidade social, e da pobreza em particular, e no nível de prioridade política que lhe é associada.

O estudo do que é exequível deve ser sempre articulado com o estudo do que é desejável, dado que o possível e o desejável para a sociedade são as duas faces da

teoria política. Assim também parece ser na interacção da ciência económica e da ciência política, e na forma como se abordam os problemas sociais que são o seu objecto de conhecimento e intervenção. Assim é, inexuravelmente, também na consideração e intervenção suscitada pela problemática da pobreza.

### **2.3.6 Linhas de Pobreza Subjectivas**

Assentes numa abordagem subjectiva da pobreza, foram apresentadas propostas de definição da linha de pobreza baseadas nas respostas a inquéritos directos, que procuram avaliar os rendimentos considerados mínimos para satisfazer as necessidades de cada família.

#### **Linha de Pobreza Subjectiva**

A primeira proposta de desenho da linha de pobreza seguindo a abordagem da pobreza na óptica subjectiva, e que passou a designar-se na literatura por Linha Subjectiva de Pobreza, é baseada em inquéritos compostos pela 'Questão do Mínimo Rendimento' ('MIQ - *minimum income question*').

A 'Questão do Mínimo Rendimento' consiste em perguntar o rendimento considerado mínimo para o sustento da família.

Em duas variantes, a questão pode respeitar apenas ao tipo de família do inquirido, ou estender-se à avaliação de diversos tipos de famílias numa mesma entrevista. Nesta segunda hipótese, existe o risco de não ser segura uma percepção fiável dos custos inerentes a configurações familiares diferentes da configuração da família inquirida.

Em qualquer das hipóteses, o tratamento das respostas por tipo de família permite derivar empiricamente escalas de equivalência.

As respostas não geram imediatamente uma linha de pobreza. A linha de pobreza é derivada a partir de um modelo cuja característica principal é a de considerar que, para além de outros factores, o 'rendimento mínimo' é função crescente do rendimento efectivo.

Seja  $y$  o rendimento efectivo, e  $y_{\min}$  o rendimento considerado como mínimo, e  $x$  o vector de outros factores associados à família considerados relevantes. Então pode estabelecer-se, para cada tipo de família, a relação

$$y_{\min} = f(y, x).$$

Esta relação pode ser estabelecida para diversos tipos de famílias, não apenas definidos em termos da sua dimensão ou configuração, mas também em termos de localização geográfica, ou outros factores julgados pertinentes.

A linha de pobreza, para cada tipo de família, é definida como  $y_{\min}^*$  tal que

$$y_{\min}^* = f(y_{\min}^*, x).$$

Esta metodologia foi aplicada por Van Praag e Flik (1992) no âmbito da investigação efectuada para o EUROSTAT sobre avaliação subjectiva da pobreza nos países da União Europeia, e será abordada, no que respeita a Portugal, no Capítulo 6.

### **Linha de Pobreza de Leyden**

Outra metodologia proposta para determinar a linha de pobreza segundo a abordagem subjectiva foi originalmente apresentada por Goedhart, Halberstadt, Kapteyn e Van Praag em 1977, e posteriormente reelaborada por estes e outros autores (Cf Hagenaars e Van Praag, 1985).

Segundo este método, que veio a tomar o nome do local onde teve a sua origem, Leyden, a linha de pobreza resultará de um modelo que incorpora o rendimento efectivo de cada inquirido e o conteúdo da resposta à 'Questão de Avaliação do Rendimento' ('IEQ - *income evaluation question*').

A 'Questão de Avaliação do Rendimento' é a seguinte: "Que rendimento líquido mensal consideraria, nas suas circunstâncias, como muito mau? mau? insuficiente? suficiente? bom? muito bom?".

Num primeiro passo as respostas são usadas para estimar uma função utilidade do rendimento, assumindo que as respostas às qualificações verbais "muito



mau” , “mau” , etc, podem ser transformadas em iguais quantis do contradomínio da função utilidade  $U(y)$ , isto é, do intervalo  $[0,1]$ .

Segundo Van Praag, tal função utilidade é bem aproximada por uma distribuição lognormal do rendimento, cujos parâmetros podem ser estimados procedendo ao respectivo ajustamento, com base nas respostas obtidas por inquérito.

Assumindo que a percepção individual dos rendimentos que estabelecem as fronteiras de utilidade definidas na questão são função da própria posição do indivíduo na sociedade, aproximada pelo seu rendimento efectivo, e do rendimento do seu grupo social de referência, as propostas deste modelo tomam uma especificação do tipo:

$$\mu = \beta_0 + \beta_1 \ln y + \beta_2 \mu_y$$

$$\sigma = \beta_3 \sigma_y ,$$

onde  $\mu_y$  e  $\sigma_y$  , são, respectivamente, a média e o desvio padrão do rendimento do grupo social de referência para o indivíduo analisado.

O grupo social de referência pode ser constituído, numa versão mais simples, por toda a sociedade nacional, e em versões mais sofisticadas, por distintos grupos sociais, uma especificação dos parâmetros da lognormal pode ser (Hagenaars e Van Praag, 1985).

A determinação da linha de pobreza correspondente ao nível  $\delta$  de utilidade consiste em encontrar a solução de

$$N\left(\frac{\ln y - \mu}{\sigma}\right) = \delta ,$$

o que, após as substituições de  $\mu$  e  $\sigma$ , e tomando  $v_\delta$  tal que ,

$$N(v_\delta) = \delta ,$$

conduz a

$$\ln y_{\delta} = \beta_0 + \beta_1 \ln y_{\delta} + \beta_2 \mu_y + \beta_3 \sigma_y v_{\delta} \quad ,$$

ou

$$\ln y_{\delta} = \frac{1}{1 - \beta_1} (\beta_0 + \beta_2 \mu_y + \beta_3 \sigma_y v_{\delta}) \quad .$$

De salientar que as respostas para as duas definições subjectivas não são directamente as linhas de pobreza, mas sim o *input* de modelos que as derivam, e que devem ser bem especificados e estimados.

Aos possíveis enviesamentos derivados do modelo, Kapteyn e a sua equipa de investigação (Kapteyn *et al*, 1988) juntam ainda um outro, chamando a atenção para o necessário tratamento da tendência sistemática de subestimação dos rendimentos efectivos por parte dos inquiridos, sem o que, *ceteris paribus*, o resultado será também a subestimação das linhas de pobreza.

De notar que, como já se disse, as linhas de pobreza subjectivas são em geral mais elevadas que as derivadas dos outros procedimentos de construção, traduzindo o facto de que a percepção individual por parte das famílias e indivíduos sobre o mínimo ou suficiente rendimento necessário ao sustento da família é muito superior aos valores homólogos definidos por abordagens objectivas.

Esta mesma relação será verificada na análise empírica que se ensaia sobre a realidade portuguesa no final da década de oitenta (vd 6.2.2), já que, embora não tenha sido possível proceder à estimação directa de linhas de pobreza subjectivas para Portugal, se dispõe dos resultados obtidos para diversos países da União Europeia (Van Praag, 1992), tendo os elementos sobre Portugal resultado do tratamento da 'questão de avaliação do rendimento' introduzida experimentalmente em módulo adicional ao Inquérito aos Orçamentos Familiares realizado pelo Instituto Nacional de Estatística em 1989/90.

### 2.3.7 Metodologias de Avaliação Directa da Pobreza

As metodologias de avaliação directa da pobreza, através da apreciação das condições concretas de vida dos indivíduos e famílias procuram identificar a população pobre como a população que não participa nos níveis de bem-estar material e económico e nas actividades generalizadamente difundidos na sociedade.

A apreciação das situações de pobreza definidas enquanto privação nas condições de vida acarreta a observação directa das condições de existência e estilos de vida, no sentido de identificar as situações de carência em relação aos padrões socialmente difundidos, envolvendo a definição dos critérios relevantes para ajuizar as condições de vida e dos limiares para aqueles que traduzem situações de privação.

A análise da pobreza segundo esta perspectiva tem, necessariamente, que se basear numa abordagem multicritério, recorrendo a informação detalhada sobre as condições de vida das populações, com um pormenor que se não obtém usualmente pelas fontes estatísticas periódicas oficiais.

Vários modelos implementando abordagens directas na definição da pobreza foram sendo ensaiados, procurando aperfeiçoar a avaliação directa das situações de privação, tendo os estudos percursores deste tipo de abordagem sido realizados a partir do lançamento de inquéritos especialmente concebidos por equipas de investigação independentes dos poderes públicos e organismos oficiais (Townsend, 1979; Mack e Lansley, 1985; Townsend *et al*, 1987).

Esta linha de abordagem, permitindo uma aproximação multidimensional do fenómeno da pobreza, tem tido também expressão no progressivo aprofundamento das fontes estatísticas oficiais dirigidas ao conhecimento da realidade socio-económica ao nível de diversos estados europeus, e no âmbito dos países da União Europeia em particular<sup>14</sup>.

No domínio dos sistemas estatísticos da União Europeia, o EUROSTAT tem coordenado uma harmonização das operações estatísticas básicas nos diversos estados membros, reflectida numa moldura comum dos Paineis Socio-Económicos Nacionais<sup>15</sup>, e incentivado estudos específicos de âmbito supra nacional<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Os casos mais consolidados são o Painel Socio-Económico Holandês, o Painel Luxemburguês, ambos realizados com periodicidade anual, e o Inquérito ao Rendimento, Pobreza e Utilização dos Serviços do Estado, realizado na Irlanda com periodicidade irregular (cf. Whelan, 1991, 1992).

<sup>15</sup> O Painel Socio-Económico já foi aplicado em Portugal (1994 e 1995), mas não se encontram ainda publicados quaisquer resultados, nem pelo INE, nem pelo EUROSTAT.

<sup>16</sup> Painel Europeu (European Household Panel, é um projecto que o EUROSTAT reaprecia desde 1989, e cujos resultados ainda não foram divulgados para nenhum país e nenhuma das vagas realizadas.

De uma forma breve apresentam-se em seguida os principais modelos de análise da pobreza através da abordagem directa das condições de vida e privação das populações.

### **Método de Townsend**

O primeiro ensaio de uma metodologia desta família à análise de uma sociedade contemporânea, foi realizado por Peter Townsend, numa investigação que aquele investigador liderou em Inglaterra no final dos anos sessenta, e cuja elaboração e resultados se encontram publicados na sua obra *Poverty in the United Kingdom* (1979).

O conceito de Townsend de 'privação relativa' (Townsend, 1979), que já foi referido como uma abordagem fecunda da pobreza na medida em que apela para uma medida mais global que radica no carácter multidimensional da pobreza, deu origem a um modelo de determinação da linha de pobreza que privilegia essa perspectiva multidimensional, não redutível ao rendimento, mas que se expressa, em última instância, numa linha de pobreza em termos de rendimento disponível das famílias.

O conceito de privação sugerido por Townsend expressa-se em diversas esferas de vida, sistematizadas em distintas subcategorias, ou dimensões de privação: dieta alimentar, vestuário, aquecimento e iluminação, condições de habitação, condições de trabalho, saúde, educação, ambiente, actividades familiares, actividades recreativas e relações sociais.

Focando estas várias dimensões, o questionário elaborado por Townsend contava com 60 questões que procuravam escrutinar o 'estilo de vida' da população inglesa<sup>17</sup>.

Do total de indicadores possíveis, o autor seleccionou 12 cuja agregação definiu como 'índice de privação', e que sintetiza, na sua opinião, o grau de participação no estilo de vida generalizado na sociedade.

A hipótese de que, à medida que os recursos escasseiam, se atinge um ponto de recuo mais que proporcional na participação nas actividades e estilos de vida

---

<sup>17</sup> O questionário foi lançado em 1968/69 e dirigiu-se a uma amostra de 2000 famílias no Reino Unido.

comuns, pode ser testada ao relacionarem-se os valores assumidos pelo índice com os níveis de rendimento, e assim determinar, se a hipótese não for rejeitada, a linha de pobreza como o nível de rendimento a que corresponde esse ponto de recuo acentuado.

Embora para a globalidade das respostas, um tal ponto pareça existir, quando se analisam os resultados por tipos de famílias a sua existência é muito questionável. Townsend acaba mesmo por reconhecer que o seu estudo exaustivo se revela, em muitos aspectos, inconclusivo (Townsend, 1979:258).

Diversos autores criticaram a metodologia utilizada por Townsend<sup>18</sup>. As principais debilidades do ponto de vista teórico radicam na arbitrariedade seguida na definição do 'índice de privação', e na inexistência de mecanismos adaptativos das preferências.

Se é verdade que qualquer questionário sobre o 'estilo de vida' inevitavelmente se baseia na sabedoria e argúcia do investigador, de modo a captar de forma completa as diversas dimensões daquele conceito, a forma de seleccionar e combinar os itens que revelam privação deve ser criteriosa e fundamentada.

Townsend aponta para critérios de escolha de itens que parecem ser consensuais: os itens a figurar no índice devem relacionar-se com condições de vida maioritariamente difundidas na sociedade, e correlacionar-se negativamente com o rendimento.

Contudo, a escolha específica dos 12 itens seleccionados por Townsend para configurarem o 'índice de privação' não foi aceite pacificamente pela comunidade científica dedicada a esta área de investigação.

Pode questionar-se em primeiro lugar o porquê de seleccionar cada um dos 12 itens consagrados, já que nem todos correspondiam a características maioritariamente difundidas entre a população inquirida, nem eram os únicos a correlacionar-se negativamente com o rendimento<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> Em especial Piachaud (1981) desencadeou uma polémica célebre, resumida em Townsend (1993). Mas as críticas mais substanciais que se referem foram sendo apresentadas e debatidas em vários artigos teóricos e diversos estudos empíricos.

<sup>19</sup> A lista dos itens seleccionados, com as respectivas quotas de difusão encontra-se em Townsend (1993:115).

Este tipo de questão pode ainda estender-se, conduzindo à interrogação de saber se cada um desses itens pretende simbolizar ou representar os principais domínios de privação, e se são esses itens concretos que melhor representam esses domínios.

Desde logo se observa que nem os 12 itens são justificados segundo esta perspectiva, nem fazem correspondência com as principais esferas onde se manifesta a privação identificadas por Townsend. Com efeito, eles concentram-se acentuadamente em características das relações sociais e actividade de lazer (7 itens), características da alimentação (3 itens) e do equipamento doméstico (2 itens).

Por outro lado, a agregação dos itens particulares no 'índice de privação', considera um esquema de ponderação uniforme. Este procedimento parece estar em contradição com o carácter relativo do conceito de privação sugerido por Townsend, que indicaria ser um dado estado de carência tão mais desfavorável quanto mais extensa fosse a difusão dessa característica na sociedade.

Finalmente, a questão das preferências. Os itens retidos por Townsend, bem como qualquer dos itens inquiridos, se bem que se possam relacionar com condições de privação, não são indicadores de privação se reflectirem uma escolha pessoal de não detenção de bens ou de não participação em actividades fundamentada em gostos pessoais e não por carência de recursos económicos<sup>20</sup>.

Posteriormente, uma equipa de investigação liderada por Townsend (Townsend *et al*, 1987), elaborou um novo estudo, incidindo na cidade de Londres, em que redefiniu e alargou os indicadores de estilo de vida.

Nesse trabalho foram definidos 77 itens de privação material e social, cobrindo treze formas de privação<sup>21</sup>, procurando uma melhor abordagem do seu conceito de 'privação relativa', nomeadamente adoptando uma selecção de itens

---

<sup>20</sup> Parecendo uma questão menor, esta objecção tem relevância muito concreta dada a prevalência de um número elevado de itens muito susceptíveis de reflectir preferências individuais, como convidar amigos para refeições, saídas para tomar refeições fora de casa ou para distrações, por exemplo.

<sup>21</sup> Os itens formulados cobrem as áreas da dieta alimentar, vestuário, infra estruturas e equipamento da habitação, ambiente, localização/acessibilidades, trabalho, direitos no emprego, actividades familiares, integração na comunidade, participação em instituições sociais, educação e recreio (Townsend, 1993:71-75).

representativos das situações de privação, em função da sua difusão social e do resultado de uma análise discriminante.

Também Desai e Shah (1988) aprofundaram a metodologia de Townsend ensaiando uma abordagem econométrica fundada na frequência dos acontecimentos de consumo nos quais se exprimem as situações de privação relativa.

Embora o modelo destes autores introduza modificações positivas à metodologia original de Townsend, nomeadamente efectuando o controlo das preferências e introduzindo ponderações proporcionais ao grau de frequência nas ocorrências de consumo na determinação do índice de privação, uma vez que o modelo se baseia no inquérito primitivo e nos itens formulados, mantém debilidades na fundamentação da representatividade dos diversos itens particulares elegidos como componentes do índice agregado.

O modelo econométrico final apresenta resultados empíricos que demonstram que a informação detalhada reunida com um inquérito especialmente dirigido à apreciação dos estilos de vida e situações de privação pode ser consistentemente utilizado no sentido de identificar e quantificar as situações de privação.

Os seus autores reconhecem, contudo, que a robustez da metodologia que propõem requer ainda mais pesquisa, nomeadamente alargando o âmbito dos itens seleccionados no inquérito original de Townsend, bem como aplicações a outras amostras (Desai e Shah, 1988:521).

### **Metodologia de Mack e Lansley**

Integrado num projecto lançado especialmente para investigar os estilos de vida prevalentes na sociedade britânica, patrocinado pela London Weekend Television, e realizado na Grã-Bretanha em 1983, Mack e Lansley (1984) efectuaram um importante estudo sobre as características e manifestações da pobreza naquela sociedade.

Os autores baseiam a sua concepção de pobreza na percepção social das necessidades inerentes à vida contemporânea. A perspectiva seguida define pobreza em termos de insatisfação pronunciada das necessidades sociais, sendo estas definidas

de acordo com a percepção da sociedade, isto é, segundo uma visão consensual das necessidades sociais.

Nas palavras dos autores “medir a pobreza (...) implica juízos de valor, mas esses juízos [circunscrevem-se à definição] de mínimos, às necessidades das pessoas. Embora esses juízos reflectam normas prevalecentes na sociedade, eles centram-se nos direitos (“entitlements”) de cada um [enquanto membro da sociedade], e não na distribuição dos recursos da sociedade” (Mack e Lansley, 1984:40). O seu estudo “visa identificar as condições mínimas de vida não por referência à perspectiva de especialistas, não por referência aos padrões observados de despesa ou condições de vida observados, mas por referência às concepções da sociedade como um todo. Esta é, na sua essência, uma perspectiva consensual na definição de *standards* mínimos.” (*idem*:42).

Esta concepção é implementada definindo um conjunto de itens que são indicadores de diversos domínios do estilo de vida e procedendo à sua avaliação, procurando determinar se são considerados necessidades. Esta avaliação é feita em termos de consenso social, sendo considerados como necessidade os itens apontados por mais de metade dos indivíduos inquiridos.

Dos 35 itens submetidos a inquérito, 26 foram considerados necessidade, sendo curioso observar que entre eles se encontra ter um jardim (55% de respostas) e não ter telefone (43%) (Mack e Lansley, 1984:54). Particularidades da sociedade britânica.

Os itens retidos formam dois subconjuntos, com alguns elementos comuns, reportando-se às necessidades das famílias e dos adultos em geral (18 itens), e das crianças (18 itens). O primeiro dá origem a uma escala de privação para as famílias, e o segundo a uma escala de privação para as crianças.

Cada família (ou criança) considera-se estar privada de um item se o não possui devido a questões de insuficiência de rendimento, não sendo considerada privação a não posse do item devida a outras razões (“controle de gostos”).

A partir da imputação a cada família do número de necessidades de que se encontra privada por razões económicas, os autores analisam a distribuição das



famílias por escalões do grau de insatisfação, detalhando essa distribuição em função de alguns atributos das famílias.

As principais debilidades deste método centram-se na abrangência e representatividade dos itens escolhidos para definição das necessidades, já que o seu universo é, à partida, delimitado pelos investigadores, no que diz respeito ao domínio a que se referem e ao seu conteúdo específico, e ratificados pela sociedade, num processo que pode igualmente desprezar certos aspectos a que a população menos pobre seja menos sensível (existirá algum enviesamento social das próprias respostas).

Em relação aos domínios encontram-se representados:

- i) habitação e seu equipamento (7 itens + 5 itens);
- ii) alimentação (4 itens);
- iii) vestuário (5 itens);
- iv) actividades recreativas e de lazer (12 itens);
- v) transportes (2 itens).

Ficam de fora domínios como o acesso a serviços de saúde e educação, as condições ligadas ao *habitat* e às condições de trabalho. Segundo os autores, estes domínios não devem ser incluídos já que a privação deve ser avaliada apenas por referência a necessidades cuja insatisfação se deva a insuficiência de rendimentos.

A definição dos itens concretos, a cobertura de cada domínio por um número variável de itens, e a sua inerente equiparação em importância, serão sempre questões abertas à discussão entre investigadores, e que merecem constantes adaptações à evolução social e às particularidades culturais de cada sociedade.

Diversos autores (em particular a partir de Muffels *et al*, 1990) têm observado que o método do índice de privação não está ainda suficientemente consolidado para ter um lugar assegurado na investigação da pobreza, ainda que alguns dos seus elementos constitutivos sejam incluídos, de forma muito válida, em 'barómetros sociais'<sup>22</sup>.

Nesta área é ainda necessário aperfeiçoar quer as metodologias de análise quer os instrumentos de colheita de informação estatística. A exploração sistemática da

---

<sup>22</sup> Vd ainda o desenvolvimento metodológico de uma tal abordagem em Mueffels e Vries (1991) e a apresentação e apreciação do índice proposto por estes autores feita por Pereirinha (1995).

informação contida nos Paineis sobre as Condições Socio-Económicas das Famílias realizados sob os auspícios do EUROSTAT, poderá propiciar um desenvolvimento significativo neste domínio.

A perspectiva de aliar o estudo de indicadores não monetários de pobreza com os indicadores monetários tem sido uma estratégia alternativa à disponibilidade reduzida de informação exaustiva e representativa dos estilos e padrões de vida.

A conjugação da informação disponível nas principais fontes estatísticas oficiais referentes aos rendimentos e às condições de vida associadas à privação num conjunto de domínios de existência permite uma caracterização do fenómeno da pobreza segundo uma abordagem não exclusivamente económica, nem unidimensional, representando uma alternativa à escolha dicotómica recursos monetários/condições de vida. Na medida do permitido pela informação disponível, esta perspectiva será explorada no Capítulo 7, onde se relacionam as situações de pobreza monetária com as condições materiais de privação passíveis de observação directa.

## **CAPÍTULO 3**

### **MEDIDAS AGREGADAS DE POBREZA: DA PROPOSTA DE AMARTYA SEN ÀS METODOLOGIAS ACTUAIS**

#### **3.1 Introdução**

A medição da pobreza envolve dois grandes passos, relacionados com a identificação dos indivíduos e famílias pobres, e a agregação das características da população pobre num indicador único de síntese.

A primeira vertente da medição da pobreza, usualmente designada na literatura por “problema de identificação”, pressupõe a definição do conceito de pobreza e a sua operacionalização em referência às características dos indivíduos e famílias.

A apresentação e discussão dos principais conceitos de pobreza, e dos modelos propostos para a sua operacionalização, foi o objecto do capítulo precedente.

A segunda vertente envolve o desenvolvimento de um procedimento que efectue a agregação das características dos indivíduos e famílias, que definem o seu estatuto de pobreza, num indicador de síntese.

Este exercício de agregação resulta na definição das denominadas medidas agregadas de pobreza, concebidas como números índices dos elementos da população pobre, sob a forma de funções, em geral crescentes, da pobreza (Seidl, 1988:71).

O objectivo do presente capítulo é apresentar uma revisão da literatura sobre a derivação de medidas agregadas de pobreza, sendo apontadas a génese e as características fundamentais das medidas que sucessivamente foram sendo propostas.

As duas problemáticas envolvidas na medição da pobreza estão intimamente relacionadas entre si, já que a definição que se adopta do conceito de pobreza e a forma com este se implementa no sentido de distinguir as situações face à pobreza, acarretam igualmente a selecção da característica ou características relevantes cuja consideração, não agora para cada indivíduo ou família, mas ao nível agregado da sociedade, espelham a dimensão da pobreza nessa sociedade.

Assume-se que, na sociedade em análise, os indivíduos e famílias são caracterizados por uma dotação conhecida de recursos, em relação aos quais a situação de pobreza se pode definir.

Uma vez que esses recursos têm em geral uma tradução monetária, a medição da pobreza que assim se operacionaliza é por vezes designada de pobreza unidimensional ou pobreza monetária.

O contorno concreto dos recursos a considerar será, contudo, detalhadamente apreciado no próximo capítulo (vd. em especial 4.2.1), no sentido de se proceder a uma representação o mais abrangente possível dos recursos efectivamente mobilizáveis pelos indivíduos e famílias, e constituir, assim, também um bom indicador de síntese das características relevantes na identificação da pobreza.

As diversas medidas de pobreza apresentadas seguidamente são analisadas em função da representatividade de que se revestem em relação às várias dimensões do fenómeno da pobreza monetária, bem como da qualidade em relação a um conjunto de propriedades definidas no contexto de uma moldura axiomática de construção de índices de pobreza.

Por outro lado, a comparação quanto ao nível de pobreza presente em diferentes distribuições de recursos, por exemplo entre duas sociedades, ou, para uma mesma sociedade, entre dois momentos do tempo, envolve dimensões de alguma imprecisão.

Tal como foi referido anteriormente, a opção por uma medida de pobreza pressupõe a adopção de uma abordagem particular do conceito de pobreza, o que implica determinado conjunto de juízos de valor.

A ordenação de diferentes distribuições de recursos produzida por diferentes medidas agregadas pode não coincidir, e, assim, conduzir a apreciações contraditórias quanto à gravidade do fenómeno e a relação prevalecente entre as distribuições que se comparam.

Assim sendo, a aceitação da complexidade inerente a comparações entre distribuições em contexto de incerteza associado à variabilidade, admissível e

esperada, nos julgamentos inerentes à medição agregada da pobreza, conduz à investigação de procedimentos que permitam ordenações conclusivas entre diferentes distribuições.

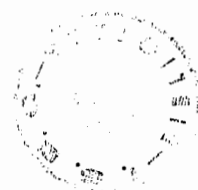
### 3.2 Metodologia de Amartya Sen

O problema da construção de medidas de síntese da pobreza económica foi explicitado e conduzido a um referencial teórico de bem estar ordinalmente mensurável através do trabalho publicado na revista *Econometrica* por Amartya Sen em 1976 (Sen, 1976).

A via proposta no referido artigo, que veio a originar um novo impulso na investigação teórica e aplicada sobre a medição da pobreza, não radica contudo na especificação de funções de bem estar social encapsulando específicos valores sociais através das respectivas propriedades, de onde derivar as medidas associadas com propriedades semelhantes, mas assenta numa abordagem axiomática, que selecciona directamente as propriedades desejáveis para a medida agregada de pobreza, e as segue na sua construção matemática.

A abordagem de Sen veio marcar definitivamente a investigação contemporânea sobre o problema da agregação ou de construção de medidas de pobreza.

É então natural que a revisão da literatura sobre a derivação de medidas agregadas de pobreza se inicie, e dê especial atenção, a este contributo consensualmente reconhecido como propulsor do tema, e em relação ao qual diversas



metodologias sucessivamente propostas se constituem como continuado aperfeiçoamento.

### 3.2.1 As Dimensões da Medida Agregada da Pobreza

Partindo da apreciação do conteúdo informativo que um indicador de síntese da pobreza deve englobar, Sen distinguiu três dimensões que nele devem ser contempladas, e que na sua opinião deveriam reflectir-se nas propriedades a fixar:

- 1) o número relativo de pobres, indicando a incidência, ou extensão, da pobreza;
- 2) o défice médio de recursos dos pobres, indicando a intensidade média da pobreza;
- 3) a distribuição de recursos entre os pobres, indicando a privação relativa prevalente entre a população pobre.

Os indicadores utilizados até então na medição da pobreza eram essencialmente os que se reportam a cada uma das duas primeiras dimensões apontadas, nomeadamente a proporção de pobres na população total, que seguidamente se designa por  $H$ , e o défice médio de recursos dos pobres em relação à linha de pobreza, adiante designado por  $I$ .

A medida  $H$  é completamente insensível quer à privação média, quer à privação relativa entre os pobres. Sen observa que uma perda generalizada de recursos entre os pobres deixa a medida  $H$  inalterada, enquanto que uma transferência regressiva de recursos a partir de um indivíduo pobre deixa  $H$  inalterada ou implica uma melhoria neste indicador, o que identifica como uma "resposta perversa" (Sen, 1976:219).

A medida  $I$ , por seu turno, é insensível quer à extensão quer à privação relativa da pobreza. Ainda que o conteúdo informativo de  $I$  complemente a informação dada por  $H$ , mesmo a atenção simultânea em relação a estas duas facetas é ainda omissa quanto à dimensão da privação relativa entre os pobres.

Embora menos utilizados, outros dois indicadores que combinam  $H$  e  $I$  foram também sugeridos na apreciação da pobreza económica: o rácio do défice total de recursos dos pobres em relação aos recursos totais da população,  $I_1$ , e o rácio recursos dos pobres em relação aos recursos totais da população não pobre,  $I_2$ .

Estes dois indicadores, relacionando recursos agregados de pobres e não pobres, foram sendo tradicionalmente utilizados na literatura, pois retratam de uma forma clara e de simples compreensão, uma faceta importante relativa ao fenómeno da pobreza. Os dois indicadores têm, de facto, um conteúdo interessante, já que correspondem, respectivamente, à proporção dos recursos totais, e dos recursos dos não pobres, que seria necessário disponibilizar para elevar os recursos dos pobres até ao nível da linha de pobreza. Desta forma constituem-se como indicadores do esforço necessário à erradicação das situações de pobreza.

De modo a consolidar as definições que sucessivamente se introduziram, considere-se a notação que seguidamente se apresenta.

Considere-se uma população finita de  $n$  indivíduos,  $i = 1, \dots, n$ , cujos recursos económicos são dados por  $x_i$  ( $x_i > 0, i = 1, \dots, n$ ).

Seja  $x = (x_1, \dots, x_n)$  a representação da distribuição de recursos nessa população, e  $n(x)$ ,  $\mu(x)$  e  $\sigma^2(x)$ , a respectiva dimensão, média e variância.



Defina-se ainda  $\hat{x}$  como a versão ordenada do vector  $x$ , de componentes  $\hat{x}_i$  ( $\hat{x}_1 \leq \hat{x}_2 \leq \dots \leq \hat{x}_n$ ).

Seja  $\pi$  ( $\pi > 0$ ), a linha de pobreza definida exogenamente (no procedimento anterior de identificação), que divide em dois subconjuntos o total da população, o conjunto dos indivíduos pobres  $L(x; \pi) = \{i \in N: x_i < \pi\}$  e o conjunto dos indivíduos não pobres  $T(x; \pi) = \{i \in N: x_i \geq \pi\}$ , respectivamente.

Represente-se por  $q(x; \pi)$  e  $\mu_L(x)$ , respectivamente o cardinal de  $L(x; \pi)$  e a média dos recursos dos indivíduos de  $L(x; \pi)$ , e por  $\mu_T(x)$  a média dos recursos dos indivíduos de  $T(x; \pi)$ .

Quando não exista risco de interpretação omitir-se-ão os argumentos destas funções anteriormente formuladas.

Assim, a definição dos indicadores atrás referidos é:

$$[1] \quad H(x; \pi) = \frac{q(x; \pi)}{n(x)}$$

$$[2] \quad I(x; \pi) = \frac{1}{q(x; \pi)} \sum_{L(x; \pi)} \frac{\pi - x_i}{\pi}$$

$$[3] \quad I_I(x; \pi) = \frac{\sum_{L(x; \pi)} (\pi - x_i)}{\sum_N x_i} = \frac{\pi \cdot q(x; \pi) \cdot I(x; \pi)}{n(x) \cdot \mu(x)} = H(x; \pi) \cdot I(x; \pi) \cdot \frac{\pi}{\mu(x)}$$

$$\begin{aligned}
[4] \quad I_2(x; \pi) &= \frac{\sum_{L(x; \pi)} (\pi - x_i)}{\sum_{T(x; \pi)} x_i} = \frac{\pi \cdot q(x; \pi) \cdot I(x; \pi)}{(n(x) - q(x; \pi)) \cdot \mu_T(x)} = \\
&= H(x; \pi) \cdot I(x; \pi) \frac{n(x) \cdot \pi}{(n(x) - q(x; \pi)) \cdot \mu_T(x)}
\end{aligned}$$

Estes quatro indicadores têm a qualidade de permitirem uma interpretação clara e uma qualificação importante na delimitação da pobreza económica, mas não satisfazem inteiramente enquanto medidas agregadas ou de síntese, uma vez que não incorporam todas as três dimensões essenciais do fenómeno em análise.

De modo a contemplar essas dimensões essenciais, Amartya Sen propôs a construção da medida agregada de pobreza a partir de um conjunto de axiomas que lhe fixam as propriedades desejáveis, isto é, que lhe garantem a tradução dessas dimensões.

### 3.2.2 A Axiomática de Sen e a Medida de Sen

A definição de uma medida de pobreza, dado o nível  $\pi$  da linha de pobreza, pressupõe a tradução das características do vector que representa a distribuição de recursos prevalecente numa dada sociedade, num indicador único do nível global de pobreza.

Assim, a medida de pobreza pode definir-se como uma função  $P: R_+^{n+1} \rightarrow R$ , que, dada a linha de pobreza  $\pi$ , associa a cada distribuição de recursos  $x$  o valor  $P(x; \pi)$  indicando esse nível global de pobreza.

As propriedades que Sen preconizou para uma medida agregada derivam de um conjunto de quatro axiomas: axioma de simetria, axioma de foco, axioma de monotonia e axioma fraco de transferência <sup>(1)</sup>.

O *axioma de simetria*, também denominado de anonimidade<sup>(2)</sup> ou imparcialidade<sup>(3)</sup>, requer que a medida de pobreza seja invariante a permutações de recursos entre os indivíduos<sup>(4)</sup>, isto é, que o seu valor não se altere quando as posições dos indivíduos na distribuição de recursos são trocadas entre si.

Em termos formais este axioma pode enunciar-se do seguinte modo:

*Axioma S:*

Se  $y$  é uma permutação de  $x$ , então  $P(y;\pi) = P(x;\pi)$ .

Em particular para a permutação que consiste na ordenação das componentes de  $x$ ,  $\hat{x}$ , também se obtém  $P(\hat{x};\pi) = P(x;\pi)$ .

O *axioma de foco* requer que a medida de pobreza dependa dos recursos da população pobre e seja independente dos recursos da população não pobre.

---

(1) Os dois primeiros axiomas estavam apenas implícitos no artigo original de Sen: o axioma de simetria é implícito ao axioma da transferência, e o de foco implícito quer ao de monotonia, quer ao de transferência.

(2) Cf. Seidl, 1988:98

(3) Cf. Chakravaty, 1983:308.

(4) Obviamente que se assume que os diversos elementos da população, aqui denominados indivíduos, enfrentam a mesma linha de pobreza, o que significa que se resolveram os problemas de comparabilidade interpessoal, e que a única informação relevante para a definição de pobreza é o nível de recursos.

Formalizando podemos enunciar um novo axioma.

*Axioma F:*

Se  $x$  e  $y$  são distribuições de recursos tais que  $n(y)=n(x)$ ,  $q(y;\pi) = q(x;\pi)$  e  $\hat{y}_i = \hat{x}_i, \forall i \in L(y;\pi)$ , então  $P(y;\pi) = P(x;\pi)$ .

O *axioma de monotonia* requer que o decréscimo de recursos de um indivíduo pobre, mantendo-se tudo o resto constante, acarrete o elevar da medida de pobreza.

*Axioma M:*

Se  $\hat{y}_i = \hat{x}_i, \forall i \neq j, i \in L(x;\pi)$  e  $\hat{y}_j < \hat{x}_j$ , para  $j \in L(x;\pi)$ , então  $P(y;\pi) > P(x;\pi)$ .

O *axioma fraco de transferência* requer que o valor da medida de pobreza se eleve quando ocorre uma transferência regressiva de recursos entre dois indivíduos pobres que não altere o número de indivíduos pobres <sup>(5)</sup>. Em termos formais este axioma enuncia-se do seguinte modo:

*Axioma TF:*

Se  $\hat{y}_i = \hat{x}_i, \forall i \neq j, k, i \in L(x;\pi)$  e  $\hat{y}_j > \hat{x}_j \geq \hat{x}_k > \hat{y}_k$ ,  $\hat{y}_j - \hat{x}_j = \hat{x}_k - \hat{y}_k > 0$  com  $j \in L(y;\pi)$ , então  $P(y;\pi) > P(x;\pi)$ .

---

<sup>(5)</sup> Trata-se da propriedade fraca de transferência porque o indivíduo beneficiado (o indivíduo  $j$ , quando se passa da distribuição  $x$  para a distribuição  $y$ ) não abandona a situação de pobreza. A qualificação fraca foi apenas consagrada por Sen em trabalho posterior (Sen, 1981), admitindo o autor que uma transferência regressiva seja compatível com o reduzir do indicador de pobreza, se houver redução do número de indivíduos pobres, dada a importância da transposição da linha de pobreza (neste caso não aceitando uma versão forte do axioma, que traduzisse a penalização do valor da medida face a qualquer transferência regressiva entre indivíduos pobres).

Face ao conjunto de axiomas exposto, que estabelece as propriedades que a medida agregada deve respeitar de modo a reflectir as dimensões de pobreza consideradas relevantes, é imediato notar que nenhum dos quatro indicadores referidos anteriormente as satisfazem simultaneamente.

Com efeito, a medida  $H$  satisfaz os axiomas  $S$  e  $F$ , mas não cumpre  $M$  e  $TF$ , enquanto que  $I$  satisfaz os axiomas  $S$ ,  $F$  e  $M$  mas viola o axioma  $TF$ . Também  $I_1$  e  $I_2$  violam o axioma  $F$ , uma vez que dependem dos recursos dos não pobres, bem como os axiomas  $M$  e  $TF$ , já que são funções crescentes de  $\mu_L$ .

O sistema de axiomas adoptados por Sen equivale a estabelecer no conjunto  $\mathbb{R}$  das distribuições de recursos de uma população  $n$ -dimensional com um valor constante para o número de pobres,  $q$ , uma medida  $P$  estritamente decrescente e  $s$ -convexa nos recursos dos  $q$  elementos pobres.

Como observa Foster (1984), a medida assim definida é uma função dos recursos dos pobres que segue o critério absoluto de Lorenz quando este se aplica <sup>(6)</sup>.

A partir do sistema de axiomas que fixa as propriedades a seguir pela medida agregada, Sen segue um procedimento em três fases para deduzir a medida que recebeu o seu nome.

---

<sup>(6)</sup>  $x$  domina  $y$  segundo o critério absoluto de Lorenz ( $x L y$ ) no domínio dos recursos dos  $q$  elementos pobres, se e só se

$$\sum_{i=1}^k \hat{x}_i \geq \sum_{i=1}^k \hat{y}_i \text{ para todo } k=1, \dots, q \text{ e } \sum_{i=1}^k \hat{x}_i > \sum_{i=1}^k \hat{y}_i, \text{ para algum } k=1, \dots, q.$$

Com  $n$  e  $q$  constantes a  $s$ -convexidade de  $P$  acarreta que  $x L y \Rightarrow P(y;\pi) > P(x;\pi)$ .

A primeira fase consiste na adopção de uma forma geral da medida de síntese da pobreza. A proposta de Sen é um índice normalizado da soma ponderada dos défices de recursos dos indivíduos pobres:

$$[5] \quad P(x; \pi) = A(x; \pi) \cdot \sum_{i \in L(x; \pi)} (\pi - x_i) \cdot v_i(x; \pi)$$

onde  $A(x; \pi)$  é um factor de normalização e  $v_i(x; \pi)$  a ponderação a atribuir ao défice de recursos do indivíduo  $i$ .

As fases seguintes são as que consistem na adopção de um sistema particular de ponderadores,  $v_i(x; \pi)$ , e de um formato de normalização,  $A(x; \pi)$ .

De modo a concretizar estas etapas, Sen adopta duas proposições adicionais. A primeira consiste na concepção da privação relativa como relação de ordem<sup>(7)</sup>, isto é, a asserção de que a privação relativa de cada indivíduo pobre pode ser representada pela posição relativa dos seus recursos no conjunto ordenado dos recursos dos indivíduos pobres.

Em consequência, o sentimento de privação relativa pode traduzir-se em função da distância ao padrão  $\pi$  pelo número de indivíduos pobres com recursos superiores aos seus, e a expressão para o ponderador do défice de recursos é então

$$[6] \quad v_i(\hat{x}_i; \pi) = q + 1 - i.$$

---

<sup>(7)</sup> Apresentado originalmente como o Axioma  $R$  ('*Ordinal Rank Weights*') (Sen, 1976:221).

A segunda proposição respeita ao estabelecimento de um padrão de normalização<sup>(8)</sup>, estipulando que, no caso de todos os indivíduos pobres terem o mesmo nível de recursos,  $H$  e  $I$  sintetizam toda a informação relevante, e nesse caso se deve ter

$$[7] \quad P(x; \pi) = H(x; \pi) \cdot I(x; \pi).$$

Estas proposições adicionais determinam univocamente a denominada medida de Sen, definida por

$$[8] \quad S(x; \pi) = \frac{2}{(q+1) \cdot n \cdot \pi} \cdot \sum_{i \in L(x; \pi)} (\pi - \hat{x}_i) \cdot (q+1-i),$$

que converge, quando cresce  $q$ , para

$$[9] \quad S(x; \pi) = H \cdot [I + (1-I)G_p],$$

onde  $G_p$  é o índice de Gini para a distribuição de recursos da população pobre.

Enquanto a forma geral preconizada é pouco restritiva, e substantiva quando fundamenta a medida nos défices de recursos da população pobre, os passos seguintes do procedimento seguido por Sen motivaram controvérsia e originaram a proposição de diversas medidas alternativas.

---

(<sup>8</sup>) Apresentado originalmente como o Axioma  $N$  ('*Normalized Poverty Value*') (Sen, 1976:223).

### 3.2.3 Variantes Próximas da Medida de Sen

A partir da medida proposta por Sen, alguns autores sugeriram outras medidas muito próximas. Um primeiro grupo de alternativas respeita à consideração de variantes referentes ao sistema de ponderadores e ao processo de normalização.

O primeiro autor que contribuiu para a discussão das hipóteses originais de ponderação e referência foi Anand (1977), que propôs duas variantes “sensíveis à distribuição de recursos entre os pobres” dos indicadores  $I_1$  e  $I_2$ , dados por

$$[10] \quad A_1(x; \pi) = S(x; \pi) \cdot \frac{\pi}{\mu}$$

$$[11] \quad A_2(x; \pi) = S(x; \pi) \cdot \frac{n \cdot \pi}{(n - q) \cdot \mu_T} ,$$

que se reduzem exactamente a  $I_1$  e  $I_2$  quando todos os indivíduos pobres têm o mesmo nível de recursos.

Embora satisfazendo os axiomas  $M$  e  $TF$ , estes indicadores continuam a violar o axioma  $F$ , pelo que são consideradas não tanto medidas de pobreza, mas indicadores da “carga relativa da pobreza”<sup>(9)</sup>.

---

<sup>(9)</sup> Cf. Sen (1981:189-190). O próprio Anand distingue estes indicadores como de facilidade de remoção da pobreza.



É ainda Anand, no mesmo artigo, que frisa a natureza especial e questionável do sistema de ponderadores em que se baseia a medida de Sen, e que conduz a que nela se incorpore a medida de desigualdade de Gini.

Se a consideração da privação relativa entre os pobres for feita através de outra medida de desigualdade na distribuição de recursos da população pobre, então é possível conceber medidas congêneres a  $S(x;\pi)$ .

Esta mesma ideia é retomada por Blackorby e Donalson (1980), que formulam a medida genérica

$$[12] \quad B(x;\pi) = H.[I + (1 - I).R_p] ,$$

onde  $R_p$  é um índice de desigualdade na distribuição de recursos dos pobres que satisfaça os axiomas enunciados por Sen para a medida de pobreza <sup>(10)</sup>.

Uma outra variante foi apresentada por Thon (1979), motivada por um inconveniente detectado na medida de Sen <sup>(11)</sup>, pois esta verifica um decréscimo do seu

---

<sup>(10)</sup> Foster (1984) demonstrou que para que a medida obedeça ao sistema de axiomas de Sen é ainda necessário que  $\mu_L(1 - R_p)$  seja uma função estritamente crescente nos recursos dos pobres, de modo a garantir o cumprimento da propriedade da monotonia. Esta exigência adicional pode compreender-se facilmente notando que

$$B(x;\pi) = H.\left[\frac{\pi - \mu_L}{\pi} + \frac{\pi - \pi + \mu_L}{\pi}.R_p\right] = H.\left[\frac{\pi - \mu_L.R_p}{\pi}\right]$$

<sup>(11)</sup> A observação de Thon reporta-se à primeira formulação de Sen, que aceitava que a uma transposição da linha de pobreza poderia ser atribuído tanto peso, que independentemente do reduzir dos recursos de um indivíduo mais pobre do que o receptor da transferência. A medida de Thon verifica uma versão forte da propriedade da monotonia, e o valor da medida aumenta, sempre que diminui o nível de recursos de um indivíduo pobre, mesmo na presença de uma transferência regressiva que diminua o número de indivíduos pobres.

valor sempre que uma transferência regressiva conduz ao ultrapassar a linha de pobreza.

A solução encontrada para que qualquer transferência regressiva implique o agravamento da medida de pobreza consiste numa modificação do sistema de ponderadores adicionando-lhe  $n-q$ , e renormalizando,

$$[13] \quad T(x; \pi) = \frac{2}{(n+1) \cdot n \cdot \pi} \cdot \sum_{i \in L(x; \pi)} (\pi - \hat{x}_i) \cdot (n+1-i).$$

Esta medida satisfaz todos os axiomas anteriormente estipulados <sup>(12)</sup> e, para distribuições com o mesmo valor de  $H$  e  $I$ , conduz à mesma ordenação que a medida de Sen.

Para valores elevados de  $n$  e  $q$ , esta medida converge para

$$[14] \quad T(x; \pi) = H \cdot [S + 2(1-H) \cdot I].$$

Outra variante para a medida agregada foi apresentada por Kakwani (1980), e consiste na adopção de ponderadores para o défice relativo de recursos que são uma potência  $k$  ( $k > 0$ ) dos ponderadores originais de Sen.

Esta abordagem conduz a uma família paramétrica, que segue a axiomática de Sen, e é definida por

---

<sup>(12)</sup> É imediato que uma transferência regressiva faz aumentar  $T(x; \pi)$ , uma vez que se pode escrever

$$T(x; \pi) = \frac{q+1}{n+1} \cdot S + \frac{2(n-q)}{n+1} \cdot H \cdot I \quad (\text{Thon, 1979:438}).$$

$$[15] \quad K_k(x; \pi) = \frac{q}{n \cdot \pi \cdot \phi_k(q)} \times \sum_{i \in L(x; \pi)} (\pi - \hat{x}_i) \cdot (q+1-i)^k$$

$$\text{com } \phi_k(q) = \sum_{i=1}^q (q+1-i)^k .$$

Ao analisar o impacto de transferências regressivas entre indivíduos pobres que não alterem  $H$ , Kakwani observa que para  $k=1$  (o elemento da família paramétrica que corresponde a  $S$ ), a magnitude da variação da medida agregada é proporcional à diferença de *rankings* na distribuição ordenada dos recursos respeitante aos indivíduos envolvidos na transferência, mas independente da sua posição relativa nesse *ranking*, isto é, do seu nível de recursos.

Esta característica é consensualmente considerada insatisfatória, advogando-se que a medida incorpore diferente sensibilidade a transferências de igual volume, em diferentes troços da distribuição ordenada dos recursos.

Ainda dentro da óptica de relação de ordem na distribuição, Kakwani propõe que o impacto na medida agregada de uma transferência de igual volume e entre pares de indivíduos afastados entre si por um valor constante de posições na distribuição ordenada de recursos deve ser tanto maior quanto menor o número de ordem do par, isto é, quanto mais baixos os recursos dos elementos envolvidos na transferência.

Esta propriedade, de sensibilidade às transferências baseada no *ranking*, verifica-se para  $k > 1$ , restrição que Kakwani impõe à família de medidas que reteve o seu nome.

Com esta medida se termina a apreciação das propostas altamente correlacionadas com a abordagem original de Sen. O desenvolvimento posterior da

investigação nesta área veio abrir outras alternativas, radicadas noutras hipóteses quanto à formalização de medidas agregadas. São estas que se analisam seguidamente.

### **3.3 Novos Caminhos na Investigação de Medidas Agregadas**

Para além da exploração da moldura axiomática inicialmente formalizada por Sen (1976), a investigação aplicada sobre a medição da pobreza enriqueceu-se também recolhendo contribuições relacionadas com a tradição, mais antiga na análise económica, da medição da desigualdade económica.

Outro impulso na concepção de medidas agregadas de pobreza decorre de uma abordagem axiomática mais exigente e completa que a proposta original de Sen, que se desenvolveu mais recentemente, particularmente a partir da publicação de um artigo na revista *Econometrica* da autoria de Foster, Greer e Thorbecke (1984), consolidando as características adicionais desejáveis na medida agregada de pobreza.

A partir também das contribuições daqueles autores, desenvolveu-se uma abordagem da medição da pobreza que explicitamente explora os parâmetros normativos inerentes à formalização de cada medida agregada de pobreza concreta, e procura delinear as condições nas quais se podem estabelecer relações de ordem entre diferentes distribuições que sejam robustas a esses parâmetros.

Estas novas correntes são objecto de apreciação na continuação deste capítulo.

### 3.3.1 Extensões dos Indicadores de Desigualdade à Medida da Pobreza

Uma corrente de investigação de medidas agregadas de pobreza evoluiu, tal como se referiu anteriormente, a partir da hipótese de que é possível estender a este domínio as metodologias aplicadas na medida da desigualdade.

A contribuição inicial desta corrente é devida a Hamada e Takayama (1977), e tem subjacente que a concepção da pobreza não pode apenas reportar-se a um corte na distribuição de recursos produzido pela linha de pobreza, mas deve levar também em consideração todos os elementos da população cujos recursos são superiores a esse nível de corte, com os quais a população pobre, no seu sentimento de privação, também se compara.

Estes autores introduzem o conceito de “distribuição censurada de recursos”,  $x^*$ , definida como a distribuição obtida de  $x$  fazendo  $x_i^* = \min\{x_i, \pi\}$ .

O método geral de construção de medidas de pobreza preconizado é a aplicação a esta “distribuição censurada” de qualquer medida de desigualdade,  $R$ , isto é,

$$[16] \quad P_R(x; \pi) = R(x^*(x; \pi))$$

Embora os autores citados tenham defendido que qualquer medida de desigualdade,  $R$ , satisfazendo as propriedades de simetria, transferência, e independência em relação à unidade de recursos, conduziria a medidas de pobreza

com os requisitos propostos por Sen, vários autores demonstraram que tal proposição não era verdadeira <sup>(13)</sup>.

Clark, Hemming e Ulph (1981) apresentam uma medida de pobreza de acordo com esta linha de desenvolvimento, baseada na medida de desigualdade de Atkinson para a distribuição censurada, cuja expressão é

$$[17] \quad C_{\beta}(x; \pi) = 1 - \frac{1}{\pi} \left[ \sum_{i=1}^n \frac{1}{n} \cdot (x_i^*)^{\beta} \right]^{\frac{1}{\beta}}, \quad \beta \leq 1,$$

ou

$$[18] \quad C_{\beta}(x; \pi) = 1 - \frac{x_{REID}^*}{\pi},$$

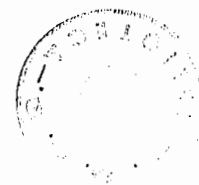
onde  $x_{REID}^*$  são os recursos equivalentes igualmente distribuídos associados com a distribuição censurada de recursos utilizando a medida de Atkinson,  $A^{\beta}$ .

Esta medida satisfaz todas as propriedades fixadas por Sen para  $\beta < 1$ . Com  $\beta = 1$ , obtém-se  $C = H.I$ .

Aldi Hagenars *et al* (1992) propuseram também uma medida deste grupo, que satisfaz todos os axiomas fixados, e é definida por

---

<sup>(13)</sup> Vd. por exemplo, Kakwani (1981a), Thon (1983) ou Foster (1984). As mais discutidas propostas nesta orientação, que foram avançadas e depois também por seu turno criticadas, foram a medida de Takayama (1979), que aplica o índice de Gini à distribuição censurada, e que Kakwani (1981a) demonstrou não respeitar o axioma da monotonia, e a primeira medida de Clark, Hemming e Ulph (1981), aplicando a medida de desigualdade de Atkinson à distribuição dos défices de recursos, que Thon (1983) demonstrou não respeitar o axioma fraco de transferência.



$$[19] \quad A(x; \pi) = 1 - \frac{\exp \left\{ \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \ln x_i^* \right\}}{\pi}.$$

Tanto a medida de Clark, Hemming e Ulph como a medida de Aldi Harenaars receberam forte adesão no panorama da investigação aplicada da pobreza, sendo frequentemente utilizadas (vd, por exemplo Tsakloglou, 1988).

### 3.3.2 Novas Exigências Axiomáticas

O desenvolvimento da literatura sobre a medição da pobreza económica adoptando uma postura de construção axiomática na linha da proposta de Sen, veio a salientar mais propriedades que seriam objecto de consideração na construção de medidas agregadas <sup>(14)</sup>.

Duas dessas propriedades são particularmente relevantes.

A primeira é a generalização da sensibilidade da medida a transferências em diferentes posições da distribuição de recursos da população pobre. De modo a apresentar maior sensibilidade ao agravamento da privação relativa nos níveis mais baixos da distribuição, a transferência de recursos entre indivíduos pobres distanciados por uma diferença constante de recursos, deve ter um impacto tanto

---

<sup>(14)</sup> Cf. Seidl, 1988.

maior na medida quanto mais baixo for o nível de recursos do par envolvido na transferência <sup>(15)</sup>.

As características desta propriedade podem ser retratadas pelo seguinte axioma:

*Axioma TS:*

Sejam  $x$  e  $y$  duas distribuições  $n$ -dimensionais de recursos tais que  $\hat{y}_i = \hat{x}_i$ ,  $\forall i \neq j, k$ ,  $\forall i \in L(y; \pi)$ ,  $x_j = x_k + h$  ( $h > 0$ ),  $y_k = y_j - \delta$ ,  $y_j = x_j + \delta$  ( $0 < \delta \leq x_k$ ), então  $\Delta P(h; \delta) = P(y; \pi) - P(x; \pi)$  é tanto maior quanto menor for  $x_k$ .

A segunda propriedade muito conveniente para uma medida agregada de pobreza fora já notada por Anand (1977), quando observou que a medida de Sen não era decomponível por subgrupos da população.

A capacidade de uma medida agregada poder ser decomposta para diferentes subgrupos da população permite traçar “perfis de pobreza” que salientem a vulnerabilidade à pobreza de cada subgrupo, bem como evidenciar a contribuição de cada um destes para a pobreza agregada.

Esta propriedade, que traduz a decomponibilidade de uma medida como soma ponderada de medidas homólogas em subgrupos de população, pode ser expressa no seguinte axioma:

---

<sup>(15)</sup> Vd. Trata-se aqui de uma métrica para a distância já não assente na ordem, como sugerira Kakwani (1980), mas na unidade em que se expressam os recursos.



*Axioma D* <sup>(16)</sup> :

Seja  $x$  a distribuição de recursos numa dada população na qual se pode introduzir uma partição em  $K$  subgrupos (  $k=1, \dots, K$  ), de dimensão  $n_k$ , sendo  $x^{(k)}$  a distribuição de recursos no subgrupo  $k$ .

$$\text{Então } P(x; \pi) = \sum_{k=1}^K \frac{n_k}{n} \cdot P(x^{(k)}; \pi) .$$

Em relação a esta última propriedade é necessário precisar que qualquer medida pode ser avaliada no contexto dos vários subgrupos que se distingam numa dada população.

O que já não é possível, se a medida não tiver a propriedade da decomponibilidade, é relacionar consistentemente os níveis de pobreza por ela retratados nos diversos grupos e o nível de pobreza para o total da população.

Com a medida de Sen, por exemplo, o reduzir do nível de pobreza em um ou todos os subgrupos da população pode ser concomitante com acréscimo do nível de pobreza registado para a população como um todo<sup>(17)</sup>, tal como o valor da soma ponderada pelas quotas de população dos níveis da pobreza apurados nos subgrupos difere, em regra, do nível de pobreza apurado para a população total <sup>(18)</sup> .

---

<sup>(16)</sup> Decomponibilidade em soma ponderada. Uma versão mais fraca, mas não potenciadora dos resultados que com este axioma se pretende alcançar, consiste na monotonia por subgrupos, que consiste na exigência de que o elevar do nível de pobreza num dos subgrupos, tudo o resto constante, acarrete o elevar do nível de pobreza para a população total (Vd. Seidl, 1988).

<sup>(17)</sup> Isto é, a medida de Sen não respeita sequer a propriedade de monotonia por subgrupos.

<sup>(18)</sup> A medida não respeita a decomponibilidade em soma ponderada, o que decorre necessariamente do não respeitar da propriedade de monotonia por subgrupos. Vd. exemplos das duas incongruências em Foster (1984:241).

Estas características pouco favoráveis da medida de Sen decorrem da sua fundamentação em relações de ordem entre a população pobre, o que introduz um factor de diferente referencial na medição da pobreza em cada subgrupo, e inviabiliza que a medida global seja obtida por simples agregação das medidas de pobreza internas em cada subgrupo<sup>(19)</sup>.

A primeira tentativa de integrar a propriedade estabelecida pelo axioma *D* no conjunto axiomático definido por Sen deve-se a Foster, Greer e Thorbecke (1984).

Estes autores, em artigo publicado também na *Econometrica* oito anos após o artigo seminal de Sen, propõem uma família paramétrica de medidas de pobreza decomponível em soma ponderada, e que satisfaz as propriedades básicas propostas por Sen.

Esta família de medidas é ainda justificada por um conceito de pobreza definido com base na privação relativa, mas de forma mais aperfeiçoada que a consagrada pela metodologia de Sen.

A concepção de pobreza inerente a esta formulação é, tal como em Sen, também um conceito de privação relativa avaliada pela distância à linha de pobreza, mas cuja magnitude é melhor captada pela distância do nível de recursos ao nível da

---

<sup>(19)</sup> ) Repare-se na analogia com as medidas de desigualdade: a decomposição dos índices de desigualdade resulta, como se sabe, em duas componentes - desigualdade intra-grupos e desigualdade entre grupos. Na medida de pobreza o padrão de avaliação para todos os grupos é o mesmo - a linha de pobreza - o que origina como resultado natural que a componente homóloga entre grupos na medida de pobreza seja identicamente nula. Contudo, o que acontece com medidas como a de Sen que fazem variar o referencial (a distância à linha de pobreza, não é apenas função do nível de recursos do indivíduo, mas também do número dos demais indivíduos pobres na população), é a geração de uma "componente errática" que desvia a medida agregada componente homóloga de pobreza intra-grupos.

linha de pobreza, do que pelo número de indivíduos pobres de recursos mais elevados<sup>(20)</sup>.

A medida proposta por Foster, Greer e Thorbecke é definida por

$$[20] \quad F_{\alpha}(x; \pi) = \frac{1}{n} \cdot \sum_{i \in L(x; \pi)} \left( \frac{\pi - x_i}{\pi} \right)^{\alpha} \quad (\alpha \geq 0).$$

O parâmetro  $\alpha$  de que depende esta medida pode ser interpretado como um parâmetro de aversão à pobreza, já que quanto maior é o seu valor maior atenção é concentrada nos indivíduos mais pobres.

Para  $\alpha = 0$  a medida obtida é  $H$ , pois que é nulo o peso atribuído ao défice relativo de recursos de cada indivíduo pobre, não se atendendo neste caso, nem à privação média nem à privação relativa entre os pobres.

Para  $\alpha = 1$ , obtém-se a medida  $H.I$ . Neste caso a privação relativa é ainda ignorada.

Para  $\alpha > 1$  a medida incorpora quer a extensão da pobreza, quer a privação média quer a privação relativa entre os pobres.

---

<sup>(20)</sup> A família paramétrica é afinal uma normalização da soma ponderada do défice relativo de recursos, com um sistema de ponderadores que é uma potência de ordem  $\alpha - 1$  desse mesmo défice relativo. O sistema de ponderadores inerente à medida de Sen reflecte uma concepção de privação relativa enunciada por Runciman (1966:12, citado por Foster, 1984), concebida como a diferença entre a situação desejada e a situação actual, num contexto referente a promoções militares, onde o sentimento de privação se identificaria com o número de outros militares da mesma patente que seriam efectivamente promovidos.

Quando  $\alpha \rightarrow \infty$  a medida  $F_\alpha(x;\pi)$  tende para uma medida 'à Rawls', onde a atenção recai sobre o indivíduo mais pobre da população.

As propriedades desta família de medidas pode sistematizar-se da seguinte forma:

- 1)  $F_\alpha$  satisfaz os axiomas  $F$ ,  $S$  e  $D$  para qualquer valor de  $\alpha \geq 0$  ;
- 2)  $F_\alpha$  satisfaz o axioma  $M$  para  $\alpha > 0$  ;
- 3)  $F_\alpha$  satisfaz o axioma  $TF$  para  $\alpha > 1$ ;
- 4)  $F_\alpha$  satisfaz o axioma  $TS$  para  $\alpha > 2$  .

Face à decomponibilidade em soma ponderada, que se verifica para qualquer valor de  $\alpha$  , podem definir-se as contribuições absolutas e relativas de cada subgrupo para a medida agregada de pobreza, como

$$[21] \quad F_\alpha^{A(k)}(x^{(k)};\pi;n_k;n) = \frac{n_k}{n} \cdot F_\alpha(x^{(k)};\pi)$$

$$[22] \quad F_\alpha^{R(k)}(x^{(k)};\pi;n_k;n) = 100 \times \frac{F_\alpha^{A(k)}}{F_\alpha(x;\pi)} .$$

A família de medidas proposta por Foster, Greer e Thorbecke recolheu uma adesão extraordinária na comunidade científica internacional. Inúmeros artigos posteriores reservam a esta proposta um lugar de destaque em termos das suas propriedades teóricas (Foster e Shorrocks, 1988a e 1988b; Kakwani, 1993; Jenkins, 1992; Coulter *et al*, 1993), merecendo por isso também uma adopção muito significativa em termos da sua utilização em estudos aplicados sobre pobreza.

A medida que se obtém tomando  $\alpha = 2$  recebeu especial atenção na exposição inicial dos seus proponentes, e ganhou também um reconhecimento generalizado sendo largamente utilizada nos trabalhos empíricos.

Para  $\alpha = 2$ , tem-se

$$[23] \quad F_2(x; \pi) = \frac{1}{n} \cdot \sum_{i \in L(x; \pi)} \left( \frac{\pi - x_i}{\pi} \right)^2,$$

o que se revela como um índice normalizado da soma ponderada dos défices relativos dos recursos dos pobres, sendo os ponderadores os próprios défices relativos.

Tal como a medida de Sen,  $F_2(x; \pi)$  pode associar-se a uma medida particular de desigualdade na distribuição dos recursos da população pobre, pois

$$[24] \quad F_2(x; \pi) = H \cdot [I^2 + (1 - I)^2 C_L^2],$$

onde  $C_L^2$  é o quadrado do coeficiente de variação dos recursos dos pobres

$$[25] \quad C_L^2 = \frac{\sum_{i \in L(x; \pi)} (\mu_L - x_i)}{q \cdot \mu_L^2}.$$

Partindo também da forma geral [5] preconizada por Sen, Tsakloglou (1988) propôs uma outra família paramétrica de medidas de pobreza com a seguinte definição

$$[26] \quad M_{\varepsilon}(x; \pi) = \frac{1}{n} \cdot \sum_{i \in L(x; \pi)} \left( \frac{\pi - x_i}{\pi} \right) \cdot \left( \frac{\pi}{x_i} \right)^{\varepsilon} \quad (\varepsilon > 0).$$

O novo sistema de ponderadores proposto justifica-se, na opinião do seu autor, por ser “mais plausível que os pobres comparem o seu nível de recursos, e não o défice de recursos, com a linha de pobreza” (Tsakloglou, 1988:246), na expressão da privação relativa sentida.

A família de medidas  $M_{\varepsilon}(x; \pi)$  satisfaz todos os axiomas definidos por Sen, bem como os axiomas *TS* e *D*, para qualquer valor  $\varepsilon > 0$ .

O parâmetro  $\varepsilon$  é também um parâmetro de aversão à pobreza, dado que quanto maior o seu valor mais peso é atribuído ao défice relativo dos indivíduos mais pobres.

O principal inconveniente desta família de medidas reside no facto de o sistema de ponderadores resultar num peso infinitamente crescente do défice relativo de recursos dos indivíduos de recursos muito baixos.

Assim, o valor de  $M_{\varepsilon}(x; \pi)$  pode tornar-se muito elevado e absolutamente dominado por um ou vários indivíduos de ínfimos recursos.

Deste modo  $M_{\varepsilon}(x; \pi)$  apresenta como inconveniente o facto de que, ao contrário da medida  $F_{\alpha}(x; \pi)$  que varia entre 0 e 1 <sup>(21)</sup>, o seu valor não ser normalizado, nem tão pouco limitado.

---

<sup>(21)</sup> Pois é imediato que  $\lim_{x \rightarrow 0} F_{\alpha}(x; \pi) = \lim_{x \rightarrow 0} \frac{1}{n} \sum_{i \in L(x; \pi)} \left( \frac{\pi - x}{\pi} \right)^{\alpha} = 1$  e  $\lim_{q \rightarrow 0} F_{\alpha}(x; \pi) = 0$ .

Outra medida semelhante foi proposta por Chakravaty (1983b) com a expressão geral

$$[26] \quad K_e(x; \pi) = \frac{1}{n} \sum_{i \in L(x; \pi)} \left[ 1 - \left( \frac{x_i}{\pi} \right)^e \right] \quad (0 < e < 1) .$$

Esta medida representa uma normalização do déficit de utilidade dos indivíduos pobres, quando este é obtido a partir de uma função de utilidade dos recursos idêntica no conjunto dos indivíduos pobres, estritamente crescente e côncava no nível de recursos <sup>(22)</sup>.

Quando  $e \rightarrow 0$ ,  $K_e(x; \pi)$  tende para  $H$ , e quando  $e \rightarrow 1$ ,  $K_e(x; \pi)$  tende para  $H.I$ . Assim, a aversão à pobreza retratada por esta medida é tanto maior quanto menor for o parâmetro  $e$ .

Qualquer destes duas últimas propostas recolheu muito menor adesão do que a família de medidas proposta por Foster, Greer e Thorbecke, tendo sido pouco exploradas, quer do ponto de vista teórico, quanto da sua utilização em análises comparativas de situações de pobreza.

---

<sup>(22)</sup> Cf. op. cit., p 309.

### 3.3.3 Síntese das Medidas Propostas e Respectivas Propriedades

Nos pontos anteriores procedeu-se a uma revisão de literatura sobre a derivação de medidas agregadas de pobreza, sendo apontadas a génese e as características das medidas que sucessivamente foram sendo propostas.

O conjunto final das cinco propriedades fixadas em axiomática ao longo deste capítulo corresponde à nossa apreciação sobre os requisitos substanciais mais relevantes na medição da pobreza, e que portanto são de exigir a uma medida agregada de pobreza.

Ao longo da exposição apontou-se também para a representatividade de que se revestem certos indicadores relacionados com dimensões parcelares do fenómeno da pobreza monetária, mas que não cumprem esses requisitos, e que, contudo, pela sua relevância e clareza descritiva, devem ser retidos na descrição e quantificação da pobreza.

Na componente empírica deste trabalho não serão utilizados, obviamente, todos os indicadores e medidas listados, mas apenas aqueles que se consideram mais relevantes no sentido de delinear a dimensão, perfil e características do fenómeno da pobreza em Portugal.

Irão reter-se os indicadores que contêm um tipo de informação imprescindível para o conhecimento do fenómeno da pobreza, como sejam os que respeitam à avaliação da sua incidência ou extensão, da sua intensidade média ou do esforço económico necessário à sua erradicação ( $H, I, I_1, I_2$ ).



Também se fará utilização de um conjunto de medidas agregadas que se revestem de algumas das propriedades claras e consensualmente aceites identificadas anteriormente, e que permitem comparar as situações face à pobreza nos dois momentos em análise, isto é, o início e o fim da década de oitenta.

Em particular, e dadas as suas potencialidades em termos de produção de ordenações, e à diversidade de parâmetros normativos envolvidos, selecciona-se um painel representativo das principais medidas expostas, composto das medidas de Thon e de Hagenaars *et al*, e das famílias de Clark, Hemming, e Ulph, de Foster, Greer e Thorbecke e de Tsakloglou (  $T$ ,  $A$ ,  $C_{\beta}$ ,  $F_{\alpha}$ ,  $M_{\epsilon}$  ).

Não existe uma medida única que seja a melhor representação global do fenómeno da pobreza. Todas as medidas possíveis incorporam juízos de valor sobre a importância relativa a atribuir às diferentes dimensões do fenómeno e às diferentes posições dos diversos indivíduos pobres, e, neste sentido, todas se revestem de um certo grau de arbitrariedade.

Face a esta inevitabilidade de um conteúdo normativo das medidas de pobreza, quando se tratar de produzir conclusões sobre a comparação entre distintas distribuições de recursos, proceder-se-á ao teste da robustez das ordenações produzidas, verificando se a mesma ordenação prevalece para diferentes medidas e para diferentes parâmetros da mesma medida <sup>(23)</sup>.

No quadro que se segue sistematizam-se todos os indicadores e medidas apresentados, indicando como se comportam em relação às propriedades definidas axiomáticamente.

---

<sup>(23)</sup> ) E, em rigor, também face a variações no nível da linha de pobreza.

**Quadro 3.1A Síntese das Propriedades dos Principais Indicadores de Pobreza**

PROPRIEDADES						
INDICADORES	S	F	M	TF	TS	D
$H(x;\pi) = \frac{q}{n}$	S	S	N	N	N	S
$I(x;\pi) = \frac{1}{q} \sum_{L(x;\pi)} \frac{\pi - x_i}{\pi}$	S	S	S	N	N	S*
$I_1(x;\pi) = H.I. \frac{\pi}{\mu}$	S	N	N	N	N	S*
$I_2(x;\pi) = H.I. \frac{n \cdot \pi}{(n-q) \cdot \mu_T}$	S	N	N	N	N	S*
$A_1(x;\pi) = S(x;\pi) \cdot \frac{\pi}{\mu}$	S	N	N	N	N	N
$A_2(x;\pi) = S(x;\pi) \cdot \frac{n \cdot \pi}{(n-q) \cdot \mu_T}$	S	N	N	N	N	N

**Quadro 3.1B Síntese das Propriedades das Principais Medidas de Pobreza**

PROPRIEDADES						
MEDIDAS	S	F	M	TF	TS	D
$S(x; \pi) = \frac{2}{(q+1).n.\pi} \cdot \sum_{i \in L(x; \pi)} (\pi - \hat{x}_i) \cdot (q+1-i)$	S	S	S	S	N	N
$T(x; \pi) = \frac{2}{(n+1).n.\pi} \cdot \sum_{i \in L(x; \pi)} (\pi - \hat{x}_i) \cdot (n+1-i)$	S	S	S	S	N	N
$K_k(x; \pi) = \frac{q}{n.\pi.\phi_k(q)} \times \sum_{i \in L(x; \pi)} (\pi - \hat{x}_i) \cdot (q+1-i)^k$	S	S	S	S	S	N
$C_\beta(x; \pi) = 1 - \frac{1}{\pi} \left[ \sum_{i=1}^n \frac{1}{n} \cdot (x_i^*)^\beta \right]^{\frac{1}{\beta}}$	S	S	S	S	S ( $\beta < 1$ )	N
$A(x; \pi) = 1 - \frac{\exp\left\{\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \ln x_i^*\right\}}{\pi}$	S	S	S	S	S	N
$F_\alpha(x; \pi) = \frac{1}{n} \cdot \sum_{i \in L(x; \pi)} \left( \frac{\pi - x_i}{\pi} \right)^\alpha$	S	S	S ( $\alpha > 0$ )	S ( $\alpha > 1$ )	S ( $\alpha > 2$ )	S
$M_\varepsilon(x; \pi) = \frac{1}{n} \cdot \sum_{i \in L(x; \pi)} \left( \frac{\pi - x_i}{\pi} \right) \cdot \left( \frac{\pi}{x_i} \right)^\varepsilon$	S	S	S	S	S	S
$K_e(x; \pi) = \frac{1}{n} \sum_{i \in L(x; \pi)} \left[ 1 - \left( \frac{x_i}{\pi} \right)^e \right]$	S	S	S	S	S	S

### 3.4 Comparação entre Diferentes Distribuições

A comparação quanto ao nível de pobreza presente em diferentes distribuições de recursos envolve duas dimensões de alguma imprecisão ou arbitrariedade.

Por um lado, e como foi referido no ponto anterior, a opção por um índice de pobreza pressupõe a adopção de uma particular abordagem do conceito de pobreza, o que implica determinado conjunto de juízos de valor.

A ordenação de diferentes distribuições de recursos produzida por diferentes índices agregados pode não coincidir, e, assim, conduzir a apreciações contraditórias quanto à gravidade do fenómeno e à relação prevalecente entre as distribuições que se comparam.

Por outro lado, cada medida pressupõe a fixação prévia do nível da linha de pobreza,  $\pi$ , e para diferentes valores de  $\pi$ , a ordenação entre distribuições produzida pela mesma medida pode reverter-se.

Face a estes dois factores, a comparação entre distribuições está longe de ser uma questão incontroversa.

Se fosse possível aceitar que existe uma medida agregada  $P^*$  que reflectisse, sem ambiguidade ou margem para discordância, o fenómeno da pobreza monetária, e que existe inequivocamente definível um nível  $\pi^*$  da linha de pobreza que divide as situações de pobreza das de não pobreza, então essa medida  $P^*(x; \pi^*)$  produziria uma ordenação completa de todas as possíveis distribuições de recursos.

Mas, como recorda Atkinson, “é provável que exista diversidade de julgamentos afectando todas os aspectos da medição da pobreza” (Atkinson, 1987:750). Assim sendo, a aceitação da complexidade inerente a comparações entre distribuições em contexto de incerteza associado à variabilidade, admissível e esperada, nos julgamentos, quer para o estabelecimento do nível da linha de pobreza, quer quanto à especificação da medida de síntese, conduz à investigação de procedimentos que permitam ordenações parciais, mas não ambíguas, entre distribuições.

Uma forma de proceder consiste na selecção de um conjunto de medidas consideradas pertinentes e a sua aplicação simultânea na comparação de distribuições.

Sempre que, para todas as medidas do conjunto seleccionado, duas distribuições sejam ordenadas da mesma forma, uma visão consensual permite então um julgamento não ambíguo entre essas distribuições. Em toda as comparações em que os veredictos de algumas das medidas entrem em contradição entre si, não é possível produzir um julgamento não ambíguo.

Assim, a relação estabelecida por este procedimento é apenas parcial.

Alargando a análise à variabilidade da linha de pobreza, cada medida agregada  $P(x;\pi)$  permite igualmente deduzir não mais que uma ordenação parcial entre diferentes distribuições de recursos.

Sempre que, para qualquer valor de  $\pi$  <sup>(24)</sup>, a ordenação produzida por  $P(x;\pi)$  entre duas distribuições se mantiver, então, em relação a essa medida, inequivocamente se estabelece uma ordenação entre as distribuições.

---

<sup>(24)</sup> ) Ou para um intervalo mais restrito,  $[\pi^-; \pi^+]$  julgado relevante.

Pelo contrário, se a ordenação se reverte para diferentes valores de  $\pi$ , não é possível estabelecer uma ordenação inequívoca das distribuições por intermédio de  $P(x;\pi)$ .

Conjugando estas duas dimensões, pode viabilizar-se a comparação entre distribuições na base da concordância de veredictos de várias medidas e para diferentes valores de  $\pi$ .

A literatura recente sobre este tópico realçou, entretanto, alguns resultados gerais muito interessantes sobre as relações de ordem deduzidas das principais medidas de pobreza (Atkinson, 1987a; Foster e Shorrocks, 1988a, 1988b e 1988c).

Em particular os resultados apresentados por Foster e Shorrocks (1988b) são de fundamental importância, pois estes autores estendem a análise à comparação de distribuições com diferente dimensão de população, bem como relacionam as relações de ordem introduzidas pela família de medidas de pobreza  $F_\alpha(x;\pi)$  entre si e com uma classe geral de funções de bem estar social <sup>(25)</sup>.

Relembre-se que a família paramétrica proposta por Foster, Greer e Thorbecke (1984) tem por expressão

$$F_\alpha(x;\pi) = \frac{1}{n} \cdot \sum_{i \in L(x;\pi)} \left( \frac{\pi - x_i}{\pi} \right)^\alpha \quad (\alpha \geq 0).$$

---

<sup>(25)</sup> ) Outros índices podem conduzir a ordenações menos “tratáveis”. Para esta família, quer os algoritmos definidos pelas condições de dominância podem ser aplicados directamente (op. cit.:197), quer a interpretação em termos de bem estar é muito sugestiva, o que constitui grande vantagem sobre os demais candidatos.

Defina-se primeiramente a relação de ordem parcial <sup>(26)</sup>  $P_\alpha$ .

*Definição 1:*

A distribuição  $x$  é preferível à distribuição  $y$  pela medida  $F_\alpha$ ,  $x P_\alpha y$ , se e só se  $F_\alpha(x; \pi) \leq F_\alpha(y; \pi), \forall \pi > 0$  e  $F_\alpha(x; \pi) < F_\alpha(y; \pi)$ , para algum  $\pi > 0$ .

A relação  $P_\alpha$  estabelece uma relação inequívoca de preferência entre distribuições, sempre que a medida  $F_\alpha$  for concordante no seu veredicto para qualquer valor de  $\pi$ .

Para apresentar os resultados a que esta família conduz é necessário introduzir mais um conceito, o de dominância estocástica.

Como este conceito se aplica a funções de distribuição, considere-se  $F^x$  a função de distribuição associada à distribuição de recursos  $x$ , isto é,  $F^x$  é função não decrescente e contínua à direita, com  $0 \leq F^x \leq 1$ .

Faça-se ainda  $F_1^x = F^x$ , e defina-se recursivamente  $F_r^x(s) = \int_0^s F_{r-1}^x(t) dt$  (para  $r$  inteiro maior ou igual a 2).

*Definição 2:*

Diz-se que a função de distribuição  $F^x$  domina estocasticamente em grau  $r$  (com  $r$  inteiro positivo) a função de distribuição  $F^y$ ,  $F^x D_r F^y$ , se e só se  $F_r^x(s) \leq F_r^y(s)$ , para todo o  $s > 0$ , e  $F_r^x(s) < F_r^y(s)$  para algum  $s > 0$ .

---

<sup>(26)</sup> Relação transitiva e assimétrica.

É imediato demonstrar que a relação de ordem estabelecida por  $F_0(x;\pi)$  mais não é que a dominância estocástica de primeiro grau entre distribuições, já que de  $F_0(x;\pi) = F^x(\pi)$  resulta imediato que

$$F_0(x;\pi) \leq F_0(y;\pi), \forall \pi > 0 \Leftrightarrow F^x(\pi) \leq F^y(\pi), \forall \pi > 0$$

$$\exists \pi > 0, F_0(x;\pi) < F_0(y;\pi) \Leftrightarrow \exists \pi > 0, F^x(\pi) < F^y(\pi).$$

A particularidade especial da família de medidas  $F_\alpha$  ( $\alpha \geq 0$ ) consiste em que a relação parcial  $P_\alpha$ , deduzida da medida  $F_\alpha$ , mais não é que a relação de ordem definida pela dominância estocástica de grau  $\alpha + 1$ .

Este resultado foi estabelecido no primeiro artigo de Foster e Shorrocks (1988a:175) pela proposição seguinte:

*Proposição 1:*

Para qualquer inteiro  $\alpha \geq 0$ ,  $x P_\alpha y$ , se e só se  $F^x D_{\alpha+1} F^y$ .

Deste resultado derivam algumas propriedades muito importantes.

A primeira é que as relações de ordem estabelecidas por  $F_\alpha$  estão relacionadas de tal forma que  $x P_0 y \Rightarrow x P_1 y \Rightarrow x P_2 y \Rightarrow \dots \Rightarrow x P_k y$  (com  $k$  inteiro maior que 2), e estas relações são progressivamente mais completas.

A segunda é que pode associar-se a  $P_\alpha$  uma interpretação em termos de bem estar, já que existe correspondência entre a relação de ordem produzida por  $F_\alpha$  e a introduzida por certa classe de funções de bem estar.



Para precisar melhor esta associação, formulem-se os resultados estabelecidos pelos autores em artigo posterior (Foster e Shorrocks, 1988b) <sup>(27)</sup> :

*Lema 1:*

Para qualquer inteiro  $n \geq 1$ , e quaisquer distribuições  $x \in R_+^n$ ,  $y \in R_+^m$  e com  $m$  e  $n$  inteiros positivos <sup>(28)</sup>,  $x P_0 y$

sse  $F^x(s) - F^y(s) \leq 0, \forall s > 0$  e  $F^x(s) - F^y(s) < 0$ , para algum  $s > 0$ ;

sse  $\hat{x}_i \geq \hat{y}_i, \forall i = 1, \dots, n$  e  $\hat{x}_i > \hat{y}_i$ , para algum  $i = 1, \dots, n$ ;

sse  $\hat{x}$  pode ser obtido a partir de  $\hat{y}$  através de uma sequência finita de incrementos não negativos.

As condições expressas pela última condição do lema permitem esclarecer como a relação de ordem definida por  $P_0$  é equivalente à relação de ordem definida por uma função de bem estar que respeite três propriedades simples:

$P_1$ ) invariância a replicações;

$P_2$ ) simetria, de modo que simples permutações não alterem o nível de bem estar;

$P_3$ ) monotonia, garantindo que o simples incremento de recursos de um elemento torna preferível a nova distribuição de recursos <sup>(29)</sup>.

---

<sup>(27)</sup> O enunciado dos lemas foi aqui completado com a primeira das condições sucessivamente exposta, e que corresponde à formulação em termos de dominância estocástica.

<sup>(28)</sup> No caso em que  $n \neq m$  (diferentes dimensões de população), as distribuições são ainda comparáveis, dado que a família de medidas  $F_\alpha$  é invariante a replicações. Assim, definem-se,  $x'$  com a  $m$ -replicação de  $x$  e  $y'$  com a  $n$ -replicação de  $y$ , obtendo-se  $n(x') = n(y') = n.m$ , que se podem comparar através das condições expostas. A invariância implica que  $F_\alpha(x'; \pi) = F_\alpha(x; \pi)$  e  $F_\alpha(y'; \pi) = F_\alpha(y; \pi)$ , pelo que  $x P_\alpha y \Leftrightarrow x' P_\alpha y'$ .

<sup>(29)</sup> Se se definir a função de bem estar  $U(x)$  como  $U(x) = \int u(x).dF^x$ , com  $u(x)$  qualquer função contínua, tal que  $u' > 0$ .

*Lema 2:*

Para qualquer inteiro  $n \geq 1$ , e quaisquer distribuições  $x \in R_+^n$ ,  $y \in R_+^m$ , com  $m$  e  $n$  inteiros positivos,  $x P_1 y$

$$\text{sse } \int_0^s [F^x - F^y] dt \leq 0, \forall s > 0 \text{ e } \hat{x} \text{ para algum } s > 0;$$

$$\text{sse } X_k = \sum_{i=1}^k \hat{x}_i \geq Y_k = \sum_{i=1}^k \hat{y}_i, \forall k = 1, \dots, n \text{ e } X_k = \sum_{i=1}^k \hat{x}_i > Y_k = \sum_{i=1}^k \hat{y}_i \text{ para algum}$$

$k=1, \dots, n;$

sse  $\hat{x}$  pode ser obtido a partir de  $\hat{y}$  através de uma sequência finita de incrementos não negativos e/ou transferências progressivas.

Também as condições expressas pela última condição deste lema permitem esclarecer como a relação de ordem definida por  $P_1$  é equivalente à relação de ordem definida por uma função de bem estar que, para além das três anteriores propriedades, exiba 'preferência pela igualdade', isto é, que prefira  $x$  a  $y$ , sempre que  $x$  resulte de  $y$  através de uma transferência progressiva de recursos <sup>(30)</sup>.

*Lema 3:*

Para qualquer inteiro  $n \geq 1$ , e quaisquer distribuições  $x \in R_+^n$ ,  $y \in R_+^m$  com  $m$  e  $n$  inteiros positivos,  $x P_2 y$

$$\text{sse } \int_0^s \int_0^r [F^x - F^y] dt dr \leq 0, \forall s > 0 \text{ e } \int_0^s \int_0^r [F^x - F^y] dt dr < 0$$

para algum  $s > 0;$

sse  $\hat{x}$  pode ser obtido a partir de  $\hat{y}$  através de uma sequência finita de incrementos não negativos, transferências progressivas e/ou transferências compostas favoráveis.

---

<sup>(30)</sup> E então a relação de ordem definida por  $F_1$  é a mesma que a definida pela classe de funções  $U(x)$  tais que  $u' > 0$  e  $u'' < 0$ .

Uma transferência composta favorável define-se como a composição de uma transferência progressiva e de uma transferência regressiva, que preservem a média e a variância, situando-se, na distribuição ordenada de recursos, os elementos envolvidos na transferência progressiva à esquerda dos elementos envolvidos na transferência regressiva.

De igual forma, as condições expressas pela última condição do lema permitem estabelecer que a relação de ordem definida por  $P_2$  é equivalente à relação de ordem definida por uma função de bem estar que, para além de todas as anteriores condições, seja mais sensível a transferências na base da distribuição <sup>(31)</sup>.

Os três lemas expostos estabelecem as condições pelas quais é possível estabelecer a preferência de uma distribuição  $x$  sobre uma outra distribuição  $y$ , de dimensões eventualmente diferentes, em relação às medidas  $F_0$ ,  $F_1$  e  $F_2$ , e independentemente da concordância sobre o valor específico da linha de pobreza.

Essas condições correspondem às condições de dominância estocástica, e dessa forma se associam a condições homólogas sobre as características da classe de funções de bem estar que produzem a mesma relação de ordem.

A relação de ordem estabelecida por  $F_\alpha$  torna-se progressivamente mais completa quando se eleva  $\alpha$ , isto é, distribuições que não é possível ordenar por  $F_0$  serão ordenadas por  $F_1$ , e distribuições que não é possível ordenar por  $F_1$  serão ordenadas por  $F_2$ .

---

<sup>(31)</sup> Isto é, agora a relação de ordem definida por  $F_2$  é a mesma que a definida pela classe de funções  $U(x)$  tais que  $u' > 0$ ,  $u'' < 0$  e  $u''' > 0$ .

De igual forma a relação de ordem estabelecida por cada medida da família  $F_\alpha$  torna-se também mais potente se se restringir o domínio de análise de  $\pi$  a um intervalo de variação  $[\pi^-; \pi^+] \subset R^+$  .

Estes importantes resultados teóricos serão de útil recurso para a análise comparativa de diferentes distribuições, como veremos na apreciação da evolução da situação portuguesa na última década.

# **CAPÍTULO 4**

## **QUESTÕES METODOLÓGICAS NA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS AGREGADAS DE POBREZA**

### **4.1 Introdução**

A determinação de medidas agregadas de pobreza, segundo a linha de investigação exposta no capítulo anterior, levanta múltiplas questões de natureza metodológica, algumas das quais são por vezes consideradas meras escolhas técnicas e, conseqüentemente, insuficientemente debatidas quanto ao seu conteúdo e ao seu impacto sobre a própria mensuração daquele fenómeno.

Estas questões metodológicas reflectem porém, de uma forma implícita, determinadas concepções que é necessário clarificar e explicitar tanto quanto os demais procedimentos inerentes à medição da pobreza, nomeadamente o quadro conceptual em que se insere o conceito de pobreza, usualmente exposto de forma mais transparente. Ambos os aspectos são decisivos na percepção e avaliação do fenómeno em análise.

A atenção a este conjunto de escolhas é tanto mais importante quanto o conteúdo dessas escolhas, aparentemente inocente, pode influir poderosa ou mesmo decisivamente, nos resultados de medição e avaliação que se obtêm.

Muita da polémica relativa à extensão, intensidade, composição e caracterização da pobreza num dado momento, e a partir de uma mesma base informativa sobre a realidade, depende do conteúdo dessas escolhas, e na variação dos resultados obtidos podem subtilmente ser decisivos esses factores.

O objectivo do presente capítulo é elucidar a natureza destas questões, apontar as principais alternativas que têm sido formuladas na investigação aplicada no domínio da análise da distribuição dos recursos económicos e da pobreza em particular, e ponderar como as opções efectuadas sobre estas escolhas se reflectem nos resultados referentes à extensão, composição e comparabilidade das situações de pobreza, quer quando se analisa uma dada situação de distribuição de recursos, quer quando se pretende comparar distribuições em diferentes momentos do tempo ou referentes a diferentes espaços geográficos.

## **4.2 Conceito de Recursos**

No contexto da análise proposta pela corrente de medidas agregadas de pobreza, as situações de pobreza definem-se em termos de um indicador único de recursos económicos. Assim, esta análise é por vezes designada de pobreza monetária ou de pobreza unidimensional.

Na análise da pobreza segundo esta óptica, e tal como na análise mais geral da distribuição de recursos económicos, é necessário precisar o conceito operativo apropriado para captar a noção, não mensurável, de bem-estar económico, que se relacionará com o acesso e controlo dos indivíduos sobre recursos económicos (Jenkins,

1991:4).

Um problema primeiro que se deve esclarecer é o da escolha da variável que melhor corresponde à noção de poder económico efectivamente detido pelos indivíduos e famílias.

Em seguida discutem-se as várias possibilidades que têm sido apontadas como mais relevantes para captar aquela noção de poder económico, e que podem enformar a variável cuja distribuição na sociedade é analisada quando se apreciam questões como as da desigualdade económica ou da pobreza.

### **Rendimento Completo**

De acordo com a teoria económica a definição mais consistente de recursos económicos acessíveis a um agregado familiar seria o “rendimento completo” de todos os activos possuídos pela família, incluindo o rendimento que o agregado poderia obter se todos os seus elementos em idade activa se encontrassem a trabalhar a tempo completo e fossem remunerados de acordo com a respectiva formação profissional, experiência e idade. Este é o conceito que se pode encontrar na definição de *‘full income’* apresentada por Becker (1965) ou na de *‘earnings capability’* enunciada por Garfinkel e Haveman (1977).

Esta definição de recursos, embora extremamente elegante em termos de teoria económica, comporta dificuldades, quer de natureza teórica, quer de natureza prática, que dificultam a sua implementação.

Em termos teóricos, a hipótese subjacente da livre escolha da duração do trabalho de cada membro do agregado familiar está longe de ser uma representação

plausível das efectivas condições de funcionamento do mercado de trabalho. A existência de níveis consideravelmente elevados de desemprego, situação que é particularmente verdadeira para níveis baixos de qualificação, que em geral se associam aos indivíduos menos privilegiados em termos de outros recursos também, viola essa hipótese, e faz divergir os rendimentos de trabalho efectivamente acessíveis dos rendimentos potenciais.

A realidade do desemprego, que alastra socialmente tocando cada vez mais grupos sociais e categorias profissionais, criando novas situações de vulnerabilidade face à integração no mercado de trabalho, é uma realidade que desafia inapelavelmente a adequação de uma definição de um rendimento completo presumido como equivalente ao poder económico acessível a indivíduos e famílias.

Por outro lado, a hipótese de livre escolha da integração na vida activa é insensível a um factor diferenciador da posição de todos os agentes económicos, e que tem particular importância na vivência da população mais desfavorecida, e é fortemente relevante na transmissão intergeracional da pobreza.

Existe efectivamente um factor distorsor das escolhas de integração no mercado de trabalho que decorre do facto das restrições de rendimento inicial, mormente o rendimento efectivo dos adultos, serem contingentes em relação aos investimentos em educação e formação, nomeadamente com a formação dos elementos mais jovens. Isto é, a taxa de desconto intertemporal do investimento em educação e formação decresce com o rendimento base do agregado, existindo, para níveis muito baixos de rendimento, uma preferência absoluta pelo rendimento presente <sup>(1)</sup>.

---

(1 ) Este facto pode também ser explicado por imperfeições no mercado de capitais (informação imperfeita, barreiras ao acesso) que não favorecem a contracção de dívidas com base na expectativa de rendimentos futuros.



Este aspecto compromete e hipoteca as oportunidades futuras das novas gerações das famílias de menor capacidade económica, pois o fraco investimento em formação no presente vulnerabiliza a posição futura no mercado de trabalho e também o rendimento potencial alcançável.

As dificuldades de ordem prática de imputação de rendimentos do trabalho, mesmo adoptando eventuais hipóteses simplificadoras em relação à integração potencial no mercado de trabalho, tornam-se também muito problemáticas num contexto de pronunciada segmentação do mercado de trabalho.

A avaliação da riqueza, desde a avaliação patrimonial ao seu impacto no fluxo intertemporal de recursos acessíveis aos indivíduos e famílias, levanta, por seu lado, problemas de conhecimento e medida, no mínimo igualmente complexos.

### **Rendimento Efectivo**

Para operacionalizar o conceito de recursos surge em alternativa a hipótese de considerar o rendimento efectivo. Esta opção é também aquela que decorre da definição de pobreza em relação ao direito ao comando de um mínimo de recursos económicos efectivos, como requisito de participação na vida social e garantia do exercício positivo da liberdade (Atkinson, 1980b:8).

Com efeito, associando a pobreza ao direito de qualquer indivíduo enquanto cidadão, a um mínimo de recursos, é sobre o rendimento que a atenção se tem naturalmente que centrar, com a correspondente clareza em termos de conteúdo normativo da definição adoptada.

Por outro lado, elegendo o rendimento como variável de medida das oportunidades abertas ao exercício de escolhas individuais, autonomiza-se a avaliação da pobreza das decisões de consumo, dependentes estas de preferências individuais.

Nestes termos, o rendimento é um indicador de recursos intrinsecamente preferível na medição da pobreza, já que se concentra na detecção das restrições ao direito de cidadania básico a um nível mínimo de rendimento que permita o acesso a um padrão mínimo de vida, e não no conteúdo das escolhas de consumo ou estilos de vida (Atkinson, 1990b:7).

No que respeita à exaustividade, esta abordagem de comando sobre recursos através do rendimento efectivo, apresenta ainda a deficiência de não contemplar a grandeza stock que é a riqueza acumulada pelos agregados familiares de uma forma plenamente satisfatória.

Não oferece dúvida que a existência de um património acumulado reforça o potencial comando sobre recursos económicos dos indivíduos e famílias, permitindo um maior leque de escolhas no usufruto intertemporal de rendimentos.

No entanto, e para além das já mencionadas dificuldades de mensuração da riqueza, pode observar-se que os estudos empíricos apontam geralmente para a existência de ainda maior desigualdade na distribuição da riqueza do que na distribuição do rendimento (Atkinson, 1975:cap.7; Samuelson, 1973:139-141).

Assim, as correcções que incorporassem esta dimensão muito provavelmente acentuariam a desigualdade detectada na distribuição dos recursos económicos, sobretudo no topo daquela distribuição.

Deva ainda observar-se que, na perspectiva da superação de situações de pobreza, quando existem institucionalizados programas de garantia de rendimento, a elegibilidade é também condicionada pela avaliação patrimonial e pela disponibilidade para a assunção de vínculos laborais, quando se trata de indivíduos em condições de se integrarem no mercado de trabalho (Atkinson, 1990b:9).

O conceito de rendimento a utilizar deve abranger as diversas fontes, sejam os rendimentos do trabalho, de capital ou as transferências, públicas e privadas. São de englobar igualmente os diversos rendimentos em natureza que afluam ao agregado familiar, sejam salários ou transferências em natureza, auto-produção, auto-consumo e auto-locação. Para reflectir o efectivo comando sobre recursos, o rendimento deve ser avaliado após os impostos e as contribuições obrigatórias para a segurança social.

## **Despesa**

Uma outra alternativa consiste em tomar a despesa como indicador dos recursos económicos. A noção de pobreza mais consistente com esta opção reporta-se à avaliação de um padrão mínimo de vida que se supõe avaliado pela despesa total em substituição de uma avaliação multidimensional do grau de satisfação das necessidades básicas (alojamento, alimentação, vestuário, etc.). Assim a despesa corrente pode ser entendida como uma *proxy* do nível de bem-estar usufruído pelo agregado familiar.

As teorias do ciclo de vida (Modigliani e Brumberg, 1954) e do rendimento permanente (Friedman, 1957) sustentam que a despesa seja considerada uma melhor aproximação do nível de bem-estar de longo prazo do que o rendimento corrente.

Contudo, Scitovsky argumentou que os detentores de baixos rendimentos não parecem comportar-se de acordo com a teoria do ciclo de vida, não efectuando poupanças significativas para além dos esquemas instituídos pela Segurança Social, para suportar os consumos na velhice, dispendendo quase todo o rendimento corrente (Scitovsky, 1986:27) <sup>(2)</sup>.

Particularmente no caso das populações de mais baixos recursos económicos, a despesa segue de perto as flutuações de rendimento, tanto mais que múltiplas imperfeições no mercado de capitais restringem o acesso ou penalizam o custo do crédito a famílias menos solventes ou em situação de quebra temporária de rendimento. Assim, para estes estratos populacionais, ambos os indicadores económicos têm um comportamento semelhante, e representatividade em relação ao bem estar de longo prazo.

Na hipótese de se considerar a despesa como representação de um padrão de vida, deve salientar-se que a despesa total pode camuflar situações efectivas de privação. É o caso que se verifica quando, por exemplo, ocorre uma quebra acentuada de rendimento por desemprego de um ou mais elementos da família, doença ou acidente, concomitante com certa rigidez de encargos anteriormente assumidos, nomeadamente com a habitação, conduzindo a uma contracção de despesas em outras necessidades essenciais sem que o nível da despesa total desça a níveis particularmente baixos (Room, 1987).

---

(2 ) Naturalmente que os comportamentos face ao consumo e à poupança dependem também da experiência passada de vida, das expectativas em relação ao futuro, e outros factores de ordem cultural. É sabido que populações de fracos recursos, sobretudo em meios rurais, podem acumular consideráveis riquezas em propriedade, ouro ou dinheiro, ou contribuir continuamente para os orçamentos de familiares autónomos, mantendo para si poucos recursos, árduas condições de vida e fortes restrições na despesa.

A opção pela despesa como variável chave é, no entanto, uma alternativa frequentemente sustentada por uma maior credibilidade dos dados estatísticos. De facto, na generalidade dos inquéritos sobre receitas e despesas familiares, que constituem as fontes primárias de informação sobre distribuição de recursos económicos, verifica-se uma clara subestimação dos rendimentos, enquanto as despesas declaradas são relativamente mais consistentes com a restante informação disponível (Vd. Capítulo 5).

Por outro lado, no que respeita a comparações internacionais, nomeadamente no seio da União Europeia, é mais fácil proceder a comparações através das despesas, do que através de rendimentos (Hagenaars *et al*, 1992:5), dada a omissão de informação relativa a rendimentos em algumas das fontes estatísticas nacionais.

No caso de opção pela despesa como indicador mais pertinente de recursos económicos, a aproximação de uma definição tão rigorosa quanto possível de recursos económicos sugere que se introduzam algumas correcções na despesa total. Assim, devem considerar-se igualmente as receitas em natureza, como sejam os salários ou transferências em natureza, a auto-produção, o auto-consumo e a autolocação, e devem excluir-se as despesas que assumam carácter de investimento, nomeadamente a aquisição de habitação ou de automóvel, na determinação da variável económica a reter.

Um elemento de difícil tratamento, em qualquer das alternativas para computação dos recursos económicos, respeita aos bens e serviços fornecidos gratuitamente ou a preço reduzido pelo Estado, em particular os bens mistos, onde não existe a não exclusão típica dos bens públicos puros, e em especial a saúde, educação e ambiente. Não existem em geral elementos estatísticos disponíveis para proceder à análise dos impactos distributivos das políticas de provisão de tais bens.

Relembre-se finalmente que o conceito operacional de recursos deve

necessariamente harmonizar-se com o conceito de pobreza adoptado.

Assim, no caso de uma abordagem da pobreza enquanto direito a um mínimo de recursos, a única opção consistente parece ser a do rendimento. Já na abordagem da pobreza através de um padrão de vida mínimo, quer o rendimento quer a despesa poderão apenas ser tomados como *proxy* desse padrão de vida, necessariamente um conceito de contornos multidimensionais.

Numa perspectiva metodológica aberta à pluralidade de entendimentos que as diversas escolhas envolvidas na medição da pobreza comportam, pode assegurar-se que os resultados da avaliação da pobreza serão tanto mais robustos quanto menores as variações desses resultados face a modificações nos vários parâmetros envolvidos, nomeadamente no que concerne ao conceito de recursos adoptado.

No que respeita a Portugal, os últimos inquéritos aos orçamentos familiares têm registado a informação referente quer a despesas quer a rendimentos. Não têm sido cobertos, contudo, elementos referentes à situação patrimonial, nem tão pouco ao equilíbrio financeiro e fluxos de poupança. Assim, é possível adoptar, quanto ao conceito de recursos económicos, quer a óptica do rendimento efectivo quer a do consumo, para proceder à análise da medição da pobreza.

A análise empírica sobre a situação em Portugal nos anos oitenta aprofundará a relação entre estes dois conceitos de recursos, e apreciará a diferenciação dos resultados sobre pobreza decorrentes da opção por cada uma das alternativas (vd 6.3.1 e 6.3.2).

### 4.3 Escalas de Equivalência

Um outro elemento de radical importância inerente à análise da distribuição de recursos económicos numa população diz respeito às diferenças não económicas entre os diversos agregados familiares.

O que em última análise se pretende apreciar a partir das distribuições de recursos é o bem estar dos indivíduos. Sucede, porém, que os indivíduos vivem em famílias e, desta forma, partilham recursos, apresentam diferentes necessidades, e efectuam economias de escala em certos consumos, em função da diferente composição da família.

A unidade de referência relevante para a apreciação do bem-estar económico, e do estatuto face à pobreza em particular, é o conjunto de pessoas que partilham uma mesma residência e cujas despesas são suportadas por um orçamento comum. Esta unidade que partilha recursos comuns será designada por agregado familiar, ou família, independentemente dos laços formais de parentesco entre os seus membros<sup>(3)</sup>.

As diferenças de carácter não económico entre os agregados familiares, nomeadamente a sua dimensão e a composição etária<sup>(4)</sup>, determinam diferentes necessidades, e, logo, diferentes dotações de recursos necessárias para atingir idêntico

---

(3 ) Também designado por agregado doméstico privado (INE, 1981; 1991). Atkinson (1990b:4-5) apresenta outras unidades possíveis: unidade de residência (conceito mais lato do que o proposto, uma vez que não envolve a gestão de um orçamento comum), unidade familiar (todos os indivíduos de uma unidade de residência unidos por laços familiares), e família nuclear (indivíduo ou casal e filhos dependentes).

(4 ) Outros factores de diferenciação podem também ser considerados na análise em paralelo com estes aspectos de caracterização demográfica, como por exemplo a localização rural ou urbana da residência.

nível de bem estar económico.

A teoria das escalas de equivalência, ou teoria económica da necessidade, é assim um dos elementos essenciais para deduzir inferências sobre o bem estar a partir da informação sobre os recursos económicos totais dos agregados familiares (Bradbury, 1992:1). O seu objecto é a formulação e avaliação de um índice de necessidades relativas, em função das características do agregado. Esse índice designa-se por escala de equivalência.

Entre as opções extremas de não proceder a nenhum ajustamento, considerando o nível total dos recursos do agregado familiar como indicador do seu nível de bem estar, independentemente das necessidades diferenciadas dos diversos tipos de agregados, até à identificação desse indicador com o nível de recursos *per capita*, não atendendo nem a economias de escala, nem a necessidades diferenciadas de cada um dos indivíduos, está aberta uma gama muito diversificada de opções.

Analisa-se seguidamente os vários tipos de escalas de equivalência, na dupla óptica das suas características e das consequências em termos da análise da distribuição de recursos e da avaliação da pobreza em particular.

Utilizam-se as seguintes notações:

Sejam os  $h$  agregados familiares ( $H=1,...,h$ ) caracterizados por um volume de recursos totais  $X_H$  um vector de características não económicas  $a_H$ , entre as quais a dimensão  $n_H$ .

No caso mais geral, a escala de equivalência define um índice de custo das características  $a_H$  em relação a um determinado conjunto de características de referência,



$a_R$ , quando o agregado familiar H enfrenta um vector de preços  $p_H$  e o agregado de referência um vector  $p_R$ , definido por

$$e_H = \frac{C(U; p_H; a_H)}{C(U^*; p_R; a_R)},$$

onde  $U^*$  é o nível de utilidade de referência.

As escalas de equivalência podem classificar-se em três grandes famílias: as escalas de equivalência normativas, as escalas de equivalência baseadas no consumo e as escalas de equivalência baseadas na avaliação directa do bem estar. Seguidamente apresentam-se as principais metodologias de dedução de escalas de equivalência agrupadas nestas três famílias, procedendo à sua apreciação em termos da sua fundamentação e da sua adequação à análise da pobreza.

#### 4.3.1 Escalas de Equivalência Normativas

As escalas de equivalência normativas são as que resultam da apreciação feita por especialistas das necessidades relativas dos diversos tipos de agregados. Podem distinguir-se basicamente três classes de escalas normativas: as escalas definidas através de “orçamentos *standards*”, as escalas definidas por via estatística, e as escalas subjacentes a programas de apoio ao rendimento.

A abordagem através de “orçamentos *standards*” assenta na determinação do custo de um conjunto de bens e serviços que se consideram representativos de um determinado padrão de vida (Yu, 1992:1), para agregados de diferentes composições.

Esta metodologia remonta aos trabalhos de Rowntree sobre a pobreza em York (Rowntree, 1901; 1936), e apresenta as conhecidas dificuldades associadas às

abordagens de avaliação das necessidades básicas: quais as necessidades a considerar como básicas, que itens são considerados pertinentes para a sua satisfação, em que quantidades e correspondendo a que nível de qualidade, e valorizados a que preços (Bradshaw *et al*, 1987:169).

As escolhas envolvidas nesta metodologia, embora se fundem em juízos de valor que se revelam explicitamente na análise, nomeadamente em termos de uma dieta definida por nutricionistas, no que respeita à alimentação, para dar o exemplo mais simples, podem ser calibradas por informações derivadas dos padrões de consumo reais, quer quanto aos bens mais comumente associados à satisfação de certas necessidades básicas, quer quanto aos preços defrontados pelo grupo de referência para a definição do “orçamento *standard*” (Bradshaw, 1991:4).

As escalas de equivalência derivadas por este procedimento referem-se ao nível de utilidade associado ao padrão de vida de referência, e por isso não são independentes do nível de utilidade que lhe está associado.

Isto implica que a escala de equivalência deduzida a partir de um padrão de referência correspondendo a um “*standard* mínimo”, isto é, a um nível mínimo de satisfação das necessidades básicas, é apropriada para a análise da população de baixos rendimentos, e para a análise da pobreza em particular, mas não é pertinente para comparações interpessoais de bem estar a níveis mais elevados de utilidade.

Variantes simplificadas desta abordagem extrapolam o custo do “orçamento *standard*” a partir do custo de um “orçamento *standard* para a alimentação” e o recurso ao coeficiente de Engel julgado pertinente para estimação da despesa total necessária à

satisfação das necessidades básicas<sup>(5)</sup>).

Desta forma minimizam-se os itens a considerar no cabaz adequado de bens e serviços, mas é legítimo questionar se as necessidades relativas em todos os outros domínios são idênticas às verificadas na alimentação, isto é, se são aceitáveis coeficientes de Engel invariantes com o tipo de família.

Em Portugal nunca foram estudados sistematicamente este tipo de orçamentos, cujas características em termos das qualidades de definição de situações de pobreza são muito relevantes, mas que exigem um pormenor quase monográfico na determinação das necessidades básicas, modos da sua satisfação e respectivo custo, para diferentes configurações de agregados familiares.

Na análise empírica da situação portuguesa no que concerne à pobreza nos anos oitenta, far-se-á um ensaio de metodologia que se filia nesta abordagem, se bem que numa variante simplificada (vd. 6.2.1).

Com base na determinação das necessidades alimentares das diferentes famílias, proceder-se-á à estimação directa do custo de satisfação das necessidades alimentares, e com base num conjunto de hipóteses simplificadoras sobre a relação entre esta despesa e a despesa total para um conjunto de tipologias familiares, estima-se a relação entre os custos totais de satisfação das necessidades básicas para as diferentes configurações familiares.

Através deste procedimento, a escala de equivalência é estimada em função da

---

(5) Conduzindo à metodologia empregue por Orshansky para a dedução das primeiras linhas oficiais de pobreza nos E.U.A. (coeficiente de Engel médio), ou à variante proposta por R. Friedman (coeficiente de Engel implícito na despesa dos pobres).

discriminação das necessidades alimentares e do coeficiente de Engel específicos a cada configuração familiar. Apesar de baseada em algumas hipóteses simplificadoras, a escala de equivalência é endógena, decorrendo da apreciação de custos directos e da assumpção de factores de economia de escala e composição da despesa total consistentes com a informação disponível em relação aos padrões de consumo efectivos.

As escalas de equivalência de base estatística são caracterizadas por se formularem sob uma forma aritmética de simples aplicação. Traduzem o julgamento sobre as necessidades relativas das famílias com diferentes configurações por parte de peritos de organizações internacionais consagradas. São definitivamente marcadas por um acentuado pragmatismo.

Inicialmente baseadas em análise de situações concretas e na aplicação de metodologias de comparação de níveis de bem estar, as escalas de equivalência utilizadas por diversas organizações ganharam uma autonomia dos contextos iniciais e uma difusão assinalável.

A relevância de cada escala de equivalência para cada contexto em análise deve ser objecto de reflexão, mas deve reconhecer-se que a simplicidade e a tradição criada pela utilização por parte de instituições internacionais consagradas de escalas de equivalência particulares contribuem para que este tipo de escalas se tenha consolidado e seja de aplicação quase automática em muitas análises.

O carácter expedito de aplicação das principais escalas de equivalência normativas, aliado ao prestígio das instituições que as emanaram, e a tradição da sua sucessiva aplicação, criam um ambiente de quase 'naturalidade' e 'bondade' da sua natureza. Contudo, qualquer escala de equivalência tem pressupostos que é forçoso examinar, para que seja criteriosa a escolha da escala a utilizar em função do carácter e

do contexto da análise que se pretende realizar.

Assim acontece com a utilização da escala uniforme implícita nas definições *per capita*, muito usada em comparações internacionais, dada a simplicidade de que se reveste, e a pouca exigência em termos de informação, nomeadamente em relação à estrutura da população.

Deve contudo reconhecer-se que uma tal escala parece pouco apropriada para comparações interpessoais de bem estar. Imagine-se, por absurdo, a seguinte situação: duas regiões com idêntica população, registam um mesmo nível de rendimento disponível das famílias, igualmente distribuído pela população. A estrutura familiar das duas regiões é, porém, muito diferenciada, sendo numa predominantes as famílias unindividuais, e as monoparentais com uma única criança, e a segunda constituída por famílias de elevada dimensão. Apesar do rendimento per capita ser idêntico, verificar-se-á, *ceteris paribus*, situação idêntica em relação ao bem estar nas duas regiões?

Outros exemplos de escalas estatísticas muito difundidas são as adoptadas pela OCDE e pela OIT. Estas constituem já um avanço em relação à escala uniforme *per capita*, porque consideram economias de escala e necessidades diferenciadas em função da dimensão e da idade dos membros do agregado familiar.

A escala da OCDE consagra valores relativamente elevados para cada elemento da família além do primeiro, e economias de escala constantes, o que se traduz em custos relativos muito elevados para famílias de grande dimensão. Esta característica tem vindo a ser contestada por resultados obtidos por via empírica, o que levou já à proposta de uma escala da OCDE modificada para ser aplicada nos estudos sobre distribuição do rendimento nos países da União Europeia (Hagenaars *et al*, 1992:17).

A escala da OIT baseou-se inicialmente em tabelas de necessidades nutricionais para indivíduos de diferente idade e sexo, em países relativamente pouco desenvolvidos. Por isso reflecte uma diferenciação a um tempo muito detalhada e pouco convincente, para sociedades contemporâneas e com um maior nível de desenvolvimento, dos custos relativos das crianças.

Os valores das escalas mais utilizadas pelas instituições internacionais, nomeadamente o Banco Mundial, a OCDE, a OIT, o EUROSTAT, e diversos institutos estatísticos de países da União Europeia, encontram-se listados no Quadro 4.1.

Stark (1972) aplicou uma escala de equivalência estatística no estudo da distribuição do rendimento em Inglaterra que ilustra uma outra possibilidade de definição de escalas deste tipo, derivando a sua escala como a média geométrica das principais escalas de equivalência existentes para Inglaterra àquela época.

Desta forma obteve uma escala de equivalência com as vantagens que são reconhecidas às escalas deste tipo, isto é, com incorporação de um balanço das diferentes abordagens, expeditas, e virtualmente aplicáveis a qualquer distribuição (Coulter *et al*, 1992:101).

Reteve, contudo, também diversos inconvenientes, nomeadamente porque calcular uma média não é obter um consenso, e com essa abordagem a relação entre custos correspondentes a um mesmo nível mínimo de satisfação, para diferentes configurações familiares, não tem uma fundamentação explícita.

Finalmente, um outro grupo de escalas normativas são aquelas que estão implícitas à acessibilidade a esquemas de apoio ao rendimento. Essas escalas, também designadas de escalas programáticas, incorporam as avaliações das necessidades

relativas das diferentes configurações dos agregados familiares, efectuadas pelos peritos e políticos responsáveis pelas políticas de apoio ao rendimento.

As escalas de equivalência decorrentes de programas de garantia de recursos, isto é, as escalas programáticas, tendem a incorporar não apenas a consideração das necessidades relativas, mas também distintas percepções do 'mérito relativo' dos diferentes grupos (em particular das crianças, a quem pode ser atribuído um factor de escala significativamente elevado), e da interacção com o incentivo ao trabalho (*'poverty trap'*), ou com a política de família (Bradbury, 1992:7).

**QUADRO 4.1. Principais Escalas de Equivalência Normativas**

<b>Tipo de Escala</b>	<b>Factor de Escala para cada Indivíduo</b>
<b>Recursos Totais</b>	
1º Indivíduo	1.0
Outros	0.0
<b>Recursos <i>per capita</i></b>	
Cada Indivíduo	1.0
<b>Escala da OCDE</b>	
1º Adulto	1.0
Outros adultos	0.7
Crianças até aos 14 anos	0.5
<b>Escala da OCDE Modificada</b>	
1º Adulto	1.0
Outros adultos	0.5
Crianças até aos 14 anos	0.3
<b>OIT</b>	0.2
0 - 1 anos	0.3
2 - 3 anos	0.4
4 - 5 anos	0.5
6 - 7 anos	0.6
8 - 9 anos	0.7
10 - 11 anos	0.8
12 - 13 anos	0.8
14 - 59 anos (Sexo Feminino)	1.0
14 - 59 anos (Sexo Masculino)	0.8
60 e mais anos	



#### **4.3.2 Escalas de Equivalência Baseadas no Consumo**

Este tipo de escalas de equivalência são deduzidas a partir da informação sobre as despesas efectivas dos agregados familiares e sobre as suas características socio-demográficas. Uma vez que são estimadas a partir de modelos econométricos, este tipo de escalas de equivalência são também denominadas de escalas de equivalência econométricas.

A estimação do índice de custos baseia-se na escolha de uma forma particular para a função utilidade dos agregados familiares e, por consequência, de uma determinada especificação para a função custo associada.

As hipóteses de partida mais importantes para os diversos modelos deste tipo são as seguintes:

H<sub>1</sub>: Adequação de uma métrica monetária para avaliar situações e alterações do bem estar.

Esta hipótese é aplicável quando os bens e serviços importantes para o bem estar são sempre obtidos através do mercado (Deaton e Muelbauer, 1980:169). Ficam, pois, excluídos os bens públicos.

H<sub>2</sub>: Todos os consumidores são supostos enfrentarem os mesmos preços de mercado.

H<sub>3</sub>: As diferenças de preferências entre os agregados familiares são determinadas exclusivamente por variações das suas características observáveis.

Formalmente, os modelos de derivação econométrica de escalas de equivalência

determinam um índice de custo das características em relação a um determinado conjunto de características tomado como categoria de referência.

As preferências dos agregados são representadas pela função directa de utilidade

$$U_H = U(q_H, a_H),$$

contínua, crescente e quase-côncava no vector dos consumos  $q_H$ .

O problema clássico do consumidor é a maximização da função utilidade sujeito à restrição do custo dos consumos  $q_H$  igualar a despesa total  $X_H$ .

Pela teoria da dualidade, a este problema de escolha associa-se o problema dual que consiste na minimização da despesa total necessária à obtenção de um nível de utilidade  $U_H$ , face ao vector de preços  $P_H$  e às características  $a_H$  do agregado familiar,  $C(U_H, P, a_H)$ .

Finalmente, as escalas de equivalência fornecem o índice de custo das características  $a_H$  em relação às características de referência,  $a_R$ , para um dado nível de utilidade  $U^*$ , isto é

$$e_H = e(a_H) = \frac{C(U^*, P, a_H)}{C(U^*, P, a_R)} \quad .$$

Os diversos modelos podem ser vistos na óptica das diferentes hipóteses adoptadas quanto à forma como as características não económicas  $a_H$  afectam a procura dos agregados familiares, e, consequentemente a distinta concepção da função custo (Coulter *et al*, 1992:87).

Os modelos mais generalizados na estimação econométrica de escalas de equivalência são os modelos de Engel, Prais-Houthakker, Barten e Rothbarth. O tipo de função utilidade e função custo assumidas por estes modelos constam do Quadro 4.2.

O modelo de Engel admite que as características dos agregados têm efeito de escala constante em todas as classes de despesa.

O modelo de Prais-Houthaker admite efeitos de escala diferenciados por categorias de consumos, mas implica a não substituição entre bens (mapa de indiferença de Leontieff).

O modelo de Barten coaduna factores de escala específicos às diversas categorias de despesa com o efeito de substituição entre bens determinado pela alteração dos preços equivalentes relativos, ou, dito de outro modo, os preços relevantes são os preços unitários multiplicados pelos factores de escala específicos.

O modelo de Rothbarth radica na diferenciação dos consumos em bens consumidos exclusivamente por adultos e bens consumidos por adultos e crianças. O nível de utilidade de referência é fixado em termos dos consumos dos bens exclusivamente consumidos por adultos, procedendo-se às comparações de custos totais para diversas configurações familiares com crianças a que corresponde um mesmo nível de custo de bens só de adultos.

Por concepção este modelo fornece escalas de equivalência incompletas, uma vez que só compara famílias com determinado tipo de características, nomeadamente famílias com o mesmo número de adultos e um número variável de crianças, o que em geral se aplica para casais sem filhos e casais com filhos.

Não se tem a pretensão de apresentar e discutir exaustivamente estes vários modelos<sup>6</sup>, mas apenas apreciar teoricamente as suas características que tenham maior relevância na investigação sobre a medição de populações com baixos nível de recursos económicos e em situação de pobreza.

Em relação ao modelo de Engel, poderá considerar-se que este (sub)sobrestima sistematicamente o custo das crianças ao considerar factores de escala constantes em todas as categorias da despesa e proceder à estimação a partir de uma classe de despesa onde as crianças sejam relativamente (pequenas) grandes consumidoras (Bradbury, 1992:8).

Este inconveniente pode ser ultrapassado se as comparações de utilidade forem baseadas num conjunto de despesas simultaneamente significativo no total da despesa e para o qual se verifiquem importâncias relativamente idênticas nos consumos totais de adultos e crianças (cf. Nickholson, 1976).

As investigações de Muellbauer sobre os modelos de Barten e Prais-Houthaker parecem indicar diferenças substanciais nas estimações dos dois modelos, sendo que o primeiro exagera e o segundo omite os efeitos de substituição<sup>(7)</sup>.

Assim, o modelo de Barten conduz a factores específicos e valores finais das escalas de equivalência relativamente mais baixos que o modelo de Prais-Houthaker (Santos, 1984:51). Aliado ao problema da incompleta identificação das escalas, estes resultados não tranquilizam quanto à adopção de qualquer destes dois modelos .

---

<sup>(6)</sup> Vd sobre este aspecto Deaton e Muellbauer (1980) ou Coulter *et al* (1992).

<sup>(7)</sup> O problema de identificação destes dois modelos reside no facto de que a utilização exclusiva de dados *cross-section* da despesa e características dos agregados, apenas permite identificar factores de escala específicos às varias classes de despesa relativamente uns aos outros e não em termos absolutos (Deaton e Muellbauer, 1980:202).

**Quadro 4.2. Principais Modelos de Escalas de Equivalência  
Econométricas**

Função Utilidade	Função Custo
$U_H = U(q_H, a_H)$	$X_H = C(U, p, a_H)$
<b>ENGEL (1895)</b>	
$U \left[ \frac{q_H^1}{e_H^1}, \dots, \frac{q_H^B}{e_H^B} \right]$	$e_H C(U, p)$
<b>ROTHBARTH (1941)</b>	
$U \left[ V^A(q_A, a_{HA}), V^C(q_C, a_{HC}) \right]$	$\alpha(U, p_A, a_{HA}) + \beta(U, p_C, a_{HC})$
<b>PRAIS-HOUTHAKKER (1955)</b>	
$\min \left[ \frac{q_H^1}{e_H^1} \alpha_H^1(U), \dots, \frac{q_H^B}{e_H^B} \alpha_H^B(U) \right]$	$\sum_k p_k e_H^k(a_H) \beta_k(U, a_H)$
<b>BARTEN (1964)</b>	
$U \left( \frac{q_H^1}{e_H^1}, \dots, \frac{q_H^B}{e_H^B} \right)$	$C[U, p_I e_H^I, \dots, p_B e_H^B]$

**Fonte :** Baseado em Deaton e Muellbauer (1980) e Coulter *et al* (1992)

O modelo de Prais-Houthakker ignora também a utilidade retirada pelos pais dos consumos conjuntos com as crianças, e incorpora no conjunto bens exclusivamente consumidos por adultos, bens esses que permitem extrapolar os níveis de utilidade, mas que são bens pouco sensíveis aos níveis de rendimento (como é o caso do álcool e do tabaco, por exemplo), o que pode conduzir a enviesamentos na estimação das escalas de equivalência (Tsakloglou, 1991:354). Acresce que as escalas deduzidas por este método não são extensíveis a todos os tipos de agregados.

#### **4.3.3 Escalas de Equivalência Baseadas na Avaliação Directa do Bem Estar**

Um outro modo de avaliar as necessidades relativas dos diversos tipos de agregados baseia-se no inquérito directo às famílias sobre os níveis de recursos económicos, em geral rendimento disponível, correspondentes a diferentes níveis de bem estar.

Foram desenvolvidas e aplicadas em diversos países europeus duas metodologias de derivação de escalas de equivalência deste tipo, já apresentadas no ponto 2.3.6.

A primeira destas metodologias corresponde à metodologia de determinação da linha de pobreza subjectiva baseada nas respostas à denominada “Questão do Rendimento Mínimo”, que pergunta a cada família qual o rendimento considerado mínimo para o seu sustento.

Admitindo que, para cada tipo de família, o nível considerado mínimo é uma função crescente do rendimento efectivo (*‘income drift’*), podem deduzir-se linhas de pobreza subjectiva para cada tipo de família ao nível de rendimento para o qual o

rendimento considerado mínimo iguala o nível efectivo de rendimento.

A escala subjectiva de equivalência que daqui deriva, e é válida para o nível de utilidade que corresponde a esse corte introduzido pela linha de pobreza e apenas esse nível, resulta do rácio das linhas de pobreza para os vários tipos de configuração familiar em relação a um tipo tomado como referência.

A segunda das metodologias corresponde à metodologia de determinação da linha de pobreza de Leyden, assente nas respostas à “Questão de Avaliação do Rendimento”, já apresentada no capítulo 2. Esta questão investiga os níveis de rendimento associados a diferentes níveis de bem estar para cada família.

Admite-se uma interpretação idêntica para todos os inquiridos das descrições verbais desses níveis de bem estar, e a sua correspondência a valores equidistantes da função estandardizada de bem estar<sup>(8)</sup>.

A adopção de uma especificação log-normal da função utilidade<sup>(9)</sup>, permite estimar os seus parâmetros em função da composição e rendimento efectivo do agregado familiar, permitindo deduzir escalas de equivalência entre os diversos tipos de agregados para um nível pre-especificado de utilidade.

Esta segunda metodologia, proposta inicialmente por Kapteyn e Van Praag e conhecida por Metodologia de Leyden, foi já aplicada a diversos países da União Europeia, incluindo Portugal, por meio do Módulo Pobreza do Inquérito aos

---

(8 ) Isto é, admite-se uma função de bem estar cardinal (Cf. Coulter *et al*, 1992:97).

(9 ) A função logarítmica, apesar de dominar a função log-normal não foi adoptada pelos autores que tomam esta abordagem (Van Herwaarden e Kapteyn, 1981).

Orçamentos Familiares de 1989/90. A escala de equivalência e os resultados sobre a incidência da pobreza obtidos para Portugal segundo esta abordagem, serão objecto de apreciação no Capítulo 6.

Ambos os métodos fundados na apreciação directa dos níveis de bem estar são independentes dos preços mas dependentes do nível específico de utilidade, o nível de subsistência no primeiro caso, e o nível pretendido pelo investigador (e geralmente fixado também no intuito de determinar linhas de pobreza), no segundo.

As metodologias de determinação de escalas de equivalência a partir da avaliação subjectiva do bem estar têm a grande vantagem de incorporar duas ordens de factores mal acomodados pelas outras abordagens: o jogo dos benefícios e custos da configuração familiar e uma apreciação global do nível de bem estar familiar.

O jogo dos benefícios e custos da configuração familiar prende-se, nomeadamente, com a incorporação no nível de bem estar, ou de utilidade total, da utilidade retirada pelos pais do facto de terem filhos, da alteração das preferências nos agregados familiares com crianças face aqueles que não os têm, e da actualização do 'custo-tempo' implicado pela presença de crianças na família<sup>(10)</sup>.

Por outro lado, a apreciação global dos níveis de bem estar permite ainda incluir os benefícios de bem estar decorrentes de bens públicos ou bens mistos, ou ainda daqueles bens que registam imperfeições de mercado, e estão sujeitos a escassez ou não se encontram disponíveis a preços iguais para todos, mas decisivamente influem no nível de utilidade ou bem estar atingido pelas famílias.

---

(10) E, neste sentido, aproximam-se mais de escalas de equivalência incondicionais defendidas por Pollack e Wales (1979:219), uma vez que incorporam os benefícios decorrentes da própria configuração familiar.



O principal inconveniente deste tipo de abordagem consiste no potencial efeito distorsor das avaliações subjectivas, pois o nível de aspirações e o que se consideram situações económicas suficientes podem ser severamente limitados pelas oportunidades e horizontes ditados pela experiência actual e passada.

#### **4.3.4 Variabilidade das Escalas de Equivalência e Consequências Sobre as Medidas de Pobreza**

A adopção de uma certa relação entre as necessidades dos vários tipos de famílias, sistematizada por uma escala de equivalência particular, influi no nível e perfil das medidas de pobreza.

Esta influência pode ser apreciada reportando-nos ao nível das linhas de pobreza definidas por seu intermédio para os vários tipos de famílias. *Ceteris paribus*, quanto menor o lugar atribuído às economias de escala nos custos totais, como é o caso da escala da OCDE, maior a tendência para classificar como pobres famílias de grande dimensão em relação a famílias de muito pequena dimensão, e quanto menor o custo relativo atribuído a crianças pequenas, como é o caso da escala da OIT, menor a tendência para avaliar como pobres as famílias com filhos pequenos em relação às famílias com filhos adolescentes.

Uma forma de avaliar a sensibilidade das medidas de pobreza em relação à escala de equivalência consiste em testar a robustez dos resultados quanto ao nível e perfil de pobreza, quando se adoptam diferentes escalas de equivalência.

Esta análise pode fazer-se por comparação de um conjunto discreto de alternativas, constituído pelas escalas de equivalência que se afigurem mais pertinentes

Um procedimento mais geral consiste em efectuar uma aproximação paramétrica das diferentes escalas de equivalência, e estudar as implicações sobre as medidas de pobreza decorrentes de variações do parâmetro de escala que sintetiza a dimensão das necessidades relativas das famílias.

Buhmann *et al* (1988) sugeriram que as escalas de equivalência dos diversos tipos fossem aproximadas pela relação

$$e_H = e_H(a_H) = n_H^s,$$

onde  $n_H$  representa a dimensão da família  $H$ , e o parâmetro  $s$  é a elasticidade dimensão das necessidades relativas<sup>(11)</sup>.

Aqueles autores analisaram 34 escalas de equivalência utilizadas no âmbito de países da OCDE, escalas essas que em grande maioria incorporaram não apenas a dimensão dos agregados familiares, mas também a composição das famílias na sua definição. Concluíram nesse estudo que os valores da escala eram muito bem aproximados pelo ajustamento segundo a equação proposta<sup>(12)</sup>.

Os resultados obtidos encontram-se no Quadro 4.3 e permitem constatar uma substancial variabilidade na apreciação das necessidades relativas implícitas nos

---

(11) Pela própria definição de elasticidade

$$\frac{\delta \ln(e_H)}{\delta \ln(n_H)} = \frac{\delta e_H / e_H}{\delta n_H / n_H} = s n_H^{s-1} \frac{n_H}{e_H} = s.$$

(12) As correlações de  $e_H$  com  $\log(n_H)$  eram sempre muito próximas de 1 e nunca inferiores a 0.95.

diversos tipos de escalas<sup>(13)</sup>.

Os estudos aplicando escalas de base estatística referiam-se sempre à escala da OCDE. Estes apresentam elasticidade dimensão de elevado valor, conduzindo, como já se referiu, a um enviesamento no sentido da sobrevalorização das necessidades relativas das famílias numerosas, em relação aos outros tipos de escalas de equivalência.

**Quadro 4.3. Elasticidades Dimensão das Necessidades para  
Vários Tipos de Escala de Equivalência**

<b>Tipo de Escala</b>	<b>Número de Estudos</b>	<b>Min</b>	<b>Max</b>	<b>Médio</b>
Estatística	4	0.70	0.73	0.72
Programática	8	0.35	0.67	0.55
Econométrica	5	0.23	0.57	0.40
Subjectiva	14	0.12	0.36	0.24

**Fonte:** Buhmann *et al* (1988).

Em relação aos outros tipos de escalas, e pese embora alguma variabilidade de estudo para estudo, parece verificar-se uma tendência para se apurarem elasticidades mais reduzidas nas escalas subjectivas, seguidas das escalas baseadas no consumo, e estas, das escalas programáticas.

---

(13 ) Excluem-se as escalas implícitas no rendimento total e no rendimento *per capita*, bem como uma escala aplicada por Jenkins e O'Higgins numa versão truncada (por falta de informação sobre idades) da escala da OCDE. (Buhmann *et al*, 1988: Table 2; Jenkins e O'Higgins, 1987:187).

Este tipo de padrão tem fundamento face aos elementos da teoria das escalas de equivalência já analisados.

Em particular, a avaliação nas necessidades relativas a partir da apreciação global do bem estar inerente à abordagem subjectiva permite incorporar os benefícios da configuração familiar e, com estes, um eventual efeito de substituição entre características demográficas e níveis de certos tipos de consumo, que as outras metodologias não incluem<sup>(14)</sup>.

As escalas subjectivas apresentam sistematicamente mais baixa variação em relação à dimensão da família, e em particular “as crianças são relativamente baratas” (Rainwater, 1990:20).

Deve porém salientar-se que as escalas subjectivas são concomitantes com níveis da linha de pobreza mais elevados para a família de referência deduzidas por outros métodos.

Nestes termos, não sendo possível deduzir *a priori* se existirão variações profundas no nível agregado de pobreza encontrado, é certo que, quando comparadas com outras opções quanto à escala de equivalência, as metodologias subjectivas (que, recorde-se, derivam simultaneamente as linhas de pobreza e as escalas de equivalência), conduzem a um perfil distinto da população pobre, tendo mais peso relativo os agregados de menor dimensão.

---

(14 ) Isto é, as escalas empíricas são as únicas em que as variáveis de decisão (envolvidas na maximização do bem estar) são quer os consumos, quer a configuração familiar. É certo, porém, que decisões quanto à configuração familiar nem sempre são reversíveis (caso dos filhos).

Utilizando a parametrização sugerida por Buhmann *et al* (1988), é possível apreciar os efeitos de variações da escala de equivalência sobre as medidas agregadas de pobreza de uma forma sistemática e geral<sup>(15)</sup>.

Seja  $Z$  a linha de pobreza definida para o agregado com as características de referência, tomado por conveniência de análise como o agregado de um único indivíduo. As linhas de pobreza para os outros tipos de agregados familiares são definidas tendo em conta exclusivamente a sua dimensão, pela relação

$$Z_H = Z \cdot n_H^s$$

A definição da linha de pobreza para o agregado de referência,  $Z$ , pode corresponder a uma concepção absoluta de pobreza, não variando com a configuração da distribuição de recursos em apreciação, ou a uma concepção relativa, definindo-se então em função dessa mesma distribuição.

As duas hipóteses referidas podem ser apreendidas pela definição de  $Z$  dada por

$$Z = \begin{cases} \pi, \\ \lambda \cdot \bar{Y} \end{cases}$$

para as hipóteses de linha de pobreza absoluta e relativa, respectivamente, e onde  $\pi > 0$ , é uma constante (linha de pobreza absoluta),  $0 < \lambda < 1$ , e  $\bar{Y}$  representa o nível de referência dos recursos equivalentes, em geral a média ou a mediana.

Coulter *et al* (1992:10-11) demonstram que o efeito da variação do parâmetro  $s$

---

(15) A análise apresentada em seguida baseia-se em Coulter *et al* (1992).

sobre as medidas de pobreza da classe definida por Foster, Greer e Thorbecke (1984), adiante designadas por  $FGT(\alpha)$ , se pode decompor em três componentes:

1) Efeito 'puro' da linha de pobreza: maiores valores de  $s$  implicam valores mais elevados para todas as linha de pobreza, à excepção, naturalmente, da linha de referência.

Assim, acréscimos no valor de  $s$  acarretam o elevar dos índices de pobreza daquela classe para todos os tipos de agregados familiares, novamente à excepção da família de referência, e, consequentemente, do índice agregado para o conjunto da população.

2) Efeito da forma da distribuição de recursos: a amplitude do primeiro efeito é tanto maior quanto mais elevada a densidade da distribuição de recursos na vizinhança da linha de pobreza <sup>(16)</sup>.

3) Efeito 'indirecto' da linha de pobreza: maiores valores de  $s$  implicam um menor valor para a média ou mediana dos recursos equivalentes, e, assim, uma redução das linhas de pobreza relativas, contrariando o efeito descrito em 1).

Esta análise permite concluir que o impacto de alterações no parâmetro  $s$  nas medidas de tipo  $FGT(\alpha)$  tem as seguintes características gerais muito relevantes para a análise da robustez dos resultados face à variação paramétrica das escalas de

---

(16 ) Para  $FGT(0)$  (*'headcount ratio'* ou incidência da pobreza) a amplitude deste efeito é igual à própria densidade no intervalo de variação de  $s$  considerado. Para  $FGT(1)$  (*'gap' ou déficit* estandardizado de recursos) depende da variação dos recursos médios dos pobres em relação à linha de pobreza, e para  $FGT(2)$  , depende adicionalmente da desigualdade verificada entre os agregados familiares pobres.

equivalência:

i) Embora a amplitude do impacto sobre as medidas  $FGT(\alpha)$  dependa de  $\alpha$ , o sentido da variação das medidas desta família é o mesmo, qualquer que seja  $\alpha$ .

ii) Para definições absolutas da linha de pobreza,

$\frac{dFGT(\alpha)}{ds}$  é uma função monótona crescente de  $s$ .

iii) Para uma definição relativa da linha de pobreza,

$\frac{dFGT(\alpha)}{ds}$  é uma função monótona de  $s$ , e se o terceiro efeito mais que compensar os dois primeiros, o gráfico desta função será em forma de  $U$ .

Uma vez que não existe consenso sobre qual a escala de equivalência “verdadeiramente” representativa, os resultados das análises da pobreza estão condicionados pela relatividade desta escolha.

Os resultados teóricos e as apreciações apresentados ao longo deste ponto permitem enquadrar a relatividade das conclusões face à variação das escalas de equivalência, quer no que respeita à estabilidade das medidas sobre uma dada distribuição de recursos face aquelas variações, quer quanto à comparação de resultados de mais do que uma distribuição de recursos.

A utilização da análise de sensibilidade dos resultados face a variações paramétricas na definição das necessidades relativas é uma via importante na clarificação da robustez das conclusões, e é a abordagem que mais consenso tem reunido

nos esforços recentes de investigação<sup>(17)</sup>.

Mas, tal como se disse anteriormente (vd. em especial 4.3.1), os métodos de fusão das características que definem as escalas de equivalência num único parâmetro podem ter conveniência estatística, mas reduzem a clareza das hipóteses subjacentes à definição das necessidades relativas dos diferentes tipos de famílias.

Assim, continua pertinente igualmente a comparação dos resultados decorrentes de escalas que definem estas necessidades em relação a características para além da sua dimensão e assentam, em última análise, em concepções distintas da forma como captar o bem estar, e as situações de pobreza em particular, dos agregados familiares.

Por último, é importante salientar as únicas escalas de equivalência que são determinadas com referência explícita a um nível de bem estar relacionado com a superação da pobreza. São as escalas de equivalência normativas baseadas em orçamentos mínimos e as escalas de equivalência baseadas na avaliação directa do bem estar.

As demais, ou pretendem ser gerais para toda a distribuição de recursos, ou, quanto muito, distinguem diversos níveis de bem estar, sem relação explícita destes com a adequação dos recursos económicos à superação das situações de pobreza.

---

(17) Uma via alternativa foi sugerida por Atkinson e Bourguignon (1989) assente apenas no consenso sobre a ordenação das necessidades relativas para os vários tipos de famílias (isto é, uma aproximação ordinal), e que se traduz numa avaliação sequencial das situações de pobreza próxima do teste de não intersecção das Curvas de Lorenz Generalizadas, quando os tipos de famílias são ordenados por ordem decrescente de necessidades relativas. Para além de depender do consenso sobre aquela relação de ordem (uma família de dois adultos tem maiores ou menores necessidades que uma família de um adulto e duas crianças?), o método só é aplicável para composições fixas da população por tipo de famílias, o que o torna limitado para comparações temporais ou espaciais.



### 4.3 Esquemas de Ponderação

Um outro factor, para além dos já tratados, define também a concreta distribuição de recursos que as medidas de pobreza, ou mesmo as medidas genéricas de desigualdade, avaliam. Trata-se da ponderação a atribuir a cada unidade de recurso, isto é, a cada agregado familiar.

Sejam  $X_H$  os recursos totais do agregado familiar  $H$ , e  $e_H$  o índice das suas necessidades relativas, isto é, o factor de equivalência correspondente a esse agregado familiar. Os recursos equivalentes da família podem então definir-se como

$$Y_H = \frac{X_H}{e_H}$$

A distribuição de recursos equivalentes que é mais pertinente analisar quando se estuda a desigualdade económica ou a pobreza económica, respeitará a agregados familiares, a indivíduos ou a “adultos equivalentes” ?

Estas são as três opções quanto aos esquemas de ponderação dos recursos dos agregados familiares, e que se traduzem adoptar pesos de 1,  $n_H$  ou  $e_H$  para os recursos equivalentes familiares,  $Y_H$ , para constituição da distribuição de recursos a analisar.

Os três esquemas de ponderação conduzem a distribuições com diferente dimensão e diferente forma, de que resultarão, *ceteris paribus*, diferentes avaliações para uma mesma medida, seja ela de desigualdade ou de pobreza .

Têm sido utilizados os três tipos de esquemas de ponderação, quer na literatura teórica, quer nos estudos empíricos, com maior frequência do primeiro e segundo tipos.

Parece-nos, no entanto, ser mais legítima a segunda hipótese, já que a distribuição ponderada pelo número de indivíduos é a única compatível com uma função de bem estar social onde cada indivíduo tem a mesma importância, isto é, uma função ‘democrática’ no sentido de respeitar o axioma da simetria em relação a toda a população.

Adoptar um esquema de ponderação alternativo a este equivale a atribuir a cada indivíduo uma importância inversamente proporcional à dimensão relativa do seu agregado familiar, avaliada em número de indivíduos ou em número de “adultos equivalentes”.

## **CAPÍTULO 5**

### **INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DE BASE - OS INQUÉRITOS AOS ORÇAMENTOS FAMILIARES**

#### **5.1 Introdução**

O presente capítulo tem por objectivo apresentar a informação estatística de base que é utilizada na análise empírica sobre a situação portuguesa ao longo da década de oitenta, no que toca ao fenómeno da pobreza.

Os inquéritos aos orçamentos familiares realizados pelo Instituto Nacional de Estatística têm por objectivo produzir estatísticas primárias sobre a realidade nacional, recolhendo de forma integrada informação sobre características socio-demográficas e económicas da população.

A sua cobertura nacional e o carácter integrado e multifacetado da informação recolhida, fazem deste tipo de inquérito uma base privilegiada de enquadramento de

fenómenos sociais, que se reportam ao conjunto da sociedade e apresentam, naturalmente, natureza multidimensional.

Estes inquéritos, uma vez que incluem, entre outros elementos, informação sobre a receita e a despesa das famílias, permitem analisar a distribuição dos recursos económicos. De igual forma são a fonte apropriada para apreciar a existência de situações de insuficiência de recursos económicos, permitindo associar estas situações com outras características dos agregados familiares.

Os inquéritos aos orçamentos familiares são também a única fonte completa que se reporta a toda a sociedade, e integradora de dados de natureza multivariada que caracterizam as condições de vida das famílias, constituindo por isso a moldura por excelência adequada à compreensão das dinâmicas sociais que modelam o nível e a acessibilidade aos padrões de bem estar social difundidos na sociedade em cada momento, e em relação aos quais as situações de pobreza monetária, definida enquanto insuficiência de recursos, se deve reportar.

A apreciação dos vários aspectos considerados relevantes para a análise, que se seguirá nos capítulos seguintes, inicia-se no ponto 5.2 com a descrição da informação disponível.

No ponto 5.3 examinam-se alguns elementos de natureza metodológica da realização dos inquéritos que influem na qualidade e relevância dos resultados que a partir da sua informação básica será possível obter.

Finalmente, no ponto 5.4 faz-se uma breve incursão em aspectos de aperfeiçoamento e articulação entre operações estatísticas executadas pelo INE, que

beneficiariam um mais alargado e profundo conhecimento da realidade social, e do fenómeno da pobreza em particular.

## **5.2 Informação Disponível nos Inquéritos aos Orçamentos Familiares**

Esta secção trata da descrição das principais características e objectivos dos inquéritos aos orçamentos familiares, e da informação por eles disponibilizada, quer por observação directa, quer por observação derivada.

A operação estatística em análise é contextualizada brevemente em termos do seu historial de realização, bem como enquanto peça básica do sistema estatístico. Descreve-se igualmente o seu âmbito geográfico, a população alvo e as unidades estatísticas observadas, bem como os instrumentos de notação ou questionários que constituem a forma de recolha da informação.

Em seguida sistematizam-se os itens de informação, obtidos directamente ou por observação derivada, para cada uma das unidades estatísticas observadas.

### **5.2.1 Características Gerais e Objectivos dos Orçamentos Familiares**

A fonte de informação estatística que, actualmente, permite o estudo mais completo sobre a pobreza em Portugal reside nos Inquéritos aos Orçamentos Familiares (IOF), realizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

A primeira operação estatística deste tipo foi efectuada em 1967/68, tendo, desde então, e com uma periodicidade irregular, sido realizadas outras quatro inquirições: em 1973/74, 1980/81, 1989/90 e 1994/95. Encontra-se actualmente em tratamento o inquérito de 1994/95, que se prevê vir a introduzir uma periodicidade regular de cinco anos neste tipo de operação estatística (INE, 1993b).

A informação utilizada neste trabalho reporta-se aos dois últimos inquéritos realizados e já disponíveis para análise, o Inquérito às Receitas e Despesas Familiares de 1980/81 (IRDF80/81) e o Inquérito aos Orçamentos Familiares de 1989/90 (IOF89/90).

Os dados cedidos pelo INE consistiram nos ficheiros validados da informação recolhida, o que permitiu tratar os dados microeconómicos relativos às famílias de acordo com as hipóteses de investigação adoptadas.

Utilizar-se-á com maior profundidade a informação disponibilizada no IOF89/90, já que ele reflecte a caracterização mais actual possível da nossa sociedade.

Como também se procura avaliar a evolução registada ao longo da década de oitenta nas situações de pobreza dos indivíduos e famílias portuguesas, relacionam-se, quando pertinente, os resultados obtidos a partir da informação de base dos dois últimos inquéritos disponíveis.

Será pois em relação ao IRDF80/81 e ao IOF89/90 que se procede à descrição de conteúdo e avaliação da qualidade da informação fornecida, o que é o objectivo deste capítulo.

Abrangendo todo o território nacional, elegendo como unidades de observação os agregados domésticos privados, os indivíduos e as unidades de alojamento, e recolhendo informação integrada sobre as características socio-demográficas e económicas dos indivíduos e agregados, as suas receitas e despesas, as condições de habitação e outros indicadores de bem-estar, os IOF constituem uma fonte indispensável para o conhecimento das condições de vida concretas da população.

Dadas as suas características, os IOF permitem responder a numerosos quesitos, de natureza social e económica, que tomem por quadro de referência o conjunto de toda a sociedade.

Obviamente que uma investigação mais aprofundada de índole social requererá informação de maior pormenor sobre segmentos particulares de população alvo, mas os IOF fornecem a matriz informativa de base e o referencial nacional onde delinear os contornos dos problemas em análise.

Os IOF são ainda a única fonte de informação sobre a distribuição do rendimento e do padrão de despesa das famílias, em que se preserva igualmente informação referente às características socio-demográficas da família, o que é de importância fundamental na apreciação das questões de desigualdade de recursos e exclusão económica, que por natureza se colocam relativamente a toda a população da sociedade.

Em virtude da sua concepção integrada, os IOF permitem grande riqueza de análise, ao possibilitar o cruzamento dos conteúdos de informação recolhidos, e dessa forma abordar fenómenos de características multidimensionais, com vertentes associadas aos recursos económicos disponíveis, às condições materiais de vida, ao

estatuto socio-profissional, ao ciclo de vida, às configurações familiares, como é o caso da pobreza e da exclusão social.

Uma completa exploração da informação disponibilizada pelos IOF permite aplicar metodologias dirigidas à compreensão desses fenómenos, e testar teorias explicativas da sua génese. Esse trabalho será efectuado nos capítulos seguintes.


Inquéritos de características gerais, como é o caso dos IOF, não podem contudo deixar de ser selectivos e criteriosos relativamente ao volume e especificidade da informação a recolher, sob pena de onerar excessivamente a colaboração voluntária e rigorosa dos inquiridos, e prejudicar, em última análise, a qualidade dos dados finais produzidos.

Os ganhos de informação a partir dos IOF, a partir da sua configuração actual, podem ser vistos na dupla conjugação de um aperfeiçoamento da execução desta operação estatística, nomeadamente de aspectos como representatividade da amostra, pertinência dos questionários, rigor da informação prestada, com a sua articulação com outras operações estatísticas correntes destinadas a sectores funcionais ou populacionais específicos (Vd. ponto 5.4).

Constituindo-se como estrutura essencial para o conhecimento dos comportamentos e condições de vida da população, os IOF têm os seguintes objectivos principais (INE, 1990:6):

- Actualização do Índice de Preços no Consumidor.
- Lançamento de bases para o apuramento directo do consumo privado a incluir nas Contas Nacionais.



- 
- Análise dos comportamentos de consumo e das condições de vida da população e realização de outros estudos relevantes para os trabalhos sectoriais de planeamento.
  - Lançamento de bases para o sistema de indicadores do nível de vida.
  - Lançamento de bases para o sistema de indicadores de pobreza<sup>(1)</sup>.

### **5.2.2 Síntese da Informação Disponível**

A informação recolhida pelo IRDF80/81 e pelo IOF89/90 abrangeu todo o País - Continente e Regiões Autónomas de Açores e Madeira. Nesta análise, no entanto, apenas se considerou a informação referente ao Continente, e todo o estudo empírico se fará apenas para o Continente.

Esta opção radica em duas ordens de razões: por um lado, a deficiência dos dados referentes às Regiões Autónomas<sup>(2)</sup>, e por outro, a consideração de que as realidades socio-económicas nas Regiões Autónomas têm particularidades distintas das existentes no Continente que seria necessário aprofundar para tornar consistentes e comparáveis os conceitos e metodologias envolvidos na análise da pobreza.

---

(1) Este último objectivo foi introduzido apenas em 1989/90, sob influência das instâncias comunitárias, no intuito de vir a recolher, numa base regular, e por intermédio dos IOF, dados comparáveis sobre pobreza em toda a União Europeia. Em consequência, foi preparado um novo instrumento de notação, o questionário sobre as condições de vida, que inclui seis questões, entre as quais as que conduzem à definição do mínimo social de sobrevivência, e às linhas de pobreza subjectiva e de Leyden. O IRDF80/81 tinha um objectivo adicional, abandonado em 1989: o levantamento dos fluxos de poupança (INE, 1981:VII).

(2) Quer do IOF89/90 quer do IRDF80/81, para o qual os dados relativos aos Açores se limitam à Ilha de S. Miguel pelo facto da recolha de informação referente às restantes ilhas ter sido impossibilitada pela ocorrência do sismo de 1 de Janeiro de 1980. Outras fontes complementares de informação também não registam eficientemente dados relativos às regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

A população abrangida em ambos os inquéritos é o conjunto de todos os indivíduos vivendo em unidades de alojamento não colectivas.

Não fazem, pois, parte do universo a inquirir a população residindo em unidades de alojamento colectivo e convivências, como sejam hotéis, pensões, instituições de assistência, de educação, militares e religiosas, acampamentos de trabalhadores e prisões, tal como a população sem abrigo ou itinerante.

Por razões técnicas, são também excluídos os indivíduos formando agregados domésticos há menos de um ano quando da realização da entrevista, pois que são inquiridas as receitas reportadas ao ano anterior, e algumas despesas igualmente referentes a períodos passados.

Tal como se disse anteriormente são três as unidades estatísticas de observação: o agregado doméstico privado, o indivíduo e a unidade de alojamento.

A unidade natural de observação das condições de vida da população parece ser a família, sendo o agregado familiar a unidade estatística que se pretende observar, tal como indica a própria designação desta operação estatística.

Dadas as características sociologicamente observadas nas sociedades contemporâneas, a existência de laços de parentesco não parece ser, contudo, condição necessária para a constituição de agregados com práticas de vida suportada por um orçamento comum.

Assim, o INE considera mais adequado seleccionar como unidade básica de observação o 'agregado doméstico privado', ou ADP <sup>(3)</sup>, definido como:

- “ - o grupo de pessoas que reside numa mesma unidade de alojamento e cujas despesas habituais em alojamento e alimentação são suportadas conjuntamente (orçamento comum);
- o indivíduo que ocupa integralmente uma unidade de alojamento ou que, partilhando-a com outros, não satisfaz a condição anterior” (INE, 1990:8).

Sem embargo da verificação das relações de parentesco, designa-se, no que se segue, esta unidade também como agregado familiar, ou simplesmente família.

A segunda unidade de observação do inquérito é o indivíduo, em relação ao qual se registam informações descritivas muito completas (idade, sexo, relação de parentesco com o representante do agregado, grau de instrução, condição perante o trabalho, profissão e ramo de actividade, titularidade de receita).

O inquérito cobre todos os indivíduos dos agregados inquiridos, mesmo se ausentes durante o período de observação (internados em estabelecimentos de saúde ou ensino, ausentes temporariamente por razões de serviço ou outras), desde que façam estadias frequentes no agregado, e façam despesa a cargo do seu orçamento comum.

---

(3 ) No Censo91 o conceito mais próximo é o de 'família clássica' (INE, Censos91 Resultados Provisórios:5).

Um dos elementos do agregado é, por livre escolha dos inquiridos, classificado como seu 'representante', e é em relação às características deste indivíduo que os principais apuramentos no universo dos agregados são efectuados<sup>(4)</sup>.

A terceira unidade de observação é designada por 'unidade de alojamento', correspondendo ao "local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação humana" (INE, 1990:9).

Assim, os inquéritos cobrem não apenas as residências principais classificadas como clássicas, mas também as barracas e os alojamentos implantados em locais originalmente não destinados à habitação (garagens, grutas, etc)<sup>(5)</sup>.

A informação é recolhida através de cinco instrumentos de notação, ou questionários:

I - Características da Habitação e Composição do Agregado Doméstico (elementos descritivos dos indivíduos e da unidade de alojamento).

II - Caderneta Familiar (compras, autoconsumo e autoabastecimento, presenças nas refeições - destinadas à elaboração da Balança Alimentar - em registo diário durante o período de observação).

---

(4) Seria talvez relevante assentar num critério comum na determinação do 'representante' para efeitos estatísticos.

(5) Cf. com classificação do Censo.

III - Folha Individual (despesas individuais diárias).

IV - Caderneta Complementar (despesas de referência mensal, bimensal e anual, transferências não monetárias, salários em natureza, receitas monetárias, contribuições, impostos, seguros e outros encargos, fluxos de poupança <sup>(6)</sup>).

V - Condições de Vida (questionário sobre a percepção da pobreza, englobando as questões sobre o mínimo social de sobrevivência, e as questões sobre a percepção subjectiva da pobreza <sup>(7)</sup>).

Em relação às diferentes unidades de observação, a informação recolhida permite ao INE proceder a classificações de observação directa e derivada, que se apresentam no quadro 5.1, e que constituem a informação de base disponível.

---

(6 ) Só no IRDF80/81.

(7 ) Só no IOF89/90.

**Quadro 5.1. Síntese da Informação Disponível nos IOF**

<b>Unidade de Observação</b>	
<b>Indivíduo</b>	
1. Idade	
2. Sexo	
3. Estado civil	
4. Relação de parentesco	
5. Condição perante o trabalho	
6. Grau de instrução (a)	
7. Profissão (CNP) (b)	
8. Situação na profissão (b)	
9. Ramo de actividade (CAE) (b)	
<b>Agregado Doméstico Privado (ADP)</b>	
10. Dimensão do ADP	
11. Despesas de consumo (SEC) (c)	
12. Receitas líquidas por natureza	
13. Contribuições, impostos, juros e outros encargos	
14. Bens de equipamento doméstico (14 bens)	
15. Meios de transporte próprios	
16. Residências secundárias	
17. Recolha de lixo	
18. Tipo de ADP (SECE) (d) (Cf. 1. 3. 4.) (e)	
19. Principal fonte de receita (Cf. 11.) (e)	
<b>Representante</b>	
20. Categoria socio-económica (ONU) (Cf. 7. 8. 9. e 20.) (e)	
<b>Unidade de Alojamento (u.a.)</b>	
21. Tipo de ocupação	
22. Ano de construção	
23. Dimensão da u.a.	
24. Características da cozinha	
25. Características das instalações sanitárias	
26. Sistema de abastecimento de água	
27. Existência de energia eléctrica	
28. Sistema de esgoto	
29. Número de ADP na u.a.	
30. Níveis de lotação (Cf. 23. 29 e 10.) (e)	

**Fonte:** Instrumentos de Notação do IRDF80/81 e IOF89/90

**Notas:** (a) Para maiores de 6 anos (b) Para maiores de 12 anos

(c) SEC: Sistema Europeu de Contas

(d) Classificação preconizada pelos Serviços Estatísticos da Comunidade Europeia

(e) Observação derivada a partir das observações directas referidas

A informação obtida pelos IOF permite assim analisar o fenómeno da pobreza pela insuficiência de recursos financeiros, quer pela óptica do rendimento, quer pela óptica da despesa. Quanto às condições de vida das famílias, a informação é relativamente escassa, cingindo-se fundamentalmente às características e equipamento da habitação.

Não é pois viável, através exclusivamente desta base informativa, investigar directamente as condições de privação relativas às necessidades básicas, nomeadamente as relacionadas com a alimentação ou o vestuário, à acessibilidade aos serviços de saúde, educação e cultura, possibilidade de usufruir de um mínimo de actividades de lazer (passatempos, férias), ou de participação social (capacidade de participar em associações, disponibilidade económica para participar/organizar actividades sociais como festas de aniversário das crianças, passeios, e outras actividades lúdicas de sociabilização).

Assim, é possível ensaiar metodologias de definição da pobreza como insuficiência de recursos, mas não adoptar uma definição directa de privação nas condições de vida, necessariamente multidimensional e abrangente das diversas esferas de vida, onde a exclusão dos direitos fundamentais de cidadania, e a exclusão dos padrões de bem estar difundidas na sociedade, se manifestam.

### **5.3 Aspectos Metodológicos na Realização dos Inquéritos**

Abordam-se neste ponto diversos aspectos metodológicos de realização dos IOF susceptíveis de se repercutirem na qualidade e fiabilidade dos resultados sobre

pobreza obtidos através da implementação de metodologias específicas de medição deste fenómeno.

Tratam-se primeiramente as questões relativas ao período de recolha da informação e períodos de observação e referência (5.3.1) e ao processo de amostragem (5.3.2). A forma como se desenrolam estes processos têm implicações quanto à qualidade da informação individual recolhida e quanto à credibilidade atribuída à amostra enquanto reveladora das características do universo.

Analisa-se de seguida os procedimentos de controlo de resultados, nomeadamente no que respeita à cobertura efectiva da população alvo, o tratamento das não respostas, e à apreciação dos erros de amostragem (5.3.3).

Finalmente abordam-se questões relativas à qualidade dos dados obtidos após a realização dos IOF.

Esta análise é elaborada no que respeita à representatividade da amostra efectivamente recolhida em relação à população total, comparando-a com os dados dos Recenseamentos Gerais da População realizados em datas próximas dos períodos de realização dos IOF (5.3.4).

Aprecia-se igualmente, ainda que de forma breve, a qualidade da informação referente a despesas e receitas, confrontando os elementos disponíveis das Contas Nacionais com os valores obtidos pelos IOF (5.3.5).



### **5.3.1 Processo de Recolha da Informação e Períodos de Observação e de Referência**

Os trabalhos de campo dos inquéritos decorreram entre Março de 1980 e Março de 1981, e Março de 1989 e Março de 1990, para o IRDF80/81 e IOF89/90, respectivamente.

Dadas as características desta operação estatística, nomeadamente a componente sazonal dos consumos ao longo do ano, o planeamento do trabalho de campo respeitou uma distribuição temporal e espacial que garantisse uma boa cobertura geográfica ao longo do ano.

O período durante o qual os agregados foram objecto de observação directa foi de uma semana, quer no IRDF80/81 quer no IOF89/90. Os agregados seleccionados foram visitados por agentes especializados do INE anteriormente ao período de observação, para esclarecimento dos objectivos e procedimentos da operação estatística.

É garantida absoluta confidencialidade em relação a toda a informação prestada. Aos agregados que aceitam participar são distribuídos os instrumentos de notação referidos em 5.2.2, para preenchimento durante o período de observação.

Os agentes do INE acompanham regularmente os agregados inquiridos durante o respectivo período de observação, prestando esclarecimentos e auxiliando no preenchimento dos questionários, em particular no que respeita à estimativa dos itens

para os quais se apela a informação retrospectiva, como é o caso das despesas de periodicidade superior à semanal, e ainda das receitas, impostos, descontos, etc <sup>(8)</sup>.

Para as despesas com a aquisição de bens e serviços, tal como para os valores correspondentes a autoconsumo, autoabastecimento, autolocação, salários e transferências em natureza, foram estabelecidos diferentes períodos de referência em termos de registo, segundo o tipo dos bens e serviços específicos, como a seguir se exemplifica (INE, 1992:29):

- semana, para o registo de despesas com alimentação, higiene pessoal, transportes e outros bens e serviços de consumo corrente;
- mês, para o registo de despesas com rendas de casa, água, gás, electricidade, telefone, escolas, etc;
- bimestre <sup>(9)</sup>, para o registo de despesas com aquisição de vestuário e calçado, têxteis e utensílios domésticos, transportes de longo curso, etc;
- ano, para o registo de despesas com a aquisição de bens duráveis (electrodomésticos, mobiliário, veículos de transporte), férias, seguros, despesas extraordinárias de saúde, arrendamento de residência secundária, etc.

Aplicando os coeficientes apropriados a cada um dos montantes globais apurados para cada um desses períodos de referência, podem estimar-se os valores da despesa global dos agregados.

---

(8 ) Uma diferença principal entre o IRDF80/81 e o IOF89/90 consiste em que o primeiro inquiriu receitas ilíquidas e o último receitas líquidas. Para este último os agentes do INE estavam munidos de tabelas informativas das taxas referentes aos diversos descontos e impostos. De referir que, para garantir uma maior adesão ao inquérito, as receitas não são objecto de inquirição senão nas últimas visitas dos agentes.

(9 ) O trimestre para o IRDF80/81.



No que respeita às receitas monetárias e aos encargos, os valores reportam-se aos doze meses anteriores ao da entrevista.

### **5.3.2 Processo de Amostragem**

O INE constrói e actualiza periodicamente uma amostra, denominada Amostra-Mãe, com o objectivo de, a partir dela, se obterem amostras para todos os inquéritos a realizar junto das famílias.

A informação de base para construção da Amostra-Mãe é retirada do Recenseamento Geral da População, sendo igualmente utilizada informação de origem administrativa para a sua sucessiva actualização durante os períodos inter-censitários, em particular a decorrente dos Recenseamentos Eleitorais.

A população alvo ou universo, em relação à qual se pretende estudar o conjunto de características anteriormente exposto a partir de inquirição de um seu subconjunto (amostra), é a população que vive em unidades de alojamento privadas.

Ainda que os inquéritos sejam dirigidos a indivíduos ou agregados domésticos privados, constituir uma base de amostragem com as unidades de alojamento como unidades de amostragem é um procedimento mais fácil e consistente, e a sua actualização também mais fácil e menos dispendiosa (Crespo, 1981).

Assim, a unidade de amostragem elegida é a unidade de alojamento, procurando-se desenhar a amostra segundo um método consistente com os objectivos do estudo e os custos inerentes a este tipo de operação estatística, apontando-se para um certo valor indicativo para a dimensão da amostra (8500 e 12 500 unidades de alojamento no Continente, para o IRDF80/81 e IOF89/90, respectivamente).

O método seguido para obter a Amostra-Mãe, integralmente utilizada no IOF, que é a operação estatística mais geral para o universo das famílias, é o de amostragem probabilística multietápica autoponderada.

As unidades primárias consideradas são as freguesias, pois são estas as unidades administrativas de nível territorial mais desagregado cujos limites físicos são bem conhecidos e relativamente estáveis no tempo, e em relação às quais se conhece informação exhaustiva sobre o número de alojamentos<sup>(10)</sup>. As freguesias são seleccionadas de forma aleatória com probabilidade de selecção proporcional à sua dimensão em unidades de alojamento.

As unidades secundárias são as secções de recenseamento, ou os quarteirões quando as secções não conduzam a segmentos de uma dimensão idealmente pretendida com dimensão entre 60 e 100 unidades de alojamento. Estas unidades secundárias são igualmente seleccionadas com probabilidade proporcional à respectiva dimensão.

---

(10) Esta informação é dada pelos Recenseamentos. A informação de base provém do Censo mais actual à data da realização do IOF, sendo a informação quanto à dimensão das freguesias actualizada em função dos registos eleitorais (segundo informação directa de técnicos do INE).

Partindo da definição de um valor alvo para o número de segmentos a seleccionar, o procedimento das duas primeiras etapas conduz à selecção do conjunto de segmentos nos quais se encontram as unidades de alojamento a inquirir.

Os segmentos seleccionados são então objecto de contagem directa do número de unidades de alojamento efectivamente presentes, e estas seleccionadas aleatoriamente com probabilidade igual à fracção geral de amostragem, isto é, conduzindo a uma amostra autoponderada de unidades de alojamento.

Seja  $m$  o número de segmentos que se pretendem seleccionar, e  $f$  a fracção de amostragem, definida como o quociente do número de unidades de alojamento que se pretendem na amostra e o número de unidades de alojamento recenseados.

Seja ainda  $A_i$  a dimensão recenseada, em unidades de alojamento, da freguesia  $i$ , e  $A_{ij}$  a dimensão, em unidades de alojamento, do segmento  $j$  da freguesia  $i$ .

Defina-se o intervalo de amostragem como

$$I = \frac{\sum_i A_i}{m},$$

e sejam  $P^k$  ( $k=1,2,3$ ) as probabilidades de selecção na etapa  $k$ .

O esquema de amostragem descrito conduz a que as freguesias são seleccionadas com probabilidade proporcional à sua dimensão, isto é,

$$P_i^1 = \begin{cases} 1, & \text{se } A_i \geq I \text{ (freguesias autorepresentadas)} \\ \frac{mA_i}{\sum_i A_i} = \frac{A_i}{I}, & \text{se } A_i < I \end{cases}$$

As unidades secundárias são também seleccionadas com probabilidade proporcional à respectiva dimensão, tendo-se que

$$P_{ij}^2 = \frac{m_i A_{ij}}{\sum_j A_{ij}},$$

onde  $m_i$  é o número de segmentos a seleccionar na freguesia  $i$ .

Em cada segmento seleccionado procede-se à contagem directa das unidades de alojamento presentes. Seja  $M_{ij}$  o número efectivo de unidades de alojamento listadas no segmento  $ij$ . A probabilidade de selecção de cada unidade de alojamento desse segmento é idêntica e igual a

$$P_{ijk}^3 = \frac{m_{ij}}{M_{ij}},$$

onde  $m_{ij}$  é o número de unidades de alojamento a seleccionar no segmento  $ij$ .

Tratando-se de uma amostra autoponderada, onde cada unidade de alojamento tem igual probabilidade de pertencer à amostra, tem-se então como probabilidade final de selecção

$$P_{ijk} = P_i^1 \times P_{ij}^2 \times P_{ijk}^3 = \frac{mA_i}{\sum_i A_i} \frac{m_i A_{ij}}{\sum_j A_{ij}} \frac{m_{ij}}{M_{ij}} = f.$$

De notar que para o IOF89/90 a Amostra-Mãe foi actualizada de modo a obter resultados ao nível das NUTS2, o que origina distintas fracções de amostragens regionais.

Como  $A_i = \sum_j A_{ij}$  e  $\frac{m}{\sum_i A_i} = \frac{I}{I}$ , resolvendo em ordem a  $m_{ij}$  a expressão

anterior obtemos

$$m_{ij} = \frac{M_{ij}}{A_{ij}} \times f \times I,$$

o que permite realçar que o número de unidades de alojamento a inquirir em cada segmento é proporcional ao rácio da dimensão real, ou listagem actualizada, recenseada do segmento  $ij$ .

Este ajustamento permite aproximar a amostra da distribuição efectiva da população, actualizando a informação dos Censos de forma consistente e pouco onerosa, já que a informação das freguesias pode ser actualizada com recurso a fontes administrativas, e a segmentação é efectuada através de um procedimento expedito, e apenas se requer a listagem exaustiva das unidades de alojamento na última das etapas de selecção.

Por outro lado, ao respeitar o princípio da autoponderação, o método seguido apresenta duas vantagens principais:

1) todas as unidades de alojamento têm a mesma probabilidade de pertencer à amostra, o que facilita o cálculo de estimadores, e suas variâncias, em relação à amostra;

2) o número de unidades de alojamento a inquirir em cada secção seleccionada é aproximadamente igual, o que simplifica a planificação e o trabalho de campo (Crespo, 1981:19).

O número final de unidades de alojamento efectivamente seleccionadas difere do número inicialmente indicado para dimensão da amostra em virtude dos sucessivos passos do modelo de amostragem.

Prevendo a necessidade de substituição de algumas das unidades de alojamento (por não se encontrarem ocupadas no período da entrevista, por se tratar de residências secundárias, ou recusa liminar em participar, ou por outro motivo), também é constituído um conjunto de unidades de alojamento de reserva, cuja dimensão foi de 50% e 25% da amostra efectiva, respectivamente para o IRDF80/81 e IOF89/90.

### **5.3.3 Controlo de Resultados: Cobertura, Não Resposta, Erros de Amostragem**

Da qualidade dos dados obtidos por um inquérito por amostragem depende a possibilidade de, a partir deles, se extrapolarem resultados para o universo, ou população objectivo, que se pretende analisar.

Os dados obtidos por inquérito são afectados por erros que é usual classificar em dois tipos: erros de observação e erros de amostragem.



Os primeiros são dificilmente quantificáveis, existem independentemente do tipo de amostragem e da dimensão da amostra, e decorrem de factores distorcivos de diversa natureza; os segundos ocorrem porque a amostra construída não é uma miniatura perfeita do universo.

Estes últimos, para o caso de amostragens probabilísticas, são quantificáveis e passíveis de manutenção dentro de limites desejáveis, através de variações na dimensão da amostra.

Os erros de observação podem advir, principalmente, de deficiências ao nível da cobertura da população, de inexactidão da informação prestada pelas unidades inquiridas e de enganos nas etapas de registo, codificação e validação da informação.

A qualidade dos dados dos IOF vai ser pois avaliada em relação a estas várias fontes de erro. Esta avaliação pode ser conduzida através do teste à sua consistência interna, através do controlo do rigor e precisão da informação durante a entrevista, da análise da congruência entre questões de conteúdo correlacionado, e do teste exterior, comparando-a à informação obtida através de outras fontes (Atkinson e Micklewright, 1992:33).

No seguimento deste ponto aprecia-se a qualidade dos dados na perspectiva interna, bem como a relação entre a população alvo e a população total, analisando-se em pontos autónomos a representatividade da população (5.3.4) e a qualidade das respostas referentes a receitas e despesas (5.3.5).

A Amostra-Mãe foi desenhada com o objectivo de fornecer resultados a nível do Continente, Açores e Madeira. No entanto, e face aos resultados obtidos a partir da

análise dos erros de amostragem referentes a outros inquéritos utilizadores da Amostra-Mãe, nomeadamente o Inquérito ao Emprego, foi corrigida a composição da Amostra utilizada no IOF89/90 por acréscimo do número de secções nas regiões que apresentavam erros menos aceitáveis, no intuito de obter resultados fiáveis ao nível das NUTS2<sup>(11)</sup>.

Em relação ao IRDF80/81, anterior à actual divisão regional, os resultados só foram analisados e considerados fiáveis ao nível do Continente.

Quando se analisam características pouco frequentes, ou se trabalha com níveis de desagregação elevados, os resultados da amostra podem oferecer menor fiabilidade, isto é, os erros de amostragem relativos aos apuramentos nesse contexto podem apresentar-se como excessivamente elevados.

Mas, a qualquer nível de desagregação, incluindo o nível mais agregado correspondente ao Continente, deficiências na obtenção das respostas podem falsear os dados, e minar a inferência de resultados da amostra para o universo.

Com efeito, apesar das características do processo de amostragem pretenderem garantir a obtenção de uma amostra probabilística multietápica autoponderada, para a qual se podem deduzir erros de amostragem para os estimadores geralmente de interesse para o conhecimento da população (INE, 1991: 35-37), deficiências ao nível da cobertura da população, decorrentes de listagens incompletas das unidades de amostragem ou proporções elevadas de 'falta de resposta', podem resultar afinal na

---

(11 ) NUTS2 - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, segundo nível de estratificação, que distingue cinco regiões no Continente: Norte , Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

obtenção de uma amostra não probabilística, e dessa forma inviabilizar a inferência indutiva da amostra para o universo.

Enviesamentos sérios, e sobretudo não estimáveis, podem advir da exclusão (omissão nas listagens) ou auto-exclusão (opção pela não resposta) de unidades de base do inquérito, que, obviamente, não podem ser compensadas pelo aumento da dimensão da amostra, ou substituição aleatória, porque o que está em causa é uma eventual diferenciação das unidades incluídas e excluídas da recolha de dados, em termos das características objecto de estudo.

Assim, é fundamental o envidar todos os esforços para obter listagens finais que apresentem uma boa cobertura da população, bem como para obter uma elevada proporção de respostas.

No caso das 'faltas de resposta' também seria desejável efectuar alguma investigação sobre o seu perfil, em relação a algumas características básicas, para determinar as causas da recusa, e permitir subseqüentes tentativas de correcção dos dados<sup>(12)</sup>.

Em termos de cobertura da população pelos IOF, podem distinguir-se duas dimensões desta questão: o grau de coincidência da população alvo do inquérito com a população total da sociedade, e o grau de realização do inquérito em relação à população definida como população alvo.

---

(12 ) A evidência sobre diferenciais de não resposta deveria ser incluída nos eventuais factores de expansão da amostra.

O universo a que se dirige os IOF é a população residente em alojamentos privados. Interessa, primeiramente, avaliar a dimensão da população que não é considerada nesta operação estatística em virtude de não pertencer ao universo da sua população alvo.

Recorrendo aos Censos da População realizados em datas próximas dos IOF em análise, podem calcular-se as percentagens da população residindo em alojamentos privados em relação à população total recenseada. Essas percentagens atingem os 99.8% no Censo de 1981 e 99.9% no Censo de 1991, o que revela que é muito minoritária a população que não residia em alojamentos privados.

Não existem outras fontes actualmente disponíveis para avaliar a população residindo em unidades de alojamento colectivo e da população sem abrigo, e em relação aos Recenseamentos, apesar de pretenderem ser exaustivos, não é difícil admitir deficiências de cobertura em relação a este tipo de população.

Em relação à execução dos IOF, é pertinente comparar a estrutura da amostra definida para a sua realização, e a estrutura das respostas obtidas, de modo a quantificar o nível de resposta, e, na medida do possível, analisar as suas implicações.

Apresentam-se no Quadro 5.2. os elementos relativos à distribuição das unidades de alojamento seleccionadas e as efectivamente inquiridas.

De realçar que os níveis de não resposta correspondem às unidades de alojamento que, tendo recebido os questionários, não chegaram a concluir o processo do seu preenchimento, já que o INE procedia à substituição, através de unidades de alojamento suplentes, de todas as unidades de alojamento inicialmente seleccionadas e

que não era possível contactar ou que desde o início recusavam participar. Assim estes níveis estão desde logo subestimados.

A percentagem global de respostas, assim determinada, decresceu de 1980/81 para 1989/90, de cerca de 87% para 76%. O padrão regional é variável, verificando-se níveis de resposta que variam entre os 61% e os 95%.

As características das recusas não são investigadas, e por isso é difícil fazer asserções quanto ao enviesamento de informação que daí decorre. Realce-se contudo a sua elevada ocorrência no distrito de Lisboa.

Uma vez que a 'não resposta' não é seguida de nenhum controle especial, como seria desejável, o seu tratamento resume-se, na melhor das hipóteses empiricamente possíveis, à consideração de factores de expansão diferenciados por região, mas homogéneos do ponto de vista intra-regional, o que significa adoptar-se a premissa subjacente, mas obviamente questionável, de idênticas características das unidades que respondem e que não respondem ao inquérito, dentro de cada uma dessas regiões (Atkinson e Micklewright, 1992:36).

**Quadro 5.2 Planeamento e Realização dos IOF: Distribuição das Unidades  
Seleccionadas e Níveis de Resposta**

	<b>Unidades Seleccionadas (1)</b>	<b>Respostas U.A. (2)</b>	<b>Válidas A.D.P. (3)</b>	<b>Percentagem de Respostas (4)=(2)/(3)*100</b>
<b>IRDF 80/ 81</b>	9019	7929	8039	87,9
Aveiro	525	n.d.	531	n.d.
Beja	253	n.d.	252	n.d.
Braga	460	n.d.	427	n.d.
Bragança	208	n.d.	210	n.d.
Castelo Branco	299	n.d.	278	n.d.
Coimbra	505	n.d.	467	n.d.
Évora	222	n.d.	224	n.d.
Faro	286	n.d.	280	n.d.
Guarda	270	n.d.	251	n.d.
Leiria	396	n.d.	411	n.d.
Lisboa	2153	n.d.	1550	n.d.
Portalegre	179	n.d.	165	n.d.
Porto	1105	n.d.	1079	n.d.
Santarém	460	n.d.	444	n.d.
Setúbal	704	n.d.	517	n.d.
Viana do Castelo	281	n.d.	272	n.d.
Vila Real	270	n.d.	274	n.d.
Viseu	443	n.d.	407	n.d.
<b>IOF 89/90</b>	12559	9562	9640	76,1
Aveiro	729	618	635	84,8
Beja	252	203	207	80,6
Braga	718	600	602	83,6
Bragança	262	185	186	70,6
Castelo Branco	408	249	249	61,0
Coimbra	615	420	422	68,3
Évora	274	235	237	85,8
Faro	802	627	637	78,2
Guarda	341	242	242	71,0
Leiria	626	465	470	74,3
Lisboa	2690	1783	1793	66,3
Portalegre	244	209	209	85,7
Porto	1673	1356	1371	81,1
Santarém	656	623	627	95,0
Setúbal	963	706	710	73,3
Viana do Castelo	348	286	287	82,2
Vila Real	362	297	297	82,0
Viseu	596	458	459	76,8

**Fonte:** Informação obtida directamente do INE para as unidades seleccionadas e cálculo da percentagens a partir das respostas válidas apuradas nos dados micro-económicos dos IOF.

O confronto com os resultados dos Censos, com vista ao teste externo da qualidade da informação dos IOF, e em particular no que respeita às implicações sobre os factores de expansão, isto é, os factores que permitem passar dos resultados da amostra para a inferência de resultados ao nível da população do universo, continuará a ser objecto de reflexão no ponto seguinte.

Os erros de amostragem são apresentados pelo INE sob a forma de coeficientes de variação (C.V.) em percentagem, e foram obtidos apenas para as despesas médias anuais dos agregados, por categorias de despesa. O Quadro 5.3. apresenta os C.V. da despesa média por classe de despesa para o Continente.

Os valores obtidos são aceitáveis, embora superiores aos encontrados noutros inquéritos do mesmo tipo (vd por exemplo, Tsakloglou, 1988:28).

Por outro lado, constata-se que os erros de amostragem são superiores para níveis de desagregação mais elevados no que respeita às características dos agregados familiares. Os erros de amostragem são, por exemplo, substancialmente elevados para agregados familiares de um só indivíduo ou de mais de cinco indivíduos, ou para agregados familiares cujo representante é activo ligado ao sector primário, ou quadro superior ou profissional liberal (cfr. INE, 1922:27-28).

Vale nesta análise a observação sempre presente na documentação do INE: embora a dimensão da amostra seja suficiente para fornecer, a nível nacional, resultados com um erro aceitável para as principais rubricas, ao cruzar variáveis pouco frequentes, ou em que se pretenda um grau de desagregação elevado, os erros podem apresentar valores excessivamente elevados (INE, 1991:37).

**Quadro 5.3 Erros de Amostragem (C.V.) da Despesa Média Anual  
por Classes de Despesa**

Classe de Despesa	IRDF80/81		IOF89/90	
	Desp. Média Anual (escudos)	C.V. %	Desp. Média Anual (escudos)	C.V. %
Prod. Alimentares, Bebidas e Tabaco	106 063	1,0	438 988	1,2
Vestuário e Calçado	26 433	1,1	124 280	2,1
Habituação , Aquecimento e Iluminação	24 005	1,9	160 422	2,7
Equipamentos Domésticos e Decoração	22 684	1,6	95 347	2,9
Serviços Pessoais e Despesas de Saúde	6 777	2,7	39 354	3,0
Transportes e Comunicações	35 371	4,1	207 724	3,4
Educação , Cultura e Recreio	9 662	4,4	49 142	3,6
Outros Bens e Serviços	22 852	3,6	170 945	2,6
Outras Despesas	7 377	3,6	36 993	6,1
<b>Despesa Total</b>	<b>261 232</b>	<b>1,5</b>	<b>1323 194</b>	<b>-</b>

**Fonte:** Resultados do IRDF80/81 (INE,1984) e Resultados do IOF89/90 (INE,1992)

#### **5.3.4 Representatividade dos Inquéritos: Comparação da Estrutura da População Face aos Recenseamentos Gerais da População**

A qualidade da informação dada pelos IOF pode ser controlada e testada face aos elementos de informação tornados disponíveis posteriormente à sua realização, nomeadamente no que respeita à relação com a população objectivo dos inquéritos e a população total residente.



Em especial podem confrontar-se os IOF com os dados mais actualizados e exaustivos entretanto obtidos pelos Recenseamentos Gerais da População, realizados em 1981 (Censo81) e 1991 (Censo91).

Relembre-se que a única variável de estratificação utilizada no processo de amostragem é o critério da localização geográfica. Por outro lado, a dimensão regional da amostra pretendeu garantir resultados fiáveis ao nível de NUTS2. Face à desproporção de dimensão populacional entre as várias regiões, este objectivo conduziu à sobre-representação das mais pequenas regiões na amostra, factor que tem que ser levado em linha de conta na expansão da amostra.

Embora todas as demais características da população não tenham sido consideradas no desenho da amostra, um primeiro controlo que se pode conceber, no sentido de apurar a representatividade da amostra face à distribuição dessas características no universo, consiste na confrontação da estrutura da população inquirida com a estrutura da população recenseada, tomando como variáveis de estratificação as principais características socio-demográficas.

Apresentam-se no Quadro 5.4 as estruturas da população do IRDF80/81, do Censo81, do IOF89/90 e do Censo91, correspondentes às características socio-demográficas consideradas mais relevantes.

A representatividade da amostra é avaliada pelo teste de qui-quadrado, teste sugerido por Pearson (Murteira, 1990b:274), que faz o confronto da frequência absoluta verificada na amostra e a frequência absoluta esperada, em cada categoria da variável de desagregação, quando é verdadeira a hipótese de igualdade dos parâmetros, neste caso proporções, na amostra dos IOF e o universo dos Censos.

O conjunto das respostas obtidas pelos IOF tem uma distribuição espacial que não corresponde à estrutura regional obtida pelos Censos, por duas ordens de razões desde logo previsíveis.

Por um lado, o desenho da Amostra-Mãe para o IOF89/90 empolou a fracção de amostragem nas zonas geográficas de menor dimensão populacional, levando à sua sobre-representação na amostra. Por outro lado, os níveis diferenciados de não resposta final fazem diferir a distribuição das respostas obtidas em relação à própria distribuição inicial da amostra.

Assim, o valor obtido para a estatística qui-quadrado, para ambos os inquéritos, é muito superior ao valor crítico, para qualquer nível de significância habitualmente considerado (1%, 5% ou mesmo 10%).

Em relação às restantes variáveis socio-demográficas de estratificação consideradas, a diferença entre a estrutura da população inquirida pelos IOF e a estrutura da população recenseada é também acentuada, conduzindo a valores da estatística qui-quadrado largamente superiores aos valores críticos (Vd. Quadro 5.4).

**Quadro 5.4 Comparação da Estrutura da População nos IOF e nos Censos**

Estrutura da População Famílias (%)	IRDF80/81	CENSO81	IOF89/90	CENSO91	TESTE DE QUI-QUADRADO (graus de liberdade)	
					1981	1991
<b>NUTS II</b>					95,7300 (4)	224,7105 (4)
Norte	33,6	31,8	33,1	33,4		
Centro	21,6	19,4	19,3	19,1		
LVTejo	33,1	37,9	33,4	37,1		
Alentejo	8,2	7,0	7,5	6,4		
Algarve	3,5	3,8	6,6	4,0		
<b>DIMENSÃO DA FAMÍLIA</b>					67,0394	73,4048
1 Indivíduo	10,8	13,0	11,8	14,0	(5)	(5)
2 Indivíduos	26,6	23,5	28,5	25,6		
3 Indivíduos	22,3	22,9	23,9	24,0		
4 Indivíduos	20,2	20,0	21,6	21,8		
5 Indivíduos	10,1	10,0	8,8	8,6		
Mais de 5 Indivíduos	10,0	10,6	5,4	6,1		
<b>CAT. S-ECONÓMICA</b>		(a)			881,6606 (6)	314,2505 (8)
Empresário agric.	13,5		6,4	4,7		
Trab.c/outrem agric.	5,5	13,1	3,3	2,4		
Prof. Liberais	0,4	4,4	0,6	0,4	(b)	
Empresário não agric.	9,1		11,4	8,6		
Quadros	3,9	10,3	4,8	7,8		
Trab.c/outrem indust.	21,3	29,3	20,1	21,1		
Trab.c/outrem comerc.	13,5	11,5	12,7	13,9		
Outros activos	1,7	0,7	3,7	4,0		
Inactivos	31,1	30,7	37,1	37,0		
<b>IDADE DO REPRESENTANTE</b>					233,3297 (4)	*
Menos de 35 anos	15,0	21,5	13,2	n.d.		
35-44 anos	18,5	18,9	18,7	n.d.		
45-54 anos	21,6	20,4	16,6	n.d.		
55-64 anos	20,7	18,0	21,4	n.d.		
Mais de 64 anos	24,3	21,2	27,1	n.d.		
<b>NÍVEL DE INSTRUÇÃO</b>					*	*
Sem grau	40,5	n.d.	13,2	n.d.		
Ensino Básico	48,2	n.d.	57,7	n.d.		
Ensino Secundário	8,8	n.d.	12,2	n.d.		
Ensino Superior	2,5	n.d.	3,3	n.d.		

Notas: (a) A Classificação do CENSO81 não é consistente com a do IRDF80/81

(b) Calculado com base na desagregação do Censo81

n.d. - não disponível

Fonte: Resultados Definitivos dos Censo81 e Censo91, e cálculo a partir dos dados microeconómicos do IRDF80/81 e do IOF89/90

No Quadro 5.5 procede-se à comparação das estruturas de população dos IOF, reponderadas pelos factores de correcção determinados ao nível de NUT2, e a estrutura da população inquirida nos Censos.

Mesmo neste caso, as estruturas de população referentes às restantes variáveis socio-demográficas de estratificação continuam a revelar uma significativa divergência, e de novo os valores da estatística qui-quadrado são sistematicamente muito superiores aos valores críticos para os níveis de significância usuais.

De notar a sistemática sub-representação de agregados familiares constituídos por um único indivíduo, de agregados familiares cujo representante tem idade inferior a 35 anos, e de agregados familiares cujo representante tem profissão liberal ou é trabalhador por conta de outrem na indústria.

Ao invés, surgem particularmente sobre-representados os agregados familiares cujo representante trabalha na agricultura e os agregados familiares representados por pessoas com mais de 54 anos.

Em conclusão, mesmo a reponderação regional da amostra efectivamente recolhida por factores de expansão baseados nos Recenseamentos não permite obter resultados de composição da população consistentes com as principais variáveis de caracterização socio-demográfica.

**Quadro 5.5 Comparação da Estrutura da População nos IOF (expandido) e nos Censos**

ESTRUTURA DA POPULAÇÃO Famílias (%)	IRDF80/81	CENSO81	IOF89/90	CENSO91	TESTE QUI-QUADRADO (graus de liberdade)	
					1981	1991
<b>NUTS II</b>					0,0000	0,0000
Norte	31,8	31,8	33,4	33,4		
Centro	19,4	19,4	19,1	19,1		
LVTejo	37,9	37,9	37,1	37,1		
Alentejo	7,0	7,0	6,4	6,4		
Algarve	3,8	3,8	4,0	4,0		
<b>DIMENSÃO DA FAMÍLIA</b>					71,5346 (5)	79,3687 (5)
1 Indivíduo	10,8	13,0	11,6	14,0		
2 Indivíduos	26,7	23,5	28,3	25,6		
3 Indivíduos	22,5	22,9	24,1	24,0		
4 Indivíduos	20,3	20,0	21,8	21,8		
5 Indivíduos	10,1	10,0	8,9	8,6		
Mais de 5 Indivíduos	9,8	10,6	5,4	6,1		
<b>CAT.SOCIO-ECONÓMICA</b>		(a)			863,1632 (6)	225,4100 (8)
Empresário agric.	12,9	1	6,2	4,7		
Trab.c/outrem agric.	5,4	13,1	3,2	2,4		
Prof. Liberais	0,4	4,4	0,6	0,4	(b)	
Empresário não agric.	9,0	1	11,2	8,6		
Quadros	4,1	10,3	4,9	7,8		
Trab.c/outrem indust.	21,5	29,3	20,4	21,1		
Trab.c/outrem comerc.	14,0	11,5	12,8	13,9		
Outros activos	1,8	0,7	3,8	4,0		
Inactivos	30,9	30,7	36,9	37,0		
<b>IDADE DO REPRESENTANTE</b>		.			214,6736 (4)	*
Menos de 35 anos	15,1	21,5	13,3	n.d.		
35-44 anos	18,8	18,9	18,8	n.d.		
45-54 anos	21,6	20,4	19,8	n.d.		
55-64 anos	20,5	18,0	21,6	n.d.		
Mais de 64 anos	23,9	21,2	26,6	n.d.		
<b>NÍVEL DE INSTRUÇÃO</b>					*	*
Sem grau	39,6	n.d.	26,1	n.d.		
Ensino Básico	48,6	n.d.	57,9	n.d.		
Ensino Secundário	9,2	n.d.	12,5	n.d.		
Ensino Superior	2,6	n.d.	3,5	n.d.		

Notas: (a) A Classificação do CENSO81 não é consistente com a do IRDF80/81

(b) Calculado com base na desagregação do Censo81

n.d. - não disponível

Fonte: Resultados Definitivos dos Censo81 e Censo91, e cálculo a partir dos dados microeconómicos do IRDF80/81 e do IOF89/90

Os elementos referentes a todas estas outras variáveis de caracterização socio-demográfica poderiam servir igualmente para melhorar a representatividade em relação ao universo.

Embora tais variáveis não tenham sido consideradas em nenhuma etapa da determinação das amostras como critérios de estratificação, o melhor procedimento para obter resultados mais fiáveis para o universo poderia ser o recurso a 'pós estratificação', isto é, após ajustamento diferencial tomando em linha de conta as variáveis de estratificação, usualmente apenas variáveis de carácter espacial, voltar a estratificar a amostra por outras características relevantes, e aplicar factores consistentes com as proporções populacionais conhecidas (Atkinson e Micklewright, 1992:35).

Este procedimento permite de facto melhorar a representatividade dos resultados, uma vez que é usual apurarem-se deficiências de cobertura da amostra em relação a certos tipos de características, como acontece no IOF89/90 em relação, principalmente, às taxas de resposta final significativamente diminutas para agregados de muito pequena dimensão, agregados sem filhos, agregados representados por idosos, ou agregados representados por trabalhadores por conta própria.

Contudo este tipo de controlo deve ser efectuado *a posteriori* da recolha de informação propriamente dita, com base nas estruturas de repartição das características consideradas relevantes, e disponíveis a partir de fontes fidedignas<sup>(13)</sup>.

---

(13 ) Em contacto directo com técnicos do INE soube-se que no próximo IOF se planeia efectuar uma abordagem do tipo da metodologia exposta, a partir dos elementos de caracterização socio-económica da população dada pelo Censo91. Seria igualmente interessante controlar por fontes administrativas, nomeadamente fiscais (Vd. Ramprakash, 1975).

Com efeito, não se devem introduzir demasiadas qualificações *a priori* quanto às unidades a inquirir. Esse procedimento exigiria informações adicionais sobre as unidades de base que não são facilmente acessíveis, sendo em geral apenas coligidas e conhecidas quando da realização do inquérito. De igual forma, uma opção desse tipo restringiria, eventualmente, a diversidade das respostas (fruto da aleatoriedade de selecção) e ao aproximar a amostragem de uma amostragem dirigida, seria passível de introduzir enviesamentos não quantificáveis nos resultados (Blalock, 1975:572).

Uma metodologia para efectuar a correcção proposta é a técnica RAS, desenvolvida por Deming e Stephan, que constrói factores de correcção separáveis nas variáveis de “pós estratificação”, de forma a converter as frequências conjuntas nas frequências conjuntas apuradas na moldura de referência (Vd. Hagenaars, 1986:154-155).

De realçar, contudo, que pode demonstrar-se que as estimativas das receitas ou das despesas médias, são menos sensíveis às variantes de ponderação do que às sistemáticas auto-exclusões ou incorrectas declarações de unidades em topo do *ranking* da distribuição dos rendimentos (Atkinson e Micklewright, 1992:35,50).

No caso dos IOF deve também observar-se que, se para obter resultados representativos a nível agregado do Continente parece ser necessário efectuar a ponderação da amostra, quer para o IOF89/90, como derivaria necessariamente da composição desproporcional da amostra, quer para o IRDF80/81, onde a disparidade da estrutura regional não é tão elevada, mas é ainda substancial, o impacto deste ajustamento na apreciação das variáveis rendimento, despesa, encargos ou de caracterização das condições da habitação e conforto, é absolutamente marginal.

### **5.3.5. Qualidade da Informação Referente a Despesas e Receitas:**

#### **Confrontação com as Contas Nacionais**

A informação dos IOF respeitante a receitas, despesas e encargos pode ser também comparada com a informação de outras fontes. Uma vez que as fontes fiscais não se encontram disponíveis, o principal termo de comparação serão as Contas Nacionais (CN).

Para além de ser necessário expandir os resultados da amostra dos IOF para o universo, de modo que a informação possa ser confrontada em termos de valores globais para a economia nacional, algumas discrepâncias subsistem dadas as diferenças de metodologia e de conceitos entre as duas fontes.

Por outro lado, deve ter-se consciência que os valores das CN estão também sujeitos a erros, quer os denominados erros de observação, quer os decorrentes de alguns valores das CN serem objecto de estimação.

No que concerne à população abrangida, os IOF, como se viu anteriormente, apenas incluem a população vivendo em alojamentos domésticos privados. Excluem, portanto, a população residindo em alojamentos colectivos e a população sem alojamento fixo, que, contudo, representam apenas uma fracção pouco significativa da população total. A utilização de factores de expansão regional pode portanto fornecer aqui uma aproximação possível (Pereirinha, 1988:633 e segs) sem distorção significativa em relação à população efectivamente residente no Continente.

As diferenças de metodologia e de conceitos entre os IOF e as CN constituem outro factor de divergência entre ambas as fontes.



No que toca ao consumo privado, as CN incluem todas as despesas efectuadas, incluindo as efectuadas por turistas habitualmente residindo fora do país. As categorias da despesa também não seguem a mesma classificação em ambas as fontes, o que exige reagrupamento e compatibilização de algumas categorias.

No que se refere às receitas subsistem igualmente algumas diferenças em relação aos conceitos adoptados, decorrentes de diferentes sistemas de classificação, bem como no tratamento efectuado em certas rubricas, por exemplo em relação às remessas de emigrantes, integralmente englobadas nas CN e apenas imputadas na parcela destinada ao consumo no IRDF80/81 (INE, 1981:xx), ou a certas transferências públicas em género, correspondendo a serviços públicos de saúde ou educação, classificadas de consumo público e não incluídas nos recursos dos agregados familiares (Pereirinha, 1988:639).

Não estão ainda disponíveis as CN de 1989, pelo que só é possível fazer a confrontação dos resultados em relação ao IRDF80/81. Os dados que a seguir se apresentam foram obtidos por Pereirinha a partir dos micro-dados do IRDF80/81 (Pereirinha, 1988:633 e segs).

O Quadro 5.6 apresenta a estrutura da despesa privada no IRDF80/81 e nas CN, e o rácio da despesa expandida do IRDF80/81 por factores de expansão distritais em relação às CN, por classes de despesa.

**Quadro 5.6. Comparação da Estrutura e Nível da Despesa Privada no IRDF80/81 (expandido) e nas Contas Nacionais**

CLASSE DE DESPESA	Estrutura da Despesa		Despesa Privada nas CN / Despesa Privada no IRDF80/81
	IRDF 80 (%)	Contas Nacionais (%)	
Alimentação	33,9	34,1	0,96
Álcool e Tabaco	4,1	4,6	0,85
Vestuário e Calçado	9,4	11,5	0,78
Habitação, Aquecimento e Iluminação	10,8	6,6	2,58
Equipamentos Domésticos e Decoração	8,1	13,3	0,76
Despesas em Saúde	5,1	4,6	1,10
Transportes e Comunicações	13,0	14,1	0,89
Educação , Cultura e Recreio	9,8	10,9	0,86
Outros Bens e Serviços	6,0	3,5	1,63
TOTAL	100	100	0,96

**Fonte:** Baseado em Pereirinha (1988, Table A8:633)

Os valores obtidos a partir do IRDF80/81 revelam uma sub-estimação marginal da despesa global, quando comparada com as CN.

Observando o padrão por classes de despesa alguns desvios significativos se assinalam, particularmente no que respeita a “Habitação e Energia” e “Outros bens e Serviços” (sobre-representados no IRDF80/81), “Vestuário e Calçado” e “Bens Duráveis” (sub-representados no IRDF80/81).

O Quadro 5.7 apresenta a estrutura da receita no IRDF80/81 e nas CN, e o rácio da receita expandida do IRDF80/81, por factores de expansão distritais, em relação às CN, por fontes de rendimento.

**Quadro 5.7. Comparação da Estrutura e Nível do Rendimento no IRDF80/81 (expandido) e nas Contas Nacionais**

Fonte de Rendimento	Estrutura do Rendimento		Rendimento nas CN /
	IRDF 80 (%)	Contas Nacionais (%)	Rendimento no IRDF 80/81
Salários	52,4	45,9	0,76
Rendimentos Directos de Capital	27	27,9	0,65
Juros	1,3	8,3	0,1
Lucros, Dividendos e Rendas	0,3	0,7	0,31
Remessas de Emigrantes	1,7	4,1	0,27
Outras Transferências	17,3	13,1	0,89
TOTAL	100	100	0,67

Fonte: Baseado em Pereirinha (1988, Table A10:638)

No que respeita à receita, o valor encontrado por Pereirinha traduz uma elevada taxa de subestimação, superior à encontrada em inquéritos similares (Altimir, 1980; Atkinson e Micklewright, 1983), mas com um padrão semelhante em relação aos diversos níveis de subestimação por fonte de receita.

Este padrão reflecte, afinal, as dificuldades e deficiências tradicionalmente esperadas com os dados referentes aos rendimentos.

Com efeito, para além da relutância dos inquiridos em declarar os respectivos rendimentos, o que origina, entre outras coisas, uma proporção de recusa de participação superior nos inquéritos que incluem questões sobre o rendimento<sup>(14)</sup>, diversos são os factores esperados de enviesamento, no sentido da subestimação, dos rendimentos declarados, nomeadamente:

- possibilidade de omissão involuntária de rendimentos ocasionais ou extraordinários;
- possibilidade de omissão, completa ou parcial, dos rendimentos de capital;
- má estimativa dos rendimentos de trabalho por conta própria.

Serão estes factores, aliados a um eventual défice de representação das classes de rendimento mais elevadas (Atkinson e Micklewright, 1983:50), que podem explicar o padrão de subestimação de rendimentos detectado por Pereirinha.

Considerando, por um lado estes diferentes níveis de subestimação por fonte de receita, e, por outro, as diferentes composições da receita global dos agregados, por nível de rendimento, é de esperar que o nível de subestimação médio seja mais elevado para os decis de maior rendimento (Cf. Pereirinha, 1988:642).

---

(14 ) Em muitos países comunitários os IOF não incluem questões sobre o rendimento, o que os torna fontes menos ricas de informação.

Mesmo sem entrar em linha de conta com a possível subrepresentação do topo da distribuição de rendimentos<sup>(15)</sup>, é de esperar que as medidas de desigualdade na distribuição do rendimento e de pobreza baseadas em dados que apresentam um tal padrão diferenciado de subestimação por tipo de receita, sejam, elas próprias estimativas enviesadas por defeito.

Outro factor de enviesamento na estimativa das receitas reais dos agregados domésticos privados, este de muito difícil esclarecimento, é o decorrente da não declaração de rendimentos provenientes da economia paralela, nomeadamente actividades não declaradas, administrativa ou fiscalmente, cujo impacte na distribuição do rendimento é, teoricamente, ambivalente, uma vez que afecta indivíduos em várias situações em relação ao posicionamento na distribuição 'legal' do rendimento.

Embora incorrecções na determinação dos rendimentos ocorram, muito provavelmente, em qualquer tipo de inquérito, o nível encontrado de discrepâncias entre os IOF e as CN aponta para a necessidade séria de um maior investimento na obtenção de resultados mais credíveis.

Este objectivo poderia ser servido motivando a colaboração imprescindível das famílias seleccionadas, quer ao nível da própria aceitação em colaborar, já que a auto-exclusão pode ser, como se viu, o lado oculto de muitas incorrecções, quer pela promoção da qualidade das respostas fornecidas, para a qual será necessário um nível

---

(15 ) Não é possível o teste, a partir de fontes fiscais, desta hipótese. Em Inglaterra a confrontação dos orçamentos familiares com fontes fiscais permitiu ao CSO britânico confirmar esta suposição.

equilibrado de desagregação de receitas, e uma maior capacidade dos entrevistadores em induzir os inquiridos a prestar declarações rigorosas <sup>(16)</sup>.

Ainda que exista muito espaço aberto para a investigação de soluções no sentido de melhorar a representatividade da amostra, nomeadamente no referente a metodologias consistentes de expansão, e de tratamento das lacunas de informação, particularmente os problemas levantados pelos rendimentos, em Portugal a base de dados dos IOF é ainda a única fonte integrada de informação que permite estudar as questões relacionadas com a distribuição familiar e pessoal dos recursos económicos, e, consequentemente, da pobreza.

O mais importante a reter é, essencialmente, que algumas deficiências de informação se irão reflectir na substanciação das conclusões permitidas.

Como tão apropriadamente referem Atkinson e Micklewright “tal como é absurdo desprezar os dados pelo facto de estes não serem 100 % completos, também é perigoso ignorar as suas possíveis deficiências quando se empreende a sua análise” (Atkinson e Micklewright, 1983:61).

---

(16 ) A título de exemplo, citam-se as discrepâncias detectadas num inquérito considerado de alto *standard* de qualidade - o FES britânico de 1977:

Rendimentos de factores.....	- 6.3 %
Transferências da Seg. Social.....	- 9.1 %
Rendimento de trabalho por conta própria.....	- 25 %
Rendimento de Investimentos.....	- 50 %

(Atkinson e Micklewright, 1992:58).

## **5.4 Limitações Principais da Informação Disponível**

Os IOF são uma fonte preciosa de informação para o estudo da pobreza, podendo mesmo afirmar-se que são a “fonte estatística primária para estudos básicos sobre a pobreza” (Bruto da Costa, 1989).

As características dos IOF foram já apreciadas ao longo deste capítulo, e em capítulos seguintes far-se-á a exploração integral da informação neles disponível para conhecer os contornos e aproximar as causas do fenómeno da pobreza em Portugal, o que permitirá ajuizar melhor da sua importância e relevância para o estudo deste tema.

Neste último ponto pretende-se salientar apenas alguns melhoramentos de concepção e articulações com outras operações, que permitiriam tirar ainda maior partido da informação decorrente do IOF para o conhecimento da realidade socio-económica da população, e da pobreza em particular.

### **Potencialidades de Um Sistema Estatístico Integrado**

O alcance da informação obtida através dos IOF pode ser potenciado se esta operação estatística for uma peça de um sistema estatístico articulado, tal como é pretendido pelo INE.

Como operação estatística básica para obtenção de estatísticas primárias sobre a situação real das famílias em termos de despesas, rendimento e condições de vida, os IOF devem ter garantida a representatividade, baseando-se a selecção da amostra a inquirir em informação actualizada sobre o universo das famílias.

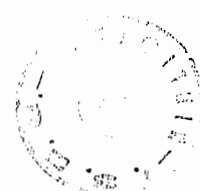
Por outro lado, os IOF deveriam realizar-se com uma periodicidade regular e com uma metodologia estável que garanta a comparabilidade temporal de resultados. Ao nível comunitário ganha substância a recomendação de uma periodicidade quinquenal, a qual permitiria também uma calendarização articulada e profícua com os Recenseamentos Gerais da População, de periodicidade tendencialmente decenal.

Como peça de produção de informação a nível intermédio, uma vez que se dirige a aceder a informação de carácter estrutural, a nível imediatamente inferior ao do Recenseamento Geral, os IOF devem ainda articular-se com outras operações estatísticas correntes, de igual ou mais baixa periodicidade, ou extraordinárias, segundo esquemas de amostragem que tornem possíveis inferências sobre aspectos particulares com maior grau de detalhe.

Esta articulação é relevante no que toca, presentemente, ao Inquérito ao Emprego, de periodicidade trimestral, e ao Inquérito ao Conforto e Rendas de Casa, lançado anualmente em simultâneo com o anterior. Com algumas adaptações, nomeadamente com a exaustividade no apuramento de rendimentos ao nível da família no Inquérito ao Emprego, e não apenas com o registo do rendimento do indivíduo inquirido, esta articulação permitiria monitorizar a geração e distribuição dos rendimentos familiares, com maior riqueza de conteúdo em relação ao permitido pelo IOF.

Será esta articulação relevante ainda em relação ao lançamento regular de um “Painel sobre a Situação Socio-Económica”, a realizar nos vários Estados da União Europeia de forma concertada, cujas primeira e segunda vagas se realizaram já em 1994 e 1995.





Será desnecessário frisar a extraordinária importância da informação estatística de tipo painel (aliando características de *time-series* com as de *cross-section*) para o estudo da pobreza, nomeadamente no esclarecimento das suas características conjunturais ou persistentes, e das dinâmicas de precarização, tal como na avaliação dos impactes nas situações socio-económicas das famílias decorrentes das acções de política de protecção social e de alterações das situações socio-profissionais vividas na família.

O Painel sobre a Situação Socio-Económica das Famílias, realizado nos vários Estados da União Europeia, aborda de uma forma mais integrada um conjunto vasto de informação sobre a situação das famílias, mas os seus resultados ainda não foram divulgados.

Se os vários inquéritos do sistema estatístico forem conduzidos com metodologias articuladas com a dos IOF, eventualmente a partir de suas subamostras e/ou viabilizando o *matching* da informação, a informação produzida pelas várias operações estatísticas será mais consistente e ganhar-se-á com a sua complementaridade.

Outra faceta em que os IOF podem ser vistos como uma peça a articular com outros instrumentos de inquirição respeita à harmonização de conceitos, nomeadamente quanto a unidades de análise, critérios de escolha do representante, categorias socio-económicas, conceitos de receitas e categorias de despesa.

Uma tal harmonização iria permitir uma melhor comparação entre fontes, sejam do mesmo instituto estatístico (Censos, Contas Nacionais), sejam administrativas (Estatísticas Fiscais, Estatísticas da Segurança Social), sejam de

institutos estatísticos congéneres (serviços estatísticos dos países membros da União Europeia e EUROSTAT).

Essa harmonização possibilitaria ainda um melhor controlo de qualidade, a produção de resultados mais robustos em termos nacionais, e consistentes em termos de resultados comunitários.

Dada a sua natureza e objectivos (relembrados no ponto 5.2.1), os IOF não podem ser universais e dar resposta a todas as questões de investigação social. Mas uma maior articulação com todas as outras operações estatísticas referidas permitiria certamente ganhos socialmente úteis de conhecimento, pois viabilizaria uma melhor avaliação da evolução social e a fundamentação dos processos de tomada de decisões com vista à intervenção sobre essa mesma realidade.

### **Possíveis Melhorias de Execução**

Uma síntese das principais deficiências encontradas nos IOF dirigida a sugestões concretas no sentido de melhorar a qualidade e fiabilidade dos dados obtidos realça os seguintes aspectos

- a necessidade de fomentar a cooperação dos inquiridos (divulgação geral prévia da operação estatística, apelo a uma cidadania responsável, compensação dos inquiridos, insistência e boa preparação dos entrevistadores do INE);

- a desejabilidade de simplificar o processo de registo e melhorar a sua qualidade (testes internos de consistência, menor número possível de categorias, cadernetas fáceis de actualizar);
- alargamento do período de registo correspondente à observação directa para melhor alisamento da sazonalidade;
- a importância de uma investigação básica das características socio-demográficas das recusas em participar.

Os agentes do INE auxiliam o preenchimento dos questionários e pela sua atenção e diligência contribuem para um maior rigor da informação obtida, mas, como é óbvio, não exercem qualquer controlo sobre a veracidade das mesmas.

Embora a confirmação autónoma do rigor da informação, como por exemplo no caso das receitas, onde se verifica usualmente maior relutância dos inquiridos em divulgar os respectivos montantes, não seja legítima, um procedimento passível de melhorar a qualidade da informação é efectuar uma segunda confirmação nos itens de referência anual de especial relevância, e eventualmente fazer objecto de uma segunda auto-confirmação de dados certa proporção das unidades inquiridas, e avaliar os desvios provenientes desta dupla investigação.

Em relação aos instrumentos de notação, e no que se refere ao tema da pobreza, seria desejável a continuidade do módulo sobre percepção subjectiva da pobreza, introduzido no último IOF por sugestão do EUROSTAT e em continuação com a experiência comunitária de aprofundamento e harmonização de fontes e métodos, a sua maior elaboração (cf Ghiatis, 1989).

Também importante seria coligir sistematicamente informação sobre activos, nomeadamente sobre fluxos de poupança, alterações na propriedade, constituição de seguros de vida e saúde, e fazer a avaliação de bens e serviços públicos fornecidos gratuitamente ou a preços reduzidos pelo Estado, particularmente nos domínios da saúde, educação e serviços sociais, e que são factores susceptíveis de influenciar os níveis de recursos efectivamente comandados pelos agregados familiares.

## **CAPÍTULO 6**

### **MEDIDAS MONETÁRIAS DE POBREZA EM PORTUGAL, 1989/90**

#### **6.1. Introdução**

Como se expôs no Capítulo 2, a medição da pobreza envolve num primeiro passo a definição operacional de limiares de pobreza que identifiquem, no seio da população total, os indivíduos e famílias pobres.

Assim sendo, esta questão inicial na medição tem uma importância capital, uma vez que a definição operacionalizada pelo limiar de pobreza terá implicações decisivas na quantificação e tipificação da pobreza, e, consequentemente, na modelização de políticas dirigidas ao seu combate, quer do ponto de vista da definição da população

alvo e dos instrumentos de política mais adequados, quer do ponto de vista da avaliação do volume dos recursos envolvidos.

Neste capítulo trata-se a informação disponível nos inquéritos aos orçamentos familiares realizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) entre Março de 1989 e Março de 1990 (IOF89/90), no sentido de quantificar o nível agregado de pobreza presente em Portugal no final da década de oitenta.

O presente capítulo inicia-se com a dedução de um limiar de pobreza considerado relevante para a análise da situação portuguesa em 1989/90, construindo a metodologia de base envolvida na análise empírica que aqui se inicia, e a determinação do valor dos principais indicadores e medidas de pobreza.

A análise empreendida no ponto 6.2.1 para determinação da linha de pobreza relevante para 1989/90 desenvolve-se no quadro de um conceito de pobreza de carácter objectivo, e definido em referência às necessidades elementares.

As opções adoptadas enquadram-se na metodologia originalmente desenvolvida por Orshansky (vd 2.3.1), pois que se funda a determinação do valor do limiar de pobreza na estimação directa do custo de satisfação das necessidades alimentares.

A metodologia desenvolvida difere, contudo, das anteriormente ensaiadas em Portugal, pois não assume *a priori* qualquer escala de equivalência, mas procura tornar endógena a definição da escala de equivalência adequada à comparação dos níveis de bem estar entre famílias de diferentes composições ao nível específico do limiar de pobreza.

No ponto 6.2.2 apresentam-se as estimativas para os principais indicadores e medidas de pobreza, seleccionadas na secção 3.4, de modo a quantificar, sob os diversos prismas por aqueles captados, o fenómeno da pobreza monetária em Portugal naquela data.

Conjugando as medidas que permitem quantificar a extensão e os contornos da pobreza com os elementos do último Recenseamento Geral da População, faz-se também um exercício de projecção da população pobre, quer em termos da sua estrutura etária e de tipologias familiares, quer em termos de distribuição geográfica.

No ponto 6.3 procede-se à comparação dos valores das principais medidas de pobreza deduzidos através da metodologia proposta com aqueles que resultam da adopção de outros padrões de referência usualmente utilizados, no sentido de apurar o impacto de diferentes escolhas quanto a aspectos metodológicos na definição dos limiares de identificação da população pobre, sobre a incidência e severidade traduzidas pelas principais medidas de pobreza.

Nesta análise procede-se a um conjunto de comparações envolvendo sucessivamente um número mais restrito de parâmetros variáveis envolvidos nas alternativas em relação à metodologia de base adoptada neste trabalho.

O ponto 6.3.1 incidirá especificamente sobre a análise de sensibilidade ao conceito de recursos, à escala de equivalência e ao nível de recursos adoptado como limiar de pobreza.

No ponto 6.3.2 analisa-se a sensibilidade das medidas de pobreza ao conceito de recursos que se adopta como representando a capacidade económica dos agregados familiares e ao nível da linha de pobreza, mas mantendo-se o âmbito de uma única escala de equivalência, a deduzida pela metodologia desenvolvida no início do presente capítulo.

O ponto 6.3.3 concentra-se no conceito de recursos fulcral, a receita, parametrizando as diversas medidas de pobreza em função de um genérico parâmetro que traduz todas as possibilidades quanto às economias de escala consagradas por uma escala de equivalência.

No ponto 6.4 discute-se a possibilidade de diferenciar os quantitativos referentes às linhas de pobreza para meio rural e meio urbano, apreciando a variação nos resultados que se obtêm abandonando a hipótese de um limiar de pobreza uniforme para todo o território.

No ponto 6.5 procede-se à decomposição das principais medidas de pobreza por subpopulações. A incidência da pobreza por grupos socio-económicos específicos permite uma identificação e tipificação das populações mais vulneráveis à situação de pobreza, possibilitando deste modo uma primeira aproximação das causas explicativas da insuficiência de recursos nos agregados familiares, apontando para os principais

factores de risco de pobreza, bem como uma definição dos estratos populacionais que poderiam ser elegidos como população alvo em políticas de combate à pobreza.

A decomposição da incidência da pobreza permite traçar também o perfil da população pobre, quer em termos de tipos de agregados familiares quer em termos dos indivíduos.

## **6.2. Linha de Pobreza e Principais Medidas de Pobreza**

O objectivo deste ponto é a determinação de orçamentos familiares mínimos, para os diversos tipos de famílias, que correspondam a um nível modesto mas adequado de satisfação das necessidades básicas e a sua aplicação para avaliar da extensão, intensidade e severidade da pobreza em Portugal no ano em análise.

A determinação de orçamentos correspondentes à adequação a um *standard* mínimo de satisfação de necessidades, de molde a poder dizer-se que se trata de um limiar de pobreza envolve, naturalmente, juízos de valor e é, claramente, um ensaio normativo de estabelecimento de tais orçamentos.

Tomando esta perspectiva, abandonam-se liminarmente os procedimentos, expeditos mas pouco fundados do ponto de vista da adequação mínima de recursos, que consistem em adoptar como limiar de pobreza certa percentagem dos recursos médios comandados pela população analisada, e que têm sido amplamente utilizados na análise da pobreza nas sociedades mais desenvolvidas <sup>(1)</sup>.

---

<sup>(1)</sup> Uma vez que esta abordagem tem sido largamente utilizada na análise da pobreza ao nível dos diversos estados membros da União Europeia, incluindo Portugal, adiante relacionar-se-ão os resultados obtidos com os produzidos por esta metodologia.



### **6.2.1 Metodologia de Construção da Linha de Pobreza para Portugal**

A dificuldade inerente à estimação das necessidades básicas de natureza não alimentar, respeitantes quer à sua definição num quadro normativo coerente, quer à sua valorização face a informação incompleta ou inconsistente dos respectivos preços no âmbito dos inquéritos aos orçamentos familiares, conduziu à fundamentação do limiar de pobreza ancorada nas necessidades alimentares.

A metodologia adoptada enquadra-se na corrente que deriva do trabalho de Engel (1885) e foi originalmente utilizada no contexto de derivação de linhas de pobreza por Orshansky (1964), já descrito no capítulo 2, baseando-se na quantificação da despesa alimentar necessária à obtenção de requisitos nutricionais suficientes, e na relação entre aquela e a despesa total.

A dedução de uma linha de pobreza, a partir das necessidades alimentares, procede usualmente em quatro passos:

- 1) Escolha de um padrão alimentar de referência, satisfatório em termos de calorias e nutrientes;
- 2) Transposição do padrão alimentar numa dieta alimentar base, determinando o conjunto de alimentos, e respectivas quantidades, que seja a um tempo económico e se enquadre nos hábitos alimentares da população;
- 3) Estimativa do custo da dieta alimentar base, a preços de mercado;
- 4) Estimativa das componentes não alimentares da linha de pobreza, a partir da relação obtida pelo coeficiente de Engel (proporção da despesa alimentar na despesa total).

Este tipo de metodologia foi já por diversas vezes aplicado ao estudo da realidade portuguesa.

O primeiro trabalho que em Portugal apurou linhas de pobreza seguindo estes passos foi o estudo publicado em *A Pobreza em Portugal* (Costa *et al*, 1985).

Partindo das recomendações sobre quantidades diárias dos diferentes alimentos elaboradas pelo Centro de Estudos de Nutrição (CEN), os autores adoptaram uma dieta base, simultaneamente adequada e barata, referente às necessidades alimentares de um indivíduo do sexo masculino, com idade compreendida entre os 14 e os 59 anos. Esta é a categoria de referência da escala de equivalência da OIT, que se reporta, essencialmente, a necessidades alimentares, e que os autores adoptaram no seu estudo.

A estimação do custo dessa dieta base foi feita recorrendo aos preços implícitos nos inquéritos do IRDF80/81 dos alimentos dela constantes.

A dimensão de cada família, expressa em número de adultos equivalentes segundo a escala da OIT, permitiu a determinação do valor da despesa alimentar necessária a famílias com diferente composição.

A determinação do custo das restantes componentes da linha de pobreza resultaram por aplicação da relação entre despesa alimentar e despesa total, captada pelo coeficiente de Engel. Os autores consideraram os valores médios dos coeficientes de Engel nos conjuntos das famílias cuja dimensão, em adultos equivalentes, se situava nos intervalos de amplitude unitária, distinguindo 6 classes no conjunto de todas as famílias.

Já A. B. Costa na sua tese de doutoramento (Costa, 1993), opta por uma metodologia distinta. Determina uma dieta alimentar de base que é igual nos itens de alimentos seleccionados em Costa *et al* (1985), mas difere nas quantidades retidas, o que conduz a uma menor adequação nutricional.

A determinação do custo da dieta alimentar é efectuada também através dos preços implícitos nos inquéritos sobre receitas e despesas familiares (IRDF80/81 e IOF89/90).

Para determinar o valor da linha de pobreza para a categoria de referência, definida como o indivíduo maior de 14 anos, este autor utiliza o coeficiente de Engel médio para o tipo de família em causa, isto é, o de um indivíduo adulto vivendo sozinho.

Onde as opções de Costa (1993) mais se diferenciam das anteriormente adoptadas, é na determinação das linhas de pobreza para os restantes tipos de famílias.

Neste passo o autor considerou implicitamente economias de escala uniformes para o total da despesa, alimentar e não alimentar, sendo estas tomadas como as fixadas pela escala de equivalência da OCDE.

No trabalho agora realizado para determinar linhas de pobreza absoluta, procedeu-se à reanálise metodológica do problema, considerando-se mais correcto efectuar algumas opções distintas das seguidas nos trabalhos citados.

Adoptando, como já se frisou, o ancoramento da determinação da linha de pobreza na estimação directa do custo de satisfação das necessidades alimentares, não se assumiu a prevalência *a priori* de qualquer factor de economia de escala em função da dimensão e composição dos agregados familiares, nomeadamente das escalas da OCDE ou da OIT.

Procurou estabelecer-se o valor da linha de pobreza pertinente para cada família entrando em linha de conta com o custo, directamente estimado em função da composição da família, das necessidades alimentares, e da relação entre a despesa alimentar e a despesa total dada pelo coeficiente de Engel médio associado à sua configuração familiar.

A escala de equivalência resultante desta abordagem é pois endógena, sendo determinada simultaneamente pela avaliação normativa das necessidades alimentares e a avaliação empírica da componente da despesa alimentar em distintos tipos de famílias.

### **Escolha do Padrão Alimentar de Referência**

O ponto de partida do presente trabalho reporta-se às necessidades em calorias e nutrientes estabelecidas para Portugal pelo Centro de Estudos de Nutrição (1987:89-90).

A informação respeitante às necessidades nutricionais aí condensadas referem-se a condições médias de actividade, e estão discriminadas por sexo e escalões etários. Os valores apurados pelo Centro de Estudos Nutricionais são mais elevados do que os apurados por outros organismos internacionais, nomeadamente pela OIT, devido a diferenças no biótipo e hábitos alimentares da população portuguesa.

Dado o elevado grau de discriminação, etário e de género, não pareceu apropriado adoptar uma grelha de tanto pormenor. Em alternativa, e uma vez que os valores tabelados são valores indicativos também médios, enveredou-se por uma redução da informação por agregação.

O critério adoptado foi o de definir um número de classes etárias que correspondesse a diferentes fases do ciclo de vida do indivíduo, e, em termos estatísticos, agregasse grupos de idades com necessidades nutricionais semelhantes entre si para cada classe e dissemelhantes entre classes.

Definiu-se assim um conjunto restrito de classes etárias em função da variabilidade das suas necessidades específicas, distinguindo os indivíduos por cinco classes: dos 0 aos 6 anos <sup>(2)</sup>, dos 7 aos 10 anos, dos 11 aos 14 anos, dos 15 aos 64 anos, e 65 ou mais anos.

A cada classe foi atribuída a média aritmética simples das necessidades referentes a cada uma das idades, e sexo quando as necessidades se distinguem em função do género, abrangidas.

O grupo etário dos 15 aos 64 anos constitui o referencial adoptado para a definição da dieta de referência, denominada de dieta padrão, em relação à qual se podem estabelecer factores de equivalência para os demais grupos, apurados como os

---

(2) A classe etária das crianças mais pequenas (0 a 6 anos) regista uma variação interna quanto às necessidades em calorias e nutrientes mais ampla, mas não se quis consagrar nesta tipologia uma discriminação muito fina de estratos. Este estrato etário corresponde à pré escolaridade obrigatória. Ao nível do custo dos alimentos, as necessidades dos bebés que não se alimentam nem de leite materno, nem ainda de alimentos correntes, pode ser mais cara do que quando a alimentação se baseia nos alimentos mais vulgares da alimentação portuguesa.

rácios das necessidades específicas de cada grupo em relação às necessidades homólogas do grupo de referência .

### **Definição da Dieta Alimentar**

A transposição do conjunto de requisitos nutricionais para uma dieta alimentar concreta, composta por produtos tradicionais da alimentação portuguesa e de custo reduzido, foi já efectuada nos trabalhos sobre pobreza em Portugal anteriormente citados. As dietas aí definidas são compostas do mesmo conjunto de alimentos, apenas diferem nas quantidades seleccionadas para cada item.

O conteúdo nutricional de cada uma das dietas formuladas pode ser apurado e comparado com o conteúdo inerente à dieta padrão. É esta informação nutricional bem como a comparação quanto à adequação nutricional das dietas base definidas em Costa *et al* (1985) e Costa (1993) em relação à dieta padrão que se encontram no 1º bloco do Quadro 6.1A.

Face aos elementos em presença decidiu-se optar pela dieta de referência definida em Costa *et al* (1985) dada a sua maior adequação nutricional em relação à dieta padrão apurada para o grupo etário de referência <sup>(3)</sup>.

A relação entre as necessidades médias das classe etárias distinguidas e a dieta padrão referente a um indivíduo adulto de idade inferior a 65 anos permite ainda a construção de uma 'escala de equivalência alimentar', determinada como a média simples dos rácios das necessidades específicas por grupo etário em relação à dieta padrão.

---

<sup>(3)</sup> A dieta definida nos estudos é, quanto à sua tradução em alimentos tradicionais da alimentação portuguesa um estudo preciso, que não é necessário repetir. O único ajustamento que se assumiu poder vir a fazer respeitaria às quantidades envolvidas, mas a análise exposta conduz à aceitação da dieta de referência de Costa *et al* (1985) como muito coincidente com o padrão dietético de referência, pelo que se assume integralmente.

**Quadro 6.1A. Necessidades em Calorias e Nutrientes por Grupos Etários**

	Calorias	Hid. Carbono	Gordura	Proteínas	Fibra	Vitaminas	Vitamina B <sub>1</sub>	Vitamina B <sub>2</sub>	Vitamina PP	Vitamina C
<b>Dieta Padrão (1)</b>	2450	387	68	73	17	5000	1.3	1.5	15.6	75
<b>Dieta de Referência (ABC et al)</b>	2781	438	79	79	11	4747	2.3	1.4	20.4	248
<b>(% da Dieta Padrão)</b>	114	113	116	108	112	95	179	91	131	331
<b>Dieta de Referência (ABC)</b>	2758	456	69	79	10	2853	—	—	—	—
<b>(% da Dieta Padrão)</b>	113	118	101	108	102	57	—	—	—	—
<b>Necessidades por grupos etários (2)</b>										
0-6 anos	1543	221	40	39	6	2178	0.6	0.8	8.2	37
7-10 anos	2200	358	61	55	7	3200	1.0	1.4	13.0	55
11-14 anos	2675	411	71	68	10	5000	1.4	1.7	17.0	75
15-64 anos	2450	387	68	73	10	5000	1.3	1.5	15.6	75
65 ou mais anos	2075	325	63	65	8	5000	1.2	1.4	14.0	75
<b>Factores de Equivalência (3)</b>										
0-6 anos	0.63	0.57	0.59	0.53	0.57	0.44	0.44	0.55	0.53	0.50
7-10 anos	0.90	0.93	0.90	0.75	0.69	0.64	0.78	0.91	0.83	0.73
11-14 anos	1.09	1.06	1.04	0.93	1.02	1.00	1.09	1.10	1.09	1.00
15-64 anos	1.00	1.00	1.00	1.06	1.02	1.00	1.01	0.97	1.00	1.00
65 ou mais anos	0.85	0.84	0.93	0.89	0.82	1.00	0.93	0.91	0.90	1.00

**Fonte:** CEN (1987), Alimentação Racional e Nutrição  
 A.B. Costa et al (1985), Pobreza em Portugal  
 A.B. Costa (1993), The Paradox of Poverty - Portugal

**Notas:** (1) Grupo etário de 15 a 64 anos  
 (2) Médias para as classes 0-6 anos e 15-64 anos, a partir da informação nutricional em CEN(1987)  
 (3) Nec.por grupo etário/Dieta Padrão

Essa informação encontra-se sintetizada no Quadro 6.1.B , que apresenta na primeira coluna as médias aritméticas simples dos rácios das necessidades específicas de cada grupo etário em relação à dieta de referência, e na segunda coluna sistematiza os factores de escala de equivalência alimentar efectivamente adoptados, conservando-se apenas a precisão correspondente a uma casa decimal.

**Quadro 6.1B Média dos Rácios das Necessidades Específicas em Relação à Dieta Padrão e Escala de Equivalência Alimentar , por Grupo Etário**

<b>Classe de Idades</b>	<b>Média</b>	<b>Factor de Escala</b>
0-6 anos	0.53	0.5
7-10 anos	0.81	0.8
11-14 anos	1.04	1.0
15-64 anos	1.00	1.0
65 ou mais anos	0.91	0.9

Fonte: Cálculo a partir de CEN (1987:89-90)

A opção por esta escala de equivalência alimentar é equiparável à escolha da escala OIT em Costa *et al* (1985), sendo-lhe preferível porque incorpora informação objectiva e actualizada sobre necessidades nutricionais dos diversos grupos etários, referida ao biótipo e hábitos alimentares portugueses.

### **Valorização da Dieta Padrão**

Decidiu-se utilizar os preços implícitos nos inquéritos aos orçamentos familiares para determinar o custo da dieta alimentar base referente à dieta padrão.

Construíram-se os preços unitários implícitos nos inquéritos aos orçamentos familiares para o Continente a partir da informação publicada em Costa (1993:126) dado que não se dispôs de acesso directo a esta informação nos dados micro-económicos cedidos pelo INE.

Os preços unitários aplicados às quantidades definidas para a dieta de referência adoptada permitem a avaliação do custo desta dieta alimentar base. A estimação deste custo consta do Quadro 6.2.

Com base nesta avaliação, os valores da despesa alimentar necessária a cada família, podem ser imediatamente determinados, em função das necessidades alimentares dos seus diversos membros, dadas através da “escala de equivalência para a alimentação”.

A constituição da dieta é feita, como se já referiu, através de produtos correntes de custo reduzido. Ela não consagra grande variedade de géneros alimentares, nem quaisquer adicionais para desperdícios ou consumos extraordinários na vida corrente, e é, por isso, bastante restritiva.

Exige adicionalmente, da parte de quem administra o orçamento familiar, um conhecimento das características nutricionais e uma racionalidade económica que é difícil encontrar na generalidade das pessoas, e certamente não menos na população com dificuldades económicas.

Por isso o custo da satisfação das necessidades alimentares traduzido nesta avaliação constitui um padrão muito exigente, e define-se como um minorante dos custos normais correntes.



**Quadro 6.2. Estimação do Custo da Dieta Alimentar Diária Base**

	<b>Quantidades (gr)</b>	<b>Preço Unitário (escudos/gr)</b>	<b>Custo (escudos)</b>
Leite	350	0.071	24.850
Ovos	18.3	0.315	5.769
Carne (frango)	100	0.318	31.829
Peixe (pescada congelada)	100	0.439	43.869
Azeite	40	0.572	22.888
Margarina	20	0.349	6.983
Pão (trigo)	350	0.118	41.325
Arroz (gigante)	50	0.145	7.273
Massa	35	0.155	5.441
Açúcar	30	0.132	3.957
Batata	400	0.034	13.709
Veg. Verdes (nabiças)	350	0.097	34.104
Leg. Verdes (feijão)	250	0.146	36.588
Fruta (maçã <i>Starking</i> )	470	0.097	45.413
<b>TOTAL</b>			<b>323.999</b>

**Fonte:** Cálculo a partir da informação publicada em Costa *et al* (1985) e Costa (1993)

**Nota:** Preços de 1990.

### **Coefficientes de Engel**

O passo seguinte envolve a determinação dos coeficientes de Engel que permitam relacionar a despesa alimentar mínima com a despesa total adequada à satisfação das necessidades básicas.

Em relação à determinação dos coeficientes de Engel, procurou-se uma tipologia das famílias que permitisse destacar configurações familiares que pudessem justificar diferentes pesos específicos da despesa em alimentação na despesa total dos agregados

familiares, e, portanto, economias de escala diferentes das expressas na escala de equivalência alimentar.

A selecção dos coeficientes de Engel a utilizar envolveu a análise de várias opções de trabalho, já que os resultados sucessivamente testados não correspondiam exactamente aos previstos, quer do ponto de vista teórico, quer intuitivo.

Os dados não revelam por vezes os comportamentos esperados para os diversos tipos de famílias. Da análise dos padrões de despesa, constata-se um comportamento dificilmente modelizável para alguns tipos de famílias, nomeadamente os casais sem filhos e famílias com um único filho.

Ensaaiaram-se diversas opções, nomeadamente em função da dimensão da família, e à composição respeitante ao número de adultos e de crianças compondo o agregado familiar, cujos resultados se comentam brevemente de seguida.

Os coeficientes de Engel médios para várias tipologias de famílias, apurados a partir dos dados micro-económicos dos orçamentos familiares encontram-se tabelados no Quadro 6.3.

Procedendo à classificação das famílias pelo número de elementos, independentemente do seu estrato etário, opção paralela da metodologia seguida em Costa *et al* (1985), obteve-se, tal como no estudo então elaborado, um padrão em U para os coeficientes médios de Engel, o que, à semelhança do que já era patente no estudo referido, conduz à verificação de deseconomias de escala para dimensões do ADP a partir de 3 elementos (v. Costa *et al*, 1985:33).

Em relação à classificação das famílias pela composição em número de adultos e número de crianças, que em termos teóricos seria a opção preferida, já que mantinha forte articulação com a definição adoptada para as necessidades alimentares, ensaiaram-se duas alternativas, mas ambas produziram resultados poucos satisfatórios.

Uma tipologia baseada no número de elementos da família em cada estrato etário que se diferencia pelas necessidades alimentares, isto é, os estratos etários dos 0-6 anos, 7-10 anos, 11-14 anos, mas deixando de lado a distinção dos maiores de 64

anos, revelou-se uma discriminação muito fina, e traduziu-se em classes de pequena dimensão e uma variabilidade caótica dos coeficientes de Engel.

A diferenciação menos fina, distinguindo apenas o número de “adultos equivalentes” e a existência de crianças pequenas, conduziu ainda ao apuramento de deseconomias de escala nas famílias a partir de uma dimensão baixa, ou pela simples existência de crianças, o que contradiz a intuição sobre o viver em comum conduzir a um volume de gastos que cresce menos que proporcionalmente que o número de indivíduos.

A classificação com base na composição da família, discriminando apenas a presença de crianças (na acepção do INE, isto é menores de 16 anos), e o número de adultos revelou-se consistente com o postulado das economias de escala para maiores dimensões da família, apenas quando esta é composta só por adultos. A presença de crianças faz crescer os custos mais que proporcionalmente às necessidades alimentares, conduzindo a deseconomias de escala.

A análise dos resultados obtidos para as várias opções ensaiadas quanto às configurações familiares revela uma forte contaminação daqueles resultados pelas condições muito diferenciadas da situação económica dos diversos tipos de famílias, conduzindo a persistentes violações da hipótese de economias de escala para o total da despesa da família em função do número total dos seus elementos.

Assim sendo, é impraticável fundamentar exclusivamente na análise do padrão efectivo de consumo de tipologias completas das diversas configurações familiares, sendo necessário um julgamento de natureza normativa em relação à amplitude das economias de escala, ainda que apoiado numa apreciação positiva dos dados empíricos.

Optou-se então por uma hipótese simplificadora que permita dar continuidade ao delinear de uma metodologia para Portugal similar à adoptada por Orshansky.

**Quadro 6.3 Coeficientes de Engel para os Vários Tipos de ADP's**

	Nº de casos	Coef. Engel	D. Padrão
1.1. Adulto <65 anos	384	0.3855	(.2226)
1.2. 2 ou + Adultos	4511	0.4392	(.1993)
2.1. Adulto < 65 anos	384	0.3855	(.2226)
2.2. Adulto >65 anos	752	0.4585	(.2259)
2.3. 2 Adultos	2637	0.4654	(.2070)
2.4. 3 ou + Adultos	1874	0.4024	(.1817)
2.5. Adulto com Crianças	219	0.3515	(.1929)
2.6. 2 Adultos com Crianças	2303	0.3585	(.1780)
2.7. 3 ou + Adultos com Crianças	1471	0.4074	(.1661)
3.1. 1 Indivíduo	1136	0.4339	(.2273)
3.2. 2 Indivíduos	2746	0.4602	(.2076)
3.3. 3 Indivíduos	2304	0.3764	(.1863)
3.4. 4 Indivíduos	2083	0.3693	(.1702)
3.5. 5 ou + Indivíduos	1371	0.4254	(.1700)
4.1. < 1 unidade de consumo alimentar	752	0.4585	(.2259)
4.2. 1 unidade de consumo alimentar	384	0.3855	(.2226)
4.3. 1 < unidades de consumo alimentar < 2	2759	0.4595	(.2076)
4.4. 2 < unidades de consumo alimentar < 3	2455	0.3744	(.1856)
4.5. 3 < unidades de consumo alimentar < 4	1994	0.3719	(.1707)
4.6. 4 < unidades de consumo alimentar	1296	0.4283	(.1686)
5. Todas as Famílias	9640	0.4125	(.1961)

Fonte: Cálculo a partir dos dados micro-económicos do IOF89/90.

Esta hipótese resulta da conjugação das necessidades alimentares definidas para cada tipo de família em função da sua composição, e das economias de escala uniformes para agregados familiares com mais que um elemento, tomadas estas como as que resultam da comparação dos orçamentos médios do agregado de um único adulto e dos agregados com dois ou mais adultos (1º Bloco do Quadro 6.3).

Decidiu-se estimar seguidamente as linhas de pobreza para cada tipo de família em função não apenas da dimensão, mas também da sua composição. A linha de pobreza enfrentada por cada família resulta quer do valor da despesa em necessidades alimentares, estimada como se descreveu acima, quer do coeficiente de Engel relevante para o tipo de família em questão.

Adoptando o adulto isolado com menos de 65 anos como categoria de referência, a escala de equivalência implícita nesta metodologia, fruto da escala de equivalência alimentar e da diferenciação dos coeficientes de Engel, é uma escala que atribui pesos diferenciados para cada indivíduo por escalão de idades, derivado das necessidades alimentares, e por tipo de família, traduzindo os diferentes coeficientes de Engel, consagrando um factor de economia de escala constante<sup>4)</sup>, para as necessidades dos elementos das famílias compostas por mais de um indivíduo.

A esta escala de equivalência passa a atribuir-se a designação de escala baseada nas necessidades básicas, ou simplesmente escala de necessidades básicas. Os resultados apurados encontram-se no Quadro 6.4.

---

<sup>4)</sup> Este factor constante que traduz economias de escala para famílias de mais de um indivíduo é de 0.87, correspondendo ao rácio entre os coeficientes de Engel referidos (0.3855/0.4392), e aplicar-se-á à dimensão, em adultos equivalentes, face à escala de equivalência alimentar. O valor do rácio dos coeficientes de Engel é relativamente estável nos dois últimos inquéritos realizados em Portugal, sendo de 0.89 no IRDF de 1980.

**Quadro 6.4 Factores de Escala Adoptados**

Tipo de Família	Factores de Escala para cada indivíduo				
	0-6 anos	7-10 anos	11-17 anos	18- 64 anos	+64 anos
<b>Adulto isolado</b>	*	*	*	1.00	0.90
<b>Outras Famílias</b>	0.44	0.70	0.87	0.87	0.78

A escala de equivalência resultante desta hipótese simplificadora mitiga os problemas mais intratáveis de uma dedução totalmente aderente aos valores estimados para o coeficiente de Engel por tipo de família apresentados nos últimos blocos do quadro 6.3, nomeadamente a depressão da linha de pobreza associada aos indivíduos isolados com 65 e mais anos, derivado do seu manifesto baixo nível de recursos e consequente empolgação do coeficiente de Engel, e a persistência de deseconomias de escala para agregados familiares com crianças que, porventura motivados por outros custos “socialmente difundidos” associados às crianças, fazem aumentar os custos totais de funcionamento da família, mas não tornam plausível, porém, custos *per capita* superiores ao do indivíduo de referência.

A escala de equivalência proposta, uma vez que resulta da comparação das linhas de pobreza estabelecidas para os diversos tipos de famílias com a da família de referência ao nível da despesa mínima de satisfação de necessidades básicas, é assim potencialmente adequada para comparações interpessoais para o nível de recursos em redor do limiar de pobreza, mas não é necessariamente pertinente para toda a distribuição pessoal dos recursos ou rendimentos.

## **Linha de Pobreza**

A partir da estimação efectuada para o custo da dieta alimentar para o adulto de idade inferior a 65 para um ano, e aplicando o coeficiente de Engel médio para este tipo de família determina-se a linha de pobreza para o agregado familiar de referência em 1989/90:

$$LP_{90}^R = \frac{365 \times 323.999}{0.3855} = 306770 \text{ escudos / ano.}$$

Designar-se-á por linha de pobreza de referência a este montante, de 306.77 contos/ano ou, o que é equivalente, 25.6 contos/mês. Para qualquer outro tipo de família, a linha de pobreza defrontada será dada por

$$LP_{90}^i = AE^i * LP_{90}^R,$$

onde  $AE^i$  representa a dimensão da família em número de “adultos equivalentes” pela escala anteriormente deduzida.

## **Comparação com outras escalas de equivalência**

É plausível aceitar que as escalas de equivalência sejam função decrescente do nível de recursos (vd. por exemplo Santos, 1984:55; Tsakloglou, 1990b:17).

Ao nível do limiar de pobreza, a contenção de despesas far-se-á sentir de tal modo que serão menos sensíveis as economias de escala para os sucessivos membros da família. É à luz destas considerações que se deve proceder à comparação da escala agora proposta com outras escalas utilizadas em outros estudos de análise económica da pobreza.

A primeira comparação deve fazer-se com a escala da OCDE. Esta escala é largamente utilizada em estudos incidindo quer genericamente sobre a distribuição do rendimento, quer especificamente sobre a análise da pobreza.

A escala da OCDE tem sido adoptada nos estudos produzidos por aquela organização sobre vários países da respectiva área económica, bem como em estudos

comparativos desenvolvidos para os países da União Europeia sob o patrocínio do EUROSTAT (Ramprakash, 1994), e ainda nos estudos mais recentes sobre a situação portuguesa (Costa, 1993; Ferreira, 1993).

Outra comparação relevante refere-se à escala empírica deduzida por Santos (1984), a partir dos dados do Inquérito às Despesas Familiares de 1973/74. Essa escala de equivalência empírica foi derivada aplicando o modelo de Brown, e incidiu sobre os agregados familiares constituídos por casais sem filhos e casais com filhos classificados em diversos grupos etários.

Como se pode constatar a partir da informação tabelada no Quadro 6.5, excepto para as crianças muito pequenas, isto é, com idade até aos 6 anos, os factores de escala propostos são superiores aos decorrentes da escala da OCDE.

Para as crianças de idade compreendida entre 11 e 14 anos aquela diferença é máxima, já que a escala proposta assume custos relativos para esta classe etária idênticos aos dos adultos não idosos (0.87 contra 0.5). Em relação às crianças dos 7 aos 10 anos, a escala baseada nas necessidades básicas é ainda mais elevada que a escala da OCDE, embora a diferença não seja tão expressiva (0.7 contra 0.5). Para as crianças mais pequenas, isto é com idade inferior a 7 anos, a escala proposta atribui um factor inferior ao da escala da OCDE (0.44 contra 0.50).

Para os adultos com mais de 65 anos, a escala baseada nas necessidades básicas atribui um factor inferior ao dos adultos não idosos, mas ainda assim ligeiramente superior ao atribuído pela escala da OCDE, quando se trata de indivíduos além do primeiro adulto do agregado familiar.

Em relação à escala deduzida empiricamente por Santos (1984), verifica-se uma coincidência do valor atribuído aos adultos adicionais, e uma maior aproximação, no que respeita aos factores de escala referentes às crianças, se bem que continuem a registar-se valores mais elevados na escala agora proposta.

Uma outra comparação possível refere-se às escalas de equivalência implícitas nas linhas de pobreza subjectiva já estudadas em Portugal por Van Praag e Flik (1992).



Estes autores deduziram limiares de pobreza para várias configurações familiares segundo a metodologia da Linha de Pobreza Subjectiva (vd. 2.3.6), a partir do módulo sobre Condições de Vida (questionário qualitativo), introduzido experimentalmente pelo INE nos últimos três trimestres em que decorreu o IOF89/90 <sup>(5)</sup>.

**Quadro 6.5 Comparação de Factores de Escala**

	Factores de Escala para cada indivíduo além do 1º adulto					
	0 - 6 anos	7 - 10 anos	11-14 anos	15-17 anos	18-64 anos	+64 anos
Necessidades Básicas	0.44	0.70	0.87	0.87	0.87	0.78
OCDE	0.50	0.50	0.50	0.70	0.70	0.70
Santos (1984) (1)	0.48	0.58	0.58	0.74	0.87	*

**Nota:** (1) Classes etárias 0-4 anos, 5-13 anos e 14-17 anos (Santos,1984:63).

As escalas de equivalência deduzidas a partir das apreciações subjectivas são dependentes do nível de bem estar a que é feita a avaliação. A escala implícita à metodologia aplicada é dependente do nível de bem estar associado à apreciação do que são as condições de satisfação das mínimas, envolvidas na pergunta de qual o "rendimento mínimo para prover às necessidades mínimas" (INE, Questionário sobre Condições de Vida, IOF89/90).

---

<sup>(5)</sup> Trata-se do módulo adicional do IOF89/90 sobre pobreza subjectiva, lançado nos últimos três trimestres do período de inquérito, a cuja informação de base se não teve acesso, mas do qual se conhecem os resultados publicados pelo EUROSTAT no documento citado.

A análise das respostas dos agregados familiares que foram sujeitos àquele questionário resultou num limiar de pobreza para o adulto com menos de 65 anos vivendo isolado de 51.111 contos líquidos por mês (*idem*:65), ou seja, uma linha de pobreza para o agregado familiar de referência de 613 contos/ano.

As linhas de pobreza derivadas por estes autores estão, pois, associadas ao nível de utilidade inerente às percepções subjectivas de pobreza situadas a um nível substancialmente elevado.

Nesta hipótese, deduzem-se resultados pouco credíveis, inclusive para os próprios autores, quer quanto ao limiar de pobreza, quer, em consequência, também para a extensão da pobreza assim estimada para Portugal, que se cifraria na ordem dos 60% das famílias portuguesas <sup>(6)</sup>.

A escala de equivalência implícita deduzida pelos autores, relacionando os vários limiares de pobreza para distintas configurações familiares, caracteriza-se por economias de escala particularmente baixas, no caso de Portugal.

Enquanto que na maioria dos países da União Europeia a escala implícita nas metodologias de avaliação subjectiva da pobreza pode ser sumariada por  $n^s$ , onde  $n$  é a dimensão da família em número de indivíduos, assumindo o parâmetro  $s$  valores em redor de 0.3 (*idem*:7), as economias mais atrasadas exibem valores de  $s$  mais elevados. Em particular, Portugal regista o valor mais elevado no conjunto dos países analisados por Van Praag e Flik, atingindo  $s$  o valor de 0.54 (*idem*:65).

Os autores sugerem que, variando este parâmetro em função de “diferenças, por exemplo, nas prestações familiares, no custo da educação e outras diferenças culturais” (op citada:7), “nos países com mais modesto nível de prestações familiares e maior pobreza, as crianças são sentidas muito mais como um encargo do que nos países ricos” (*idem*:65).

---

<sup>(6)</sup> Entre 57.68% e 64.09% dos ADPs, para diferentes conceitos de SPL (op.citada:170).

Os resultados apurados por estes autores apontam, portanto, para custos associados aos diversos membros do agregado familiar, e das crianças em particular, que patenteiam menores economias de escala do que as prevalentes na generalidade dos outros países da União Europeia.

No Quadro 6.6 apresenta-se a comparação da escala de equivalência baseada nas necessidades básicas, da escala da OCDE e da escala subjectiva, para diversas configurações familiares, em termos do número de adultos equivalentes, a título exemplificativo.

Todas as escalas comparadas têm como base de referência o adulto com idade inferior a 65 anos vivendo isolado.

A escala deduzida a partir das apreciações subjectivas da pobreza distingue, tal como a escala fundada nas necessidades básicas, o adulto idoso isolado com um factor inferior à unidade. Embora este seja um ponto discutível, a discriminação de linhas de pobreza em função da idade para adultos isolados pode encontrar justificação num conjunto de vários factores.

Em primeiro lugar, as necessidades alimentares que constituem a fundação das metodologias de tipo normativo baseadas no modelo de Orshansky são, de facto, menores para indivíduos idosos. Se os restantes custos evoluem na mesma proporção, pode constituir um elemento de investigação futura mais aprofundada, mas podem desde já salientar-se dois elementos de análise pertinentes na situação portuguesa.

Por um lado, não se propôs a utilização de um coeficiente de Engel específico para o tipo de famílias constituídas por um único idoso, no sentido de não reforçar este possível efeito de depressão da linha de pobreza, reconhecida que é a posição particularmente débil, do ponto de vista dos recursos económicos disponíveis, para este tipo de agregados familiares.

Por outro lado, deve reconhecer-se que, pelo menos os custos de habitação, outra necessidade básica de peso significativo no orçamento familiar, serão em geral menos elevados para famílias cujo representante é idoso, em face da evolução conhecida do mercado da habitação e arrendamento em Portugal.

**Quadro 6.6 Relação entre Escalas de Equivalência**

<b>Tipo de Família</b>	<b>Número de "adultos equivalentes" diferentes Tipos de Famílias</b>		
<b>Escala</b>	<b>Necessidades Básicas</b>	<b>Escala da OCDE</b>	<b>Escala Subjectiva</b>
1. Adulto < 65 anos	1.00	1.00	1.00
2. Adulto > 65 anos	0.9	1.00	0.79
3. 2 Adultos			
3a. Casal, ambos < 65 anos	1.74	1.70	1.38
3b. Casal, ambos > 65 anos	1.57	1.70	1.38
4. 3 ou mais Adultos			
4a. Casal < 65 anos e Filho > 16 anos	2.61	2.40	1.82
4b. Casal < 65 anos e Ascendente > 65 anos	2.52	2.40	1.82
5. 1 Adulto com Criança			
5a. Uma Criança de 0-6 anos	1.30	1.50	1.64
5b. Uma Criança de 7-10 anos	1.48	1.50	1.64
5c. Uma Criança maior de 10 anos	1.74	1.50	1.64
6. 2 Adultos com Criança			
6a. Casal < 65 anos, Criança de 0-6 anos	2.18	2.20	1.89
6b. Casal < 65 anos, Criança de 7-10 anos	2.35	2.20	1.89
6c. Casal < 65 anos, Criança 11-14 anos	2.61	2.20	1.89
7. 3 ou mais Adultos com Criança			
7a. Três Adultos < 65 anos, Criança 0-6anos	3.05	2.90	2.12
7b. Três Adultos < 65 anos, Criança 7-10anos	3.22	2.90	2.12
7c. Três Adultos < 65 anos, Criança mais 10anos	3.48	2.90	2.12

Fonte: Cálculo a partir dos dados microeconômicos do IOF89/90 para a escala das necessidades básicas e da OCDE, e Van Praag e Flik (1992) para a escala subjectiva.

Finalmente, a idade fronteira considerada, os 65 anos, corresponde à idade de reforma masculina e, tendencialmente, também feminina, e a não participação na vida activa pode corresponder a certas economias, para além das próprias necessidades alimentares, passíveis de diferenciar o custo mínimo necessário ao funcionamento social do indivíduo.

A não participação na vida activa, para além do acréscimo de tempo disponível para produção doméstica, envolverá eventualmente uma diminuição dos custos de deslocação, de tipo casa-emprego, de alimentação tomada fora de casa, etc.

Como se pode observar, as diferentes escalas atribuem diferentes amplitudes às economias de escala no consumo que consagram.

A escala da OCDE distingue apenas entre os indivíduos com idade inferior a 14 anos e os de idade superior e consagra economias de escala constantes para todos os indivíduos depois do primeiro, em função dessa diferença etária.

A escala fundada nas necessidades básicas diferencia os estratos etários das crianças muito pequenas, isto é, com idade até aos 6 anos, e crianças pequenas, dos 7 aos 10 anos, bem como o estrato dos mais idosos, isto é, com idade igual ou superior a 65 anos, consagrando igualmente economias de escala constantes para os indivíduos posteriores ao primeiro, em geral um pouco menos amplas que as da OCDE.

A escala proposta neste trabalho consagra pois economias de escala em média ligeiramente inferiores às consagradas pela escala da OCDE, embora este resultado não seja universal para todas as configurações familiares, uma vez que a atribuição dos factores de escala tem uma discriminação etária distinta.

A escala deduzida a partir das avaliações subjectivas da pobreza tem um crescimento menos acelerado com a dimensão do agregado familiar, mas, é também susceptível de representar comparações interpessoais a um nível de bem estar mais elevado do que a escala deduzida a partir das necessidades básicas avaliada pela via normativa anteriormente exposta.

A transposição das diferentes escalas em limiares de pobreza, também para as várias composições familiares anteriormente exemplificadas, é feita no Quadro 6.7. A

comparação entre escalas de equivalência é, pois, efectuada aqui em função das linhas de pobreza para configurações familiares que todas distinguem de forma diferenciada as classes etárias dos membros do agregado familiar, para além do número total de indivíduos.

Adoptou-se a linha de pobreza de referência de 306.77 contos/ano por adulto equivalente para base da aplicação da escala baseada nas necessidades básicas, e também para base de aplicação da escala da OCDE, enquanto que a escala subjectiva é apenas pertinente quando aplicada para dedução simultânea da linha de pobreza, tendo sido esta avaliada, como se já citou, em 613 contos/ano, para o indivíduo não idoso vivendo só.

Como se observa no Quadro 6.7, as linhas de pobreza associadas à escala de equivalência baseada nas necessidades básicas são inferiores às linhas de pobreza associadas à escala da OCDE nos agregados familiares constituídos por idosos, e nos agregados até dois adultos só com crianças muito pequenas, isto é, de idade inferior a 7 anos.

Em todas as outras configurações familiares a escala baseada nas necessidades básicas conduz a linhas de pobreza mais elevadas.

A escala baseada na apreciação subjectiva da pobreza apresenta valores para as linhas de pobreza mais elevados que os valores homólogos associados às duas outras escalas, embora a discrepância seja decrescente com a dimensão do agregado familiar.

A discrepância entre os valores das linhas de pobreza subjectiva e as linhas de pobreza decorrentes da metodologia proposta cifram-se em cerca de 100% para o adulto isolado menor de 65 anos, atingem em média 75% para dois adultos com uma criança, e cerca de 30% para três adultos com uma criança.

Estas diferentes escalas de equivalência, e linhas de pobreza correlacionadas, implicam, quando são implementadas, um diferente nível e uma diferente composição da população pobre que identificam na sociedade.

**Quadro 6.7 Relação entre Linhas de Pobreza para Várias Escalas de Equivalência**

Tipo de Família	Linha de Pobreza (contos/ano)		
	Necessidades Básicas	Escala da OCDE	Escala Subjectiva
1. Adulto < 65 anos	307	307	613
2. Adulto > 65 anos	276	307	484
3. 2 Adultos			
3a. Casal, ambos < 65 anos	534	522	846
3b. Casal, ambos > 65 anos	482	522	846
4. 3 ou mais Adultos			
4a. Casal < 65 anos e Filho >16 anos	801	736	1116
4b. Casal < 65 anos e Ascendente > 65 anos	773	736	1116
5. 1 Adulto com Criança			
5a. Uma Criança de 0-6 anos	399	460	1005
5b. Uma Criança de 7-10 anos	454	460	1005
5c. Uma Criança maior de 10 anos	534	460	1005
6. 2 Adultos com Criança			
6a. Casal < 65 anos, Criança de 0-6 anos	669	675	1159
6b. Casal < 65 anos, Criança de 7-10 anos	721	675	1159
6c. Casal < 65 anos, Criança 11-14 anos	801	675	1159
7. 3 ou mais Adultos com Criança			
7a. Três Adultos < 65 anos, Criança 0-6anos	936	890	1300
7b. Três Adultos < 65 anos, Criança 7-10anos	988	890	1300
7c. Três Adultos < 65 anos, Criança mais 10anos	1068	890	1300

Fonte: Cálculo a partir dos dados microeconómicos do IOF89/90 para as escalas das necessidades básicas e da OCDE, e Van Praag e Flik (1992) para a escala subjectiva.

Nota: Preços de 1990

A escala subjectiva, e os limiares de pobreza que lhe são inerentes, conduzem a estimativas invulgarmente elevadas de pobreza, particularmente nos agregados familiares de menor dimensão.

A escala baseada nas necessidades básicas, em relação à escala da OCDE, fixando o mesmo limiar de pobreza de referência para o adulto não idoso, vai identificar, comparativamente, menos agregados familiares em situação de pobreza entre os agregados constituídos só por idosos, e mais entre os agregados só constituídos por adultos não idosos, ou por adultos e crianças de idade superior a 6 anos.

### **6.2.2 Principais Medidas Agregadas de Pobreza**

O objectivo da secção anterior foi construir linhas de pobreza para os diversos tipos de agregados familiares. Não se procurou nesta tarefa uma total adesão aos padrões da despesa efectiva, que reflectem restrições orçamentais com diferentes graus de sujeição para diferentes tipos de famílias, envolvendo eventuais discrepâncias entre os níveis de bem estar médios envolvidos.

A metodologia construída pretendeu tão-só fundamentar um nível aceitável de recursos adequados à satisfação das necessidades básicas difundidas na sociedade portuguesa para o agregado familiar de referência, constituído pelo indivíduo isolado de idade inferior a 65 anos, e relacionar os níveis homólogos para os demais tipos de famílias a partir de uma hipótese simples de economias de escala ancoradas basicamente nas necessidades de natureza alimentar.

Os custos adicionais de cada outro indivíduo pertencente ao agregado familiar são ligeiramente inferiores aos custos proporcionais que resultariam de uma simples escala alimentar, uma vez que se admite a prevalência de economias de escala para o total da despesa.



Os resultados apurados para essas economias não são muito distantes dos consagrados na mais utilizada das escalas de equivalência, a escala da OCDE, mas são preferidos a esta última por se reportarem concretamente à situação portuguesa <sup>(7)</sup>.

A distribuição de recursos que se vai confrontar com os limiares de pobreza agora definidos é a da receita disponível dos agregados familiares, tornada equivalente por esta escala fundada nas necessidades básicas.

A opção pela receita radica na perspectiva anteriormente exposta de enquadrar a pobreza na problemática da definição do direito a um mínimo de recursos associados à capacidade do exercício de escolhas, e não ao exercício efectivo dessas escolhas, reflectido mais cabalmente pelo nível e padrão das despesas (vd. 2.2.1).

Para que a definição da receita disponível seja o mais abrangente possível de todos os recursos económicos efectivamente mobilizáveis pelos indivíduos e famílias, procurou-se englobar todo o tipo de receitas que afluem ao agregado familiar, monetárias ou em espécie, com origem no mercado de trabalho ou de capitais, nas prestações sociais ou na esfera das transferências particulares, ou ainda correspondendo a autoconsumo, autoabastecimento ou autolocação.

Em relação à definição compreensiva proposta por Townsend (vd. 2.2.5), apenas se não incluem, porque de difícil mensuração e, em qualquer caso, indisponíveis na fonte de informação base que são os orçamentos familiares, os elementos referentes ao stock de bens, ou riqueza, detidos, e à valorização dos bens públicos ou sociais em espécie usufruídos gratuitamente ou a preços reduzidos pelos agregados familiares, nomeadamente saúde e educação.

Considerando então a distribuição da receita líquida para as famílias do Continente inquiridas pelo IOF89/90, e a linha de pobreza deduzida na secção

---

<sup>(7)</sup> Isto porque as necessidades alimentares se reportam às condições portuguesas, e o factor global de economia de escala derivado por via empírica a partir dos dados sobre a despesa efectiva se tem mantido razoavelmente estável nos inquéritos aos orçamentos familiares realizados em Portugal - era de 0.89 em 1980/81 e de 0.87 em 1989/90, enquanto que a economia de escala para os adultos estimada por Santos (1984) através do modelo de Brown para 1973/74 foi de 0.87.

anterior, é possível determinar os valores das principais medidas agregadas de pobreza monetária para o continente português àquela data, e que constam no Quadro 6.8.

Segundo a metodologia adoptada estima-se portanto que a pobreza atinge 26.3% dos agregados familiares e 27.3% dos indivíduos inquiridos. O défice de rendimento familiar em percentagem da linha de pobreza cifra-se em 24.8%.

**Quadro 6.8 Principais Medidas Agregadas de Pobreza**

Incidência (em %)		Indice de Gini	0.1272
Famílias	26.3	Indice de Sen	0.0940
Indivíduos	27.3		
		Indice de Foster, Greer e	
		Indice FGT (2)	0.0248
Défice Médio (em % da		Indice FGT (3)	0.0111
Linha de Pobreza)	24.8		
		Indice de Thon	0.1234
Défice Total em %			
do Rendimento Total	4.1	Indice de Tsakloglou	
		Indice M(1)	0.1216
		Indice M(2)	0.3899
Défice Total em %			
do Rendimento dos		Indice de Clark, Hemming e Ulph	
Não Pobres	4.6	Indice CHU (1/2)	0.0748
		Indice CHU (1/3)	0.0774
		Indice de Hagenaars	0.0833

**Fonte:** Cálculo a partir dos dados microeconómicos do IOF89/90

Estes valores reflectem uma situação grave quer quanto à extensão de famílias e pessoas atingidas, quer pela profundidade média da insuficiência de rendimentos verificada. Contudo, os indicadores que avaliam o esforço financeiro necessário à

eliminação das situações de pobreza monetária, para o limiar de pobreza adoptado, constituem uma pequena percentagem quer do rendimento total, quer do rendimento dos não pobres. Assim, o défice total de rendimento da população abaixo do limiar de pobreza constitui apenas 4.1% do rendimento líquido total, e 4.6% do rendimento líquido da população acima do limiar de pobreza.

Embora determinados por diferentes aproximações metodológicas, outros resultados apurados para a incidência da pobreza em Portugal, para o mesmo período de referência, apontam para valores similares para os indicadores agregados de incidência da pobreza. Costa (1993) trabalhando com a despesa, a escala de equivalência da OCDE e com um limiar de pobreza também avaliado em termos de necessidades básicas, apurou valores para a incidência da pobreza de 22.3% das famílias e 21.1% dos indivíduos (*idem*:137-141).

Os estudos desenvolvidos no âmbito do EUROSTAT, adoptando a despesa equivalente através da escala da OCDE modificada, e um limiar de pobreza fixado em 50% da despesa média equivalente, determinam valores de incidência de 26.5% das famílias e 24.5% dos indivíduos (Ramprakash, 1994:120; Hagenaars *et al*, 1992:138).

A conclusão que parece emergir desta comparação é a de uma relativa estabilidade dos resultados apurados quanto à incidência agregada da pobreza. Deve contudo observar-se que existem factores importantes de diferenciação dos resultados, que decorrem dos distintos conceitos de recursos adoptados nos estudos agora comparados.

Com efeito, a escolha da despesa ou da receita como representação dos recursos disponíveis dos agregados familiares, bem como a escolha de uma específica escala de equivalência, acarretam diferentes formas de proceder à comparação de recursos no universo das famílias, e implicam também uma distinta identificação da população pobre, fixada que seja o valor da linha de pobreza.

Estes aspectos serão tratados com mais profundidade em pontos subsequentes deste capítulo (vd 6.3), mas pode desde já referir-se que se a extensão da pobreza identificada nos estudos referidos é sensivelmente a mesma, a composição da população pobre será muito menos coincidente.

A escala da OCDE modificada é a escala “menos inclinada” das três escalas envolvidas, tendendo pois a identificar, *ceteris paribus*, menos famílias de grande dimensão como famílias pobres, do que a escala original da OCDE ou a escala deduzida a partir das necessidades básicas.

Assim, a composição da população pobre tende a ter reforçada a quota das famílias pequenas, na hipótese de ser tomada a escala da OCDE modificada, ou das famílias numerosas, nas hipóteses alternativas de escala de equivalência.

Os resultados determinados no início desta secção quanto à incidência da pobreza podem ser conjugados com os elementos que entretanto foram apurados no Recenseamento Geral da População e Habitação realizado pelo INE em 1991, e reportando-se à população residente em Abril de 1991, portanto numa data relativamente próxima da data de realização do último inquérito aos orçamentos familiares, cuja realização decorreu entre Março de 1989 e Março de 1990.

O Quadro 6.9 apresenta as projecções da população pobre, quer para o total de famílias e pessoas, quer para grandes grupos etários.

A incidência da pobreza conduz a uma estimativa da população pobre do Continente de 793 mil famílias portuguesas e de dois milhões quinhentos e trinta e cinco mil pessoas <sup>(8)</sup>.

A ventilação por grupos etários correspondendo a menores de 18 anos, a adultos não idosos, e a idosos, efectuada a partir das incidências específicas da pobreza para esses grupos etários, conduzem a uma estimativa de 773 mil menores, quase 1 milhão de adultos não idosos, e 486 mil idosos em situação de pobreza.

---

<sup>(8)</sup> Os valores obtidos nos estudos citados anteriormente são (em milhares) de 709.3 e 2069.5 (Costa, 1993:141,274), e 839 e 2532 (Hagenaars *et al*, 1992:138), para famílias e indivíduos, respectivamente.

**Quadro 6.9 Incidência da Pobreza e Projecção da População Pobre**

	Famílias	Indivíduos			
		Total	Menores	Maiores não idosos	Idosos
<b>Censo 91</b>					
Total (milhares)	3 016	9 371	2 331	5 757	1 283
Estrutura (%)		100	24.9	62.4	13.7
<b>Incidência da Pobreza (%)</b>	26.3	27.3	32.9	22.4	37.4
<b>Estimativa da População Pobre</b>					
Total (milhares)	793	2 535	766	1 283	480
Estrutura (%)		100	30.2	50.8	19.0

Fonte: INE (1994) Resultados Definitivos Censos91, Quadros 1.01 e 6.02.  
Cálculo a partir dos dados microeconómicos do IOF89/90

Nota: Para compatibilizar as projecções do número de indivíduos aplicou-se a estrutura etária da população pobre ao total de indivíduos em situação de pobreza.

Os grupos etários dos menores e dos idosos são os que apresentam incidências de pobreza mais elevadas.

Em termos de ciclo de vida, embora os dados não permitam exactamente uma análise dinâmica, pode dizer-se que uma elevada percentagem de crianças em Portugal (32.9%) se encontravam em situação de pobreza na transição da década de oitenta, e que aqueles recebem uma herança em termos correlativos de condições de vida e oportunidades de desenvolvimento humano que as coloca em situação pouco favorável para, na idade adulta, superarem a situação de carência de recursos económicos (cf. Ferreira,1995).

Por outro lado, uma elevada percentagem dos idosos (37.4%) encontrava-se igualmente em situação de flagrante pobreza monetária.

A projecção da população pobre em termos de localização geográfica é apresentada no Quadro 6.10.

**Quadro 6.10 Incidência da Pobreza e Projecção Regional da População Pobre**

	Continente	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve
<b>Censo 91</b>						
Total (milhares)	3 016	1 009	571	1 125	193	118
Estrutura (%)	100	33.4	18.9	37.3	6.4	3.9
<b>Incidência da Pobreza (%)</b>	26.3	29.4	29.6	20.4	33.7	20.7
<b>Estimativa da População Pobre</b>						
Total (milhares)	793	301	169	230	65	25
Estrutura (%)	100	38.1	21.4	29.1	8.2	3.2

Fonte: INE (1994) Resultados Definitivos Censos91, Quadro 1.01

Cálculo a partir dos dados micro-económicos do IOF89/9

A maior incidência da pobreza regista-se no Alentejo, onde cerca de um terço das famílias são identificadas como pobres, seguindo-se as regiões Norte e Centro, com cerca de 30% do total das famílias dessas regiões em situação de pobreza.

As regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve apresentam, por seu turno, valores de incidência inferiores à média do Continente, cifrando-se em cerca de 20% das famílias residentes nessas regiões.

Considerada a concentração geográfica da população, as estimativas da população pobre total acentuam a região Norte, onde se estima residirem mais de 300 mil famílias pobres (38.1% do total), a região de Lisboa e Vale do Tejo, com 230 mil famílias pobres (29.1% do total) e a região do Centro, com cerca de 169 mil famílias pobres (21.4% do total).

Na região do Alentejo, onde só se concentram 6.4% das famílias do Continente, ainda se estima existirem 65 mil famílias em situação de pobreza (8.2% do total), e no Algarve, que conta com 3.9% da população em termos de famílias, existirão cerca de 25 mil famílias pobres (3.2% do total).

O Quadro 6.11 apresenta as projecções da população pobre segundo a dimensão da família e o Quadro 6.12 apresenta as projecções da população pobre segundo o tipo de núcleo familiar.

**Quadro 6.11: Projectão da População Pobre por Tipo de Famílias, segundo o Número de Indivíduos da Família**

	Famílias segundo o número de indivíduos						
	Total	1	2	3	4	5	6 ou mais
<b>Censos 91</b>							
Total (milhares)	3 016	421	771	723	657	259	185
Estrutura (%)	100	13.9	25.6	24	21.8	8.6	6.1
<b>Incidência da Pobreza (%)</b>	26.3	35.8	26.6	17.6	21.7	34.6	48
<b>Estimativa da População Pobre</b>							
Total (milhares)	793	150	202	125	140	89	87
Estrutura (%)	100	18.9	25.5	15.8	17.7	11.2	11.0

**Fonte:** INE (1994) Resultados Definitivos Censos 91, Quadros 4.02, 4.07 e 5.01.  
Cálculo a partir dos dados microeconómicos do IOF89/90.

A incidência da pobreza é particularmente elevada para as famílias de um único indivíduo (35.8%), e para as famílias de cinco indivíduos (34.6%) ou de maior dimensão (48%).

Dada a estrutura das famílias recenseadas, as projecções da população pobre são mais elevadas para as famílias de um só ou de dois indivíduos, atingindo cerca de 150 mil e 202 mil famílias, respectivamente.

**Quadro 6.12: Projecção da População Pobre por Tipo de Famílias, segundo o Tipo de Núcleo Familiar**

	Famílias segundo o Tipo de Núcleo Familiar					
	Total	Adulto só	Casal sem filhos	Casal com filhos	Adulto com filhos	Outras Famílias
<b>Censos 91</b>						
Total (milhares)	3 016	421	610	1 324	167	494
Estrutura (%)	100	13.9	20.2	43.9	5.5	16.4
<b>Incidência da Pobreza (%)</b>	26.3	35.8	26.8	20.4	30.5	26.2
<b>Estimativa da População Pobre</b>						
Total (milhares)	793	150	163	270	51	129
Estrutura (%)	100	18.9	20.5	34	6.4	16.3

**Fonte:** INE (1994) Resultados Definitivos Censos91, Quadros 4.02, 4.07 e 5.01  
Cálculo a partir dos dados micro-económicos do IOF89/90

Quanto ao tipo de núcleo familiar, verifica-se que a incidência da pobreza é particularmente elevada para as famílias de isolados (35.8%), e para as famílias monoparentais (30.5%).

Contudo, dada a estrutura da população total portuguesa, as estimativas globais mais elevadas referentes à população pobre registam-se para os casais com filhos, ascendendo a 270 mil famílias e correspondendo a 34% do total das famílias pobres, e para os casais sem filhos, elevando-se a cerca de 163 mil famílias, o que corresponde a 20.5% do total das famílias pobres.



Para além de se apresentar estimativas globais da população pobre em 1990, nesta secção elaborou-se uma primeira aproximação do perfil da população em situação de pobreza monetária, que se irá detalhar na última secção do presente capítulo.

### **6.3. Sensibilidade das Medidas de Pobreza ao Conceito de Recursos Equivalentes e ao Nível da Linha de Pobreza**

Na análise que posteriormente se efectuará de detalhe das medidas de pobreza, selecciona-se a receita líquida como conceito que melhor representa o comando sobre os recursos económicos do agregado familiar, e a escala de equivalência deduzida a partir das necessidades básicas e o nível dos limiares de pobreza apurados pelo procedimento construído no ponto 6.2 para classificar os agregados familiares face à situação de pobreza.

No intuito de avaliar a variabilidade das medidas de pobreza a diferentes opções quanto à definição da situação de pobreza, procede-se seguidamente à análise de sensibilidade de diversos indicadores e medidas de pobreza face ao conceito de recursos equivalentes e ao nível a que é fixada a linha de pobreza.

No ponto 6.3.1 exploram-se as seis alternativas que resultam da combinação da escolha entre receita e despesa como recursos totais comandados pelos agregados familiares, e três escalas de equivalência paradigmáticas: a escala deduzida a partir das necessidades básicas, a escala da OCDE e a escala *per capita*.

A cada alternativa assim definida corresponde uma particular distribuição de recursos equivalentes para o universo das famílias, em relação à qual se quantificará a incidência, intensidade e severidade da pobreza.

Os resultados obtidos permitem uma delimitação da apreensão e representação do fenómeno da pobreza face a estes parâmetros de definição operacional do conceito de pobreza, que se supõe poderem ser as opções alternativas mais fortes em relação a uma definição consensual ou política da pobreza.

Procede-se igualmente a uma análise da concordância da identificação da população pobre entre as diversas alternativas, com o intuito de apurar quer a estabilidade do núcleo de famílias em situação de carência de recursos, quer a representatividade da opção elegida neste trabalho em relação às restantes quanto à delimitação da população pobre.

No ponto 6.3.2 confrontam-se as duas distribuições de recursos equivalentes que resultam de adoptar ou a receita ou a despesa como expressando a capacidade económica dos agregados familiares, circunscrevendo-nos à adopção da escala de equivalência deduzida a partir das necessidades básicas.

Avaliadas do ponto de vista da equidade e, em particular, da expressão da pobreza, é possível ensaiar conclusões gerais, baseadas em critérios de dominância, acerca dos resultados que se obtêm para cada uma das duas distribuições.

Em 6.3.3 procede-se à análise paramétrica em função da elasticidade dimensão da escala de equivalência, das principais dimensões da medida da pobreza. Concentrando a atenção na distribuição da receita líquida equivalente dos agregados familiares, analisa-se a variação das principais medidas de pobreza em relação ao espectro de economias de escala no intervalo  $[0,1]$ , e situam-se as principais escalas de equivalência nesse intervalo.

### **6.3.1. Avaliação da Correlação entre Classificações Face à Pobreza Decorrentes de Diferentes Conceitos de Recursos**

No sentido de situar a opção quanto à distribuição de recursos equivalentes escolhida com mais adequada à análise da situação portuguesa no que toca ao fenómeno da pobreza em relação a outras distribuições decorrentes de opções alternativas, procede-se neste ponto à sua comparação com as alternativas de definição mais generalizada, avaliando a estabilidade dos principais resultados sobre incidência, intensidade e severidade da pobreza.

No que respeita ao conceito de recursos que represente o poder económico dos indivíduos e famílias, é possível, em termos teóricos, fazer apelo aos conceitos de riqueza, rendimento ou despesa (vd. 2.2.5 e 4.1).

Em termos da análise empírica, é possível empreender o estudo em matéria de receitas ou de despesa, já que estas, e apenas estas, são objecto de inquirição nos orçamentos familiares, a base informativa do presente estudo (vd. 5.1.1).

A definição das receitas abrange os rendimentos do trabalho, de propriedade, juros, lucros e dividendos, transferências periódicas e irregulares, salários e outras receitas em natureza, autoconsumo, autoabastecimento e autolocação. As receitas analisadas são líquidas de impostos directos e contribuições para a segurança social.

A despesa imputada aos agregados familiares para efeitos desta análise inclui a despesa efectuada na aquisição de bens e serviços, bem como os valores correspondentes ao autoconsumo, autoabastecimento, autolocação, salários e transferências em natureza, e exclui a despesa com a aquisição de automóveis e de aquisição ou reparação da habitação.

De modo a comparar os diferentes agregados familiares, que diferem em dimensão e composição, é necessário adoptar alguma escala que deflacione os recursos familiares em recursos equivalentes comparáveis.

Para além da escala deduzida no início deste capítulo, exploram-se aqui as duas hipóteses mais frequentemente adoptadas em instituições internacionais e usualmente utilizadas também em estudos comparativos da distribuição do rendimento e pobreza: a escala da OCDE e a escala *per capita*.

Conjugando o conceito de recursos com a escala de equivalência é possível obter, a partir dos conjuntos de variantes enunciados, seis formulações distintas para a distribuição de recursos equivalentes. A caracterização das distribuições de recursos equivalentes que assim se obtêm para o universo das famílias do Continente em 1989/90 encontra-se sumariada através de algumas estatísticas no Quadro 6.13.

**Quadro 6.13: Caracterização de Diferentes Distribuições de Recursos Equivalentes**

<b>Conceito de Recursos</b>	<b>Média (contos)</b>	<b>Mediana (contos)</b>	<b>Coefficiente de Variação</b>	<b>Coefficiente de Pearson</b>	<b>Índice de Gini</b>	<b>Rácio dos Shares dos Decis Extremos</b>	<b>Rácio dos Shares dos Quintis Extremos</b>
Receita equivalente, escala nec.básicas	526,8	433,4	0,721	0,739	0,325	7,59	5,07
Receita equivalente, OCDE	551,5	457,7	0,713	0,715	0,326	7,80	5,16
Receita <i>per capita</i>	439,3	358,1	0,743	0,746	0,330	7,83	5,18
Despesa equivalente, escala nec.básicas	511,4	409,0	0,790	0,761	0,353	9,60	6,00
Despesa equivalente, OCDE	535,5	430,8	0,779	0,753	0,353	9,76	6,09
Despesa <i>per capita</i>	426,5	338,3	0,826	0,751	0,358	9,86	6,12

Fonte: Cálculo a partir dos dados microeconómicos do IOF89/90.

A distribuição da receita tornada equivalente pela escala deduzida a partir das necessidades básicas apresenta valores das medidas de tendência central intermédias entre as medidas homólogas referentes às distribuições da receita equivalente pela escala da OCDE e da receita *per capita*, bem como valores também intermédios para a dispersão e a assimetria.

Já no que respeita às medidas simples de desigualdade da distribuição, índice de Gini, e rácios dos decis extremos, conduz aos valores mais reduzidos no conjunto das três distribuições da receita.

A comparação entre as três distribuições da despesa revela que a distribuição da despesa equivalente pela escala das necessidades básicas apresenta valores também intermédios das medidas de localização central e dispersão em relação às outras duas distribuições, o valor mais elevado quanto à assimetria, e os valores mais baixos nos indicadores de desigualdade.

A comparação de indicadores associados a conceitos de recursos alternativos revela que as distribuições referentes a despesa equivalente são caracterizadas por valores da média, mediana, dispersão, assimetria e desigualdade superiores às mesmas medidas referentes às distribuições homólogas de receitas equivalentes.

Tomando como linha de pobreza de referência os 306.77 contos/ano por adulto equivalente (ou 25.6 contos/mês), as distribuições de recursos consideradas conduzem às medidas de pobreza agregadas apresentadas no Quadro 6.14 <sup>(9)</sup>.

A opção considerada mais adequada à análise da pobreza em Portugal conduz, para a linha de pobreza de referência apontada, a valores de incidência deste fenómeno em 26.3% das famílias e 27.3% dos indivíduos.

O défice médio de recursos, definido como a receita em falta para atingir o limiar de pobreza para o agregado familiar, em percentagem deste limiar, atinge os 24.8%.

---

<sup>(9)</sup> No capítulo 3 distinguimos entre indicadores e medidas de pobreza; referimo-nos aqui a medidas englobando as duas categorias então definidas.

Estes valores, relativos à incidência e intensidade média da pobreza são relativamente elevados, mas a comparação com as diferentes alternativas em apreciação demonstra que resultados mais elevados seriam obtidos em todas as alternativas em presença, excepto para a receita equivalente obtida através da escala de equivalência da OCDE, que apresenta resultados muito próximos, mas ligeiramente inferiores.

Os resultados determinados para as medidas de pobreza são sempre, e significativamente, mais elevados para a despesa do que para a receita equivalente homóloga.

**Quadro 6.14 Variação de Medidas Agregadas de Pobreza com o Conceito de Recursos Equivalentes**

Conceito de Recursos	Incidência (Famílias)	Incidência (Indivíduos)	Défice Médio	Índice de FGT (2)
<b>Receita</b>				
OCDE	24.0	22.6	23.8	0.0192
Necessidades Básicas	26.3	27.3	24.8	0.0248
<i>Per capita</i>	38.8	41.3	29.3	0.0493
<b>Despesa</b>				
OCDE	29.1	28.2	28.2	0.0325
Necessidades Básicas	31.7	33.1	29.2	0.0403
<i>Per capita</i>	43.5	46.0	33.2	0.0693

**Fonte:** Cálculo a partir dos dados microeconómicos do IOF89/90

Os resultados correspondentes às distribuições de recursos tornadas equivalentes pela escala baseada nas necessidades básicas são intermédios em relação aos

determinados para as duas outras escalas alternativas, e substancialmente próximos dos referentes à escala da OCDE.

Como é natural, as medidas de pobreza são mais elevadas quando se não consideram economias de escala nos agregados familiares, isto é, para a escala *per capita*, atingindo neste caso valores de incidência da ordem dos 40%.

A relação de concordância da classificação face à pobreza dos agregados familiares aplicando a classificação base, a das receitas equivalentes pela escala das necessidades básicas, em relação a cada uma das outras cinco alternativas, é apreciada a partir da informação tabelada no Quadro 6.15.

**Quadro 6.15 Correlações entre as Classificações Face à Pobreza para Diferentes Conceitos de Recursos Equivalentes**

Conceito de Recursos	Percentagem da População Estimada			$\gamma^2$	$\gamma$
	Não Pobre	Pobre	Total		
<b>Receita</b>					
OCDE	98.1	85.6	94.8	7182.0	0.99
<i>Per capita</i>	83.1	100.0	87.6	5438.8	1.00
<b>Despesa</b>					
OCDE	84.0	65.9	79.3	2259.0	0.82
Necessidades Básicas	82.0	70.1	78.9	2344.0	0.83
<i>Per capita</i>	70.1	81.7	73.2	2042.0	0.83

Fonte: Cálculo a partir dos dados microeconómicos do IOF89/90

A correlação entre as classificações é elevada, especialmente para a receita, e na relação com a escala da OCDE em particular. Para a receita, cerca de 95% dos casos

são identificados de forma consistente pela opção base e pela classificação pela escala da OCDE e cerca de 88% quando se confronta a opção base com a escala *per capita*.

Em relação à concordância com as classificações através da despesa equivalente, o grau de concordância desce para o nível dos 79%, quer para a escala das necessidades básicas, quer para a escala da OCDE, e para o nível dos 73%, no que respeita à escala *per capita*.

Este declínio reflecte essencialmente inversões das posições relativas das famílias no que se refere à receita e à despesa face à linha de pobreza.

Em particular quando se compara a opção base com a da despesa equivalente pela mesma escala, apura-se que cerca de 30% dos agregados familiares que têm uma receita inferior à linha de pobreza efectuam uma despesa equivalente que é superior àquele limiar, enquanto que 18% dos que têm receita superior à linha de pobreza efectuam uma despesa inferior <sup>(10)</sup>.

O teste de  $\chi^2$  rejeita claramente a hipótese de não correlação nas classificações, para qualquer das combinações testadas.

A estatística  $\gamma$  é uma medida simples de associação para variáveis de tipo ordinal, representando a redução proporcional no erro de previsão de ordem de duas observações num critério, conhecida a sua ordenação no outro.

Como aqui se trata de uma situação em que só existem dois valores para a variável de estado, a estatística afere a concordância das classificações em presença. Os valores desta estatística traduzem uma forte associação positiva, especialmente, de novo, para os diferentes conceitos de receita equivalente.

Todos estes resultados reflectem uma maior estabilidade da identificação da população pobre entre os critérios da receita equivalente pela escala de necessidades

---

<sup>(10)</sup> No ponto 6.3.2 retoma-se a análise da receita e despesa equivalente pela escala de necessidades básicas, aprofundando estas inversões.



básicas e pela escala da OCDE, conduzindo a valores para as restantes medidas agregadas de pobreza também relativamente próximas.

A relação entre o critério base e o que segue a receita *per capita* é, por sua vez, de dominação por parte do critério *per capita*, dado que todos os agregados familiares classificados como pobres pelo critério base são-no também por aquele critério. Daqui decorrem valores de 100% de concordância para a população pobre e de 1 para a estatística  $\gamma$ .

A população identificada como pobre pelo critério base é, assim, um subconjunto da população pobre pelo critério da receita *per capita*, e este critério conduz a medidas de incidência muito mais elevadas que o critério base.

Também a medida de intensidade, e, consequentemente, de severidade da pobreza são substancialmente mais elevadas segundo este critério.

Continua a considerar-se mais correcto avaliar as situações de pobreza pela insuficiência de rendimentos e não pelo padrão efectivo da despesa.

Assim sendo, e efectuada que está uma comparação geral de resultados para o espectro alargado de alternativas, prossegue-se seguidamente a análise investigando um leque mais amplo de medidas de pobreza e respectiva sensibilidade ao nível da linha de pobreza, retendo apenas as três distribuições de receitas equivalentes.

A distribuição referente à receita *per capita* mantém-se como alternativa na comparação muito embora seja uma hipótese radical pela não consideração de quaisquer economias de escala na vida em comum, e conduza assim a valores extremos nas medidas consideradas.

Relembre-se, entretanto, que no caso de se optar pela despesa como o conceito de recursos mais relevante para a definição de pobreza, obter-se-iam, sempre, avaliações superiores para as diversas medidas de pobreza do que as que se obtêm enveredando pela receita.

De modo a avaliar-se a variação na incidência, intensidade e severidade da pobreza caso politicamente se adoptasse por uma das três alternativas de receitas equivalentes, efectuou-se a análise de sensibilidade de indicadores dessas dimensões

da pobreza, no intervalo para a linha de pobreza que vai de 80% a 120% do valor de referência anteriormente determinado.

Seleccionaram-se os indicadores parcelares referentes à incidência da pobreza nos agregados familiares e nos indivíduos, e a intensidade média relativa da pobreza, expressa como o défice médio da receita do agregado familiar em relação à linha de pobreza.

O índice de Foster, Greer e Thorbecke de parâmetro 2 constitui-se como a medida de síntese seleccionada para representar a severidade relativa da pobreza.

Os indicadores referentes ao esforço financeiro de erradicação da pobreza, apuram o total de rendimento necessário a elevar toda a população pobre ao nível da linha de pobreza, enquanto percentagem da receita total e da receita dos não pobres, respectivamente.

Os resultados obtidos na análise de sensibilidade empreendida são apresentados no Quadro 6.16 e representados graficamente nas Figuras 6.1 a 6.6.

No intervalo considerado para a linha de pobreza, a relação de ordem entre as três distribuições quanto à gravidade do fenómeno da pobreza mantém o padrão já referido, de valores para as diversas medidas mais baixos para a escala da OCDE, intermédios para a escala das necessidades básicas e mais elevados para a escala *per capita*, com grande proximidade entre as duas primeiras e maior distância para a última.

Embora a incidência e a intensidade média da pobreza sejam relativamente elevadas para as escalas das necessidades básicas para a linha de pobreza de referência (na ordem dos 26.3% e 24.5%, respectivamente), são surpreendentemente reduzidos os indicadores do esforço financeiro necessário à erradicação da pobreza, cifrando-se em 4.1% do rendimento total e 4.6% do rendimento dos não pobres.

**Quadro 6.16: Sensibilidade das Medidas de Pobreza ao Conceito de Receitas Equivalentes e ao Nível da Linha de Pobreza**

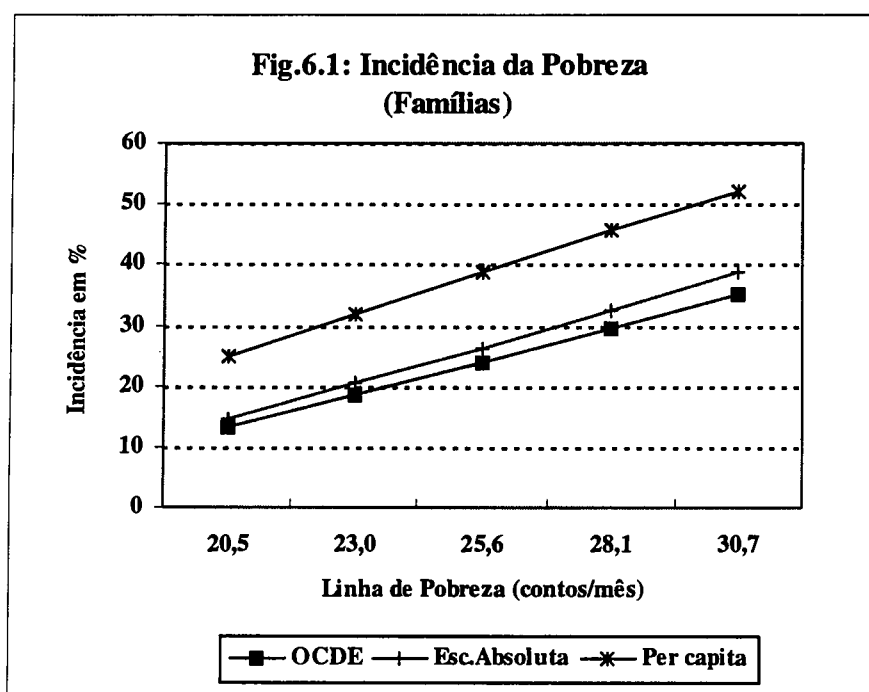
LINHA DE POBREZA		Incidência (ADPs)			Incidência (Indivíduos)			Défice Médio		
		OCDE	Nec. Básicas	<i>Per capita</i>	OCDE	Nec. Básicas	<i>Per capita</i>	OCDE	Nec. Básicas	<i>Per capita</i>
% LP #	contos/mês									
80	20,5	13,3	14,6	24,9	11,8	15,2	26,6	20,9	21,0	24,8
90	23,0	18,5	20,5	31,9	16,9	21,1	34,1	22,3	22,9	27,1
100	25,6	24,0	26,3	38,8	22,6	27,3	41,3	23,8	24,8	29,3
110	28,1	29,6	32,4	45,6	28,2	33,6	48,1	25,5	26,6	31,3
120	30,7	35,2	38,7	52,0	34,0	40,2	54,7	27,0	28,0	33,1

**Quadro 6.16: Sensibilidade das Medidas de Pobreza ao Conceito de Receitas Equivalentes e ao Nível da Linha de Pobreza (cont.)**

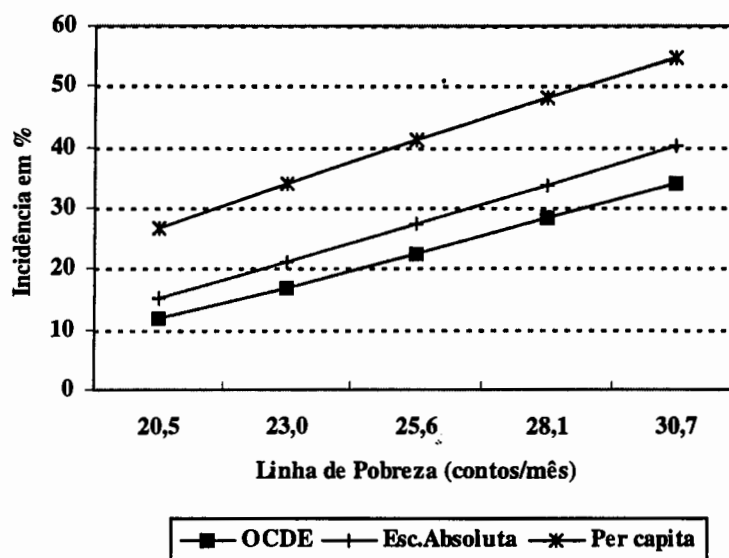
I (1)			I (2)			FGT (2)		
OCDE	Nec. Básicas	Per capita	OCDE	Nec. Básicas	Per capita	OCDE	Nec. Básicas	Per capita
1,1	1,5	3,9	1,2	1,6	4,4	0,0081	0,0109	0,0243
1,9	2,6	6,1	2,1	2,9	7,3	0,0130	0,0170	0,0358
3,0	4,1	8,9	3,4	4,6	11,4	0,0192	0,0248	0,0493
4,5	5,9	12,2	5,1	7,1	16,7	0,0268	0,0342	0,0643
6,2	8,1	16,0	7,5	10,3	23,7	0,0356	0,0449	0,0805

**Fonte:** Cálculo a partir dos dados microeconômicos do IOF89/90.

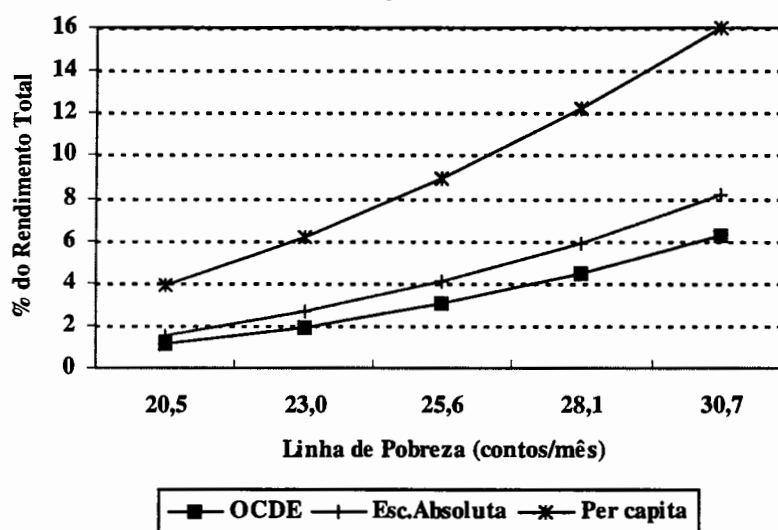
Se bem que a luta contra a pobreza deva ser travada essencialmente combatendo as suas causas, fomentando as condições que permitam aos indivíduos e famílias autonomia na obtenção de recursos económicos suficientes, um apoio imediato e directo a situações de manifesta privação económica não parece exigir um esforço financeiro in comportável para a sociedade portuguesa.



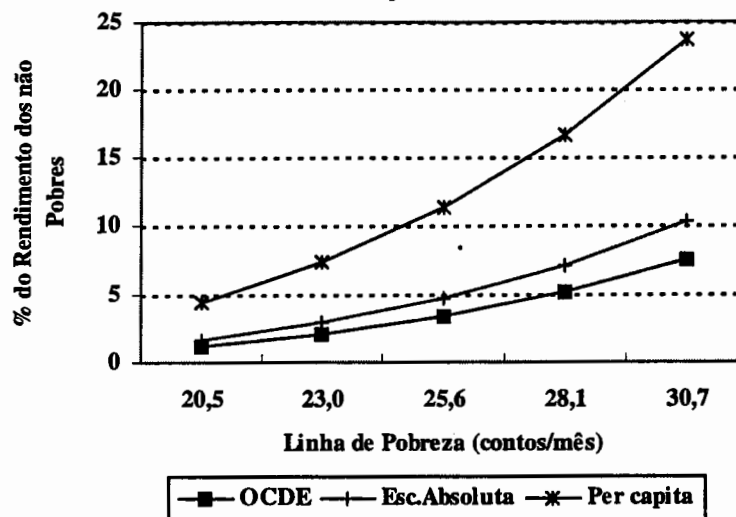
**Fig.6.2: Incidência da Pobreza Líquida  
(Indivíduos)**



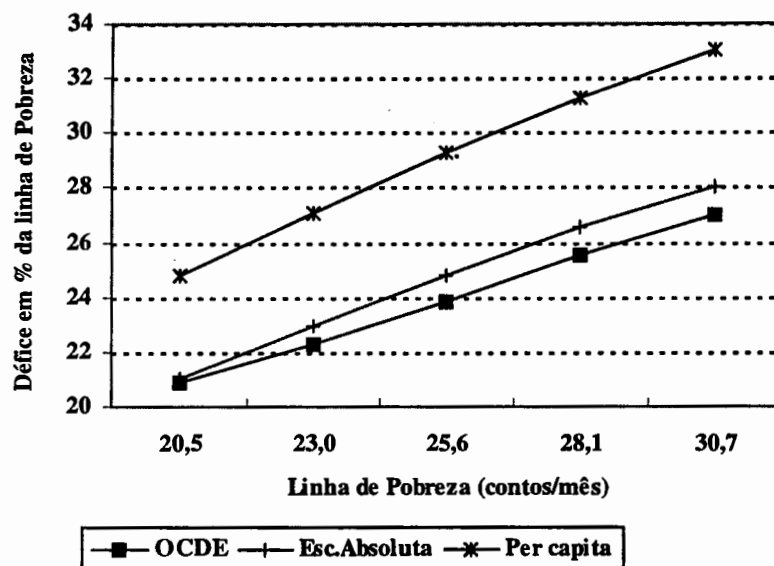
**Fig. 6.3: Volume de Recursos Necessários  
à Erradicação da Pobreza**

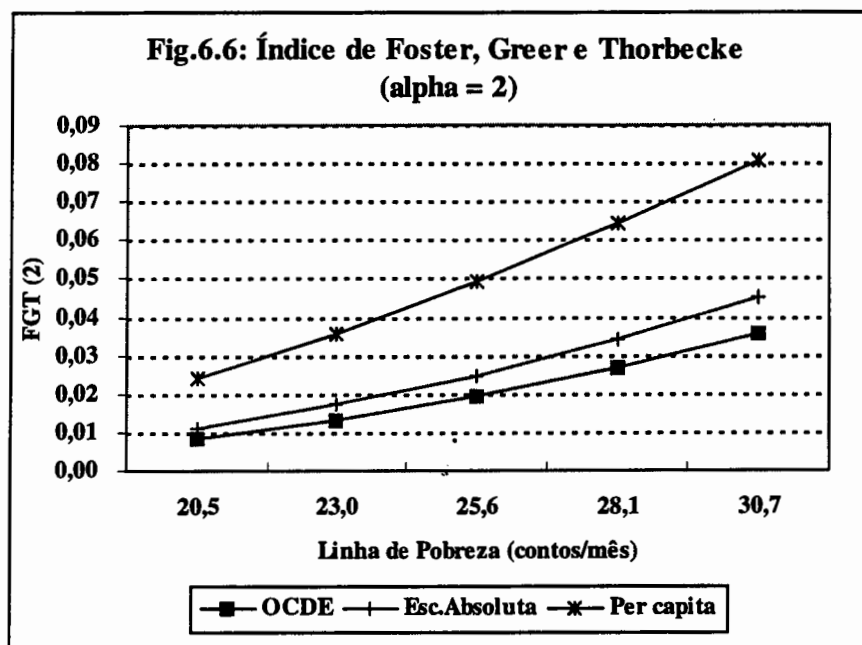


**Fig.6.4: Volume de Recursos Necessários à Erradicação da Pobreza**



**Fig.6.5: Déficit Médio de Rendimento**





No extremo de se adoptar por uma linha de pobreza correspondendo a 120% da adoptada basicamente neste estudo, e virem consequentemente agravadas todas as medidas de pobreza, e em particular as de incidência e intensidade média, o esforço financeiro de superação da pobreza corresponderia, ainda assim, a apenas cerca de 10% da receita dos não pobres (ou 7.5% para a escala da OCDE).

### 6.3.2 Comparação das Medidas de Pobreza para Receita e Despesa Equivalentes

Neste ponto comparam-se mais detalhadamente as distribuições de recursos equivalentes que resultam de se considerar a escala de equivalência associada às



necessidades básicas com a receita líquida ou, alternativamente, a despesa dos agregados familiares.

Ao longo deste ponto as designações de distribuição da receita e da despesa referem-se, pois, a essas distribuições de recursos equivalentes.

Como já se referiu anteriormente, a distribuição da despesa apresenta maior dispersão e maior assimetria positiva que a distribuição da receita, tal como valores mais elevados para certas medidas simples de desigualdade analisadas (vd 6.3.2). Também para o valor de referência da linha de pobreza, a distribuição da despesa revela indicadores de pobreza mais elevados.

Esta análise pode ser completada apreciando adicionalmente se é possível fazer comparações não ambíguas entre as duas distribuições, quer do ponto de vista da análise da equidade, quer da pobreza em particular.

A partir da informação do Quadro 6.17 pode concluir-se que as curvas de Lorenz associadas às duas distribuições não se intersectam, sendo que a distribuição da receita domina pelo critério de Lorenz a distribuição da despesa. Uma vez que a média da receita equivalente é superior à média da despesa equivalente, é imediato que a mesma relação de dominância se verifica em relação às curvas de Lorenz generalizadas referentes às duas distribuições <sup>(11)</sup>.

---

(11) Notando por  $L^R(x)$  e  $L^D(x)$ ,  $(0 \leq x \leq 100)$ , as curvas de Lorenz associadas às distribuições da receita e da despesa, respectivamente, tem-se que as curvas de Lorenz generalizadas se definem como  $GL^R(x) = \mu_R L^R(x)$  e  $GL^D(x) = \mu_D L^D(x)$ . Dado que a dominância pelo critério de Lorenz da distribuição da despesa pela distribuição da receita significa que  $L^R(x) \geq L^D(x)$ ,  $\forall 0 \leq x \leq 100$  e  $\mu_R > \mu_D$  tem-se de imediato que  $GL^R(x) > GL^D(x)$ ,  $\forall 0 \leq x \leq 100$ , isto é, a verificação do critério de dominância generalizada.

**Quadro 6.17 Recursos Equivalentes Médios por Decis da Receita Equivalente**

Decil da Receita	Recursos Médios		Quota de Recursos		Quota Acumulada	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
1º Decil	171.8	139.4	3.4	2.8	3.4	2.8
2º Decil	238.5	211.7	4.7	4.3	8.1	7.1
3º Decil	289.2	262.0	5.7	5.3	13.8	12.4
4º Decil	338.1	314.0	6.7	6.4	20.4	18.8
5º Decil	389.4	364.9	7.7	7.4	28.1	26.2
6º Decil	447.4	426.7	8.8	8.7	36.9	34.9
7º Decil	514.5	502.2	10.1	10.2	47.0	45.1
8º Decil	608.5	602.1	12.0	12.2	59.0	57.3
9º Decil	776.2	768.7	15.3	15.6	74.3	72.9
10º Decil	1304.9	1337.8	25.7	27.1	100.0	100.0
Total	526.8	511.4	—	—	—	—

Fonte: Cálculo a partir dos dados microeconômicos do IOF89.

Então, pela generalização de Shorrocks (1983) do Teorema de Atkinson, para toda a função de bem estar social separável e aditiva, não decrescente e estritamente côncava, a distribuição da receita conduzirá a avaliações do nível de bem estar superiores às correspondentes avaliações pela distribuição da despesa (vd. Jenkins, 1991:25)<sup>(12)</sup>.

As duas distribuições de recursos alternativas podem pois ser inequivocamente ordenadas, sendo que qualquer medida de desigualdade apresentará maior equidade para a distribuição da receita do que para a distribuição da despesa.

---

(12) Vd. Teorema 5 de Jenkins (1991:25)

Em relação aos diversos indicadores e medidas de pobreza, pode também levar-se mais longe a comparação entre as duas distribuições em análise.

Procede-se aqui também à tentativa da sua ordenação, mas não para todo o domínio de variação possível para a linha de pobreza, antes circunscrevendo-nos, tal como anteriormente, a um intervalo suficientemente amplo para este parâmetro adicional na medida da pobreza.

Assim, considera-se como relevante para esta análise o intervalo centrado na linha de pobreza de referência deduzida em 6.2, que varia entre 20.5 contos/mês e 30.7 contos/mês por adulto equivalente (respectivamente 80% e 120% do valor de referência).

Para todo este intervalo amplo de variação da linha de pobreza, a incidência da pobreza, quer no universo das famílias, quer no universo dos indivíduos, apresenta valores superiores para a distribuição da despesa do que para a distribuição da receita.

Estes resultados expressam a condição de dominância estocástica de primeiro grau, restrita ao intervalo em análise<sup>(13)</sup>, quer para a distribuição familiar, quer para a distribuição individual dos recursos equivalentes (vd 3.4, definição 2). Decorrendo das propriedades expostas para a família de medidas  $F(\alpha)(\alpha \geq 0)$  (*idem*), a ordenação entre as duas distribuições verificar-se-á para valores sucessivos de  $\alpha$ , isto é,

$$xP_0y \Rightarrow xP_1y \Rightarrow xP_2y \Rightarrow \dots$$

Assim sendo, a distribuição da receita é superior à distribuição da despesa quando avaliada pelas medidas da família  $F(\alpha)(\alpha \geq 0)$ , isto é, a distribuição da receita apresenta sempre menores valores que a distribuição da despesa, para qualquer medida de pobreza desta família.

---

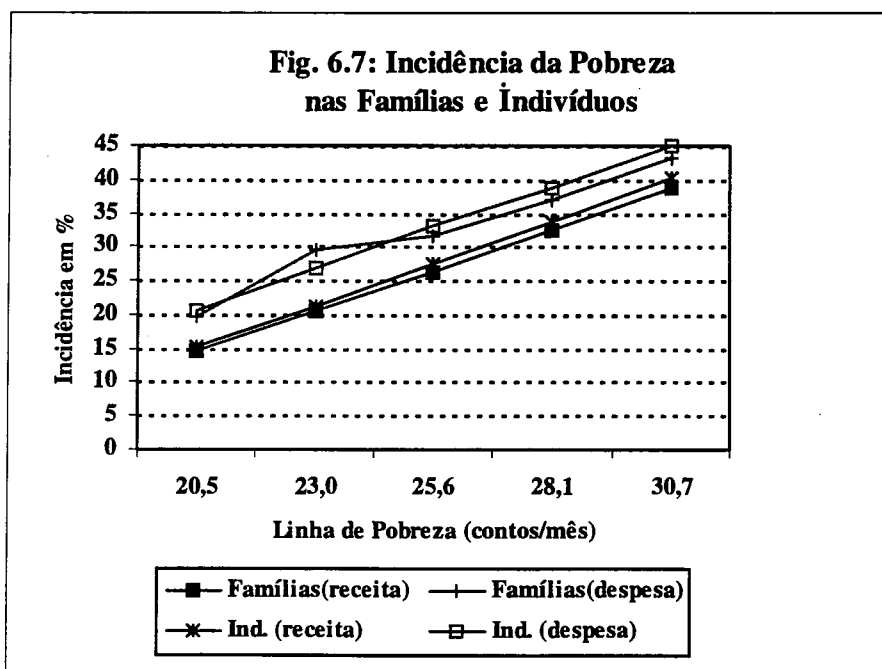
(13) À condição de dominância estocástica restrita ao intervalo  $\pi \in [\pi^-, \pi^+]$  reserva-se a designação de restrita, por oposição à prevalecente em  $\pi > 0$ , denominada de global.

Esta relação de dominância permite então ordenar de forma clara as duas distribuições perante a importante família de medidas de pobreza introduzida por Foster *et al* (1984).

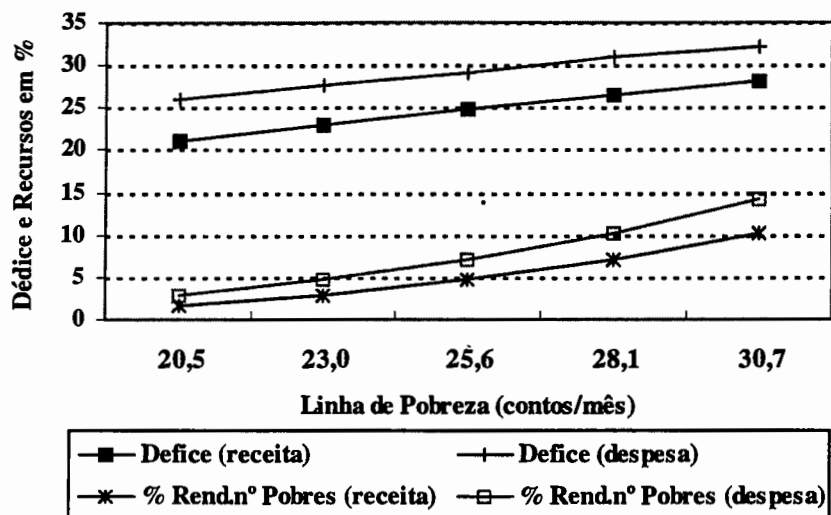
Para um conjunto alargado de outras medidas e indicadores de pobreza, procedeu-se também à respectiva avaliação, no intervalo relevante para a linha de pobreza. Os resultados desta avaliação podem encontrar-se nas figuras 6.7 a 6.20 e no Quadro 6.18.

Para o leque de medidas avaliadas, a ordenação das duas distribuições é inequívoca. Para todas as medidas e para todo o intervalo considerado, as medidas referentes à despesa são sempre superiores às medidas homólogas referentes à receita líquida.

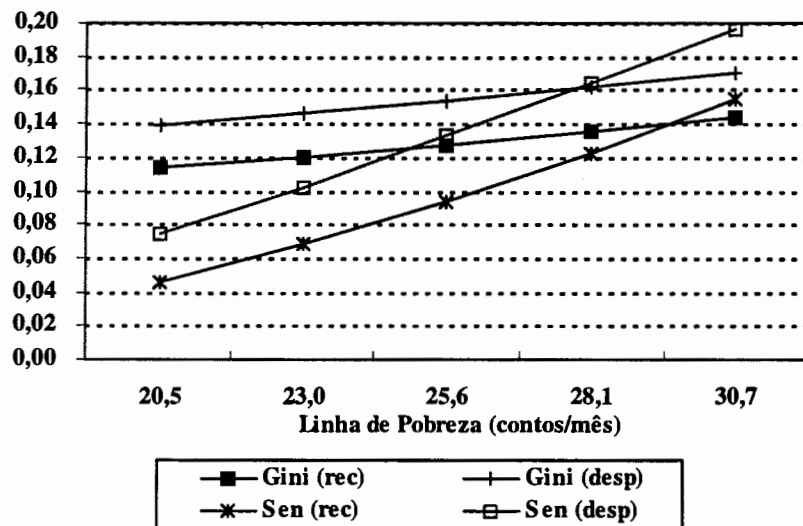
Assim, os resultados que se encontram ao considerar preferencialmente o conceito de receita líquida equivalente como mais adequado à análise da pobreza, são inferiores aos que se obteriam caso se optasse pela despesa como conceito mais pertinente de recursos, e isto para um intervalo largo de variação da linha de pobreza, e para todo o espectro das principais medidas.



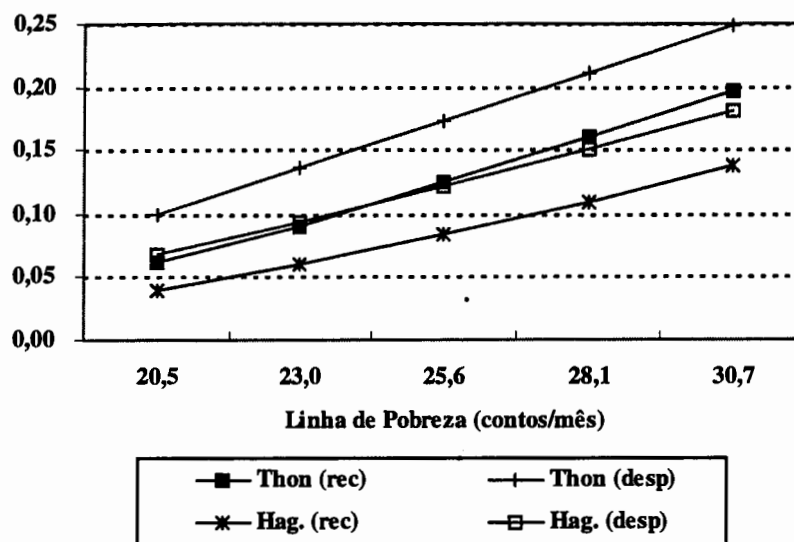
**Fig.6.8: Déficit de Rendimentos e Recursos Necessários à Erradicação da Pobreza**



**Fig.6.9: Índice de Gini e de Sen**



**Fig.6.10: Índices de Thon e Hagenaars**



**Fig.6.11: Índice de Foster, Greer e Thorbecke**

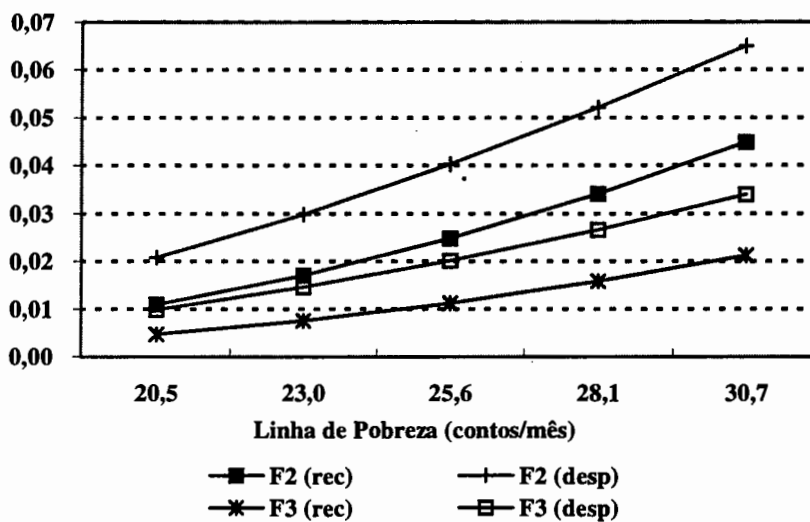


Fig. 6.12: Índices de Tsakloglou

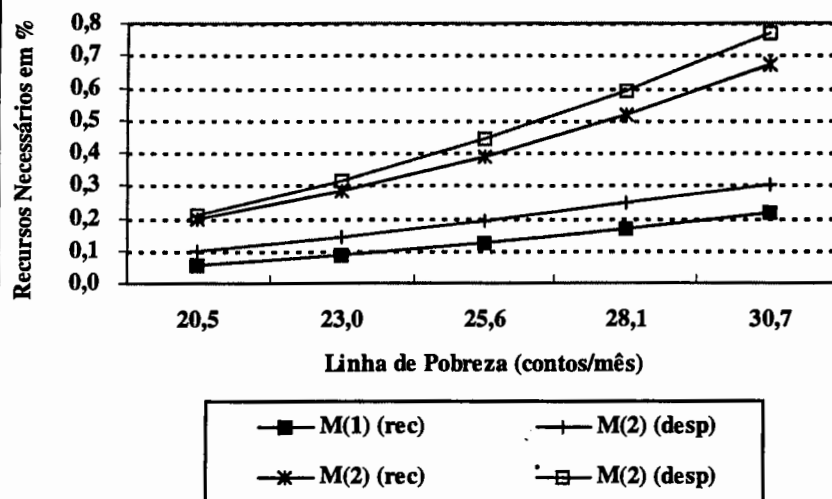
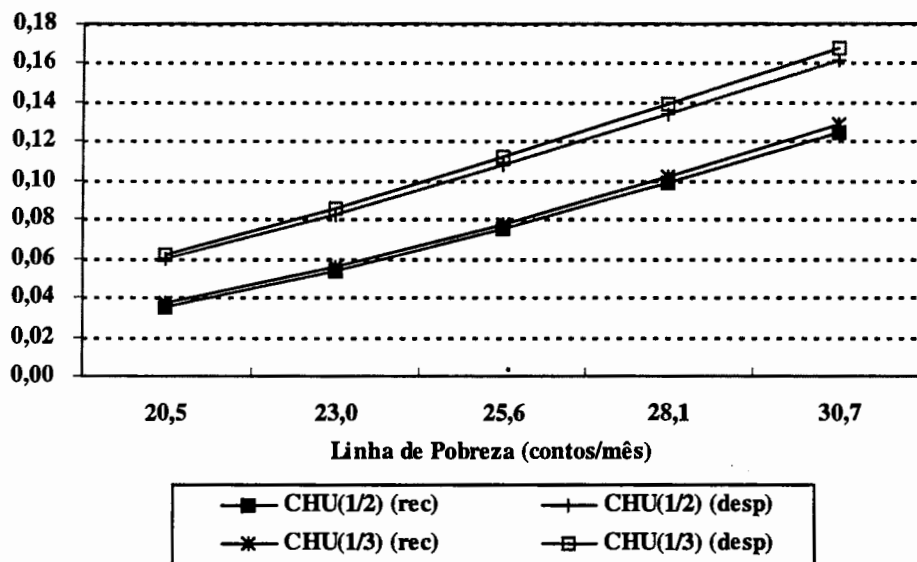


Fig.6.13: Índices de Clark, Hemming e Ulph



**Quadro 6.18 Sensibilidade das Medidas de Pobreza ao Nível da Linha de Pobreza  
para Receita e Despesa Equivalentes**

LINHA DE POBREZA		INCIDÊNCIA NAS FAMÍLIAS		INCIDÊNCIA NOS INDIVÍDUOS		DÉFICE MÉDIO		DÉFICE EM % DO RENDIMENTO		DÉFICE EM % DO RENDIMENTO DOS NÃO POBRES	
% LP #	Contos/mês	RL\$AE	D\$AE	RL\$AE	D\$AE	RL\$AE	D\$AE	RL\$AE	D\$AE	RL\$AE	D\$AE
0.80	20.5	14.6	19.7	15.2	20.5	21.0	26.1	1.50	2.67	1.63	2.89
0.90	23.0	20.5	29.4	21.1	26.8	22.9	27.6	2.62	4.16	2.87	4.66
<b>1.00</b>	<b>25.6</b>	<b>26.3</b>	<b>31.7</b>	<b>27.3</b>	<b>33.1</b>	<b>24.8</b>	<b>29.2</b>	<b>4.07</b>	<b>6.03</b>	<b>4.65</b>	<b>7.06</b>
1.10	28.1	32.4	37.1	33.6	38.8	26.6	31.0	5.90	8.27	7.06	10.13
1.20	30.7	38.7	43.2	40.2	45.0	28.0	32.3	8.12	10.88	10.27	14.09

LINHA DE POBREZA		COEFICIENTE DE GINI DOS POBRES		ÍNDICE DE SEN		ÍNDICE DE THON		ÍND. DE FOSTER, GREER e TORBECKE ( $\alpha=2$ )		ÍND. DE FOSTER, GREER e TORBECKE ( $\alpha=3$ )	
% LP#	Contos/mês	RL\$AE	D\$AE	RL\$AE	D\$AE	RL\$AE	D\$AE	RL\$AE	D\$AE	RL\$AE	D\$AE
0.80	20.5	0.1144	0.1387	0.0457	0.0745	0.0612	0.1003	0.0109	0.0208	0.0048	0.0098
0.90	23.0	0.1200	0.1460	0.0680	0.1022	0.0908	0.1356	0.0170	0.0298	0.0075	0.0145
<b>1.00</b>	<b>25.6</b>	<b>0.1272</b>	<b>0.1536</b>	<b>0.0940</b>	<b>0.1325</b>	<b>0.1243</b>	<b>0.1730</b>	<b>0.0248</b>	<b>0.0403</b>	<b>0.0111</b>	<b>0.0201</b>
1.10	28.1	0.1352	0.1615	0.1228	0.1635	0.1599	0.2107	0.0342	0.0522	0.0157	0.0266
1.20	30.7	0.1432	0.1698	0.1541	0.1968	0.1967	0.2482	0.0449	0.0650	0.0212	0.0340



**Quadro 6.18 Sensibilidade das Medidas de Pobreza ao Nível da Linha de Pobreza para Receita e Despesa Equivalentes (cont.)**

LINHA DE POBREZA		ÍNDICE DE TSAKLOGLOU ( $\epsilon = 1$ )		ÍNDICE DE TSAKLOGLOU ( $\epsilon = 2$ )		ÍNDICE CLARCK HEMMING e ULPH ( $\beta = 1/2$ )		ÍNDICE CLARCK HEMMING e ULPH ( $\beta = 1/3$ )		ÍNDICE DE HAGENAARS	
% LP#	Contos/mês	RL\$AE	D\$AE	RL\$AE	D\$AE	RL\$AE	D\$AE	RL\$AE	D\$AE	RL\$AE	D\$AE
0.80	20.5	0.0560	0.0982	0.1978	0.2103	0.0353	0.0597	0.0366	0.0621	0.0395	0.0674
0.90	23.0	0.0854	0.1399	0.2833	0.3130	0.0535	0.0825	0.0554	0.0858	0.0596	0.0931
<b>1.00</b>	<b>25.6</b>	<b>0.1216</b>	<b>0.1886</b>	<b>0.3899</b>	<b>0.4405</b>	<b>0.0748</b>	<b>0.1076</b>	<b>0.0774</b>	<b>0.1119</b>	<b>0.0833</b>	<b>0.1212</b>
1.10	28.1	0.1642	0.2433	0.5185	0.5929	0.0985	0.1341	0.1019	0.1393	0.1095	0.1507
1.20	30.7	0.2126	0.3033	0.6697	0.7711	0.1240	0.1615	0.1283	0.1676	0.1376	0.1810

**Fonte:** Cálculo a partir dos dados microeconômicos do IOF89/90

**Nota:** Todas as medidas, excepto a incidência nas famílias, são ponderadas pelo número de indivíduos.

LR# designa a Linha de Pobreza de Referência, e RL\$AE e D\$AE a receita líquida e despesa por adulto equivalente, segundo a escala de equivalência das necessidades básicas, respectivamente.

Outra possibilidade de comparação entre as distribuições da receita e da despesa decorre da avaliação da posição relativa das famílias nas duas distribuições, e da relação entre a receita e a despesa para cada família.

Para analisar estes aspectos considere-se primeiramente a distribuição das famílias por decis da receita equivalente e da despesa equivalente, respectivamente, apresentadas no Quadro 6.19.

A informação exposta permite constatar que a pertença aos decis homólogos é mais estável nos extremos das distribuições (vd diagonal principal).

Também os movimentos de reordenação entre os dois critérios são relativamente simétricos, sendo pois em número equiparável as inversões de posições entre decis.

Em consequência, é semelhante a probabilidade de encontrar famílias com elevada posição na receita e elevada na despesa, e famílias com baixa posição na receita e elevada na despesa. Por exemplo, 6.2% (6.4%) das famílias do 1º decil da receita (despesa) têm uma despesa (receita) que a coloca nos cinco decis de topo da distribuição receita (despesa). As percentagens homólogas para o 2º e 3º decis são de 15% (13.3%) e 20% (21%), respectivamente.

**Quadro 6.19: Classificação Cruzada das Famílias por Decis da Receita e Despesa Equivalentes**

<b>Despesa Equivalente</b>											
		<b>1° Decil</b>	<b>2° Decil</b>	<b>3° Decil</b>	<b>4° Decil</b>	<b>5° Decil</b>	<b>6° Decil</b>	<b>7° Decil</b>	<b>8° Decil</b>	<b>9° Decil</b>	<b>10° Decil</b>
<b>R e c e i t a</b>	<b>1° Decil</b>	46,1	21,3	12,7	8,7	4,1	3,2	2,1	1,5	0,2	0,2
	<b>2° Decil</b>	21,9	23,4	18,0	13,0	8,8	5,7	4,9	1,8	2,0	0,6
	<b>3° Decil</b>	14,2	17,8	19,1	15,4	13,5	10,3	4,8	2,7	1,8	0,5
	<b>4° Decil</b>	7,4	13,3	16,2	16,7	15,8	12,8	9,2	6,4	1,7	0,6
	<b>5° Decil</b>	4,0	10,9	14,0	15,3	14,8	14,2	13,1	6,5	5,1	2,0
	<b>6° Decil</b>	3,7	6,7	8,4	12,9	14,5	16,9	14,7	13,3	7,0	2,1
	<b>7° Decil</b>	1,5	3,6	6,4	9,6	12,3	14,7	19,1	17,1	10,9	4,8
	<b>8° Decil</b>	1,0	1,9	2,9	5,0	10,0	12,6	17,0	21,2	20,2	8,2
	<b>9° Decil</b>	0,2	0,8	1,8	2,6	5,3	6,2	11,9	20,7	29,7	20,7
	<b>10° Decil</b>	0,0	0,3	0,5	0,9	0,8	3,3	3,4	8,8	21,6	60,3

Fonte: Cálculo a partir dos dados microeconômicos do IOF89/90.

Classificadas face ao limiar da pobreza de referência, cifrado em 25.6 contos/mês por adulto equivalente, as famílias apresentam as posições relativas apresentadas no Quadro 6.20.

**Quadro 6.20 Distribuição das Famílias Face à Linha de Pobreza**  
**Receita versus Despesa Equivalente**

<div> <div>DESPESA EQUIVALENTE</div> <div>RECEITA EQUIVALENTE</div> </div>	Inferior à Linha de Pobreza	Superior à Linha de Pobreza
Inferior à Linha de Pobreza	18.45	7.86
Superior à Linha de Pobreza	13.27	60.41

**Fonte:** Cálculo a partir dos dados microeconómicos do IOF89/90

Verifica-se uma maior prevalência das famílias que tendo uma receita superior ao limiar de pobreza efectuam uma despesa inferior (13.27%), do que o contrário (7.86%). Um núcleo elevado de famílias apresenta quer receita quer despesa inferiores aquele limiar (18.45%).

A discrepância entre os valores registados, para cada família, entre receita e despesa podem decorrer de diversos factores.

Por um lado podem dever-se a declarações incompletas ou incorrectas em relação às rubricas inquiridas, factor que não pode ser controlado eficazmente *a posteriori* nem é sujeito a qualquer mecanismo de verificação interna de consistência no momento de execução do inquérito.

Outro factor potencialmente explicativo reporta-se aos períodos distintos de referência em relação aos quais é inquirida a receita (ano precedente) e a despesa (ano corrente), o que origina que alterações entretanto ocorridas no estatuto socio-

económico e remunerativo (por exemplo, desemprego) dos elementos da família possam reflectir-se em níveis díspares de receita e despesa.

Finalmente, e sobretudo para famílias de baixos níveis de receita, ou afectadas por quebras súbitas de rendimento, o excesso da despesa sobre a receita pode reflectir situações de desfazer de alguma poupança acumulada para atender a despesas correntes não comprimíveis, ou a um crescente endividamento face a terceiros.

Uma vez que não são inquiridos elementos relativos aos fluxos de poupança e à situação financeira das famílias, não é possível verificar empiricamente a escala destes fenómenos.

É contudo interessante apreciar o desfasamento entre receita e despesa da cada família, tais como foram expressas no inquérito, e para todo o universo inquirido. É extraordinariamente elevado o número de famílias que apresentam uma receita inferior à despesa realizada <sup>(14)</sup>, na ordem dos 43.9% das famílias inquiridas.

Trata-se de um valor anormalmente elevado, denunciando muito provavelmente uma subdeclaração substancial dos rendimentos. A taxa de poupança estimada a partir das respostas sobre receitas e despesas é da ordem dos 3.3%, valor muito reduzido para estimativa da poupança real das famílias <sup>(15)</sup>.

Embora o excesso de despesa sobre a receita seja um fenómeno mais expressivo para níveis mais baixos da receita, este fenómeno continua a verificar-se com substancial amplitude para todos os níveis de rendimento, como se pode confirmar no Quadro 6.21, onde se apresentam as percentagens de famílias com receita inferior à despesa, por decis da receita equivalente.

---

(14) Note-se que se trata de despesa corrente, excluindo gastos com a aquisição e reparação da habitação e aquisição de automóveis.

(15) A poupança estimada a partir dos elementos do inquérito aos orçamentos familiares, compara receita e despesa referentes a anos distintos, com se tem vindo a salientar. A discrepância com os valores apontados pelas Contas Nacionais de 1989 é, contudo, esmagadora, já que estas apontam para uma poupança em percentagem do rendimento disponível das famílias de 22.6%.

**Quadro 6.21 Percentagem de Famílias com Receita Inferior à Despesa, por Decis da Receita Equivalente**

<b>Decil da Receita Equivalente</b>	<b>Percentagem de Famílias com Receita inferior à Despesa</b>
1º Decil	40.2
2º Decil	43.7
3º Decil	50.6
4º Decil	53.3
5º Decil	58.9
6º Decil	60.0
7º Decil	61.0
8º Decil	61.1
9º Decil	64.7
10º Decil	68.0
<b>Total</b>	<b>56.1</b>

**Fonte:** Cálculo a partir dos dados microeconómicos do IOF89/90

Com efeito, se no primeiro decil da receita equivalente, cerca de 60% das famílias têm uma despesa corrente de valor superior à respectiva receita, no décimo decil ainda se contam 32% de famílias nas mesmas circunstâncias. Estes dados parecem indicar uma forte inconsistência, e indiciando uma subdeclaração de rendimentos em todo o espectro da distribuição.

Uma vez que se não dispõe de elementos sobre os rendimentos e as despesas das famílias para o ano em análise provenientes de outras fontes, nomeadamente das Contas Nacionais ou fontes fiscais, não se ensaiaram quaisquer hipóteses de correcção

dos elementos originais dos inquéritos, devendo tomar-se os resultados deduzidos com as reservas, e a qualidade, que já foram salientados no capítulo 5.

### **6.3.3 Sensibilidade das Medidas de Pobreza a Diferentes Escalas de Equivalência**

A análise de sensibilidade dos resultados é aqui conduzida a partir da aproximação paramétrica da escala de equivalência. A partir de Buhmann *et al* (1988), com já se viu em 4.3, vários autores têm tomado a aproximação a diferentes tipos de escalas de equivalência dada pela expressão

$$e_s = n^s,$$

onde  $n$  é a dimensão em número de elementos do agregado familiar, e  $s$  a elasticidade dimensão da escala de equivalência.

O parâmetro  $s$  é, assim, um método importante para sumariar as diferenças entre as economias consagradas nas diferentes escalas de equivalência.

Existe, contudo, associada a esta representação de síntese uma perda de informação quanto ao conteúdo de cada escala, que, em geral, distingue não só o número de elementos da família, mas igualmente outros factores ligados à sua composição, em especial as respectivas idades.

Para a escala da OCDE, por exemplo, a uma família de quatro indivíduos pode corresponder um número de adultos equivalentes entre 2.5 e 3.1, enquanto que para a escala baseada nas necessidades básicas anteriormente deduzida, esse valor variará entre 2.1 e 3.48, consoante a composição da família seja de um adulto com crianças pequenas ou só de adultos, respectivamente.

O valor  $s = 0$  corresponde à situação em que não é efectuado nenhum ajustamento ao rendimento familiar, enquanto  $s = 1$  reproduz exactamente a escala *per capita*, já que esta é omissa em relação às idades dos vários membros da família.

Como se viu anteriormente (vd. 4.3) os diversos tipos de escalas de equivalência apresentam uma certa regularidade quanto ao parâmetro de escala  $s$  que a partir delas é possível estimar.

Esta regularidade permite uma ordenação estável entre os diversos tipos de escala quanto ao valor do parâmetro implícito  $s$ .

Em geral, as escalas normativas tendem a apresentar valores superiores aos decorrentes das escalas fundadas nos comportamentos de consumo, e estas valores superiores às escalas deduzidas de avaliações subjectivas.

Ao focar a atenção no problema específico da pobreza, a escala de equivalência deve ser pertinente para comparações interfamiliares ao nível a que é fixada a própria linha de separação entre as situações de pobreza monetária e de não pobreza.

A escala relevante a este nível pode pois não ser pertinente para zonas mais elevadas da distribuição de rendimento, e como se viu em 6.2.1, as escalas deduzidas para vários níveis de rendimento tendem a apresentar valores decrescentes com o nível de rendimento para os factores de escala respeitantes aos vários indivíduos discriminados na escala (vd 6.2.1).

A escala baseada nas necessidades básicas apresenta valores superiores para os factores de escala associadas a diversas configurações familiares mas este resultado é consistente com a argumentação exposta.

O Quadro 6.22 e as Figuras 6.14 a 6.16 apresentam as medidas de incidência, intensidade média e severidade da pobreza, avaliada pelo índice de Foster, Greer e Thorbecke, parametrizadas em função da elasticidade dimensão da escala de equivalência.

O conceito de recursos utilizado é o da receita líquida equivalente, por aplicação da escala de equivalência deduzida a partir das necessidades básicas.



**Quadro 6.22 Análise de Sensibilidade das Principais Medidas de Pobreza em Função da Elasticidade Dimensão da Escala de Equivalência**

<b>Dimensão da Escala de Equivalência</b>	<b>Incidência nas Famílias (%)</b>	<b>Incidência nos Indivíduos (%)</b>	<b>Défice Médio (% da linha de pobreza)</b>	<b>Ind. de Foster, Greer e Thorbecke (<math>\alpha=2</math>)</b>
0.1	7.0	3.2	23.0	0.0027
0.2	7.9	3.9	22.7	0.0031
0.3	9.3	5.1	21.7	0.0038
0.4	11.1	6.8	21.5	0.0050
0.5	13.2	8.9	22.2	0.0068
0.6	16.4	12.6	22.2	0.0097
0.7	20.3	17.5	23.1	0.0143
0.8	25.6	24.4	24.5	0.0217
0.9	31.7	32.1	26.8	0.0330
1	38.8	41.2	29.3	0.0493

**Fonte:** Cálculo a partir dos dados microeconómicos do IOF89/90

Como se adopta um valor constante para a linha de pobreza de referência, os 306.77 contos/ano por adulto equivalente (ou 25.6 contos/mês), a evolução das diversas medidas de pobreza é distinta do padrão em *U* característico da configuração respeitante a medidas obtidas para definições relativas do limiar de pobreza, isto é, para um limiar de pobreza definido como proporção dos recursos médios equivalentes, que usualmente se encontram na literatura (v. Mercader, 1994).

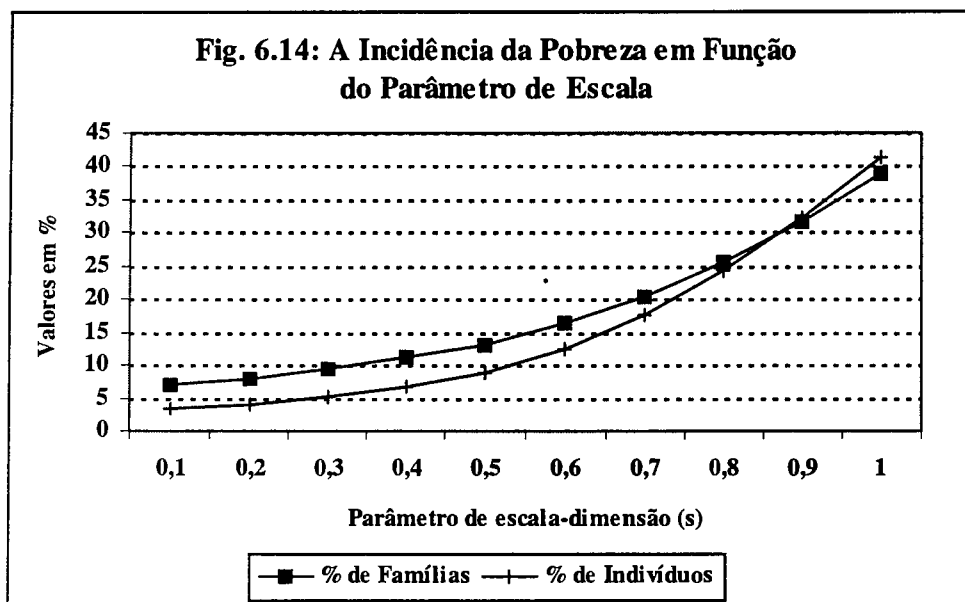
Fixada que é a linha de pobreza, o padrão patente no quadro citado e gráficos correspondentes, é o de que as medidas de incidência são crescentes com *s*, e muito sensíveis à variação deste parâmetro.

À medida que cresce o valor de  $s$  o impacto nas medidas de incidência é também crescente, isto é, a elasticidade destas medidas ao parâmetro  $s$  é crescente com  $s$ .

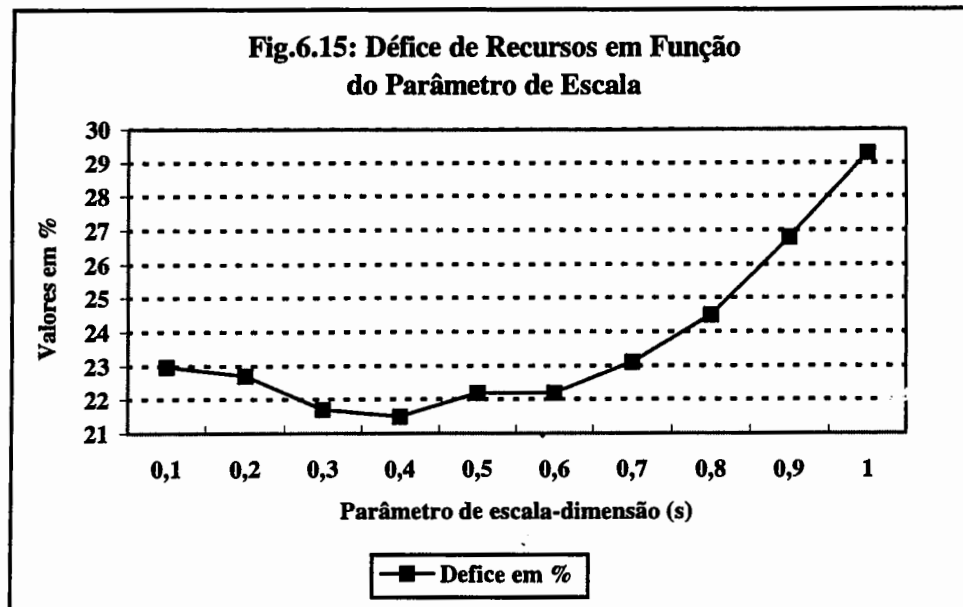
Assim sendo, o valor destas medidas é muito condicionado pela escolha que se consagra na escala de equivalência adoptada.

As opções anteriormente testadas caracterizam-se por diferentes valores para o parâmetro  $s$ .

Trabalhando sobre a amostra de todas as famílias do inquérito de 1989/90, a escala da OCDE conduz a um valor de  $s$  estimado em 0.77, enquanto que a escala de necessidades básicas resulta num valor de 0.84. A escala *per capita* tem, por definição,  $s = 1$ .



Uma vez que se situam no topo superior do intervalo de variação de  $s$ , e que distam menos, em termos do parâmetro  $s$ , as duas primeiras escalas citadas, também a diferença entre os valores das medidas de incidência da pobreza são mais próximas, e se distanciam mais substancialmente dos resultados obtidos para a escala *per capita*.

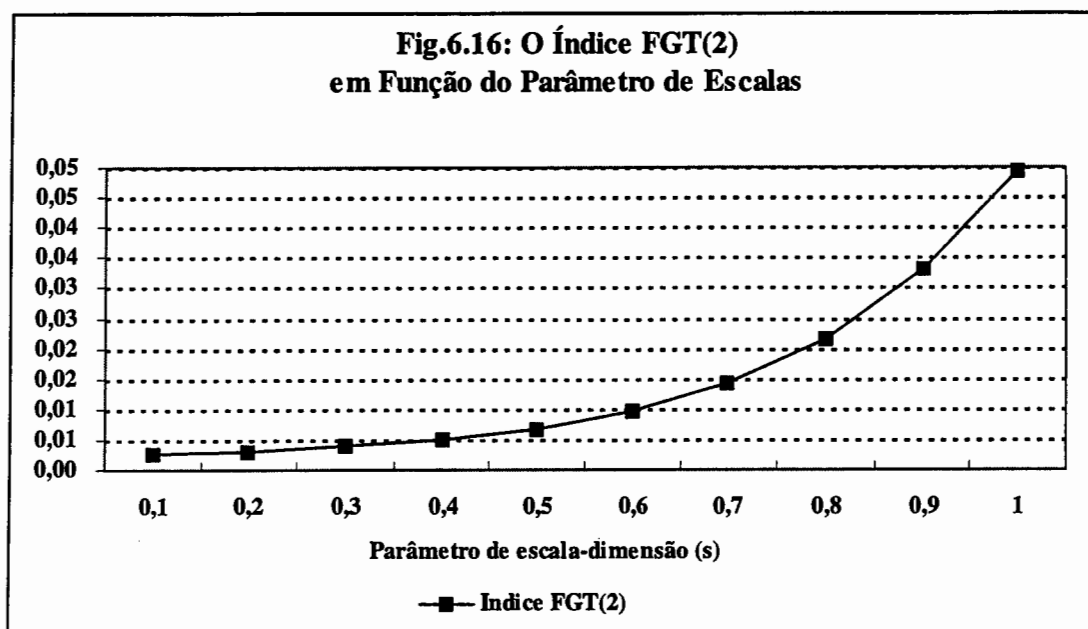


Quanto à variação da intensidade média da pobreza, avaliada pelo déficit médio de recursos das famílias em percentagem da linha de pobreza, o padrão apresentado é de um U muito esbatido na extremidade esquerda do intervalo de variação de  $s$ , e um crescimento mais pronunciado na extremidade direita desse mesmo intervalo (vd. Figura 6.15).

As variações da intensidade média da pobreza são, no entanto, menos acentuadas que as verificadas para as medidas anteriores.

A severidade da pobreza, avaliada pelo índice de Foster, Greer e Thorbecke de parâmetro 2, decorre da composição das medidas anteriores, e, como é dominado pela crescente incidência, apresenta um padrão sempre crescente, e com derivada também crescente, como se pode apreciar na Figura 6.16.

Os resultados apresentados nesta secção demonstram como as principais medidas agregadas de pobreza são sensíveis à elasticidade dimensão consagrada na escala de equivalência, e como, mesmo para um padrão fixo para a linha de pobreza de referência, é possível determinar valores muito diferentes para essas medidas.



Realce-se igualmente que, adoptando diferentes valores para o parâmetro que sintetiza as economias de escala no seio da família, tanto o nível quanto a composição da população pobre pode variar substancialmente.

Em relação às duas escalas de equivalência que se julgam mais pertinentes na avaliação das situações de pobreza, em primeiro lugar a escala deduzida a partir das necessidades básicas, e em segundo lugar a escala de equivalência da OCDE, os resultados comparativos são relativamente próximos, já que elas consagram parâmetros de elasticidade dimensão pouco distanciados (0.84 e 0.77, respectivamente).

#### 6.4 Diferenciação das Linhas de Pobreza Rural e Urbana

Analisa-se agora a hipótese de diferenciar os limiares de pobreza enfrentados em meio rural e meio urbano, e as consequências que se obteriam nas principais medidas de pobreza ao adoptar essa diferenciação.

Como foi exposto em 6.2.1, não foi possível o acesso directo aos preços implícitos no IOF dos bens alimentares, pelo que não é exequível a determinação de custos diferenciados em meio rural e meio urbano da dieta base.

A distinção entre os dois limiares de pobreza que se utilizam nesta secção decorre então da diferenciação dos coeficientes de Engel prevalentes para o agregado familiar de referência, o adulto isolado com idade inferior a 65 anos, em ambos os meios.

Esta é, contudo, a fonte mais importante de diferenciação, tal como se pode avaliar a partir do estudo de Costa (1993) em que uma semelhante distinção conduziu a linhas de pobreza em meio urbano superiores em 34.5% das estipuladas para o meio rural, quando a diferença de preços da dieta considerada por aquele autor apenas explicaria uma diferença de 8% <sup>(16)</sup>.

A distinção entre meio rural e meio urbano adoptada é distinta da classificação adoptada pelo INE, que atende unicamente à dimensão populacional das localidades.

Consideraram-se como famílias urbanas as famílias residentes em todos os concelhos urbanos do Continente (Decreto-Lei nº 78/84, de 8 de Março), bem como nos concelhos das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Esta classificação conduz a uma reformulação substancial da divisão codificada pelo INE, produzindo uma divisão da amostra do IOF89/90 em 54.9% dos agregados domésticos com localização rural e 45.1% com localização urbana, contra os valores originais de 72.8% e 27.7%, respectivamente.

Considera-se que a hipótese classificativa agora adoptada estará mais próxima da divisão entre espaço rural e espaço urbano, e mais consentânea com a evolução registada em termos de urbanização da população que tem vindo a ocorrer na sociedade portuguesa (Cf Gaspar, 1987:108-110).

---

(16) A distinção rural/urbana adoptada neste estudo é distinta da utilizada em Costa (1993), já que este autor, à semelhança da classificação do INE, assumiu serem urbanas as localidades de 100 000 ou mais habitantes.

A estimação em relação ao IOF89/90 permitiu encontrar coeficientes de Engel médios estatisticamente diferenciados<sup>(17)</sup> para o adulto isolado com menos de 65 anos em meio urbano e em meio rural, avaliados em 0.3192 e 0.4328, respectivamente.

Aplicando estes coeficientes obtêm-se as linhas de pobreza de referência para cada um dos meios, através das fórmulas

$$LP_{90}^{urbano} = \frac{365 \times 323.999}{0.3192} = 370.243 \text{ contos / ano} ,$$

e

$$LP_{90}^{rural} = \frac{365 \times 323.999}{0.4328} = 273.243 \text{ contos / ano} .$$

Estas linhas de pobreza correspondem a 120.7% e 89.1%, respectivamente, da linha de pobreza de referência homogênea anteriormente deduzida, correspondendo a 30.85 e 22.77 contos por mês e por adulto equivalente, respectivamente.

Utilizando estas linhas de pobreza de referência, e mantendo a escala de equivalência deduzida a partir das necessidades básicas, estimaram-se as medidas de pobreza de síntese, discriminadas para os meio rural e urbano, que se apresentam no Quadro 6.23.

Como se pode apreciar, em relação às medidas agregadas na hipótese de uma linha de pobreza homogênea para todo o território, verifica-se que as medidas homólogas deduzidas a partir da hipótese de diferenciação da linha de pobreza em ambos os meios, apresentam um agravamento em meio urbano e um decréscimo em

---

(17) A partição da população em meio rural e meio urbano conduz a duas subamostras quanto à família de referência com 160 e 224 casos, respectivamente, para os quais a hipótese de igualdade das médias (do coeficiente de Engel) é claramente rejeitada.

meio rural, conduzindo, para os valores referentes ao Continente, a totais mais elevados do que na hipótese de uma linha de pobreza única para ambos os meios.

Esta conclusão é extensível a todas as medidas apresentadas. A diferenciação das linhas de pobreza, 35% mais elevada nas regiões urbanas do que nas regiões rurais, conduz a valores da incidência no total de famílias que passariam de 26.3% para 27.7% , enquanto que para o total dos indivíduos a incidência agravar-se-ia de 27.3% para 29%.

**Quadro 6.23 Medidas Agregadas de Pobreza para a Hipótese de Diferentes Linhas de Pobreza Rural e Urbana**

	Incidência nas Famílias (%)	Incidência nos Indivíduos (%)	Défice Médio (em % da linha de pobreza)	Índice de Foster, Greer e Thorbecke ( $\alpha=2$ )
Rural	24.5	25.5	22.4	0.0202
Urbano	31.7	33.5	26.0	0.0339
Total	27.7	29.0	24.7	0.0264
Linha de Pobreza sem diferenciação	26.3	27.3	24.8	0.0248

**Fonte:** Cálculo a partir dos dados microeconómicos do IOF89/90

Embora uma diferenciação entre população rural e população seja avaliada como pertinente na análise do limiar de recursos necessários à satisfação mínima das necessidades fundamentais, não se considera ter ainda evidência suficiente para proceder desde já a uma tal distinção.

O aprofundamento desta questão pode fazer-se investigando mais detalhadamente o estabelecimento de orçamentos para vários tipos de famílias, em função de diversas das suas características, entre as quais a localização geográfica.

Um refinamento da análise, no sentido de diferenciar a linha de pobreza em função de outros atributos e não apenas a composição familiar, envolve uma apreciação mais detalhada da diferenciação do custo dos bens e serviços de um cabaz básico correspondente à satisfação das necessidades elementares.

Na distinção rural-urbana, estão provavelmente envolvidos custos diferenciais de funcionamento social, decorrentes quer do custo médio dos bens e serviços, como a alimentação, habitação, transportes, etc, quer do estilo de vida, por seu lado influenciado por factores como por exemplo a proximidade/acessibilidade ao emprego e a equipamentos estruturantes e serviços, e que condicionam a amplitude das deslocações diárias para o emprego, e periódicas para a satisfação de outras necessidades, e, em última análise, também os custos de transporte, os custos de alimentação quando realizada ou não preponderantemente fora de casa, etc.

A diferenciação dos diversos custos mencionados carece ainda de uma investigação mais aprofundada, sem a qual é impossível aperfeiçoar a metodologia agora esboçada.

Tão importante quanto a localização rural ou urbana, e eventualmente com ela fortemente correlacionada, se coloca a questão dos custos associados à habitação.

Em relação a estes, e dado o seu aspecto essencial e inevitável, e o peso significativo que têm no orçamento familiar, certos autores defendem o estabelecimento da linha de pobreza para cada família dependendo dos seus gastos em habitação.

Esta abordagem “pode ser vista como tratando a despesa em habitação como um custo inevitável, ou como um ajustamento interfamílias da variação dos preços da habitação enfrentados (por exemplo controles de rendas)” (Atkinson, 1990b:9).

Em países como Portugal, em que as condições do mercado da habitação introduzem forte disparidade nas condições de mercado enfrentadas pelas diversas



famílias, em particular com grandes diferenças entre gerações, nomeadamente em função da data do arrendamento da habitação, mas igualmente entre meios rurais e urbanos, esta característica merece ser levada em consideração no estabelecimento dos limiares de pobreza.

Mas também se deve considerar que, face à distorção do mercado da habitação em Portugal, a necessidade de uma habitação condigna se não encontra satisfeita para muitos dos agregados familiares com algum poder económico, contudo insuficiente para o acesso a uma habitação em condições, e que a custos de habitação diminutos também correspondem frequentemente situações de degradação muito acentuada da habitação, situações que, em qualquer caso, se apresentam de resolução impossível face à restrição orçamental defrontada pelas famílias.

Neste ponto, e uma vez que não foi possível investigar mais detalhadamente os problemas de representação de custos diferenciais das várias necessidades básicas relativos a ambos os meios, ensaiou-se apenas a diferenciação do custo das necessidades alimentares.

A conclusão que retiramos é que, levando em linha de conta apenas esta diferenciação, somos conduzidos, como vimos, a uma estimativa global da pobreza mais elevada quer para o meio urbano quer para o total do Continente.

## **6.5 Decomposição das Principais Medidas de Pobreza por Subgrupos da População**

Procede-se nesta secção à decomposição das principais medidas de pobreza por subgrupos da população determinados por características socio-demográficas das famílias.

As medidas seleccionadas para esta decomposição são as que sumarizam as principais vertentes da medida da pobreza.

Assim, reteve-se a medida da incidência da pobreza sobre os agregados familiares, a intensidade média da pobreza dos agregados avaliada pelo défice médio do rendimento em percentagem da linha de pobreza, e o índice de Foster, Greer e Thorbecke que pondera o défice relativo pelo próprio défice (isto é com  $\alpha=2$ ), como medida da severidade global da pobreza.

As três principais medidas de pobreza seleccionadas são decomponíveis por subgrupos de população, sendo a medida de pobreza agregada para a população total uma média ponderada das medidas dos subgrupos, onde o sistema de ponderadores é constituído pelas quotas de população, para a incidência e para o índice de Foster, Greer e Thorbecke, e pelas quotas de população pobre, no caso do défice médio.

A decomposição por subgrupos permite avaliar as contribuições absolutas e relativas de cada subgrupo para a medida agregada, e traçar o perfil em termos de subpopulações para essas mesmas medidas.

Para além das três medidas principais, construíram-se então alguns indicadores correlacionados com a informação que aquelas comportam.

A partir da incidência por subgrupos construiu-se um indicador de incidência relativa da pobreza que fornece a incidência da pobreza em cada subgrupo em percentagem da incidência no total da população. Este indicador aponta imediatamente os subgrupos de maior vulnerabilidade à pobreza como aqueles que registam valores superiores a 100%.

Conjugando a percentagem de população em cada subgrupo de uma decomposição com a respectiva incidência relativa da pobreza, apura-se o perfil da população pobre face ao critério de decomposição considerado.

Para além do défice médio de rendimento dos pobres em percentagem da linha de pobreza, também se apresenta o valor absoluto médio do rendimento equivalente dos pobres, de cada subgrupo de população.

Em relação ao índice de Foster, Greer e Thorbecke, apurou-se igualmente a severidade relativa da pobreza em cada subgrupo, como o valor do índice no subgrupo expresso em percentagem do valor agregado do mesmo índice.

Tal como para a incidência relativa, valores superiores na severidade relativa apontam para situações de severidade da pobreza superiores à média do continente, e, consequentemente, uma situação de maior gravidade global da pobreza nesse subgrupo.

As variáveis de decomposição que se utilizaram correspondem às variáveis que caracterizam do ponto de vista espacial e socio-económico as famílias inquiridas.

Utilizaram-se três critérios de decomposição de base geográfica, em função da localização da residência nas grandes regiões do continente (NUTE2), localização rural ou urbana, e em função da dimensão das localidades de residência.

Em relação ao tipo e composição da família, seleccionou-se a classificação pela dimensão da família, bem como a configuração familiar expressa em função do número de adultos e de crianças que a compõem.

Quanto a este último aspecto apresentam-se duas classificações ligeiramente distintas, já que se considera primeiramente a definição de crianças consagrada pelo INE, como os indivíduos menores de 16 anos, apresentando-se de seguida a mesma tipologia considerando a divisão dos elementos da família em adultos e menores de 18 anos.

A decomposição da população em subgrupos pode ainda efectuar-se em termos de características do representante do agregado familiar, nomeadamente o sexo, escalão etário, nível de instrução e categoria socio-económica.

Em relação à fonte e composição dos rendimentos totais do agregado familiar, construíram-se variáveis de decomposição respeitantes à principal fonte de rendimento, ao número de titulares de rendimentos, à presença na vida activa e à situação de emprego.

Aplicando os critérios de decomposição decorrentes das variáveis enunciadas, obtiveram-se as medidas e indicadores desagregados apresentados no Quadro 6.24.

**Quadro 6.24: Decomposição das Medidas de Pobreza**

INDICADOR	População (%) (1)	Incidência da Pobreza (%) (2)	Incidência relativa da Pobreza (%) (3)	Perfil da População Pobre (%) (4)=(1)*(3)/10	Rend. médio equivalente dos pobres (c/ano) (5)	Défi ce médio dos pobres em % da LP (6)	Índice de FGT ( $\alpha=2$ ) (7)	Severidade relativa da Pobreza (%) (8)=(1)*(7)/100
<b>NUT</b>								
Norte	33.1	29.8	113.3	37.5	232	24.5	0.0298	119.9
Centro	19.3	29.6	112.6	21.8	231	24.6	0.0245	98.7
LVTejo	33.4	20.4	77.4	25.8	232	24.4	0.0195	78.6
Alentejo	7.5	33.7	128.0	9.7	228	25.8	0.0334	134.4
Algarve	6.6	20.7	78.7	5.2	235	23.3	0.0152	61.1
<b>Continente</b>	<b>100.0</b>	<b>26.3</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>231</b>	<b>24.5</b>	<b>0.0248</b>	<b>100.0</b>
<b>Rural/Urbano</b>								
Rural	54.9	31.7	120.6	66.1	230	25.1	0.0306	123.1
Urbano	45.2	19.7	75.0	33.9	235	23.5	0.0180	72.6
<b>Continente</b>	<b>100.0</b>	<b>26.3</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>75</b>	<b>24.5</b>	<b>0.0248</b>	<b>100.0</b>
<b>Dimensão da localidade</b>								
< 2000 Habitantes	58.0	31.3	119.0	69.0	231	24.6	0.0289	116.3
2000-10 000 Habitantes	14.9	21.9	83.2	12.4	231	24.9	0.0202	81.2
10 000- 300 000 Hab.	17.1	15.6	59.3	10.1	226	26.2	0.0193	77.6
>300 000 Habitantes	10.1	22.0	83.5	8.4	241	21.5	0.0175	70.6
<b>Continente</b>	<b>100.0</b>	<b>26.3</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>231</b>	<b>24.5</b>	<b>0.0248</b>	<b>100.0</b>

Quadro 6.24: Decomposição das Medidas de Pobreza (cont.)

INDICADOR	População (%) (1)	Incidência da Pobreza (%) (2)	Incidência relativa da Pobreza (%) (3)	Perfil da População Pobre (%) (4)=(1)*(3)/100	Rend. médio equivalente dos pobres (c/ano) (5)	Défice médio dos pobres em % da LP (6)	Índice de FGT ( $\alpha=2$ ) (7)	Severidade relativa da Pobreza (%) (8)=(1)*(7)/100
<b>Dimensão do Agregado</b>								
1 indivíduo	11,8	35,9	136,2	16,0	219	28,6	0,0383	154,2
2 indivíduos	28,5	26,6	100,9	28,7	237	22,8	0,0196	78,9
3 indivíduos	23,9	17,6	66,9	16,0	237	22,8	0,0145	58,2
4 indivíduos	21,6	21,7	82,3	17,8	237	22,9	0,0172	69,1
5 indivíduos	8,8	34,6	131,5	11,6	229	25,3	0,0323	130,1
>5 indivíduos	5,4	48,0	182,3	9,8	222	27,8	0,0585	235,4
<b>Continente</b>	100,0	26,3	100,0	100,0	231	24,5	0,0248	100,0
<b>Tipo de Agregado</b>								
Adulto < 65 anos	4,0	26,8	101,9	4,1	220	28,4	0,0286	115,1
Adulto > 65 anos	7,8	40,4	153,6	12,0	219	28,7	0,0433	174,2
2 Adultos	27,4	26,6	101,1	27,7	238	22,6	0,0191	76,7
3+ Adultos	19,4	19,5	74,0	14,4	237	22,7	0,0149	59,8
Adulto com Crianças	2,3	30,6	116,2	2,6	207	32,4	0,0644	259,4
2 Adultos com Crianças	23,9	22,4	85,1	20,3	232	24,5	0,0234	94,3
3+ Adultos com Crianças	15,3	32,6	124,0	18,9	232	24,3	0,0340	136,9
<b>Continente</b>	100,0	26,3	100,0	100,0	231	24,5	0,0248	100,0
<b>Tipo de Agregado</b>								
Adulto Isolado	11,8	35,8	136,1	16,0	219	28,6	0,0383	154,2
2 Adultos	27,0	26,4	100,2	27,1	239	22,3	0,0182	73,3
3 ou mais Adultos	15,3	19,0	72,2	11,1	240	21,9	0,0138	55,6
Adulto c/ Menores	3,0	34,3	130,2	3,9	210	31,7	0,0635	255,7
2ou+ Adultos c/ Menores	42,9	25,7	97,8	41,9	232	24,5	0,0274	110,3
<b>Continente</b>	100,0	26,3	100,0	100,0	231	24,5	0,0248	100,0

**Quadro 6.24: Decomposição das Medidas de Pobreza (cont.)**

<b>INDICADOR</b>	<b>População (%) (1)</b>	<b>Incidência da Pobreza (%) (2)</b>	<b>Incidência relativa da Pobreza (%) (3)</b>	<b>Perfil da População Pobre (%) (4)=(1)*(3)/100</b>	<b>Rend. médio equivalente dos pobres (c/ano) (5)</b>	<b>Défice médio dos pobres em % da LP (6)</b>	<b>Índice de FGT (<math>\alpha=2</math>) (7)</b>	<b>Severidade relativa da Pobreza (%) (8)=(1)*(7)/100</b>
<b>Sexo do Representante</b>								
Masculino	79.4	24.1	91.6	72.7	236	23.1	0.0216	87.1
Feminino	20.6	34.9	132.5	27.3	220	28.3	0.0437	176.0
<b>Continente</b>	100.0	26.3	100.0	100.0	231	24.5	0.0248	100.0
<b>Idade do Representante</b>								
< 35 anos	13.2	16.8	63.7	8.4	235	23.4	0.0171	68.7
35 - 44 anos	18.7	23.2	88.2	16.5	231	24.7	0.0267	107.7
45 - 54 anos	19.6	20.8	78.9	15.5	235	23.4	0.0234	94.1
55 - 64 anos	21.4	25.0	94.8	20.3	229	25.2	0.0238	95.6
65 - 74 anos	17.2	32.6	123.7	21.3	233	24.0	0.0266	107.2
75 ou mais anos	9.9	48.1	182.6	18.0	228	25.7	0.0413	166.3
<b>Continente</b>	100.0	26.3	100.0	100.0	231	24.5	0.0248	100.0
<b>Nível de Instrução</b>								
Sem grau	26.8	46.8	177.7	47.5	226	26.5	0.0486	195.8
Instrução Básica	57.7	22.9	86.9	50.2	237	22.9	0.0219	45.1
Instrução Secundária	12.2	4.8	18.1	2.2	237	22.8	0.0049	10.1
Instrução Superior	3.3	0.6	2.4	0.1	271	11.6	0.0001	0.4
<b>Continente</b>	100.0	26.3	100.0	100.0	231	24.5	0.0248	100.0

Quadro 6.24: Decomposição das Medidas de Pobreza (cont.)

INDICADOR	População (%) (1)	Incidência da Pobreza (%) (2)	Incidência relativa da Pobreza (%) (3)	Perfil da População Pobre (%) (4)=(1)*(3)/100	Rend. médio equivalente dos pobres (c/ano) (5)	Défice médio dos pobres em % da LP (6)	Índice de FGT ( $\alpha=2$ ) (7)	Severidade relativa da Pobreza (%) (8)=(1)*(7)/100
<b>Categoria Socio-económica</b>								
Empresário agrícola	6.7	37.3	141.6	9.4	235	23.5	0.0374	150.6
Trab. Agrícola por c/ outrem	3.4	38.5	146.2	4.9	217	29.3	0.0531	213.9
Empresario não agrícola	11.8	21.5	81.5	9.6	234	23.7	0.0129	51.7
Quadros	5.3	3.9	14.8	0.8	239	22.0	0.0025	10.2
Trab. c/ outrem na indústria	20.1	32.4	123.3	24.7	249	18.8	0.0155	62.3
Trab. c/ outrem no comércio	14.3	17.8	67.6	9.6	237	22.7	0.0122	48.9
Inactivos	33.5	26.4	100.3	33.6	229	25.5	0.0380	153.1
Outros activos	5.0	39.3	149.1	7.5	208	32.2	0.0635	255.5
<b>Continente</b>	100.0	26.3	100.0	100.0	231	24.5	0.0248	100.0
<b>Principal Fonte de Rendimento</b>								
Trab. c/ outrem	48.3	17.1	65.0	31.4	242	21.2	0.0159	63.8
Trab. c/ própria	17.8	21.6	82.0	14.6	230	25.1	0.0279	112.2
Rend. Capital	3.0	8.3	31.5	0.9	242	21.0	0.0092	36.9
Pensões	25.1	51.4	195.2	48.9	226	26.3	0.0517	208.3
Outras fontes	5.8	18.7	71.1	4.1	220	28.3	0.0334	134.4
<b>Continente</b>	100.0	26.3	100.0	100.0	231	24.5	0.0248	100.0
<b>Presença na Vida Activa</b>								
Sem elementos activos	27.8	45.4	172.6	47.9	226	26.4	0.0495	199.1
Pelo menos 1 Activo	72.3	19.0	72.1	52.1	237	22.8	0.0198	79.5
<b>Continente</b>	100.0	26.3	100.0	100.0	231	24.5	0.0248	100.0

Quadro 6.24: Decomposição das Principais Medidas de Pobreza (cont.)

INDICADOR	População (%) (1)	Incidência da Pobreza (%) (2)	Incidência relativa da Pobreza (%) (3)	Perfil da População Pobre (%) (4)=(1)*(3)/100	Rend. médio equivalente dos pobres (c/ano) (5)	Défice médio dos pobres em % da LP (6)	Índice de FGT ( $\alpha=2$ ) (7)	Severidade relativa da Pobreza (%) (8)=(1)*(7)/100
<b>Escalão de Titulares de Rendimento</b>								
Apenas 1 Titular	33.4	32.2	122.2	40.8	221	28.0	0.0393	158.3
Dois ou mais Titulares	66.6	23.4	88.9	59.2	239	22.2	0.0199	80.0
<b>Continente</b>	100.0	26.3	100.0	100.0	231	24.5	0.0248	100.0
<b>Situação face ao Emprego</b>								
Sem Desempregados	93.4	25.4	96.4	90.0	233	24.0	0.0220	88.6
1 ou mais Desempregados	6.6	39.7	150.8	9.9	218	29.1	0.0530	213.2
<b>Continente</b>	100.0	26.3	100.0	100.0	231	24.5	0.0248	100.0

Fonte: Cálculo a partir dos dados micro-económicos do IOF89/90

Notas: Linha de Pobreza = 306.770 contos/ano (preços de 1990) por adulto equivalente (escala das necessidades básicas).

As percentagens da População e de Incidência da Pobreza referem-se ao total de ADPs.

Na determinação do índice de FGT( $\alpha=2$ ), o défice de recursos de cada ADP é ponderado pelo número de indivíduos do ADP.



Em relação à localização geográfica ao nível das cinco grandes regiões do continente, a maior taxa de incidência, o maior défice médio de rendimento, e a maior severidade da pobreza avaliada pelo índice de Foster, Greer e Thorbecke, registam-se no Alentejo, região onde cerca de 1/3 das famílias se encontram abaixo do limiar de pobreza.

As regiões Norte e Centro registam ainda incidências da pobreza superiores à média do continente, verificando a região Norte também valores para as restantes medidas mais graves que os valores médios do continente.

A decomposição da população entre meio rural e meio urbano conduz a uma incidência da pobreza substancialmente mais elevada no meio rural (31.7%), particularmente decorrente da incidência na população residente em localidades de dimensão inferior a 2000 habitantes (31.3%).

A taxa de incidência da pobreza em meio urbano (19.7%) é, no entanto, superada pela incidência nos concelhos de Lisboa e Porto (22%), as únicas localidades com mais de 300000 habitantes.

Em decorrência da distribuição espacial da população e da incidência específica verificada, o perfil da população pobre realça uma forte composição rural (66.1%), baseada maioritariamente em população residente em pequenas localidades (69%), e nas regiões do Norte (37.5%), Lisboa e Vale do Tejo (25.8%), e Centro (21.8%).

A decomposição por subgrupos em função da estrutura da família revela uma incidência muito elevada da pobreza para famílias de um único elemento (35.8%), particularmente quando se trata de um idoso (40.4%), e para famílias de grande dimensão, constituídas por cinco indivíduos (34.6%) ou mais de cinco indivíduos (48%).

As famílias com crianças também registam fortes incidências, particularmente as famílias de um único adulto com crianças (30.6%), ou as de três ou mais adultos com crianças (32.6%). São estas tipologias familiares que registam igualmente valores mais elevados das restantes medidas de pobreza consideradas.

A severidade relativa da pobreza, por exemplo, atinge cerca de 256% do valor médio do Continente, para as famílias de um único adulto com crianças. Este mesmo indicador atinge 154% do valor médio para as famílias unindividuais, e 174% nas famílias de um único idoso, enquanto que aponta 240% nas famílias de seis ou mais indivíduos.

Outros critérios de decomposição decorrem de características do representante da família. A escolha do elemento representante é efectuada livremente pela família inquirida, mas recai maioritariamente em indivíduos do sexo masculino.

As famílias representadas por mulheres constituem apenas 20% da amostra total, o que nos leva a pensar que a escolha do representante segue a tradição de designar, quando existe um homem adulto no núcleo familiar principal, sendo este o principal ganhador da família, este elemento como representante.

Em relação ao sexo do representante, a incidência da pobreza é substancialmente mais elevada nos agregados familiares cujo representante é mulher (34.9%), tal como é mais grave a insuficiência média de rendimento (28.3%) nestes agregados familiares, conduzindo a uma severidade relativa da pobreza neste subgrupo da população que é 176% da severidade média registada no conjunto da população pobre.

Em termos da idade do representante, verifica-se que a incidência da pobreza é crescente com o nível etário a partir do escalão dos 45 aos 54 anos, atingindo valores superiores à média nos estratos etários superiores a 65 anos.

A incidência e a intensidade média são sobretudo muito elevadas no escalão de idades superior a 74 anos, onde quase metade dos agregados familiares se encontram em situação de pobreza, e com recursos médios cerca de 75% da linha de pobreza de referência. É neste tipo de agregado familiar que se encontra o indicador de severidade relativa da pobreza mais elevado, ascendendo a 166% do valor médio do Continente.

A variável nível de instrução do representante introduz uma decomposição da população altamente diferenciadora da situação dos agregados familiares face à pobreza.



Com efeito, a incidência da pobreza é extremamente elevada nos agregados familiares cujo representante tem um nível de instrução inferior à instrução básica (46.8%), apresenta valores ligeiramente inferiores à média para níveis de instrução básica (22.9%), sendo pouco significativa para níveis de instrução secundária ou superior.

Em consequência, a população pobre é praticamente constituída por agregados familiares cujo representante não dispõe de formação superior à escolaridade obrigatória.

Em relação à categoria socio-económica do representante, que, tal como se interpretou acima, corresponderá ao indivíduo que é o principal titular de receita do agregado familiar, verificam-se incidências de pobreza superiores à incidência média particularmente para os activos na agricultura, sejam empresários (37.5%), sejam trabalhadores por conta de outrem (38.5%).

Também superiores à média são as incidências nos trabalhadores por conta de outrem na indústria (32.4%) e nos outros activos (39.3%).

Estes últimos constituem uma categoria residual, já que correspondem apenas a 5% da população total inquirida, porventura reflectindo inserções precárias no mercado de trabalho. Regista este grupo igualmente valores de intensidade média e severidade significativamente superiores à média.

O grupo da população cujo representante é inactivo apresenta valores de incidência e intensidade ligeiramente superiores à média, e um valor de severidade relativa de 153% da severidade média. Dado o peso relativo deste grupo na população inquirida (33.5%), ele constitui cerca de 1/3 da população pobre total.

A classificação dos agregados familiares face à principal fonte de rendimento, ao número de elementos titulares de rendimentos e à inserção dos elementos da família na vida activa, permite efectuar outras tantas decomposições da população total inquirida em relação a estas facetas muito associadas à segurança económica das famílias.

Quanto à principal fonte de rendimento, as famílias dependentes primordialmente de pensões são as que se encontram em situação de maior vulnerabilidade à pobreza. No conjunto das famílias inquiridas, são cerca de 25% as famílias cuja principal fonte de rendimento são as pensões, e dada a forte incidência da pobreza neste grupo (excedendo os 50%), este tipo de famílias constitui quase metade da população pobre.

A situação de particular vulnerabilidade e carência dos pensionistas pode igualmente ser analisada a partir da decomposição face ao número de elementos do agregado familiar presentes na vida activa.

Quase 28% das famílias inquiridas não têm qualquer elemento activo, atingindo a incidência da pobreza um valor de 45.4%, e registando-se igualmente uma intensidade superior à média e uma severidade relativa das situações de pobreza dupla da situação média da população pobre. Este grupo de famílias constitui assim quase 48% da população pobre total.

A incidência da pobreza é significativa nas famílias cujos rendimentos provêm maioritariamente do trabalho por conta própria, sendo inclusive superior à incidência apurada nos trabalhadores por conta de outrem.

Na condição descrita poder-se-ão distinguir eventualmente situações diferenciadas, de trabalhadores com vínculo precário, e trabalhadores liberais, com outras condições de remuneração. Neste grupo, contudo, existe maior probabilidade de se encontrarem subdeclarações dos rendimentos efectivamente auferidos.

Quanto ao escalão de titulares de rendimento, as famílias com apenas um titular constituem cerca de um terço da população total inquirida, enquanto que os agregados familiares constituídos por um único adulto são apenas de 14.8% do total.

As famílias com um único titular de receita apresentam maior debilidade económica do que os agregados familiares com mais que um titular. A incidência da pobreza e a intensidade média naquele grupo são superiores aos valores médios para a população total, e regista-se igualmente uma severidade relativa que é cerca de 160% da severidade média total.

Embora as situações de desemprego atingissem, à data do último inquérito, uma fracção restrita da população (apenas 6.6% dos agregados familiares inquiridos declararam ter algum dos seus membros em situação de desemprego), a esta situação associa-se uma maior debilidade económica e, consequentemente, uma maior vulnerabilidade à pobreza, registando o subgrupo de população afectado pelo desemprego, maior incidência, intensidade e severidade da pobreza do que a média.



## **CAPÍTULO 7**

### **EVOLUÇÃO DO NÍVEL E PERFIL DA POBREZA MONETÁRIA NA DÉCADA DE OITENTA E INDICADORES NÃO MONETÁRIOS DE POBREZA**

#### **7.1. Introdução**

O objectivo deste capítulo é aprofundar algumas análises comparativas das situações de pobreza monetária, quer na perspectiva da evolução das principais medidas de pobreza em diversos grupos socio-demográficos ao longo da última década, quer na relação da pobreza monetária com outros indicadores de condições de vida da população.

Num primeiro momento procede-se à comparação intertemporal das principais medidas de pobreza monetária apuradas a partir da informação contida nos dois últimos inquéritos aos orçamentos familiares realizados pelo Instituto Nacional de Estatística, o Inquérito ao Rendimento e Despesa das Famílias de 1980/81

(IRDF80/81), e o Inquérito aos Orçamentos Familiares de 1989/90 (IOF89/90), respectivamente.

Para realizar a comparação intertemporal é necessário primeiramente implementar a metodologia de construção da linha de pobreza referida ao período de 1980/81, de modo a identificar a população em situação de insuficiência de recursos monetários nesse ano.

Para garantir a comparabilidade das principais medidas de pobreza agregadas, aplica-se a metodologia já desenvolvida para o ano de 1989, à informação do IRDF80/81, para obter os limiares de pobreza referentes àquele momento do início da década de oitenta. A determinação destes limiares é o objecto do ponto 7.2. O procedimento seguido baseia-se na metodologia exposta em 6.2.2.1, adoptando-se a mesma dieta alimentar diária base, valorizada aos preços implícitos no IRDF80/81, e o coeficiente de Engel médio prevalecente no mesmo inquérito para as famílias com um único indivíduo com idade inferior a 65 anos para determinação da linha de pobreza de referência. A partir desta, os limiares de pobreza para as diferentes configurações familiares obtiveram-se aplicando a escala de equivalência deduzida no capítulo anterior.

Com base nos limiares de pobreza assim determinados, avaliam-se seguidamente as principais medidas agregadas de pobreza, como ponto de partida para a análise da sua evolução ao longo da década de oitenta. Efectua-se ainda a projecção da população pobre identificada no início da década, tomando como base os elementos disponíveis no Recenseamento de 1981.

A comparação entre as principais medidas de pobreza é efectuada no ponto 7.3. Numa primeira secção analisam-se as principais medidas agregadas para o nível da linha de pobreza de referência e aprofunda-se a relação entre as medidas de incidência da pobreza, em termos quer de agregados familiares, quer de indivíduos, parametrizadas em função do nível da linha de pobreza.

Na secção seguinte analisa-se a evolução das principais medidas de pobreza monetária por subgrupos da população. Adoptando como critérios de estratificação as



principais características socio-demográficas das famílias já utilizados no ponto 6.5 para o ano de 1989/90, procede-se a sucessivas partições da população total em subgrupos, avaliando a incidência, intensidade e severidade da pobreza em cada um desses subgrupos no início da década em estudo, e o modo como evoluíram ao longo da década.

A análise da decomposição das medidas de pobreza, para além de permitir um primeiro diagnóstico de quais os grupos mais afectados por insuficiência de recursos monetários num dado momento, e, consequentemente, de quais os factores mais associados à manifestação de situações de pobreza, possibilita ainda, na perspectiva da análise estática comparada, clarificar os grupos mais tocados por trajectórias de empobrecimento ao longo da década analisada.

A análise das variações das medidas de pobreza discriminadas por subgrupos permite ainda evidenciar as componentes da variação das medidas de pobreza agregada, ocorrida entre os dois momentos do tempo comparados, decorrentes de alterações na estrutura da população e as derivadas de alterações na situação de pobreza interna a cada um dos vários subgrupos de população.

Finalmente, no ponto 7.4 comparam-se diversos indicadores não monetários de pobreza cuja formulação se pode efectuar a partir da informação disponível no IOF89/90. Esta análise é conduzida para diversos subgrupos da população, consagrando a divisão obtida pela linha de pobreza monetária. Estes indicadores permitem caracterizar outras dimensões do fenómeno da pobreza, nomeadamente num conjunto de elementos descritivos da qualidade e conforto da habitação, bem como das estruturas de consumo. Embora o acervo da informação disponível não permita a concepção de abordagens objectivas e directas das condições de vida que viabilizem uma definição alternativa da identificação da população pobre, é possível relacionar os dois enfoques destas diferentes abordagens numa estrutura analítica integrada.

## **7.2 Determinação dos Limiares de Pobreza e Estimação da População Pobre em 1980/81**

A determinação dos limiares de pobreza para 1980/81 baseou-se na metodologia desenvolvida no ponto 6.2.2.1. Assim, manteve-se a opção pela dieta alimentar base então seleccionada, que se valorizou aos preços implícitos constantes do IRDF80/81. De modo a expressar todos os valores monetários a preços do mesmo ano, utilizou-se o Índice de Preços no Consumidor (IPC) para converter os preços de 1981, utilizados no IRDF80/81, em preços constantes de 1990, que são os adoptados neste estudo.

A linha de pobreza para o agregado familiar de referência, o adulto isolado com idade inferior a 65 anos, é deduzida a partir do valor da despesa necessária à cobertura das necessidades alimentares, retratadas na dieta alimentar base, e do valor do coeficiente de Engel médio para este mesmo tipo de agregado, estimado através dos dados micro-económicos do IRDF80/81. A determinação desta linha de pobreza de referência é assim totalmente dependente da informação captada pelo inquérito de 1980/81, quer em termos do custo de satisfação das necessidades alimentares, quer em termos da relação entre a despesa alimentar e a despesa total, de acordo com a metodologia anteriormente adoptada.

Em relação aos demais tipos de configurações familiares, optou-se por aplicar a escala de equivalência deduzida em 6.2.2.2, para extrapolar as respectivas linhas de pobreza a partir da linha de pobreza de referência, de modo a manter uma estrutura constante de economias de escala no consumo total, em ambos os momentos em análise.

Em alternativa, teria sido possível estimar directamente os coeficientes de Engel médios específicos para cada tipologia familiar, e efectuar a sua conjugação com a escala de equivalência alimentar, deduzindo uma nova escala de equivalência para os consumos totais. Contudo, pareceu mais apropriado manter a mesma escala de

equivalência nos dois períodos, para garantir mais estabilidade na comparação. Esta opção, corrente ao nível de outras metodologias <sup>(1)</sup>, é reforçada por não se terem alterado significativamente as relações entre os coeficientes de Engel médios para os diferentes tipos de configurações familiares, entre 1980/81 e 1989/90. Na implementação da metodologia original de Orshansky, na definição da linha de pobreza oficial dos Estados Unidos, tem sido consagrada, aliás, uma hipótese ainda mais forte de estabilidade, já que se tem preservado um mesmo valor para o coeficiente de Engel.

De acordo com as opções efectuadas, os limiares de pobreza estimados quer para 1980/81 quer para 1989/90 baseiam-se, portanto, na determinação da despesa alimentar necessária à satisfação de um padrão dietético adequado, e na estrutura média dos custos da alimentação nos custos totais dos agregados familiares, para extrapolar daqueles para a despesa total.

Na primeira destas duas dimensões, as diferenças apuradas nos dois períodos em análise resultam exclusivamente do custo da dieta alimentar, já que se mantém a opção por uma mesma dieta base, constituída por produtos económicos e correntes na constituição da alimentação tradicional portuguesa. Na segunda das dimensões, a metodologia aplicada acaba por captar uma evolução no padrão de consumos ou despesas, e do nível médio de bem estar da população, reflectido na actualização do coeficiente de Engel médio.

Este tipo de metodologia, nas escolhas concretas implementadas nos dois momentos do tempo em análise, alia características da perspectiva absoluta - em termos globais a metodologia quantifica o custo das necessidades básicas, estimando directamente a despesa das necessidades alimentares, e indirectamente as demais despesas - com características da perspectiva relativa - a utilização dos coeficientes de Engel médios estimados para cada momento do tempo incorpora a evolução da estrutura de custos, referenciada aos padrões de vida correntes na sociedade.

---

(1) Vd., por exemplo, Costa 1993.

Em particular a determinação dos coeficientes de Engel médios para o agregado familiar de referência (o adulto equivalente), efectuada com base na informação dos dois inquéritos, patenteia uma clara evolução na estrutura média das despesas familiares no decurso da década de oitenta. Para os agregados constituídos por um adulto isolado com idade inferior a 65 anos, o coeficiente de Engel médio era de 0.4676 em 1980/81 passando para 0.3855 em 1989/90. Estes valores reflectem uma acentuada actualização dos padrões médios de consumo, aproximando a estrutura da despesa familiar dos padrões prevaletentes em sociedades europeias de nível de desenvolvimento semelhante<sup>(2)</sup>.

Uma vez estimado o custo da dieta alimentar diária base, que ascende a 333.164 escudos, a preços constantes de 1990, a linha de pobreza de referência para o período de 1980/81, expressa igualmente a preços de 1990, obtém-se fazendo

$$LP_{81}^R = \frac{365 \times 333.164}{0.4676} = 260061 \text{ escudos/ano.}$$

À semelhança do que se considerou no capítulo anterior, esta linha de pobreza é designada por linha de pobreza de referência, já que respeita ao montante referente a um adulto equivalente, e as análises de parametrização da linha de pobreza a ela se vão referir.

O montante da linha de pobreza de referência regista uma valorização real de 17.96% entre 1980/81 e 1989/90, já que se eleva de 260061 escudos/ano para 306770 escudos/ano, ou alternativamente, de cerca de 21.7 contos/mês para 25.4 contos/mês. Esta apreciação resulta da dependência da definição da linha de pobreza do coeficiente de Engel médio, que capta a evolução do nível-médio de rendimentos e a evolução da estrutura dos consumos, entretanto verificadas no conjunto da população portuguesa. Na sua implementação concreta, a linha de pobreza definida é pois elástica em relação a esses elementos.

---

(2) Em 1988 o peso da despesa alimentar na despesa total era de 29.15% para Espanha e de 25.97% para Itália, e inferior a 20% para países como a Bélgica, RFA ou Reino Unido (EUROSTAT, 1995: 80,82).

Para os demais tipos de configuração familiar, o limiar de pobreza obtém-se fazendo

$$LP_{81}^i = AE^i \times LP_{81}^R,$$

onde  $AE^i$  representa a dimensão da família em número de adultos equivalentes pela escala de equivalência deduzida a partir das necessidades básicas.

Considerando a receita líquida dos agregados familiares como o conceito mais apropriado para avaliar os recursos económicos das famílias, e as linhas de pobreza acabadas de expor, é possível avaliar a incidência e intensidade da pobreza em 1980/81, bem como o peso do défice de recursos económicos dos pobres no rendimento total.

Os valores apurados para a incidência da pobreza revelam que a insuficiência de recursos monetários atingia, em 1980/81, cerca de um quarto das famílias e dos indivíduos residentes no Continente (24.1% e 26.6%, respectivamente). A intensidade média da pobreza (seleccionando como unidade de análise a família) cifrava-se em 27.1% da linha de pobreza, isto é, o défice de rendimento das famílias pobres era, em média, de 5.9 contos/mês por adulto equivalente.

Os resultados agora obtidos apresentam, pesem embora as diferentes opções metodológicas seguidas, espantosas semelhanças com estudos anteriores, nomeadamente com os resultados agregados obtidos por Costa (Costa, 1993:132-141), a partir da mesma informação micro-económica. A incidência da pobreza apurada por aquele autor para 1980 atinge 25.2% das famílias e 25.5% dos indivíduos.

Efectuando a projecção dos valores da incidência para os totais apurados no Recenseamento de 1981, estariam em situação de insuficiência de rendimento cerca de seiscentos e setenta e cinco mil famílias e dois milhões quatrocentos e sessenta e nove mil indivíduos.

Apesar da sua enorme extensão, e relativa gravidade da incidência média, o défice total de rendimentos da população pobre representa apenas 4.2% do rendimento

total das famílias, e 4.7% do rendimento total das famílias não pobres. Tal como anteriormente já se tinha encontrado para o ano de 1989/90, embora a dimensão em extensão e intensidade da pobreza seja apreciável, o esforço requerido para a sua eliminação, enquanto apoio às situações mais pronunciadas de insuficiência de recursos monetários, é surpreendentemente reduzido. Parece, portanto, apresentar-se exequível, desde que exista vontade política de enfrentar este problema, não exclusivamente, mas também do ponto de vista do suporte de rendimento das famílias mais desfavorecidas, no sentido de garantir um nível mínimo de recursos económicos.

### **7.3 Comparação das Principais Medidas de Pobreza em 1980/81 e 1989/90**

A comparação das medidas de pobreza nos dois momentos do tempo correspondentes aos momentos de realização dos inquéritos aos orçamentos familiares pode ser realizada em termos das medidas agregadas apuradas, bem como a partir da sua decomposição em diversos subgrupos da população. É nesta óptica que se conduz, no presente ponto, a análise da relação entre os resultados sobre a medição da pobreza que segundo a metodologia desenvolvida anteriormente se obtêm para aqueles momentos de início e final da década de oitenta.

Na primeira secção procede-se à comparação das principais medidas agregadas, analisando em detalhe as distribuições de recursos nos dois momentos considerados, procurando averiguar se se cumprem as condições de dominância estocástica em relação às medidas apuradas parametrizadas em função das linhas de pobreza de referência. Discute-se ainda a relevância estatística das diferenças encontradas nas medidas de incidência.

Na segunda secção aborda-se a variação das medidas de pobreza decompostas por subgrupos da população. Esta análise permite identificar os grupos mais afectados por trajectórias de empobrecimento, e avaliar a fonte das variações verificadas imputando-as às variações na estrutura da população e às alterações nas situações de pobreza intragrupos.

### **7.3.1 Evolução das Principais Medidas Agregadas de Pobreza**

O painel de principais medidas agregadas de pobreza já seleccionado nos capítulos anteriores vai constituir o ponto de partida da comparação das situações de pobreza em 1980/81 e 1989/90. As estimativas destas medidas encontram-se sistematizadas no Quadro 7.1.

Ao nível da incidência verifica-se um ligeiro acréscimo dos valores encontrados, tendo-se estimado 26.3% dos agregados familiares e 27.3% das pessoas em situações de pobreza em 1989/90, sendo que as estimativas homólogas para 1980/81 são de 24.1% e 26.6%. Em termos de volume da população abrangida, e utilizando os dados dos Recenseamentos efectuados em 1981 e 1990 como base para a extrapolação, ter-se-ia passado de 675 mil famílias e quase dois milhões e quatrocentas e setenta mil pessoas em situação de insuficiência de recursos no início da década de oitenta, para 793 mil famílias e cerca de dois milhões quinhentas e trinta e cinco mil pessoas em semelhante situação, no final da década.

**Quadro 7.1: Comparação das Principais Medidas Agregadas de Pobreza em 1980/81 e 1989/90**

	1980/81	1989/90
<b>Incidência</b>		
Famílias	24.1	26.3
Indivíduos	26.6	27.3
<b>Défice Médio em relação à Linha de Pobreza (%)</b>		
Por Família	26.8	24.5
Ponderado pelo nº de indivíduos	27.1	24.8
<b>Défice Total em % do Rendimento Total</b>	4.2	4.1
<b>Défice Total em % do Rendimento dos Não Pobres</b>	4.7	4.6
<b>Índice de Gini</b>	0.1443	0.1272
<b>Índice de Sen</b>	0.1001	0.0940
<b>Índice de Foster, Greer e Thorbecke</b>		
Índice FGT (2)	0.0288	0.0248
Índice FGT (3)	0.0139	0.0111
<b>Índice de Thon</b>	0.1325	0.1234
<b>Índice de Tsakloglou</b>		
Índice M(1)	0.1444	0.1216
Índice M(2)	0.7339	0.3899
<b>Índice de Clark, Hemming e Ulsh</b>		
Índice CHU (1/2)	0.0805	0.0748
Índice CHU (1/3)	0.0837	0.0774
<b>Índice de Hagenaars</b>	0.0911	0.0833

**Fonte:** Cálculo a partir dos dados microeconómicos do IRDF80/81 e do IOF89/90



A intensidade média, avaliada em percentagem da linha de pobreza e apurada para o universo das famílias pobres, decresceu ligeiramente, passando de 27.7% para 24.8%. O esforço necessário à erradicação da pobreza em termos de recursos monetários a transferir para as famílias pobres de modo a elevar os seus recursos para o limiar de pobreza definido, expresso em percentagem do rendimento, permaneceu a níveis estáveis, cifrando-se em 4.2% e 4.1% do rendimento total, e 4.7 e 4.6% do rendimento dos não pobres, respectivamente para o começo e o fim da década.

À semelhança do que acontece com a medida da intensidade média, todas as medidas de pobreza que envolvem ambas as dimensões de extensão e intensidade da pobreza reflectem uma muito ligeira melhoria da situação de 1980/81 para 1989/90. Estes resultados espelham o facto de o impacto do decréscimo da intensidade média e da maior igualdade na distribuição dos recursos entre a população pobre, como atesta o decréscimo do índice de Gini para a população pobre, ter sido superior ao impacto do acréscimo da incidência.

As diferenças registadas são contudo pouco expressivas, apontando para uma manutenção dos níveis de pobreza apurados. Esta mesma hipótese é seguidamente explorada em maior profundidade, com a análise da relevância estatística das diferenças das estimativas apresentadas.

Com efeito, deve ter-se em atenção que os resultados particulares obtidos para os dois períodos analisados resultam das amostras recolhidas aquando da realização dos inquéritos aos orçamentos familiares. Sendo estatísticas amostrais, os indicadores de pobreza podem ser submetidos a testes quanto à significância das diferenças obtidas.

Por outro lado, o estabelecimento do nível da linha de pobreza de referência é, como repetidamente se salientou, um exercício que envolve elementos de natureza normativa, pelo que não interessa somente avaliar as diferenças nos principais indicadores de pobreza que se encontram nos dois anos analisados para o nível de referência da linha de pobreza.

Adoptando uma perspectiva de análise de sensibilidade dos resultados das principais medidas de pobreza ao nível estabelecido para linha de pobreza, a análise sobre a diferença das medidas de pobreza pode estender-se a todo o intervalo que se considere relevante para a linha divisória entre as situações de insuficiência/suficiência de recursos económicos. No limite, se considerarmos todo o intervalo de variação do agregado que expressa o nível de recursos adoptado, a análise incide sobre a dominância entre distribuições, no caso presente, entre as duas distribuições de receita líquida equivalente para cada um dos anos analisados.

Uma vez que o objectivo desta análise é a comparação das populações com recursos económicos insuficientes em relação a um padrão definido como a linha de pobreza, tomam-se as distribuições de receita equivalente relevantes, isto é, tornadas equivalentes pela escala apropriada a comparações interpessoais a baixos níveis de recursos, e referidas ao valor de referência da linha de pobreza.

Como a incidência da pobreza, em função dos diversos níveis adoptados para a linha de pobreza, se pode expressar quer em termos de famílias quer em termos de pessoas, também se consideram agora duas distribuições de recursos referentes a cada ano, a distribuição familiar e a distribuição pessoal da receita equivalente, respectivamente.

Ainda porque a nossa análise incide particularmente sobre as populações de baixos recursos, cinge-se o intervalo para o qual se analisam as distribuições expostas ao intervalo de 0% a 120% da linha de pobreza de referência.

A perspectiva de análise que se propõe é pois de dominância estocástica, relacionando os dois tipos de distribuições para cada um dos anos correspondentes aos dois últimos inquéritos aos orçamentos familiares. Uma vez que os resultados, a cada nível da linha de pobreza, são resultantes da amostra particular recolhida naqueles momentos, introduz-se o teste estatístico da diferença dos valores apurados para as famílias e pessoas com recursos inferiores a cada limiar considerado, ou seja, as medidas de incidência para esse mesmo limiar. Este tipo de teste configura-se como

um teste de diferença de proporções em populações de Bernoulli, baseados em grandes amostras (Murteira, 1990:80).

Considerando que os valores codificados para a situação face à pobreza, isto é, a detenção de recursos inferiores, ou superiores ou iguais, à linha de pobreza, constituem uma amostra casual de uma população de Bernoulli com função densidade de probabilidade

$$f(x|p), \quad x = 0, 1, \quad 0 < p < 1,$$

uma vez que a dimensão das amostras recolhidas para ambos os inquéritos são suficientes para justificar a aplicação do Teorema de De Moivre-Laplace, podemos escrever

$$Z^* = \frac{\bar{X} - p}{\sqrt{\frac{p(1-p)}{n}}} \rightarrow N(0, 1),$$

onde  $\bar{X} = \frac{\sum X_i}{n}$  é a frequência relativa ou proporção de elementos em situação de pobreza na amostra, e  $p$  a verdadeira proporção na população.

Como  $\hat{p} = \frac{\sum X_i}{n}$  é um estimador consistente de  $p$ , pode escrever-se

$$Z = \frac{\bar{X} - p}{\sqrt{\frac{\bar{X}(1-\bar{X})}{n}}} \rightarrow N(0, 1).$$

Para cada uma das estimativas da incidência pode testar-se a hipótese de nulidade da verdadeira proporção de elementos pobres na população. Para um nível de significância de 1%, obtém-se o valor crítico de 2.576, e para um nível de significância de 5%, 1.960, com se pode facilmente confirmar em qualquer tabela da distribuição normal.

No caso de duas populações de Bernoulli, a apreciação da diferença nas proporções pode ser conduzida considerando a distribuição por amostragem

$$U^* = \frac{\bar{X}_1 - \bar{X}_2 - (p_1 - p_2)}{\sqrt{\frac{p_1(1-p_1)}{n_1} + \frac{p_2(1-p_2)}{n_2}}} \rightarrow N(0, 1).$$

Agora a hipótese que interessará testar é a da igualdade das proporções  $p_1$  e  $p_2$ . Adoptando os estimador consistente de  $p_1$  e  $p_2$ , obtidos a partir das amostras, podemos escrever igualmente

$$U = \frac{\bar{X}_1 - \bar{X}_2 - (p_1 - p_2)}{\sqrt{\frac{\bar{X}_1(1-\bar{X}_1)}{n_1} + \frac{\bar{X}_2(1-\bar{X}_2)}{n_2}}} \rightarrow N(0, 1).$$

Nos quadros 7.2 e 7.3, que se apresentam seguidamente, figuram os valores da incidência da pobreza, no universo das famílias e dos indivíduos, respectivamente, parametrizadas em função do nível da linha de pobreza de referência, e os testes de nulidade das proporções encontradas, e da igualdade das proporções nos dois anos em análise.

Em relação à incidência da pobreza tomando como universo o conjunto das famílias, pode observar-se que os valores referentes à incidência na amostra recolhida em 1989/90 são sistematicamente inferiores às incidências apuradas para a amostra de 1980/81, quando a linha de pobreza assume valores até 75% da linha de pobreza de referência, apresentando-se, a partir desse nível, sistematicamente superiores.

Cingindo a análise ao intervalo de 80% a 120% da linha de pobreza de referência, pode afirmar-se que a distribuição referente a 1980/81 satisfaz as condições de dominância estocástica em relação à distribuição referente a 1989/90.

Contudo, as diferenças registadas não são estatisticamente significativas para um nível de significância de 5%, podendo atribuir-se a flutuações das amostras. Em particular, ao nível da linha de pobreza de referência, a hipótese da igualdade das

incidências nos dois momentos, só não seria de rejeitar a um nível de significância invulgarmente elevado (cerca de 30%).

**Quadro 7.2: Incidência da Pobreza nos ADPs para Diferentes Linhas de Pobreza, 1980/81 e 1989/90**

% da LP	Incidência 1980/81	Erro Padrão	Z	Incidência 1989/90	Erro Padrão	Z	U
5	0.02	0.0005	0.40	0.01	0.0003	0.31	0.17
10	0.02	0.0005	0.40	0.01	0.0003	0.31	0.17
15	0.04	0.0007	0.57	0.01	0.0003	0.31	0.39
20	0.07	0.0009	0.75	0.05	0.0007	0.69	0.17
25	0.15	0.0014	1.10	0.11	0.0011	1.03	0.23
30	0.36	0.0021	1.70	0.28	0.0017	1.65	0.29
35	0.68	0.0029	2.35	0.48	0.0022	2.16	0.55
40	1.16	0.0038	3.07	0.74	0.0028	2.68	0.90
45	1.89	0.0048	3.94	1.31	0.0037	3.58	0.96
50	3.05	0.0061	5.03	2.03	0.0045	4.47	1.35
55	4.42	0.0072	6.10	3.33	0.0058	5.76	1.18
60	6.03	0.0084	7.18	4.95	0.0070	7.09	0.99
65	7.51	0.0093	8.08	6.69	0.0080	8.31	0.67
70	9.60	0.0104	9.24	8.85	0.0091	9.67	0.54
75	11.63	0.0113	10.29	11.57	0.0103	11.23	0.04
80	13.83	0.0122	11.36	14.57	0.0114	12.82	-0.44
85	16.32	0.0130	12.52	17.41	0.0122	14.26	-0.61
90	18.98	0.0138	13.72	20.48	0.0130	15.76	-0.79
95	21.67	0.0145	14.91	23.24	0.0136	17.08	-0.79
100	24.14	0.0151	15.99	26.32	0.0142	18.56	-1.05
105	27.09	0.0157	17.28	29.23	0.0146	19.95	-1.07
110	29.63	0.0161	18.40	32.44	0.0151	21.51	-1.27
115	32.48	0.0165	19.66	35.50	0.0154	23.03	-1.34
120	35.07	0.0168	20.84	38.68	0.0157	24.66	-1.57

**Fonte:** Cálculo a partir dos dados micro-económicos dos IRDF80/81 e IOF89/90

Considerando isoladamente cada um dos inquéritos, os níveis de incidência da pobreza são significativamente diferentes de zero a partir de um nível relativamente baixo da linha de pobreza (35% do nível da linha de pobreza de referência).

**Quadro 7.3: Incidência da Pobreza nos Indivíduos para Diferentes Linhas de Pobreza, 1980/81 e 1989/90**

% da LP	Incidência	Erro	Z	Incidência	Erro	Z	U
	1980/81	Padrão		1989/90	Padrão		
5	0.05	0.0004	1.16	0.01	0.0002	0.54	0.85
10	0.05	0.0004	1.16	0.01	0.0002	0.54	0.85
15	0.05	0.0004	1.16	0.01	0.0002	0.54	0.85
20	0.09	0.0006	1.55	0.07	0.0005	1.44	0.26
25	0.17	0.0008	2.14	0.19	0.0008	2.37	-0.18
30	0.45	0.0013	3.48	0.39	0.0011	3.41	0.35
35	0.94	0.0019	5.04	0.7	0.0015	4.57	0.99
40	1.59	0.0024	6.58	0.99	0.0018	5.44	1.98
45	2.44	0.0030	8.19	1.68	0.0024	7.11	2.00
50	3.77	0.0037	10.25	2.46	0.0028	8.64	2.82
55	5.13	0.0043	12.04	3.68	0.0035	10.64	2.64
60	6.75	0.0048	13.93	5.3	0.0041	12.88	2.28
65	8.3	0.0053	15.58	7.12	0.0047	15.07	1.66
70	10.61	0.0059	17.84	9.27	0.0053	17.40	1.68
75	12.8	0.0065	19.84	12.02	0.0060	20.12	0.89
80	15.39	0.0070	22.09	15.22	0.0066	23.06	0.18
85	18.01	0.0074	24.27	17.98	0.0071	25.48	0.03
90	20.94	0.0079	26.65	21.14	0.0075	28.18	-0.18
95	23.9	0.0082	29.02	24.01	0.0078	30.59	-0.16
100	26.6	0.0085	31.17	27.34	0.0082	33.39	-0.63
105	29.69	0.0088	33.65	30.47	0.0085	36.03	-0.64
110	32.4	0.0090	35.85	33.63	0.0087	38.74	-0.98
115	35.39	0.0092	38.33	36.8	0.0089	41.53	-1.10
120	38.1	0.0094	40.63	40.18	0.0090	44.61	-1.60

Fonte: Cálculo a partir dos dados micro-económicos dos IRDF80/81 e IOF89/90

De igual modo, quando se analisa a incidência da pobreza no universo dos indivíduos, a incidência revelada pela amostra do IOF89/90 é também sistematicamente inferior à registada para a amostra do IRDF80/81, agora até ao nível de 90% da linha de pobreza de referência, sendo sistematicamente superior desse nível em diante, como resulta claro dos elementos apresentados no Quadro 7.3.

Regista-se, comparando sob este aspecto as duas distribuições, que a distribuição referente a 1980/81 satisfaz as condições de dominância estocástica restrita ao intervalo de 90% a 120% da linha de pobreza de referência, em relação à distribuição referente a 1989/90.

Também aqui, contudo, as diferenças entre os valores de incidência nos dois momentos analisados se não revelam estatisticamente significativas para um nível de significância de 5%, senão para o intervalo entre 40% e 60% da linha de pobreza de referência. Fora desse intervalo, a hipótese de igualdade das proporções nas duas amostras só não seria rejeitada se se adoptasse um nível de significância de 10%, na extremidade superior do intervalo considerado, isto é, para 120% da linha de pobreza de referência, sendo aí a incidência superior em 1989/90.

Em conclusão, embora num intervalo relativamente amplo em torno da linha de pobreza de referência, a incidência da pobreza, quer em termos de famílias, quer em termos de indivíduos, apresente valores sistematicamente superiores em 1989/90 relativamente a 1980/81 <sup>(3)</sup>, as diferenças registadas não são estatisticamente significativas.

É possível afirmar-se que, para o nível da linha de pobreza de referência anteriormente deduzida, durante a década de oitenta, década em que se verificou

---

(3) Em concreto, se restringirmos a análise ao intervalo de 90% a 120% da linha de pobreza de referência, quer a distribuição familiar quer a distribuição pessoal da receita equivalente de 1980/81 dominam estocasticamente as distribuições homólogas em 1989/90.

acentuado crescimento económico e se beneficiou de condições excepcionais de desenvolvimento propiciadas pela integração europeia, a extensão da pobreza na sociedade portuguesa não se alterou significativamente e a insuficiência de recursos económicos continuou a atingir cerca de um quarto da população do Continente.

### **7.3.2 Evolução das Situações de Pobreza por Subgrupos da População**

A decomposição das principais medidas de pobreza por subgrupos de população seguindo as principais características socio-demográficas das famílias foi já realizada para o IOF89/90 no ponto 6.5. Nesta secção procede-se à decomposição dessas mesmas medidas respeitantes ao IRDF80/81, de modo a completar a análise da evolução da incidência, intensidade e severidade da pobreza, agora na óptica dos diferentes grupos sociais.

Este tipo de análise permite ainda distinguir as variações registadas nas medidas agregadas de pobreza consideradas, em componentes decorrentes da alteração da estrutura da população verificada entre 1980/81 e 1989/90 das alterações dos níveis de pobreza internas aos grupos populacionais verificadas entre esses mesmos dois momentos.

Utilizando como critérios de estratificação as variáveis já anteriormente seleccionadas para caracterização espacial, demográfica e socio-económica das famílias, determinou-se primeiramente a decomposição das medidas de extensão (incidência da pobreza), intensidade média (défice médio de receita em percentagem da linha de pobreza) e severidade (índice de Foster, Greer e Thorbecke de parâmetro 2) da pobreza para a linha de pobreza de referência para 1980/81. Estes resultados, em forma semelhante à apresentação efectuada no capítulo anterior para 1989/90 (vd. Quadro 6.24), figuram no Quadro 7.4.



Quadro 7.4 Decomposição das Medidas de Pobreza em 1980/1981

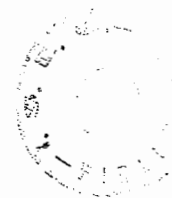
INDICADOR	População (%) (1)	Incidência da Pobreza (%) (2)	Incidência relativa da Pobreza (%) (3)	Perfil da População Pobre (%) (4)=(1)*(3)/100	Rend.médio dos pobres (c/ano) (5)	Défice médio dos pobres em % da LP (6)	Índice de FG ( $\alpha=2$ ) (7)	Severidade relativa da Pobreza (%) (8)=(1)*(7)/100
<b>NUT2</b>								
Norte	33.6	29.8	123.3	41.4	189	27.5	0.0418	1448.3
Centro	21.6	20.6	85.2	18.4	199	23.5	0.0186	644.8
LVTejo	33.1	17.1	70.8	23.4	193	25.9	0.0167	579.5
Alentejo	8.2	39.2	162.3	13.3	183	29.7	0.0479	1660.1
Algarve	3.5	23.6	97.6	3.4	182	30.1	0.0213	738.9
<b>Continente</b>	100.0	24.1	100.0	100.0	190	26.8	0.0029	100.0
<b>Rural/Urbano</b>								
Rural	56.4	29.8	123.6	69.7	188	27.7	0.0378	131.0
Urbano	43.6	16.8	69.6	30.3	196	24.6	0.0166	57.5
<b>Continente</b>	100.0	24.1	100.0	100.0	190	26.8	0.0289	100.0
<b>Dim. local</b>								
< 2000 Hab	60.9	29.7	123.0	74.9	189	27.2	0.0450	155.9
2000-10 000 Hab	11.9	16.7	69.1	8.2	191	26.5	0.0208	72.1
10 000- 300 000 Hab	16.7	15.6	64.8	10.8	193	25.9	0.0247	85.6
>300 000 Hab	10.5	13.9	57.6	6.0	200	23.1	0.0169	58.3
<b>Continente</b>	100.0	24.1	100.0	100.0	190	26.8	0.0289	100.0

Quadro 7.4 Decomposição das Medidas de Pobreza em 1980/1981 (cont.)

INDICADOR	População (%) (1)	Incidência da Pobreza (%) (2)	Incidência relativa da Pobreza (%) (3)	Perfil da População Pobre (%) (4) = (1)*(3)/100	Rend.médio dos Pobres (contos/ano) (5)	Défice médio dos Pobres (%) (6)	Índice de FGT ( $\alpha=2$ ) (7)	Severidade relativa da Pobreza (%) (8) = (1)*(7)/100
<b>Dim. Do Agregado</b>								
1 indivíduo	10,9	37,2	154,1	16,7	181	30,6	0.0318	110,0
2 indivíduos	26,6	21,4	88,6	23,6	193	25,8	0.0202	70,0
3 indivíduos	22,4	14,3	59,0	13,2	198	23,9	0.0189	65,3
4 indivíduos	20,1	18,6	76,8	15,5	197	24,4	0.0254	87,9
5 indivíduos	10,2	30,0	124,1	12,6	197	24,3	0.0386	133,8
>5 indivíduos	9,9	45,0	186,5	18,4	181	30,3	0.0771	267,0
<b>Continente</b>	100,0	24,1	100,0	100,0	190	26,8	0.0289	100,0
<b>Tipo de Agregado</b>								
Adulto < 65 anos	4,0	22,2	92,0	3,7	184	29,1	00.000	97,3
Adulto > 65 anos	6,8	46,0	190,6	13,0	180	31,0	00.000	117,5
2 Adultos	25,7	21,3	88,1	22,7	194	25,6	00.000	66,7
3 + Adultos	16,4	15,8	65,2	10,7	198	23,7	00.000	65,9
Adulto com Crianças	2,0	29,3	121,4	2,4	169	34,9	00.000	271,0
2 Adultos com Crianças	26,1	21,0	86,8	22,7	194	25,3	00.000	144,5
3+ Adultos com Crianças	19,0	31,7	131,2	24,9	190	27,1	00.000	163,5
<b>Continente</b>	100,0	24,1	100,0	100,0	190	26,8	0.0289	100,0

Quadro 7.4 Decomposição das Medidas de Pobreza em 1980/1981 (cont.)

INDICADOR	População (%) (1)	Incidência da Pobreza (%) (2)	Incidência relativa da Pobreza (%) (3)	Perfil da População Pobre (%) (4) = (1)*(3)/100	Rend.médio dos Pobres (contos/ano) (5)	Défice médio dos Pobres (%) (6)	Índice de FGT ( $\alpha=2$ ) (7)	Severidade relativa da Pobreza (%) (8) = (1)*(7)/100
<b>Sexo do Representante</b>								
Masculino	80,1	21,9	90,7	72,7	194	25,3	0,0265	91,7
Feminino	19,9	33,2	137,5	27,4	175	32,6	0,0445	153,9
<b>Continente</b>	100,0	24,1	100,0	100,0	190	26,8	0,0289	100,0
<b>Idade do Representante</b>								
< 35 anos	15,0	13,7	56,8	8,5	64	24,5	0,0171	59,4
35 - 44 anos	18,5	21,4	88,7	16,4	64	24,7	0,0294	101,7
45 - 54 anos	21,6	22,6	93,5	20,1	67	25,8	0,0312	108,1
55 - 64 anos	20,7	21,7	89,9	18,6	71	27,2	0,0276	95,5
65 - 74 anos	16,8	32,0	132,6	22,3	72	27,5	0,0335	115,9
75 ou mais anos	7,4	45,6	188,7	14,0	78	30,1	0,0470	162,7
<b>Continente</b>	100,0	24,1	100,0	100,0	190	26,8	0,0289	100,0
<b>Nível de Instrução</b>								
Sem grau	40,5	36,5	151,3	61,3	186	28,4	0,0459	159,1
Instrução Básica	48,2	18,8	78,0	37,6	197	24,2	0,0228	49,6
Instrução Secundária	8,9	2,8	11,6	1,0	199	23,5	0,0026	5,7
Instrução Superior	2,5	1,0	4,2	0,1	230	11,6	0,0003	0,9
<b>Continente</b>	100,0	24,1	100,0	100,0	190	26,8	0,0289	100,0



Quadro 7.4 Decomposição das Medidas de Pobreza em 1980/1981 (cont.)

INDICADOR	População (%) (1)	Incidência da Pobreza (%) (2)	Incidência relativa da Pobreza (%) (3)	Perfil da População Pobre (%) (4) = (1)*(3)/100	Rend.médio dos Pobres (contos/ano) (5)	Défice médio dos Pobres (%) (6)	Índice de FGT ( $\alpha=2$ ) (7)	Severidade relativa da Pobreza (%) (8) = (1)*(7)/100
<b>Categoria Sócio-económica</b>								
Empresário agrícola	13,5	24,7	102,4	13,9	197	24,3	0,0300	103,9
Trab. Agrícola por c/ outrem	5,5	34,7	143,7	7,9	192	26,2	0,0503	174,3
Empresário não agrícola	9,2	15,1	62,6	5,8	198	23,9	0,0224	77,6
Quadros	4,3	1,8	7,2	0,3	188	27,6	0,0027	9,4
Trab. C/ outrem na indústria	21,3	19,0	78,7	16,7	201	22,6	0,0226	78,3
Trab. C/ outrem no comércio	14,6	9,0	37,1	5,4	203	21,9	0,0098	34,0
Inactivos	25,6	39,4	163,2	41,7	184	29,4	0,0502	173,8
Outros activos	6,1	33,1	137,0	8,4	177	31,8	0,0410	141,8
<b>Continente</b>	100,0	24,1	100,0	100,0	190	26,8	0,0289	100,0
<b>Principal Fonte de Rendimento</b>								
Trab. C/ outrem	48,6	16,1	66,7	32,4	199	23,3	0,0197	68,2
Trab. C/ própria	26,0	23,2	96,2	25,0	198	24,0	0,0285	98,7
Rend. Capital	1,9	19,2	79,6	1,5	179	31,3	0,0375	130,0
Pensões	19,1	47,9	198,3	37,8	179	31,1	0,0717	248,2
Outras fontes	4,4	17,7	73,3	3,2	182	29,8	0,0298	103,3
<b>Continente</b>	100,0	24,1	100,0	100,0	190	26,8	0,0289	100,0
<b>Presença na Vida Activa</b>								
Sem elementos activos	23,2	42,0	174,1	40,5	79	30,4	0,0584	202,1
Pelo menos 1 Activo	76,8	18,7	77,6	59,6	63	24,3	0,0242	83,7
<b>Continente</b>	100,0	24,1	100,0	100,0	190	26,8	0,0289	100,0

Quadro 7.4 Decomposição das Medidas de Pobreza em 1980/1981 (cont.)

INDICADOR	População (%) (1)	Incidência da Pobreza (%) (2)	Incidência relativa da Pobreza (%) (3)	Perfil da População Pobre (%) (4) = (1)*(3)/100	Rend.médio dos Pobres (contos/ano) (5)	Défice médio dos Pobres (%) (6)	Índice de FGT ( $\alpha=2$ ) (7)	Severidade relativa da Pobreza (%) (8) = (1)*(7)/100
<b>Escalão de Titulares de Rendimentos</b>								
Apenas 1 Titular	44,3	27,8	115,3	51,1	188	27,7	0,0340	117,6
Dois ou mais Titulares	55,7	21,2	87,9	49,0	193	25,8	0,0260	89,9
<b>Continente</b>	100,0	24,1	100,0	100,0	190	26,8	0,0289	100,0
<b>Situação Face ao Emprego</b>								
Sem Desempregados	97,2	23,8	98,6	95,8	191	26,6	0,0275	95,4
1 ou mais Desempregados	2,9	35,8	148,3	4,2	184	29,4	0,0625	216,6
<b>Continente</b>	100,0	24,1	100,0	100,0	190	26,8	0,0289	100,0

Fonte: Cálculo a partir dos dados micro-económicos do IRDF80/81

Notas: Linha de Pobreza = 260.061 contos/ano (preços de 1990) por adulto equivalente (escala das necessidades básicas).

As percentagens da População e de Incidência da Pobreza referem-se ao total de ADPs.

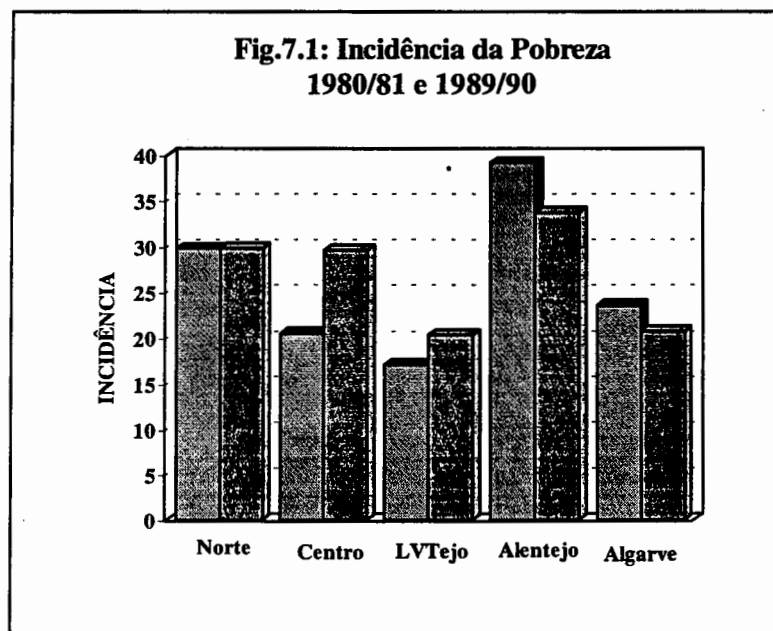
Na determinação do índice de FGT( $\alpha=2$ ), o défice de recursos de cada ADP é ponderado pelo número de indivíduos do ADP.

De modo a fazer a análise das alterações registadas no perfil, intensidade e severidade da pobreza relativa aos diferentes modos de desagregar a população total, compara-se a informação contida no quadro anterior e a apresentada no Quadro 6.24 do capítulo anterior, salientando as principais tendências registadas ao longo da década em análise.

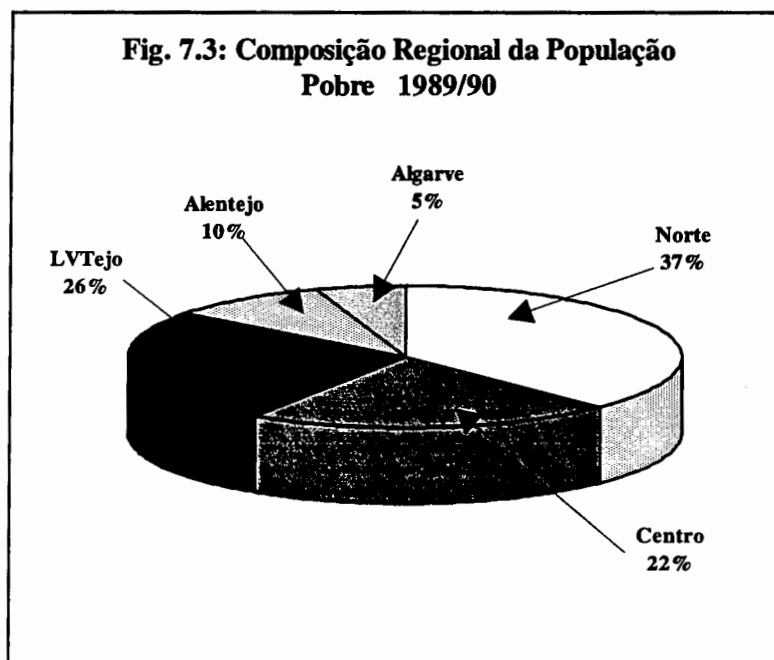
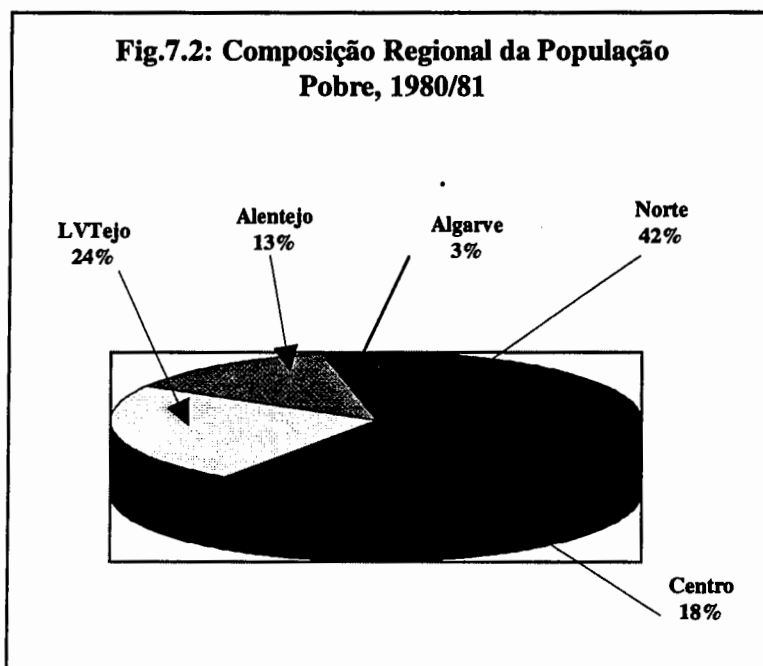
## ESTRATIFICAÇÕES GEOGRÁFICAS

### Região de Residência

Ao nível da incidência geográfica da pobreza, pode constatar-se, de 1980 para 1989 uma acentuada redução nos indicadores referentes à região do Alentejo (de 39.2% para 33.7%), embora esta continue a ser a região com os valores mais elevados de incidência, bem como uma redução mais ténue na região do Algarve (de 23.6% para 20.7%). Na região Norte manteve-se o mesmo nível de incidência (29.8%), enquanto que na região Centro e na região de Lisboa e Vale do Tejo os valores da incidência da pobreza se elevaram significativamente (de 20.6% para 29.6% e de 17.1% para 20.4% , respectivamente).



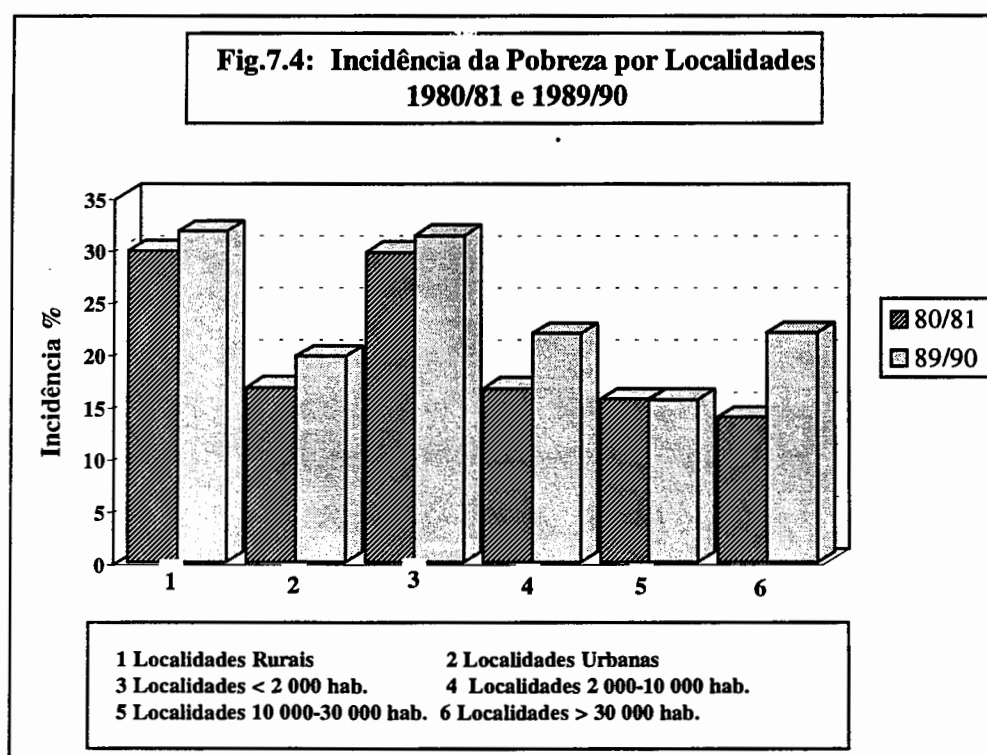
Em consequência destas alterações nos níveis de incidência, e da evolução da estrutura da população, a composição regional da população pobre continua a fazer ressaltar a região Norte como a região onde vive maior número de famílias pobres, se bem que as regiões Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Algarve tenham vindo também a ver acrescidas as suas quotas de população na população pobre total.



O défice médio de rendimento dos pobres aumentou nas regiões Centro e do Algarve, tendo diminuído em todas as outras. A severidade relativa da pobreza continua a ser de maior gravidade no Alentejo e no Norte, se bem que nas regiões Centro e de Lisboa e Vale do Tejo se tenha verificado uma evolução particularmente desfavorável (com o agravamento do índice de Foster e o aumento da severidade relativa).

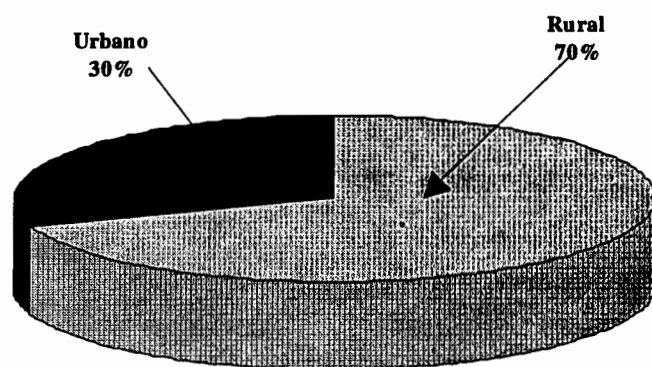
### Localização Rural/Urbana e Dimensão da Localidade de Residência

Em relação à decomposição rural/urbana e à decomposição em função da dimensão das localidades de residência, verifica-se um acréscimo nos valores da incidência sobretudo nas localidades de maior dimensão (de 13.9% para 22.0%), e nas localizações urbanas (de 16.8% para 19.7%). As localizações urbanas ganham igualmente peso na composição da população pobre, que ainda continua a ser, contudo, maioritariamente rural.

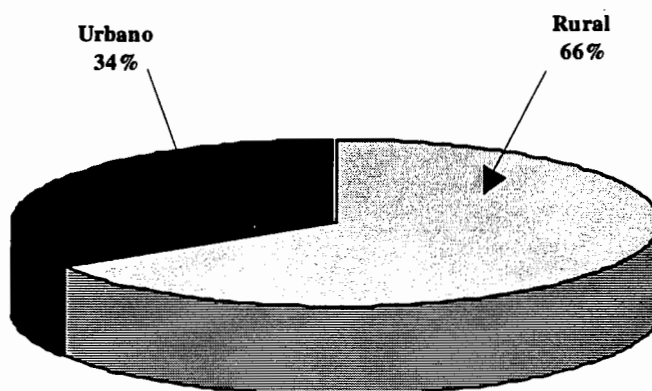




**Fig. 7.5: Composição Rural/Urbana da População Pobre 1980/81**



**Fig.7. 6: Composição Rural/Urbana da População Pobre 1989/90**



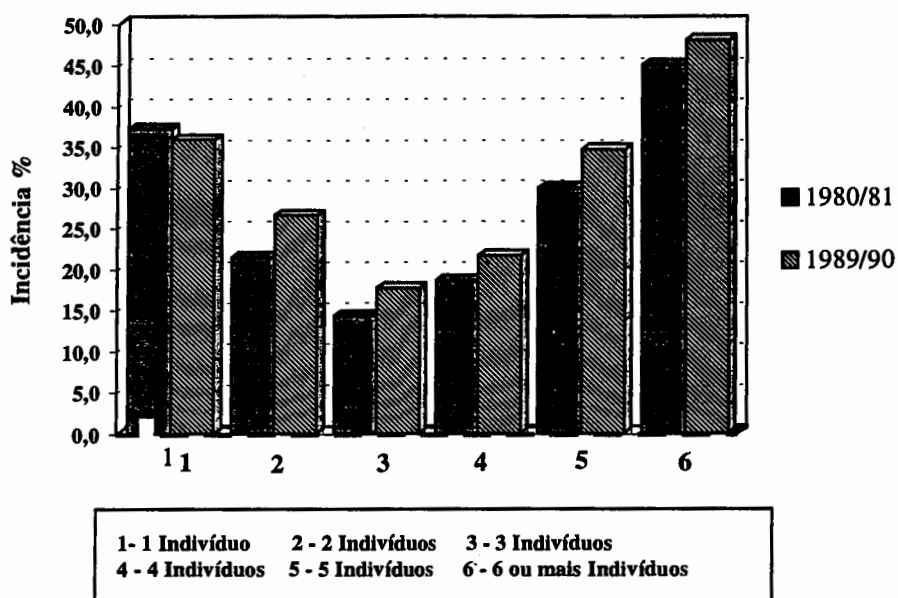
O défice médio de rendimento das famílias pobres decresceu de 1980 para 1989 em todos os tipos de localidades, excepto nas de 10 mil a 300 mil habitantes, onde se registou um pequeno acréscimo. A severidade da pobreza agravou-se, quer em termos dos valores do índice de Foster decomposto nos dois momentos, quer em termos de relação com o valor médio (severidade relativa) no momento final, quer para as localidades urbanas, quer para as localidades de dimensão populacional superior a 300 mil habitantes.

## **ESTRATIFICAÇÕES DEMOGRÁFICAS**

### **Dimensão da Família**

Em relação à dimensão da família, verifica-se um ligeiro desagravamento na incidência em famílias de um único indivíduo, de 37.2% para 35.9%, categoria familiar que ainda continua a apresentar o segundo mais elevado valor da incidência, superado apenas pela categoria de famílias de 6 ou mais indivíduos, na qual a incidência se elevou de 45% para 48%. Em todas as restantes categorias os valores de incidência sofreram um acréscimo relativamente proporcional à evolução do indicador agregado.

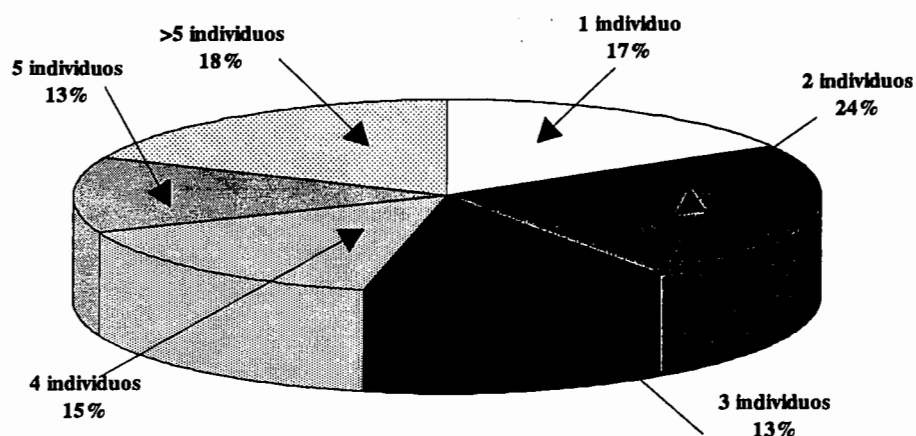
**Fig.7.7: Incidência da Pobreza por Dimensão da Família  
1980/81e 1989/90**



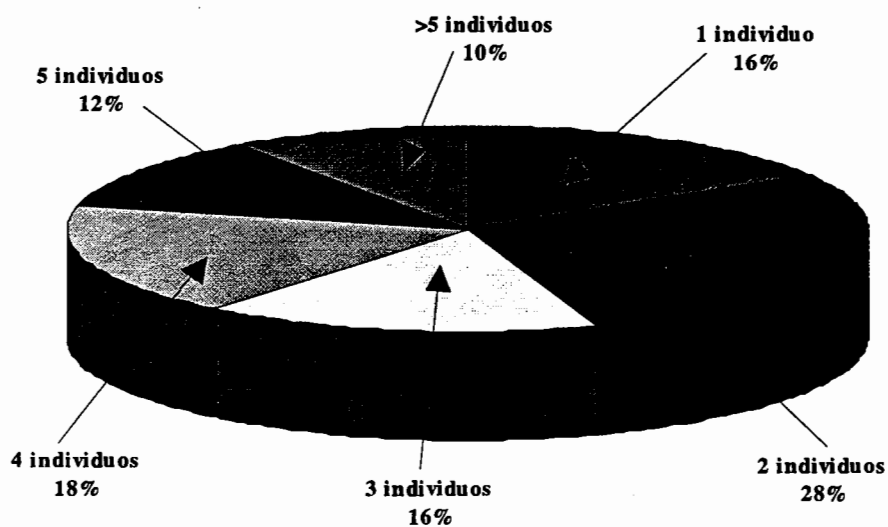
Em resultado da alteração das incidências por categorias da população e dos seus pesos relativos na população total, a composição da população pobre registou um incremento das quotas das famílias de 2, 3 e 4 indivíduos, e redução substancial nas famílias de 6 ou mais indivíduos, decorrente da sua menor representatividade na estrutura da população, e uma pequena redução nas famílias de 1 e de 5 indivíduos.

O défice médio de rendimento das famílias pobres decresceu para todas as dimensões familiares, enquanto que o índice de Foster e a severidade relativa decresceu em todas as famílias excepto nas de grande dimensão, isto é, a partir de 5 indivíduos, para as quais se verificou uma acrescida posição de desvantagem.

**Fig. 7.8: Composição da População Pobre em Função da Dimensão do ADP, 1980/81**

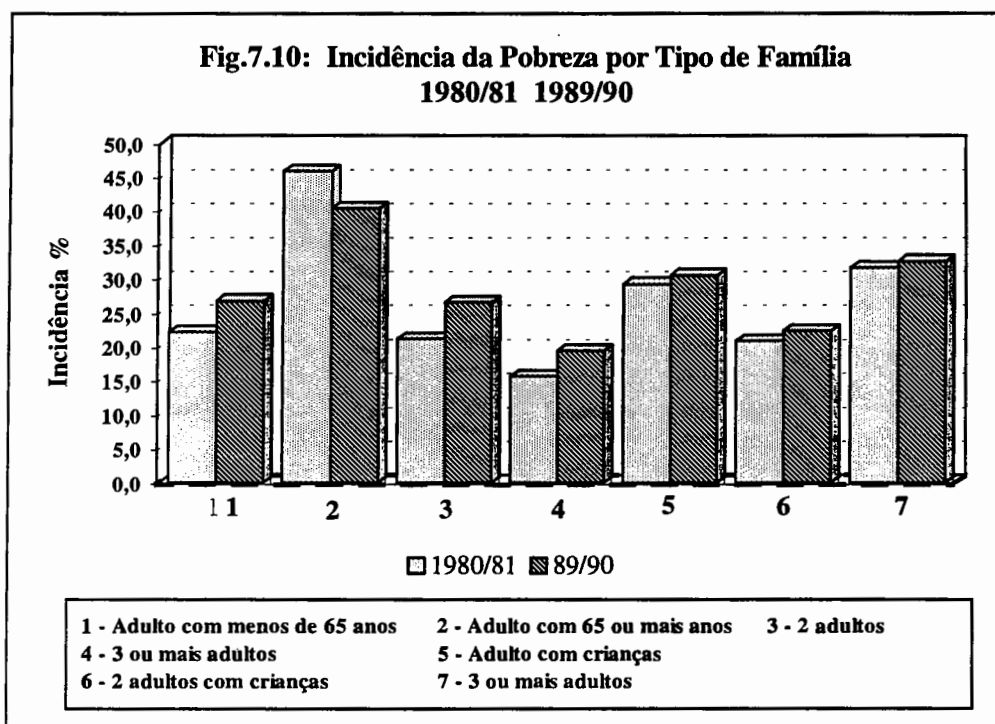


**Fig. 7. 9: Composição da População Pobre em Função da Dimensão do ADP, 1989/90**

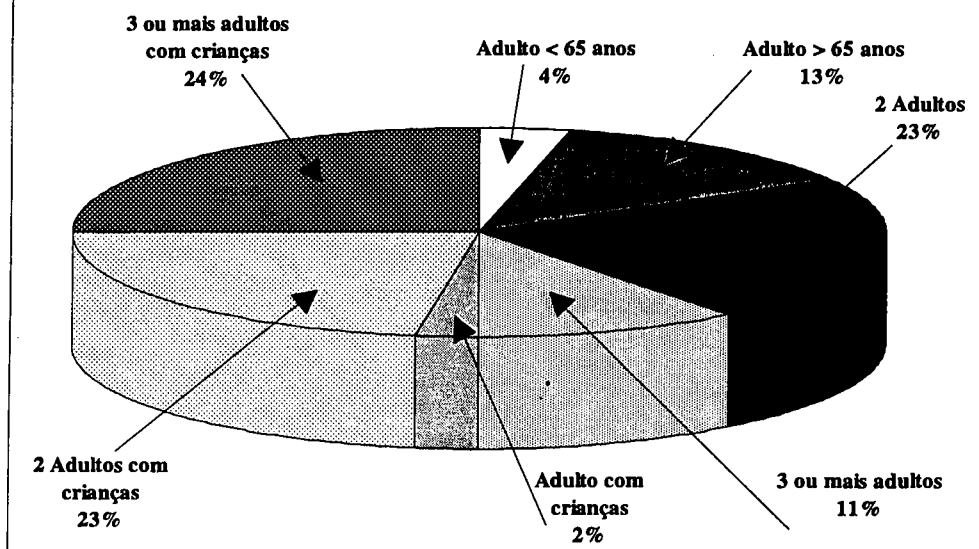


## Composição da Família

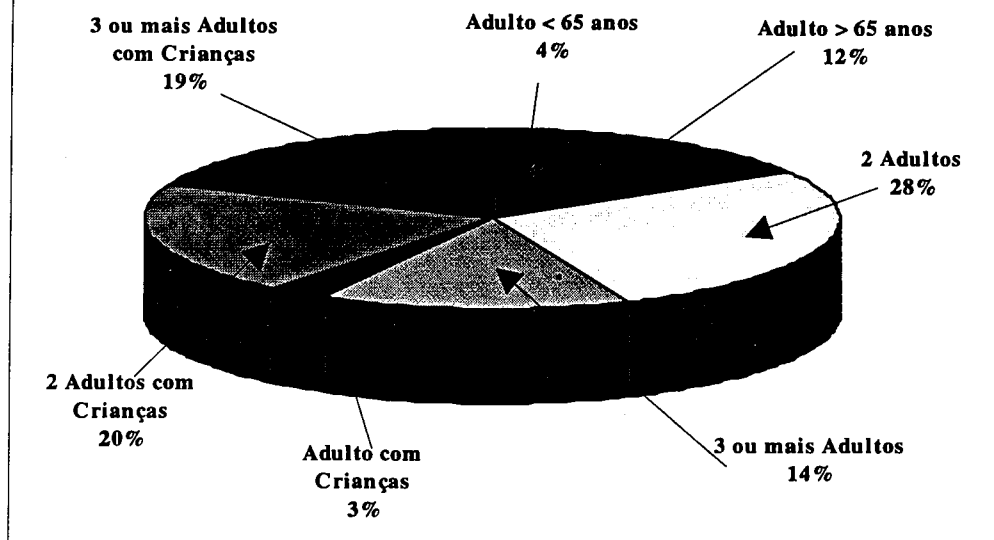
Atendendo à composição do agregado familiar, constata-se que a evolução registada ao longo da década para as famílias uni-individuais tem um duplo padrão no que se refere aos indivíduos com menos de 65 anos (para os quais a incidência se elevou de 22.2% para 26.8%) e aos indivíduos com 65 ou mais anos (para os quais a incidência decresceu de 46.0% para 40.4%). Os tipos de famílias mais vulneráveis à pobreza continuam a ser os idosos isolados, adultos sós com crianças a cargo, e famílias com três ou mais adultos com crianças, nos quais os níveis de incidência excedem os 30%.

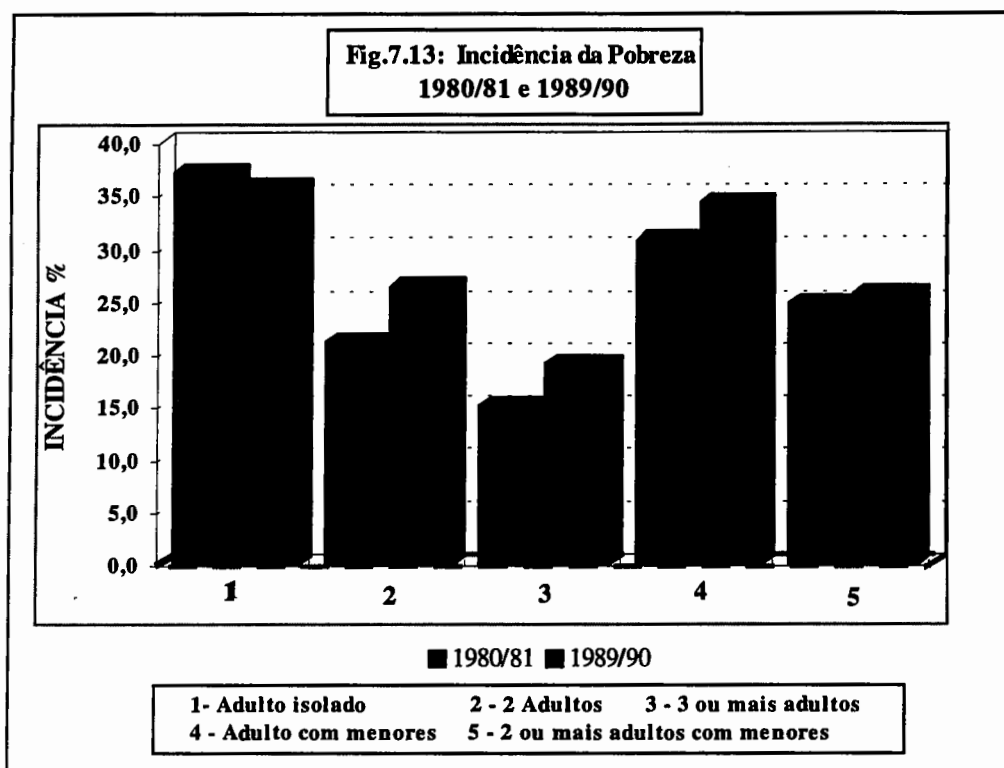


**Fig.7.11: Composição da População Pobre  
Por Tipo de ADP, 1980/81**



**Fig. 7.12: Composição da População Pobre  
por Tipo de ADP, 1989/90**



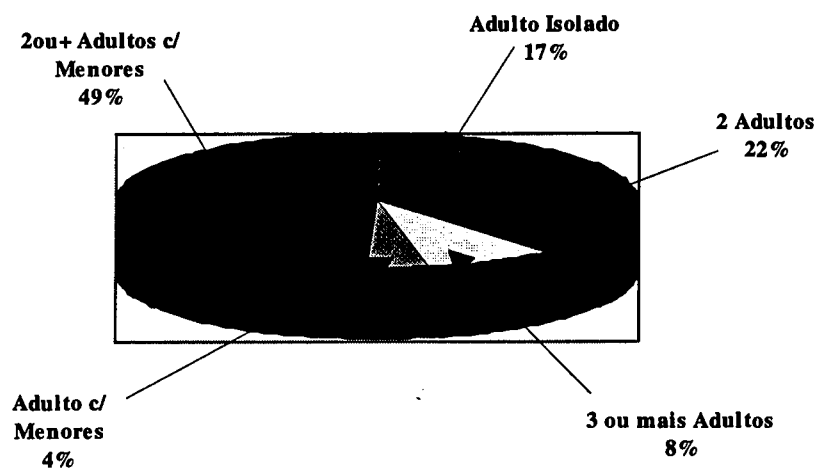


Em termos da composição da população pobre verifica-se um reforço das componentes respeitantes aos agregados constituídos por dois ou mais adultos, tendo-se reduzido a contribuição dos agregados com crianças <sup>(4)</sup> (de 49.9% para 41.8% do total da população pobre) ou dos agregados com menores (de 53.1% para 45.8% do total da população pobre).

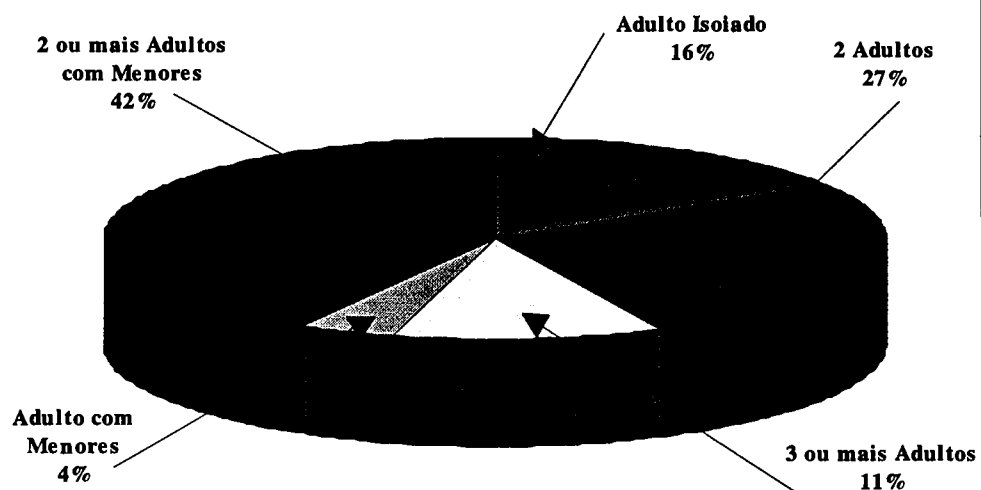
---

(4) Recorde-se que o INE classifica como crianças os menores de 16 anos. Manteve-se a designação de crianças para este estrato etário, e designou-se por menores o conjunto de indivíduos com idade inferior a 18 anos.

**Fig.7.14: Composição da População Pobre  
por Tipo de ADP, 1980/81**



**Fig. 7.15: Composição da População Pobre por Tipo de ADP  
1989/90**

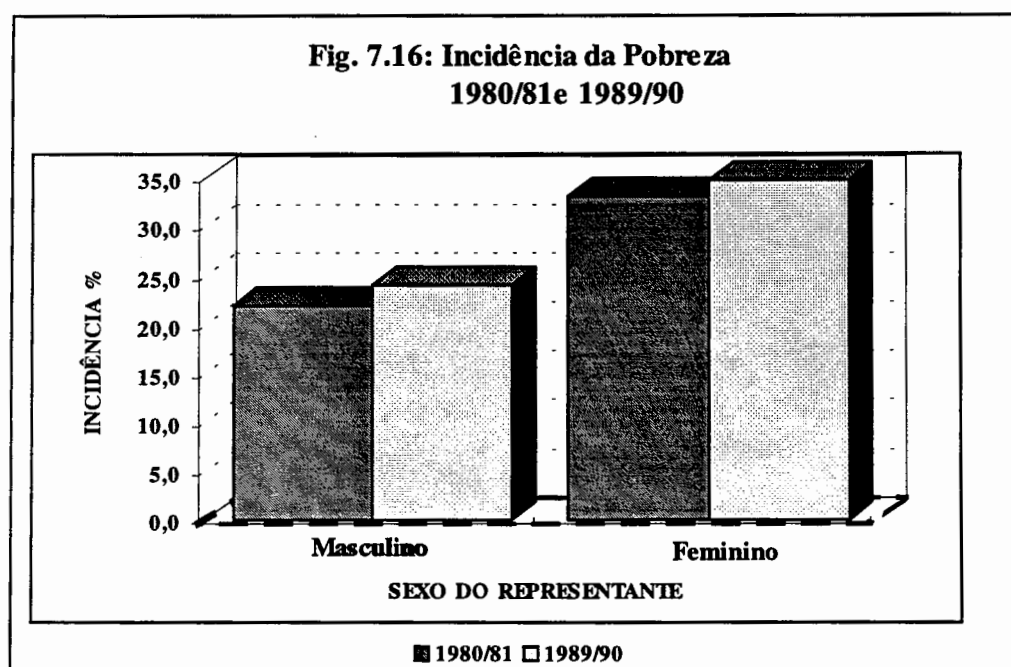




Uma das evoluções mais desfavoráveis ao longo da década registou-se no caso das famílias constituídas por um adulto com menores a cargo, para as quais tanto a incidência, como a intensidade média e a severidade, se elevaram significativamente, vindo a acentuar-se a sua posição de desvantagem relativa.

### Sexo do Representante da Família

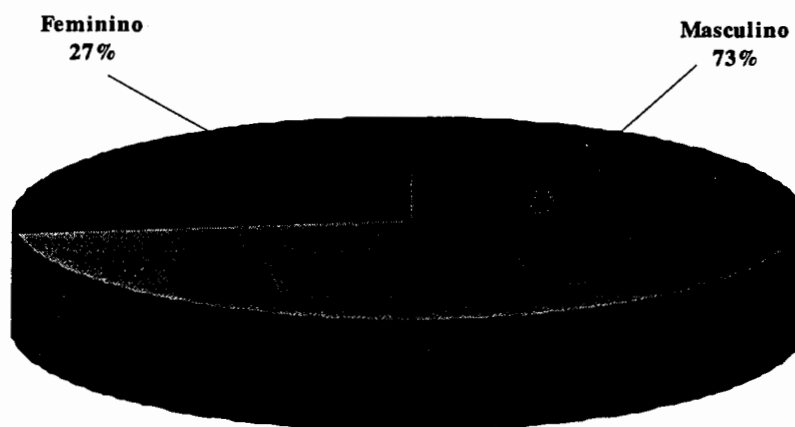
Diferenciando a população em função do sexo do representante da família, constata-se que a proporção de famílias lideradas por mulheres é relativamente semelhante nos dois inquéritos, e próxima dos 20%. A incidência da pobreza agravou-se quer para os agregados representados por homens, quer por mulheres, de 1980 para 1989. Contudo, a incidência nos agregados representados por mulheres é significativamente mais elevada do que nos agregados representados por homens, cifrando-se em 34.9% e 24.1% os valores da incidência no final da década, enquanto atingiam 33.2% e 21.9% no seu início, respectivamente.



**Fig.7.17: Composição da População Pobre  
1980/81**



**Fig.7.18: Composição da População Pobre  
1989/90**



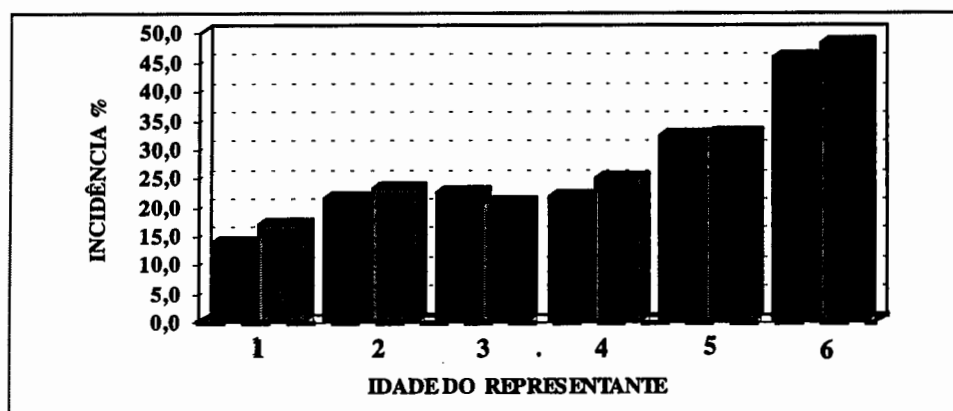
Não se tendo alterado senão marginalmente a estrutura da população e as incidências relativas, a composição da população pobre face a esta característica manteve-se quase inalterada. Os agregados representados por mulheres constituem mais de um quarto da população pobre (cerca de 27%), quando apenas constituem cerca de um quinto da população total.

Também os agregados representados por mulheres registaram uma evolução penalizadora no que toca à severidade relativa da pobreza (que passou de 153.9% para 176% da média nacional). Assim, estes agregados apresentam uma grande vulnerabilidade e uma trajectória de empobrecimento absoluto e relativo.

### **Idade do Representante da Família**

Estratificando as famílias por classes de idade do seu representante, verifica-se que as incidências da pobreza cresceram durante a década em análise para todas as classes, excepto para a fase intermédia do ciclo de vida, a classe dos 45 aos 54 anos. Também a incidência da pobreza se apresenta crescente com o nível etário do representante, excepto para aquela classe, disparando claramente a partir dos 65 anos. Para a classe de idades dos 65 aos 74 anos, embora a incidência se tenha agravado ligeiramente, quer a intensidade média quer a severidade da pobreza registam uma ligeira redução, conduzindo a posições menos desvantajosas neste grupo no que toca à incidência relativa e severidade relativa, do que se verificavam no início da década. Já a classe de idades igual ou superior a 75 anos apresenta uma trajectória de empobrecimento acentuado, em todas as perspectivas captadas pela presente análise.

**Fig..7.19: Incidência da Pobreza  
1980/81 e 1989/90**



■ 1980/81 ■ 1989/90

1 - < 35 anos

2 - 35-44 anos

3 - 45 - 54 anos

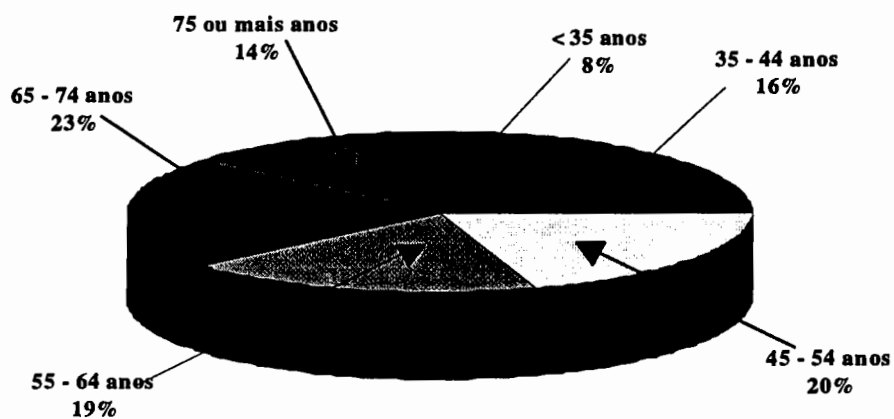
4 - 55 - 64 anos

5 - 65 - 74 anos

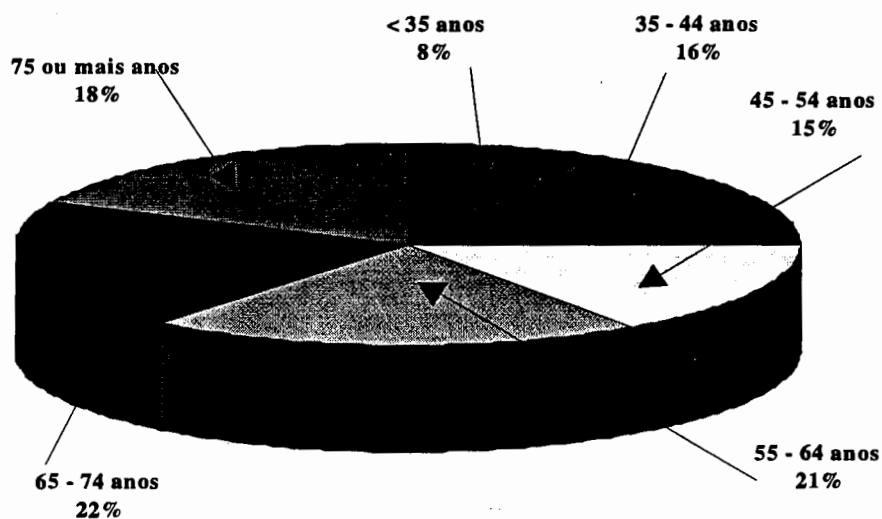
6 - 75 ou mais anos

Assim, a classe etária dos representantes muito idosos, a chamada quarta idade, embora tenha perdido peso na estrutura da população, tornou-se ainda mais representada na estrutura da população pobre (o seu peso subiu de 14% para 18% da população pobre). A classe dos 45 aos 54 anos reduziu a sua participação em cinco pontos percentuais (de 20.1% para 15.5%), enquanto que as demais classes basicamente mantiveram as suas quotas.

**Fig.7.20: Composição da População Pobre  
por Idade do Representante, 1980 /81**



**Fig.7. 21: Composição da População Pobre  
por Idade do Representante, 1989/90**



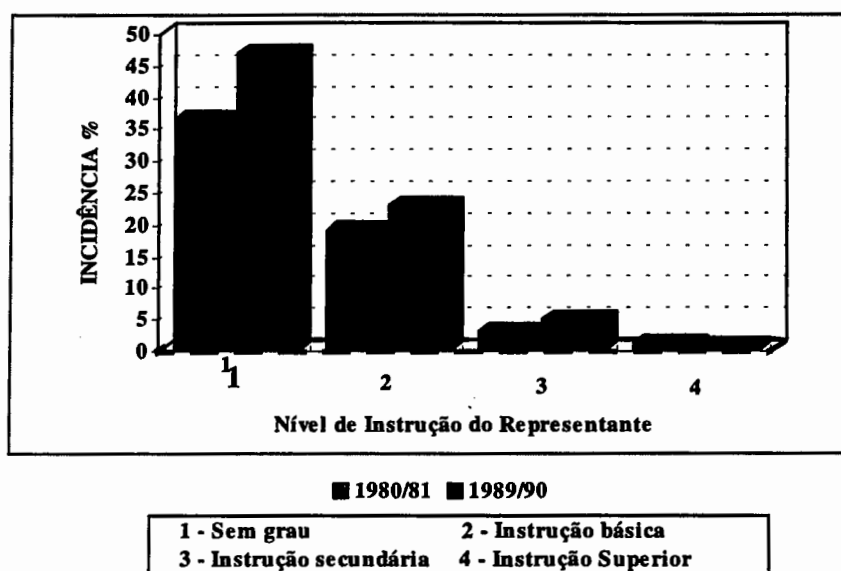
## **ESTRATIFICAÇÕES SOCIO-ECONÓMICAS**

### **Nível de Instrução do Representante da Família**

A decomposição da população em função do nível de instrução conduz a resultados que ressaltam a fundamental associação desta característica com a vulnerabilidade à pobreza. Os níveis de incidência elevaram-se para todas as categorias à excepção dos representantes com nível de instrução superior, onde a incidência se aproxima de zero. E este acréscimo é tanto mais substancial quanto mais baixo é o nível de instrução, o que debilita adicionalmente a posição dos agregados familiares cujo representante não possui qualquer grau do sistema de ensino (no qual a incidência cresceu de 36.5% para 46.8%) ou apenas detém a instrução primária (tendo neste grupo a incidência aumentado de 18.8% para 22.9%).

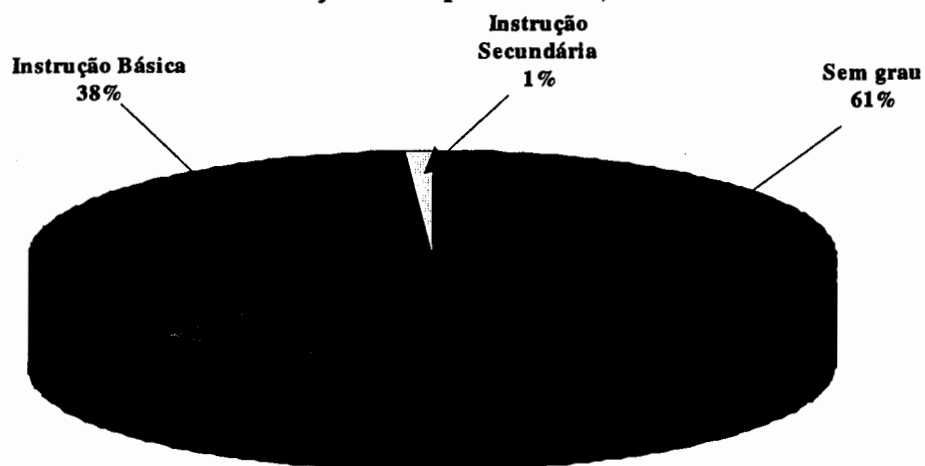
Os défices de rendimento decresceram ligeiramente em todos os subgrupos, enquanto que a severidade da pobreza avaliada pelo índice de Foster decresceu também em todos eles, excepto no grupo cujo representante não detém qualquer grau de instrução. É aliás sempre este o grupo que regista uma vulnerabilidade acrescida à pobreza, expressa quer pelo nível de incidência relativa (que passou de 151.3% para 177.7% do nível nacional), quer de severidade relativa (que passou de 159.1% para 195.8% do nível nacional).

**Fig.7.22: Incidência da Pobreza  
1980/81 e 1989/90**

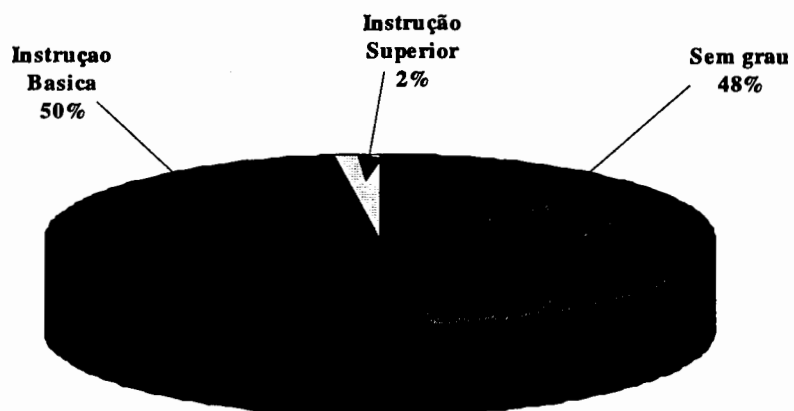


A evolução da estrutura da população registou uma forte contracção do peso das famílias representadas por indivíduos sem qualquer grau do sistema de ensino (de 40.5% para 26.8%), e o reforço de todos os outros grupos, pelo que, embora dominada pelos dois grupos de nível de instrução mais reduzida, na composição da população pobre passou a ser maioritária a quota das famílias cujo representante tem a instrução básica, logo secundado pela quota das famílias cujo representante não detém qualquer grau de ensino.

**Fig. 7.23: Composição da População Pobre Por Grau de Instrução do Representante, 1980/81**



**Fig. 24: Composição da População Pobre por Grau de Instrução do Representante, 1989/90**





### **Categoria Socio-económica do Representante da Família**

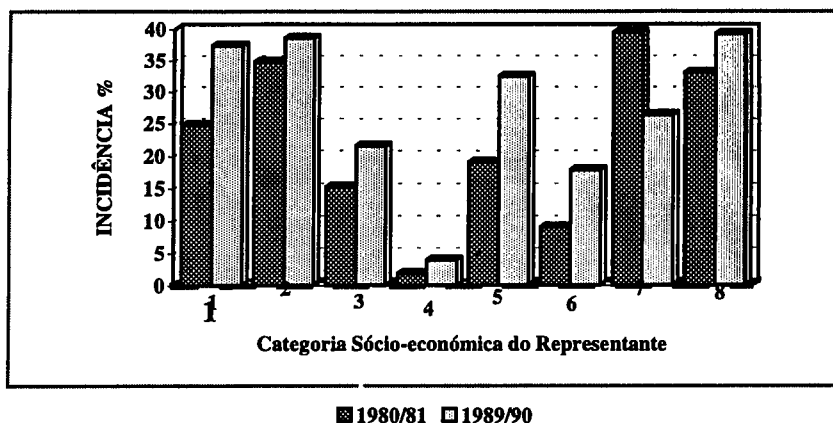
Estratificando a população pela categoria socio-económica do representante, regista-se uma evolução do nível de incidência da pobreza que faz subir à posição de maior nível de incidência os activos ligados à agricultura (empresários ou trabalhadores por conta de outrem) e os outros activos (categoria residual que atinge 5% da população coberta pelo IOF89/90) para os quais a incidência passa a cifrar-se próximo dos 38%.

Os trabalhadores por conta de outrem na indústria e nos serviços também registam acréscimos substanciais da incidência (de 19.0% para 32.4%, e de 9.0% para 17.8%, respectivamente). Também os empresários não agrícolas registam uma incidência agravada de 15.1% para 21.5%. Estes valores talvez possam ser explicados pela difusão que entretanto se verificou na sociedade portuguesa de contratos de trabalho de vínculo precário, nomeadamente os contratos a prazo remunerados por recibo verde.

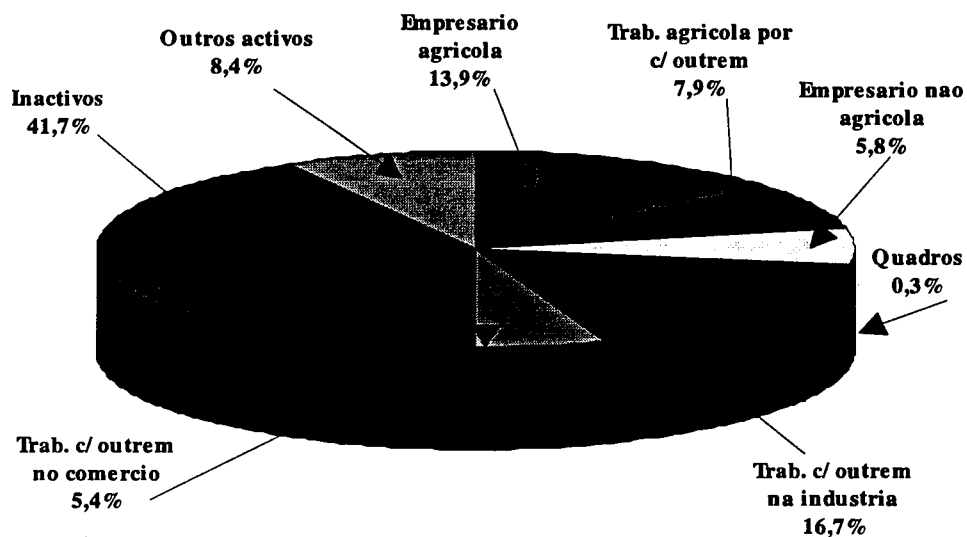
As famílias representadas por inactivos foram o único grupo desta estratificação para o qual se verificou decréscimo na incidência da pobreza, que desceu de 39.4% para 26.4%.

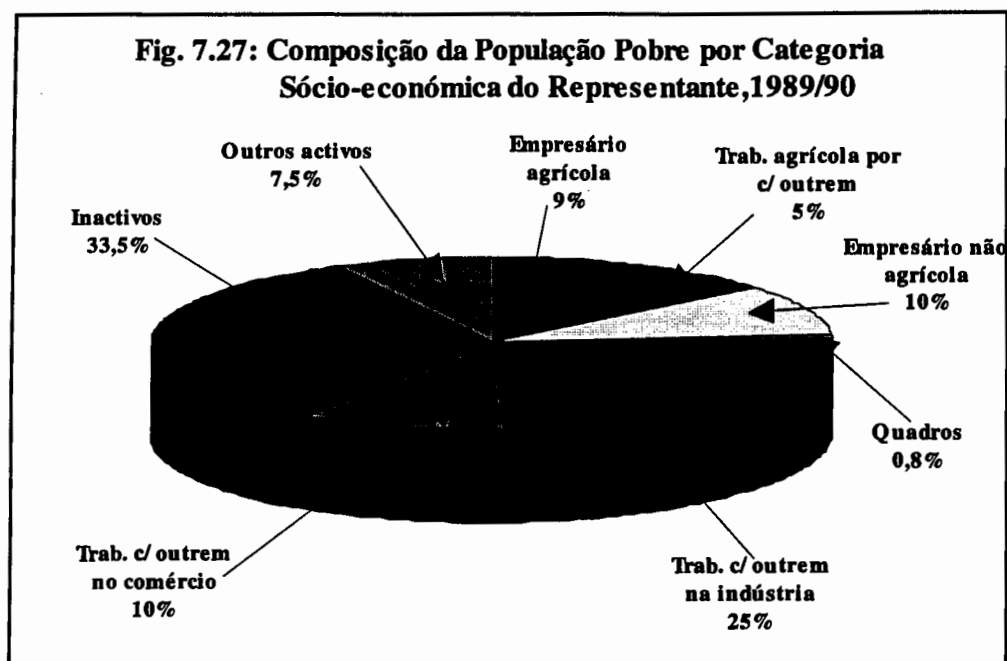
Face ao decréscimo da população no sector primário, o peso dos agregados representados por activos deste sector diminuiu de 21.8% para 14.3% da população pobre, enquanto que os trabalhadores por conta de outrem na indústria e nos serviços, cujo peso na população total se manteve, registaram uma subida de 22.2% para 34.3% do total da população pobre. Os inactivos, dada a evolução verificada para a incidência, e ainda que o seu peso na estrutura da população tenha subido de 25.6% para 33.5%, passa a representar 33.5% da população pobre, e já não os 41.7% que representava no princípio da década.

**Fig.7.25: Incidência da Pobreza  
1980/81 e 1989/90**



**Fig. 7.26: Composição da População Pobre por Categoria  
Sócio-económica do Representante, 1980/81**



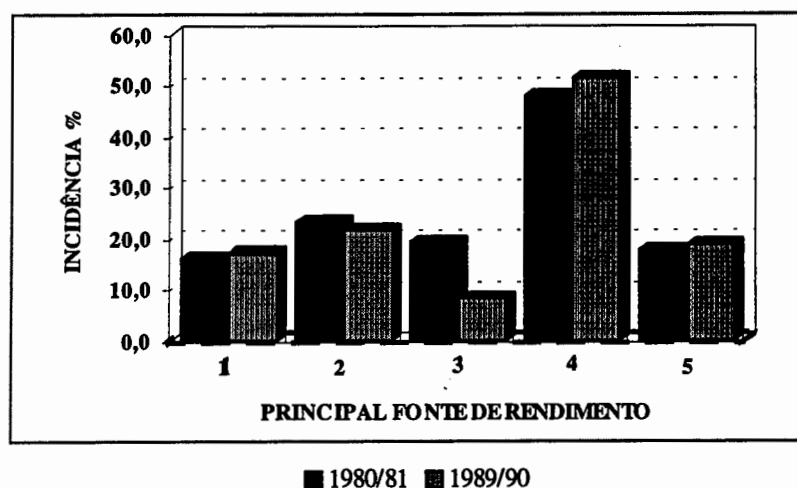


### Principal Fonte de Rendimento

Se a decomposição da população se basear na principal fonte de rendimento da família, apuram-se incidências acrescidas nas famílias cuja principal receita são as pensões, grupo que regista simultaneamente o maior nível e o maior acréscimo durante a década (de 47.9% para 51.4%). Este resultado confirma a conclusão, já várias vezes referida, de os níveis de grande parte das pensões não serem suficientes para assegurarem condições de vida dignas, e, na hipótese dos agregados não complementarem o seu rendimento com receitas de outras fontes, aqueles estarem muito provavelmente em situação de pobreza.

As famílias que dependem maioritariamente de rendimentos do trabalho por conta de outrem também registaram uma subida na incidência (de 16.1% para 17.1%), enquanto que os que dependem primordialmente de rendimentos do trabalho por conta própria ou de rendimentos de capital registaram um decréscimo na incidência (de 26% para 21.6%, e de 19.2% para 8.3%, respectivamente).

**Fig.7.28: Incidência da Pobreza  
1980/81 e 1989/90**



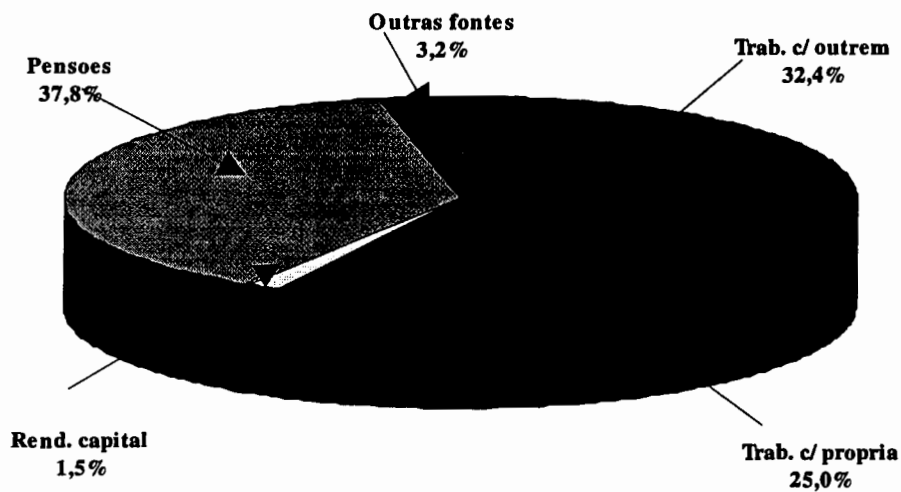
■ 1980/81 ■ 1989/90

1 - Trabalho conta de outrem    2 - Trabalho conta própria  
3 - Rendimento capital        4 - Pensões                    5 - Outras fontes

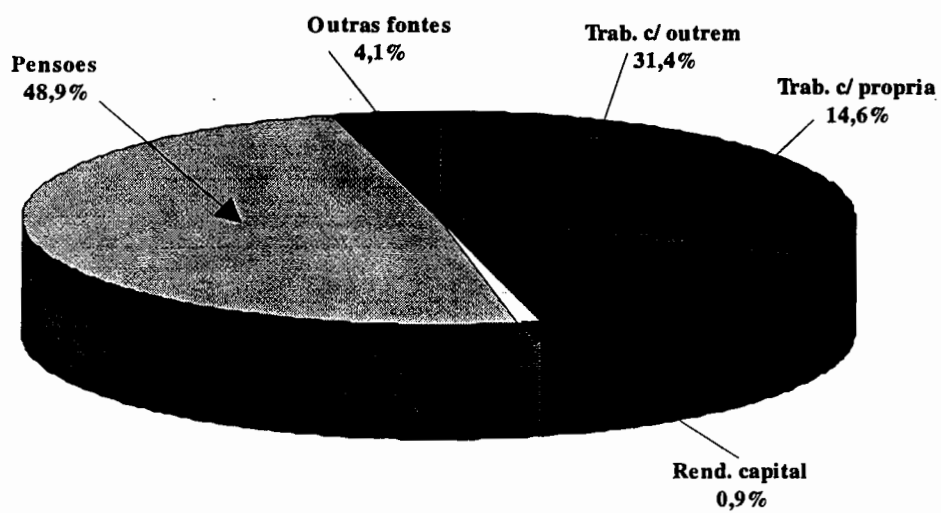
O défice médio de rendimento dos pobres, tal como a severidade relativa da pobreza, decresceu para todos os grupos desta estratificação, excepto no que se refere a um crescimento marginal da intensidade média da pobreza para o grupo dependente dos rendimentos por conta própria.

Na composição da população pobre por principal fonte de rendimento das famílias, a evolução registada entre 1980 e 1989 sublinha o peso das famílias que dependem de pensões.

**Fig.7.29: Composição da População Pobre  
por Principal Fonte de Rendimento, 1980/81**



**Fig. 7.30: Composição da População Pobre  
por Principal Fonte de Rendimento, 1989/90**



## **Número de Activos e Desempregados na Família**

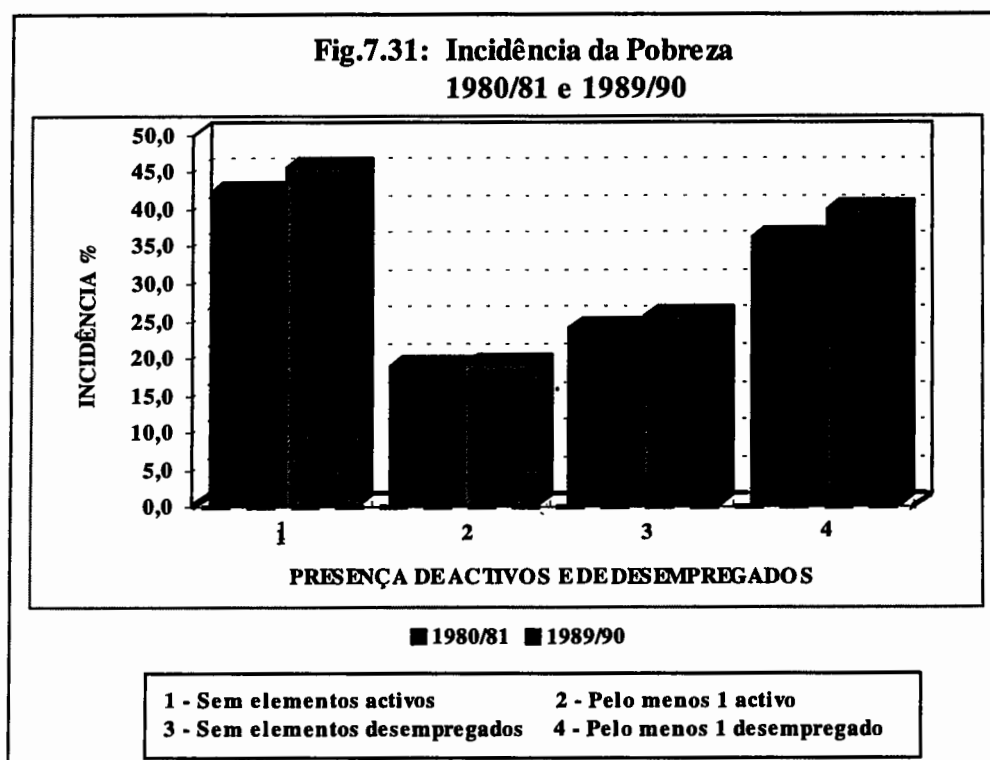
A partição da população em função do número de activos e de desempregados, revela uma forte diferenciação em relação à vulnerabilidade à pobreza dependendo da existência ou não de activos na família, e uma diferenciação menos acentuada dependendo da situação de desemprego de alguns dos membros das famílias.

Para as famílias sem elementos activos, a incidência da pobreza aumentou de 42.0% para 45.4%, enquanto que, para as famílias com elementos activos, a incidência manteve-se ao nível dos 19.0%. As famílias com desempregados registam uma incidência crescente, de 35.8% para 39.7%, enquanto que a incidência entre famílias sem desempregados cresceu de 23.8% para 25.4%.

Mais que a desinserção no mercado de trabalho por desemprego, e logo com quebra de rendimento, é a situação de saída do mercado de trabalho, eventualmente na situação de reforma, e portanto com um rendimento de substituição, que está mais associada à vulnerabilidade face à pobreza. Uma vez mais se infere quanto os níveis de prestações da segurança podem ser a causa principal da insuficiência de rendimentos das famílias.

Os níveis de incidência média e severidade para os diversos grupos não se alteraram significativamente durante o período em análise, continuando para os agregados sem elementos activos a situar-se acima da média total, particularmente em termos de severidade, onde se registam valores 100% mais elevados que o valor médio registado para o total da população.

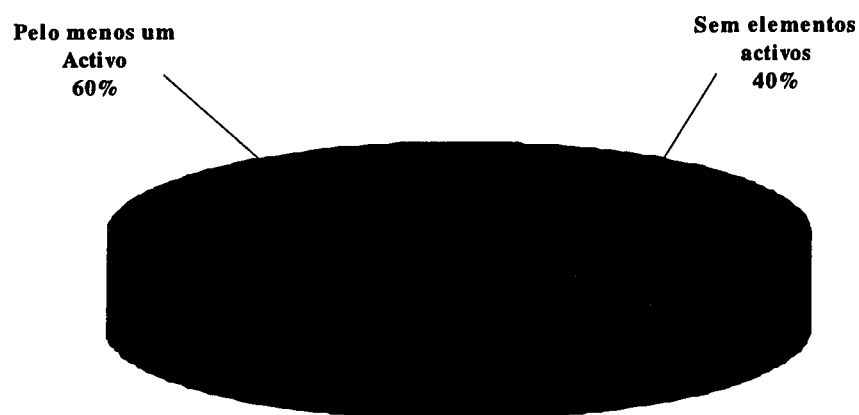
**Fig.7.31: Incidência da Pobreza  
1980/81 e 1989/90**



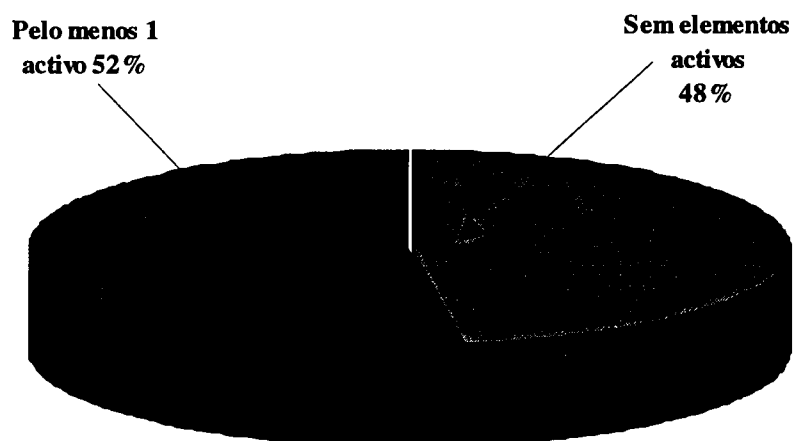
A composição da população pobre reflecte as tendências referidas anteriormente, tendo o peso das famílias sem elementos activos crescido de 40,4% para 47,9% da população pobre total.

Embora o peso das famílias com elementos desempregados seja reduzida nos dois momentos analisados (2,9% e 6,6% da população total, respectivamente), a sua maior exposição à pobreza resulta num maior peso relativamente à população pobre, crescente na década de 4,2% para 9,9%.

**Fig.7.32: Composição da População Pobre em função do número de Activos, 1980/81**



**Fig. 7.33: Composição da População Pobre em Função do Número de Activos, 1989/90**

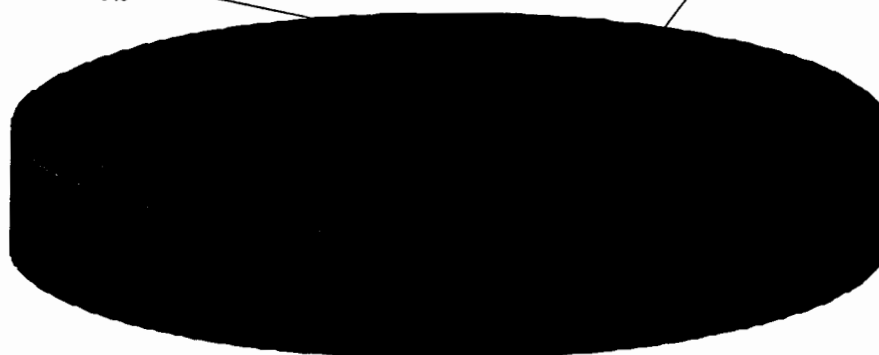




**Fig.7.34: Composição da População Pobre em Função do Número de Desempregados, 1980/81**

**1 ou mais Desempregados**  
4%

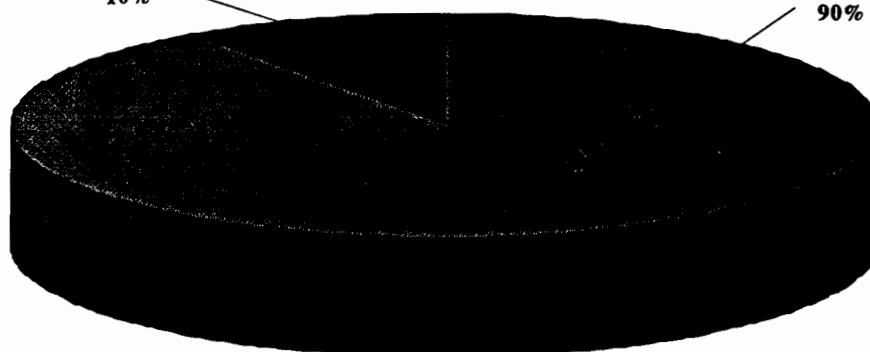
**Sem Desempregados**  
96%



**Fig. 7. 35: Composição da População Pobre em Função do Número de Desempregados, 1989/90**

**1 ou mais Desempregados**  
10%

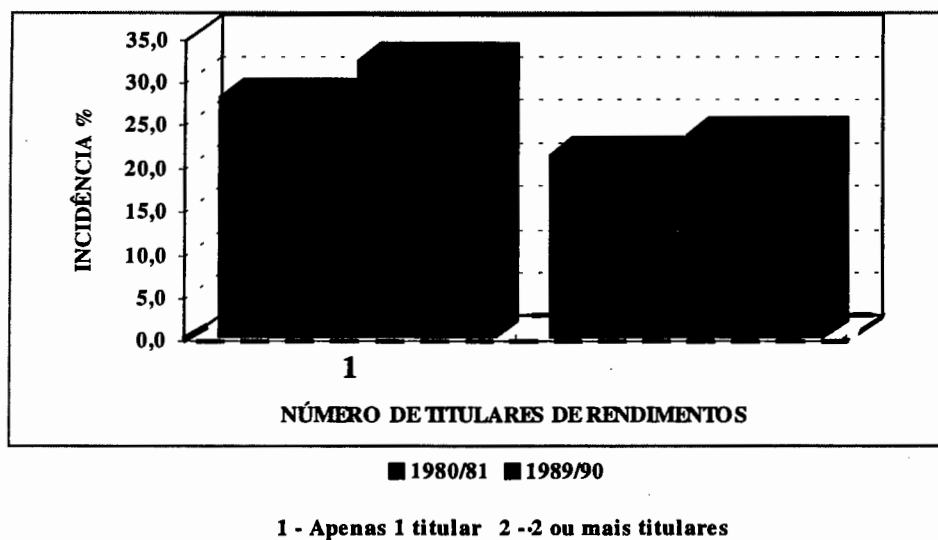
**Sem Desempregados**  
90%



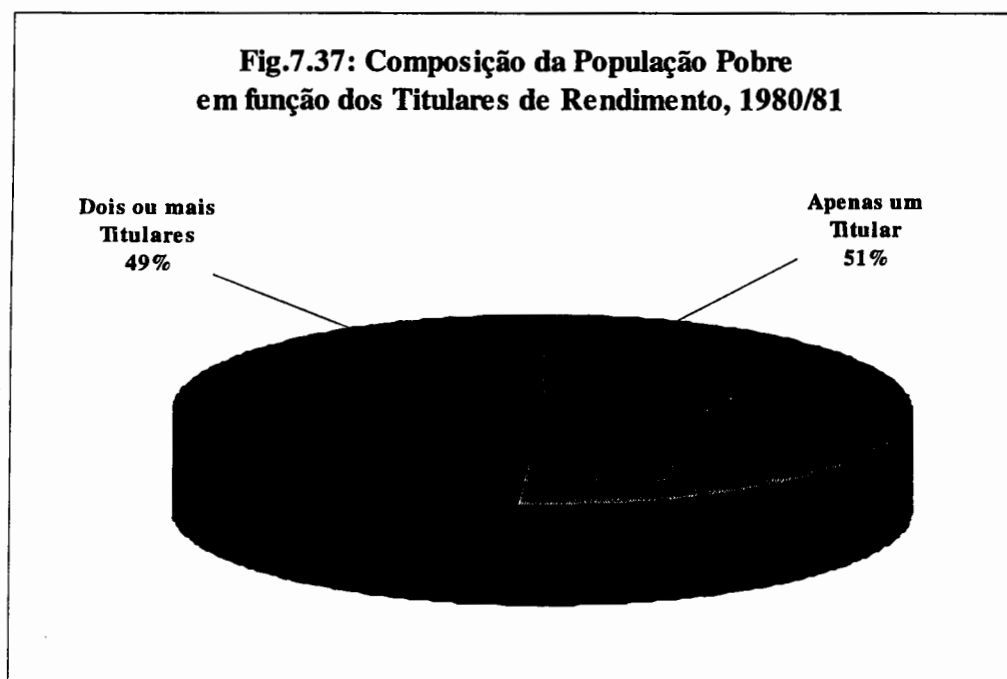
### Número de Titulares de Rendimento na Família

Finalmente, a decomposição da população pelo número de titulares de rendimento revela uma trajectória de maior vulnerabilidade das famílias com um único titular de rendimento. Com efeito, quer o acréscimo ao nível da incidência se deu mais fortemente neste grupo, passando de uma incidência de 27.8% para 32.2% (enquanto que as famílias com mais do que um titular sofreram um acréscimo de 21.2% para 23.4% ), quer se agravou ligeiramente o défice médio de rendimento (quando para as famílias com mais de um titular este indicador melhorou ligeiramente), quer ainda se elevou a severidade avaliada pelo índice de Foster. Em termos de incidência e severidade relativas, isto é, em relação à média para o total da população, este grupo viu agravada a sua condição, situando-se mais de 20% acima da incidência média e mais de 50% acima da severidade média no final da década.

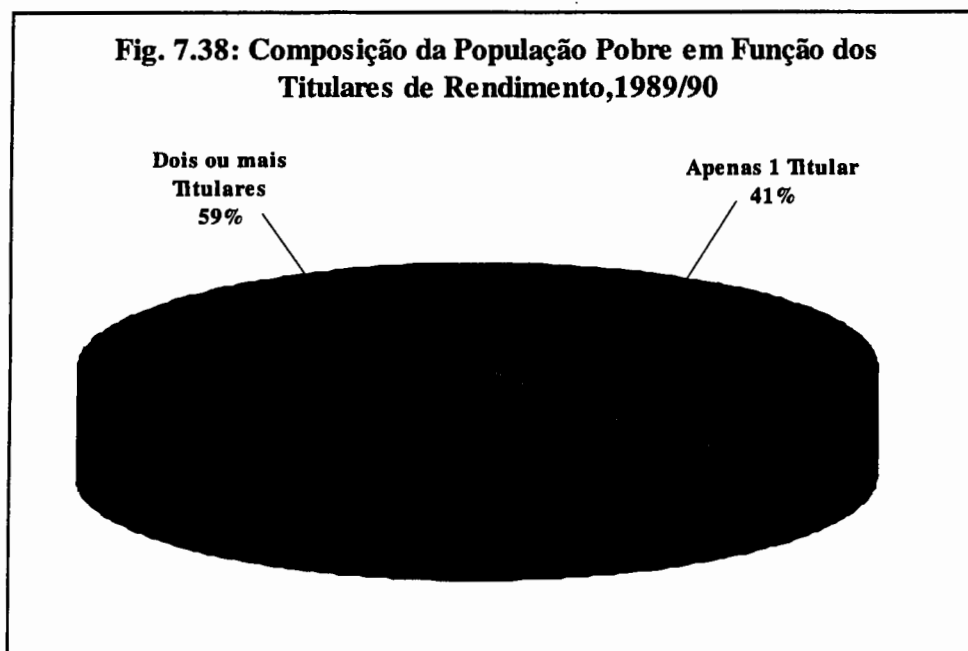
**Fig. 7.36: Incidência da Pobreza  
1980/81 e 1989/90**



Uma vez que a estrutura da população revela um forte deslocamento das famílias com um único titular de rendimento para as famílias com mais de um titular (a relação no princípio da década era quase de 44.3% contra 55.7%, e no fim, de 33.4% para 66.6%), reflectindo porventura uma alteração do estatuto da mulher e da divisão familiar das tarefas, e uma atitude adaptativa num contexto de exigência de maior volume de recursos económicos dos agregados familiares, a composição da população pobre, embora devedora do agravamento da situação das famílias com um só titular de rendimento, regista o incremento do peso das famílias de dois ou mais titulares, que passam de 49.0% para 59.2% da população pobre.



**Fig. 7.38: Composição da População Pobre em Função dos Titulares de Rendimento, 1989/90**



### 7. 3. 3 Decomposição da Variação da Incidência da Pobreza na Década de Oitenta

Sendo as medidas apresentadas decomponíveis por subgrupos da população, a variação registada no seu nível agregado de um momento para outro do tempo pode ser decomposta em efeitos de três espécies: o efeito de modificação da estrutura da população, o efeito intragrupos, e o efeito de interacção entre os dois anteriores.

Para uma medida genérica de pobreza decomponível, seja  $M$ , pode escrever-se

$$\Delta M = \sum_{j=1}^k M_{jt_0} (n_{jt_1} - n_{jt_0}) + \sum_{j=1}^k n_{jt_0} (M_{jt_1} - M_{jt_0}) + \sum_{j=1}^k (n_{jt_1} - n_{jt_0}) (M_{jt_1} - M_{jt_0}),$$

onde  $M_{jt_i}$  é o valor da medida de pobreza  $M$  para o grupo  $j$  no momento  $t_i$  e  $n_{jt_i}$  é a quota de população do grupo  $j$  na população total no momento  $t_i$ . Cada parcela corresponde a cada um dos efeitos anteriormente nomeados.

Este tipo de decomposição da medida agregada permite identificar quais os efeitos que mais contribuíram para a alteração global verificada. Aplicada esta metodologia à incidência da pobreza, obtiveram-se os resultados apresentados no Quadro 7.5.

Para a maioria das estratificações da população ensaiadas foram as variações ocorridas no interior dos grupos que mais contribuíram para a alteração global registada. As únicas excepções, onde o efeito de alteração de estrutura de população foram dominantes, são as partições segundo a principal fonte de rendimento da família e segundo a presença de elementos da família na vida activa. Todos os valores dominantes são positivos, isto é, são os responsáveis pelo acréscimo do valor verificado para a incidência agregada.

O efeito populacional assume, para oito dos catorze critérios de estratificação, valores negativos, o que implica que as alterações na estrutura da população para cada um desses critérios têm um impacto contrário à alteração verificada (agravamento) na incidência agregada. Os oito critérios nestas condições são os que respeitam à localização geográfica (regional, rural/urbana e dimensão da localidade), à dimensão e tipo de agregado familiar, nível de instrução do representante e escalão de titulares de rendimento.

**Quadro 7.5: Decomposição da Variação na Incidência da Pobreza, 1980/81 - 1989/1990**

<b>Decomposição</b>	<b>Efeito Populacional</b>	<b>Efeito Intra-grupo</b>	<b>Efeito de Interação</b>
<b>Geográfica</b>			
NUT2	115	-4	-11
Rural/Urbano	108	-9	1
Dimensão da Localidade	112	-17	4
<b>Sócio-Demográfica</b>			
Dimensão do Agregado	155	-54	-1
Tipo de Agregado (I)	109	-13	4
Tipo de Agregado (II)	102	-9	6
Sexo do Representante	96	4	0
Idade do Representante	62	34	3
Nível de Instrução do Representante	287	-144	-44
Categoria Socio-econ. do Representante	174	22	-94
Principal Fonte de Rendimento	26	63	11
Presença na Vida Activa	45	48	7
Escalão de Titulares de Rendimento	143	-33	-11
Situação Face ao Emprego	75	21	4

Fonte: Cálculo a partir dos dados micro-económicos dos IRDF80/81 e IOF89/90.

Sem o efeito de alteração de estrutura de população registada em qualquer destas caracterizações, a incidência da pobreza ter-se-ia agravado ainda mais substancialmente. Em particular, no que respeita ao nível de instrução do representante, o exemplo mais flagrante, a incidência da pobreza ter-se-ia agravado quase o triplo do que se agravou efectivamente, caso não se tivesse registado a evolução da estrutura da população.

Onde o efeito populacional é positivo e significativo, caso das variáveis de estratificação correspondentes à idade do representante, à principal fonte de

rendimento, e à presença na vida activa, as alterações da estrutura da população foram em grande parte responsáveis pelo agravamento da incidência da pobreza.

A alteração da estrutura da população no que respeita à dimensão da família contribuiu para que se não agravasse mais a extensão da pobreza, já que o seu contributo para a variação registada é de -54%. Em especial, na década em análise reduziu-se substancialmente o peso das famílias muito numerosas na população total (as famílias com 5 ou mais elementos passaram de cerca de 20% para 14% do total das famílias), categoria para a qual a incidência da pobreza é particularmente elevada.

Já quanto à idade do representante da família, o efeito de alteração da estrutura populacional contribuiu para o agravamento registado no valor da incidência global, com uma contribuição relativa de cerca de um terço dessa variação. Este resultado deriva essencialmente do envelhecimento verificado na amostra, quer no topo, onde a proporção de representantes com 65 ou mais anos se elevou de 24.2% para 27.1% (e são estes os estratos etários que registam as incidências claramente mais elevadas), quer na base, com a proporção de representantes com menos de 45 anos a decair de 33.5% para 31.9% (e nestes estratos é relativamente menor a vulnerabilidade à pobreza.).

A principal fonte de rendimento e a presença na vida activa revelam-se dois critérios de estratificação onde o efeito populacional se apresenta como o factor mais responsável pelo agravamento da pobreza. Em ambos os critérios é notória a alteração demográfica que acentuou a proporção de agregados familiares em que a principal fonte de rendimento são as pensões (de 19% para 25% da população total), a par do reforço da proporção dos agregados onde não existe qualquer elemento activo (de 23.2% para 27.8%).

O envelhecimento da população, a dependência de pensões, e a inexistência de activos nos agregados familiares, constituem cruciais factores de risco de maior incidência da pobreza, quando se considera a evolução da sociedade portuguesa ao longo do tempo. A resposta em termos de combate das situações de pobreza decorrentes destes factores terá que se relacionar com a evolução do sistema de

segurança social, em termos de extensão de cobertura e níveis das prestações, de modo que a sociedade assegure em termos viáveis mas também dignos, a cobertura dos riscos para todos os seus membros.

Quanto ao nível de instrução do representante e o número de titulares de rendimento, a evolução da estrutura da população foi positiva, reforçando as capacidades familiares que contribuem para a superação de situações de insuficiência de rendimentos.

Com efeito, o acréscimo do número de titulares de rendimento foi significativo, tendo a proporção de famílias com dois ou mais titulares subido de 55.7% para 66.6% do total de famílias. Também o nível de instrução do representante evoluiu muito favoravelmente, decrescendo a proporção dos representantes sem qualquer grau de ensino formal de 40.5% para 26.8% , e aumentando a proporção daqueles que detêm formação secundária ou superior, de 11.4% para 15.5%.

Embora relevantes, estes parâmetros de evolução não garantem absolutamente a superação de situações de pobreza, nomeadamente se o contexto económico e social acentuar algumas das suas características recentes, nomeadamente de crescimento económico sem crescimento significativo do emprego, acompanhado de precarização e exteriorização do emprego, e persistência de situações de desemprego que retiram capacidades aos indivíduos de se integrarem pela primeira vez ou se reintegrarem no mercado de trabalho.

Na realidade, a experiência da sociedade portuguesa, tal como de outras sociedades nomeadamente no espaço comunitário, vem alertando para a vulnerabilidade em relação à pobreza de famílias e indivíduos outrora mais resistentes a essa situação, mercê da detenção de qualificações médias ou superiores, que asseguravam maior garantia de uma integração bem sucedida no mercado de trabalho.

A emergência da denominada “nova pobreza” tem sido recenseada nas sociedades envolvidas como um fenómeno de crescente expressão, e que assume representações sociais diversas. Pode atingir quem tenha tido situações estáveis, uma formação profissional relevante, ou um emprego seguro, mas que se vê incapaz de



assegurar um rendimento regular e suficiente, devido à impossibilidade de iniciar uma carreira, ao súbito desemprego, a doença, insucesso nos negócios, etc.

Nestas circunstâncias, e esgotadas as possibilidades de recurso a reservas anteriores ou o recurso a solidariedades familiares, as próprias obrigações financeiras e sociais outrora assumidas, ou decorrentes de um estatuto mínimo de autonomia, se tornam um encargo difícil de suportar, e famílias ou indivíduos anteriormente preservados face à pobreza, inauguram as suas “carreiras de pobreza” (Barthe, 1987), o que assume formas porventura tão dramáticas quanto as formas mais tradicionais de pobreza.

Por outro lado, persistem situações de pobreza afectando famílias e indivíduos integrados no mercado de trabalho, mas cujos rendimentos são insuficientes em relação aos seus encargos familiares. A situação de trabalhadores pobres<sup>(5)</sup>, tradicionalmente associada a sectores de actividade de baixos níveis de qualificação escolar e profissional, tem porventura vindo a alargar-se a outros sectores de actividade caracterizados por maior especialização, e para trabalhadores com maior grau de qualificação, em virtude da difusão de formas de precarização e exteriorização do emprego, nomeadamente contratos a termo certo, trabalho independente (recibo verde) ou por conta própria (empresário em nome individual), subempregadas, etc.

O combate das situações de pobreza decorrentes das novas dinâmicas de transformação da sociedade, e as formas tradicionais de pobreza associadas a baixos níveis de remuneração de trabalhadores não qualificados, têm porventura que ser perspectivadas em função de uma nova regulação do funcionamento do sistema económico e social. Neste sentido concorreriam quer o estabelecimento de regras que permitam o crescimento dos vários sectores da economia, promovendo paralelamente a adequação dos recursos humanos às qualificações requeridas pelo sistema de emprego, e assim permitindo o estabelecimento de relações contratuais mais robustas e com melhores níveis de remuneração, quer, em último recurso, o apoio directo às

---

(<sup>5</sup>) Na tradição anglo-saxónica do estudo da pobreza a existência de trabalhadores pobres (“working poor”) não é um fenómeno de origem recente, embora a sua escala também tenha vindo a aumentar.

famílias quando se verificarem situações de ruptura com incapacidade de obtenção de um nível de rendimento minimamente adequado.

#### **7.4 Pobreza Monetária e Condições Materiais de Privação em 1989/90**

Esta secção confronta os elementos referentes à pobreza monetária das famílias e dos indivíduos apurados a partir do IOF89/90, e apresentados no Capítulo 6, com indicadores directos das condições de vida das famílias que se podem construir com base na informação disponível naquele mesmo inquérito, e que são susceptíveis de traduzirem situações de privação material.

Não é possível estender esta análise ao IRDF80/81, uma vez que os dados disponibilizados pelo INE para a realização deste estudo não englobavam a informação referente às condições da habitação.

A informação existente, já descrita no Capítulo 5 (vd. Quadro 5.1), permite avaliar as condições da habitação, quer em termos da sua dotação em infra-estruturas básicas, como do equipamento doméstico detido pelas famílias.

Esta informação é manifestamente insuficiente para ensair uma qualquer metodologia de definição directa da pobreza, que exige elementos de caracterização das situações familiares nos domínios da alimentação, vestuário, e outras necessidades básicas, acesso a bens de cultura e recreio, situação patrimonial e equilíbrio financeiro do orçamento familiar e participação social, para além das condições da habitação ou dos níveis de rendimento (Townsend, 1979; Mack e Lansley, 1985; Dicks, 1989).

Contudo, afigurou-se pertinente relacionar a condição das famílias no que respeita à suficiência ou insuficiência de recursos monetários, que definiu o estatuto

de pobreza monetária, com as condições materiais de vida que é possível avaliar a partir da informação do IOF89/90.

Assim, escrutinou-se a informação disponível e seleccionaram-se indicadores directos dessas condições, relacionados basicamente com três domínios: o estado da habitação, o nível de equipamentos domésticos e a estrutura da despesa familiar.

Analisando a pertinência da utilização de todos os indicadores possíveis para enformarem indicadores de privação, em função da representatividade em relação a aspectos concretos de pobreza material, nomeadamente *standards* mínimos de salubridade e conforto, ou em relação à difusão de determinadas condições na generalidade da população, retiveram-se 16 indicadores principais. Os indicadores seleccionados agrupam-se nos três domínios referidos.

Em relação ao estado da habitação retiveram-se os indicadores referentes à inexistência de electricidade, inexistência de água canalizada, inexistência de esgotos, inexistência de cozinha, e sobrelotação (mais de duas pessoas por quarto de dormir). Qualquer destes indicadores se nos afigura ser um indicador directo de privação material, correspondendo à violação de um *standard* mínimo de salubridade e conforto relativo ao alojamento.

No que respeita aos equipamentos domésticos, seleccionaram-se os equipamentos que se encontram amplamente difundidos na sociedade portuguesa, e que, assim, corresponderão às expectativas geradas socialmente de um *standard* mínimo de conforto. O único equipamento retido cujo grau de difusão é inferior a 50% é o telefone, pois que se considera ser um elemento cada vez mais essencial nas sociedades modernas e urbanas, e que, face ao alargamento das distâncias e ao enfraquecimento das redes locais de convivência e solidariedade, poderá constituir um meio de minimização do isolamento social.

Em termos dos indicadores relacionados com a estrutura das despesas familiares, retiveram-se três das componentes dessa estrutura.

O peso da despesa alimentar na despesa total é usualmente identificado como indicador de bem estar económico, já que, para famílias de idênticas configurações, o peso da despesa alimentar na despesa total tende a ser decrescente com o nível de rendimento.

O peso da despesa em saúde na despesa total reflecte a despesa num tipo de cuidados que não devem ser objecto de contenção por razão de dificuldade económica, e cujos encargos se podem tornar excessivamente pesados para o orçamento das famílias pobres, o que porventura carece de correcção na administração do sistema de saúde.

Finalmente, o peso da despesa em educação e cultura na despesa total pode ser aproximado a um indicador inverso de bem estar económico, já que, *ceteris paribus*, tende a ser crescente com o nível de rendimento.

Os indicadores descritos, calculados para o total da população e para os subconjuntos da população pobre (abaixo da linha de pobreza) e não pobre, são apresentados no Quadro 7.6.

As diferenças entre os valores assumidos por todos os indicadores, quando distinguindo a população em relação ao estatuto face à pobreza monetária, são consistentes com a hipótese de se constituírem como indicadores de pobreza, e estatisticamente significativas, para um nível de significância de 1%.

Registe-se que a incidência de situações de inexistência das infra-estruturas básicas do alojamento é ainda muito elevada, já que 11.1% dos fogos totais não dispõem de água canalizada, 9.9% não dispõem de wc, e 11.2% não possuem sistema de esgotos. Embora a incidência seja ainda maior para as habitações das famílias abaixo da linha de pobreza, verificam-se ainda incidências não dispiciendas nestas rubricas para as famílias classificadas como não pobres face ao critério monetário de pobreza.

De igual forma as situações de sobrelotação dos alojamentos são ainda significativas para os dois subgrupos de população, sendo que 13.7% das famílias

pobres e 6.7% das famílias não pobres vivem em condições que não satisfazem um nível mínimo de privacidade e conforto para os seus elementos.

Em relação aos equipamentos domésticos, é também clara a situação global de ainda fraco nível de equipamento dos lares portugueses, e notória a situação de desvantagem dos agregados familiares com insuficiente rendimento. Quase três quartos das famílias pobres não dispõem de aquecimento, outro tanto não têm máquina de lavar roupa, e cerca de um quarto não dispõem de frigorífico, rádio ou televisão. Mais de 80% não dispõem de telefone.

Também as famílias cujos recursos superam o limiar de pobreza monetária registam ainda valores elevados de ausência de equipamentos, particularmente para a máquina de lavar roupa, o aquecimento ou o telefone, onde as incidências excedem os 30%.

O padrão da despesa familiar das famílias pobres e não pobres corrobora a acentuada diferenciação entre os dois grupos. O peso médio da despesa alimentar na despesa total entre as famílias pobres é de 53.6%, enquanto que para as famílias não pobres é de 36.8% <sup>(6)</sup>. Ao invés, as despesas em educação e cultura representam para as primeiras 2.0% do orçamento familiar, contra 3.7% para as segundas.

O peso das despesas de saúde é significativamente mais elevado para as famílias pobres (4.3%) do que para as famílias não pobres (3.1%). Este maior peso pode constituir uma excessiva sobrecarga nos insuficientes orçamentos familiares, e um factor de risco de abaixamento dos cuidados de saúde na população mais pobre <sup>(7)</sup>. Apesar de um maior valor percentual da despesa em saúde pelas famílias mais pobres, o montante médio despendido por estas famílias é muito mais baixo do que o

---

(6) Relembre-se que a aplicação da metodologia de Orshansky para determinação da linha de pobreza oficial nos E.U.A. consagra um coeficiente de Engel de um terço.

(7) Pereira e Giraldes (1991) apuraram uma redução de 40% dos gastos privados em medicamentos por parte das famílias mais carenciadas, entre 1980 e 1985, período em que se verificou um decréscimo de 10% na comparticipação neste tipo de despesa. Assim, as famílias mais pobres são susceptíveis de deixar de poder suportar os gastos inerentes aos tratamentos que lhes são prescritos.

montante despendido pelas famílias não pobres, dada a disparidade existente entre os respectivos níveis médios de despesa. Os cuidados de saúde dos mais pobres podem estar assim a ser insuficientes, atendendo a que também as condições de nutrição, qualidade e conforto da habitação, condições de vida e trabalho, são susceptíveis de tornar os indivíduos pobres mais vulneráveis à doença.

As condições de privação directamente observadas parecem ser suficientemente gravosas para justificar uma redefinição da população carenciada, associando as condições de insuficiência de rendimentos com as de privação directamente observada.

Para concretizar esta abordagem de integração das perspectivas de avaliação da pobreza em termos dos recursos monetários e das condições de vida, na medida do possibilitado pelas limitações de informação anteriormente expostas, adoptou-se o conceito de privação material para descrever a situação de forte desvantagem nas condições de vida.

As condições fixadas para o estado da habitação são todas elas necessárias e cruciais para que se verifiquem condições de vida minimamente aceitáveis. Assim, todos os agregados familiares para os quais se registasse qualquer situação de inexistência das citadas infra-estruturas ou sobrelotação do alojamento foram classificados como estando em situação de privação material.

A situação mais frequentemente registada, quanto ao domínio da habitação, é o de habitações dotadas de todas as infra-estruturas básicas e sem que se registe situação de sobrelotação. O valor médio do número destas condições em falta, para o total da população, é somente de 0.4. Face a estes valores, e ao conteúdo absolutamente básico das condições traduzidas nos indicadores deste domínio, não parece excessivo o critério adoptado de classificar em situação de privação material as famílias que não disponham de alguma daquelas infra-estruturas ou vivam em condições de sobrelotação do alojamento.

A dotação ou carência dos equipamentos domésticos mais difundidos na sociedade portuguesa constitui um elemento mais relativo na definição do estatuto de

privação. Contudo, a carência cumulativa de várias das amenidades domésticas parece constituir um traço distintivo da distância das famílias em relação às “condições de vida e de conforto comuns, ou pelo menos largamente encorajadas e aprovadas, nas sociedades a que pertencem” (Townsend,1979:31).

A situação mais frequentemente encontrada para a generalidade das famílias é a dotação de todos os equipamentos domésticos retidos, e o número médio de itens em falta é de 1.9. Adoptou-se como limiar de privação o nível correspondente a 4 itens em falta, e assim foram classificadas como estando em situação de privação primária todas as famílias desprovidas de quatro ou mais dos sete equipamentos considerados.

Introduzindo este conceito na análise da situação em 1989, apuram-se 30.4% de famílias em situação de privação material. Cruzando esta divisão com a divisão obtida pelo critério de pobreza monetária, registam-se 14.7% de agregados familiares que acumulam insuficiência de receita com privação material, e 15.7% de agregados familiares com privação material sem no entanto experimentarem insuficiência de receita.

Os agregados familiares sujeitos a insuficiência de receita e/ou privação material ascendem a 42% do total, o que constitui um valor alarmante, quando se tem em conta que nem o valor tomado para a linha de pobreza monetária é elevado (25.6 contos/mês por adulto equivalente), nem os critérios de definição de privação material são ambiciosos.

No Quadro 7.6 discriminam-se os valores dos indicadores directos de privação para o total da população inquirida, e para os subgrupos de população classificados face à linha de pobreza monetária. No Quadro 7.7 apresenta-se a distribuição das famílias face às situações de carência, em termos de pobreza monetária e de privação nas condições de vida, pelas principais características da família.

**Quadro 7.6 Indicadores Directos de Privação para a População Inquirida no IOF89/90**

<b>Indicadores de Privação</b>	<b>Total da População (%)</b>	<b>População abaixo da linha de Pobreza (%)</b>	<b>População acima da linha de Pobreza (%)</b>
<b>Estado da Habitação</b>			
Inexistência de electricidade	2,3	5,6	1,2
Inexistência de água canalizada	11,1	23,1	6,9
Inexistência de wc	9,9	21,0	5,5
Inexistência de esgotos	11,2	23,1	7,0
Inexistência de cozinha	0,6	1,5	0,3
Sobrelotação	8,5	13,7	6,7
<b>Equipamentos Domésticos</b>			
Inexistência de frigorífico	11,0	23,4	6,5
Inexistência de fogão	1,8	4,4	0,9
Inexistência de máquina de lavar roupa	46,9	73,8	37,6
Inexistência de aquecimento	46,3	71,3	37,4
Inexistência de rádio	15,4	25,9	11,6
Inexistência de televisão	11,5	23,8	7,1
Inexistência de telefone	58,5	81,0	50,4
<b>Estrutura da despesa</b>			
Peso da despesa alimentar	41,3	53,6	36,8
Peso da despesa em saúde	3,4	4,3	3,1
Peso da despesa em educação e cultura	2,9	2,0	3,7

Fonte: Cálculo a partir dos dados micro-económicos do IOF89/90.



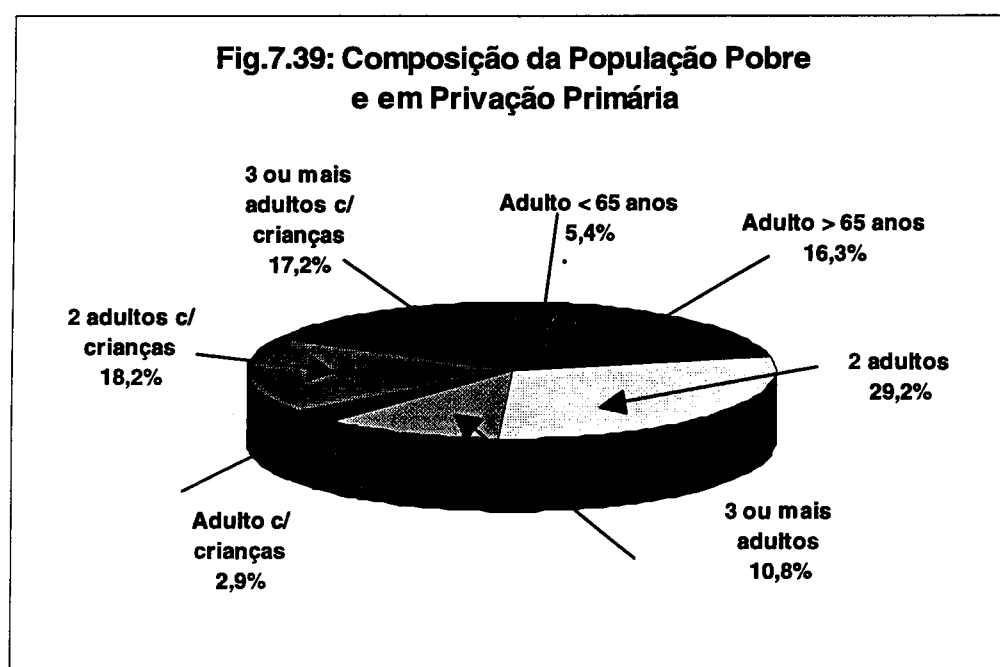
**Quadro 7.7: Situações de Carência, por Características da Família**

	Receita Inferior à Linha de Pobreza		Receita Superior à Linha de Pobreza	
	e em privação primária (%)	sem privação primária (%)	e em privação primária (%)	sem privação primária (%)
<b>Total das Famílias</b>	14.7	11.6	15.7	58.0
<b>Estrutura da Família</b>				
Adulto < 65 anos	0.8	0.3	0.7	2.2
Adulto > 65 anos	2.4	0.7	2.0	2.7
2 adultos	4.3	3.0	4.1	16.0
3 ou mais adultos	1.6	2.2	2.6	13.0
Adulto c/ crianças	0.4	0.3	0.2	1.3
2 adultos c/ crianças	2.7	2.7	3.5	15.0
3 ou mais adultos c/ criança	2.5	2.4	2.4	7.9
Adulto < 65 anos	0.8	0.3	0.7	2.2
Adulto > 65 anos	2.4	0.7	2.0	2.7
Casal sem filhos	3.5	2.7	3.5	14.1
Casal com filhos	2.3	2.2	3.3	14.1
Adulto com filhos	0.4	0.3	0.2	1.2
Outros tipos de família	5.3	5.5	6.0	24.3
<b>Dimensão da Família</b>				
1 indivíduo	3.2	1.0	2.7	4.8
2 indivíduos	4.5	3.0	4.2	16.7
3 indivíduos	2.0	2.3	3.8	2.0
4 indivíduos	1.6	3.1	1.9	15.0
5 indivíduos	1.7	1.3	2.0	3.8
6 ou mais indivíduos	1.7	0.9	1.1	1.7
<b>Idade do Representante</b>				
< de 35 anos	1.2	1.0	2.6	8.4
35 - 44 anos	1.9	2.5	2.0	12.3
45 - 54 anos	1.9	2.2	2.2	13.3
55 - 64 anos	3.2	2.2	3.7	12.4
65 - 74 anos	3.1	2.5	3.2	8.4
75 ou mais anos	3.5	1.3	1.9	3.2

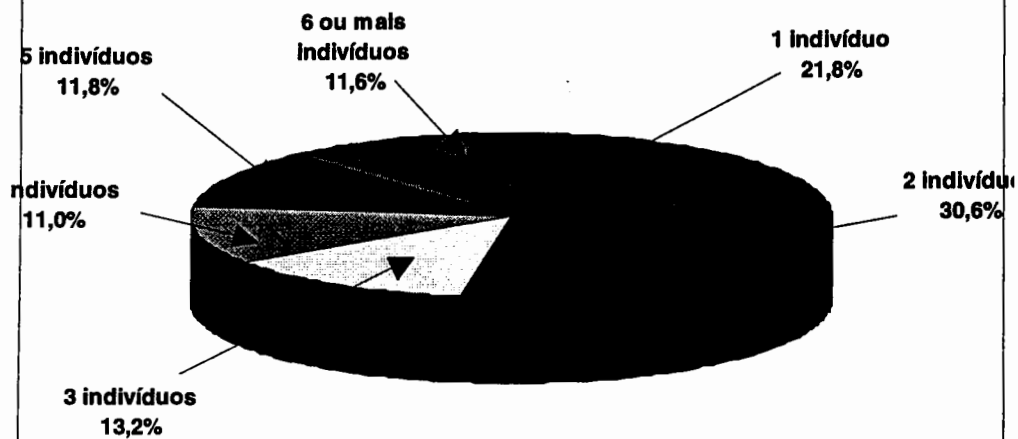
Fonte: Cálculo a partir dos dados micro-econômicos do IOF89/90.

As figuras 7.39, 7.40 e 7.41 representam, por seu turno, a composição da população com receita inferior à linha de pobreza e em situação de privação primária, para os principais tipos de estrutura familiar, classe de dimensão da família e classe de idade do respectivo representante.

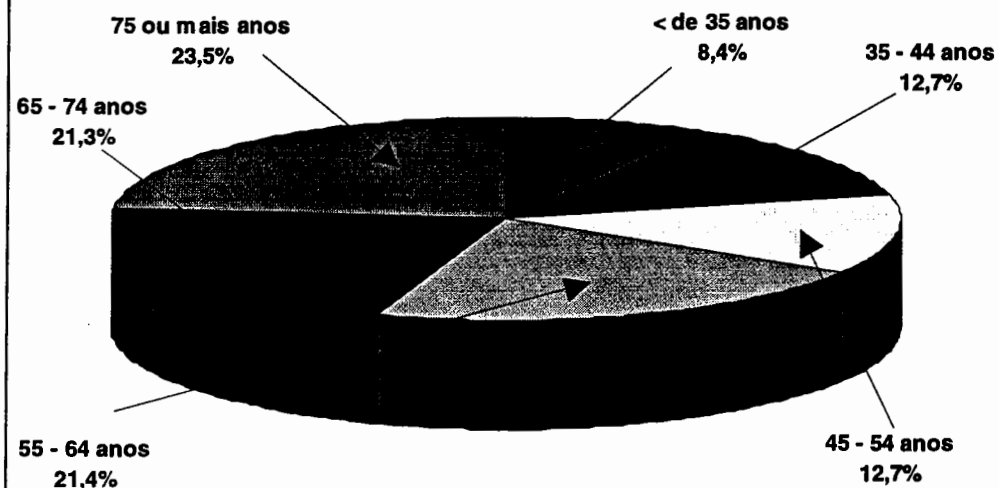
Finalmente o Quadro 7.8 apresenta a distribuição das famílias face às situações de carência, isto é a incidência das situações de pobreza monetária e/ou privação, primária por tipo de famílias definidos através das principais características anteriormente seleccionadas.



**Fig.7.40: Composição da População Pobre e em Privação Primária**



**Fig.7.41: Composição da População Pobre e em Privação Primária**



**Quadro 7.8: Distribuição das Famílias face à Situação de Carência, por Características da Família**

	Receita Inferior à Linha de Pobreza		Receita Superior à Linha de Pobreza	
	em privação primária (%)	sem privação primária (%)	em privação primária (%)	sem privação primária (%)
<b>Estrutura da Família</b>				
Adulto < 65 anos	20,1	6,8	18,8	54,4
Adulto > 65 anos	30,9	9,6	25,3	34,3
2 adultos	15,7	10,9	15,1	58,3
3 ou mais adultos	8,2	11,3	13,6	66,9
Adulto c/ crianças	18,7	11,9	10,5	58,9
2 adultos c/ crianças	11,2	11,2	14,9	62,7
3 ou mais adultos c/ crianças	16,6	16,0	15,8	51,6
Adulto < 65 ano	20,1	6,8	18,8	54,4
Adulto > 65 ano	30,9	9,6	25,3	34,3
Casal sem filho	15,3	11,5	14,9	60,7
Casal com filho	10,5	9,9	15,0	64,6
Adulto com filho	17,7	12,8	10,3	59,1
Outros tipos de família	13,0	13,3	14,6	59,1
<b>Dimensão da Família</b>				
1 indivíduo	27,2	8,6	23,1	41,1
2 indivíduos	15,8	10,7	14,7	58,7
3 indivíduos	8,2	9,5	15,8	8,2
4 indivíduos	7,5	14,2	8,7	69,6
5 indivíduos	19,6	15,0	22,7	42,7
6 ou mais indivíduos	31,8	16,2	20,4	31,6
<b>Idade do Representante</b>				
< de 35 anos	9,3	7,4	19,9	63,3
35 - 44 anos	10,1	13,2	10,8	65,9
45 - 54 anos	9,5	11,2	11,4	67,8
55 - 64 anos	14,7	10,3	17,2	57,8
65 - 74 anos	18,3	14,3	18,5	48,9
75 ou mais anos	35,0	13,0	19,3	32,6

Fonte: Cálculo a partir dos dados micro-económicos do IOF89/90.

A incidência das situações de carência, nas duas vertentes analisadas, é mais pronunciada para os agregados de adultos idosos isolados (30.9%), adultos não idosos isolados (20.1%), famílias de um único indivíduo (27.2%), ou de seis ou mais indivíduos (31.8%), e famílias representadas por um indivíduo de 75 ou mais anos (35.0%). A privação primária sem estar aliada à insuficiência de rendimentos é também muito elevada para as famílias de adultos idosos isolados (25.3%), adultos não idosos isolados (18.8%), famílias de um único indivíduo (23.1%), de cinco indivíduos (22.7%), ou de seis ou mais indivíduos (20.4%), famílias representadas por um indivíduo de menos de 35 anos (19.9%), ou por um indivíduo de 75 ou mais anos (19.3%).

Os tipos de famílias em situação geral mais desfavorável são os agregados familiares de idosos isolados, e os agregados de grande dimensão (de seis ou mais indivíduos) onde a insuficiência de receita e/ou privação primária ascendem a 65.7% e 68.4%, respectivamente. Também as famílias representadas por um indivíduo de 75 ou mais anos registam um dos valores máximos neste indicador, 67.4%.



## **CAPÍTULO 8**

### **CONCLUSÃO**

“Os problemas económicos envolvem questões de cálculo e muito do que é, indubitavelmente, “engenharia”. Por outro lado, o sucesso de tudo isso tem que ser julgado finalmente em termos do que acarreta para a vida dos seres humanos.”

(Sen, 1988b:11)

O objectivo desta dissertação foi o de prodecir à investigação sistemática das metodologias de medição da pobreza monetária, fazendo a sua aplicação à análise da situação e evolução do fenómeno na sociedade portuguesa na década de oitenta.

Procurou-se realçar os elementos críticos sempre presentes na rota de investigação que incide sobre a medida de um fenómeno social tão complexo como o da pobreza. A opção por um conceito de pobreza particular, a sua operacionalização através de um modelo de desenho do limiar de pobreza para as diferentes configurações familiares presentes na sociedade, a escolha de indicadores agregados de pobreza, são etapas da metodologia da medida que moldam a percepção que se obtém do fenómeno social da pobreza.

No estudo da pobreza nunca se poderá obter uma única metodologia acertada. Pode-se apenas discernir entre as diversas escolhas metodológicas, as que se afiguram mais pertinentes na análise do fenómeno, o que constitui claramente um elemento valorativo introduzido pelo investigador ou pelo responsável político, e reconhecer que esse conjunto de escolhas em termos de metodologia influi nos resultados a que a investigação conduz.

Como observou Myrdal, “a única forma de podermos atingir a ‘objectividade’ científica na actividade teórica consiste em expor claramente as valorações, torná-las consistentes, bem definidas e explícitas, permitindo que os seus efeitos condicionem a nossa investigação, mas de forma clara” (Myrdal, 1976:55).

Apesar da medição da pobreza envolver juízos de valor, definiu-se nesta tese que o conceito de pobreza e respectiva implementação pode ser submetido a uma análise positiva.

Neste sentido, a perspectiva de abordagem do fenómeno da pobreza considerada mais adequada foi confrontada com outras alternativas possíveis, de forma a apurar em que medida as diferentes hipóteses subjacentes na concepção e implementação do conceito de pobreza se reflecte na percepção e avaliação da pobreza. Assim se pretendeu contribuir para um maior esclarecimento e visibilidade das condicionantes da construção do conhecimento sobre a realidade social complexa que é a pobreza.

Mas todo este trabalho deve ser confrontado com as questões consequentes: porquê medir a pobreza? O que se ganha em medir a pobreza?

É importante medir a pobreza enquanto elemento de avaliação do bem estar económico da população, de avaliação das transformações do sistema socio-económico e da capacidade de intervenção das políticas públicas, focando a atenção sobre os menos favorecidos (Ruggles, 1990). A disponibilidade de uma forma de



medida estável e aceite pela comunidade científica e reconhecida pela opinião pública e pela elite dirigente, permite monitorizar a evolução da pobreza e manter sob atenção pública e como objectivo social e político importante a sua erradicação ou atenuação. E para que a pobreza possa ser combatida é necessário que se mantenha permanentemente nas agendas políticas nacionais e internacionais.



A medição da pobreza permite formar uma percepção mais clara das carências económicas persistentes ou emergentes na sociedade, permitindo identificar os grupos sociais mais necessitados de apoio no sentido da superação das situações e processos de empobrecimento, ou, no mínimo, de atenuação dos seus efeitos mais penalizadores.

A medição da pobreza fornece assim um sistema de cartografia da pobreza, mas não substitui um investimento de maior fôlego no sentido de compreender as dinâmicas de empobrecimento e de exclusão social, e de inventar novas formas de actuar no sistema social que contribuam para inverter os mecanismos de marginalização e promover um desenvolvimento socio-económico mais harmonioso<sup>1</sup>.

A perspectiva adoptada seguiu o que Atkinson (1987b, 1989) distinguiu como abordagem da pobreza em termos de direito a um nível mínimo de recursos, o que nos dirigiu para a definição da linha de pobreza como o nível de rendimento mínimo adequado à satisfação das necessidades elementares na sociedade portuguesa actual.

Neste sentido pretendeu implementar-se na parte empírica deste trabalho, uma medição da pobreza económica ou monetária que fosse a um tempo clara e traduzisse as diversas dimensões mais importantes da pobreza, quer em termos da sua incidência, intensidade ou severidade, quer em termos do esforço financeiro envolvido na sua superação.

---

<sup>1</sup> Sobre os mecanismos de exclusão social em Portugal e a necessidade de uma nova articulação entre as políticas económicas e sociais ver Wemans *et al* (1993:cap 3,4e 5). Numa perspectiva sociológica vd Almeida *et al* (1992), e sobre as políticas de combate à exclusão social em Portugal vd Pereirinha (1992; 1993a,b; 1994a,b).

No estabelecimento do limiar de pobreza seguiu-se uma metodologia que se julga pertinente aplicar na análise da situação portuguesa, e que se comparou com outras alternativas possíveis. A metodologia implementada, e que permitiu avaliar a evolução da situação durante a década de oitenta, envolve uma noção de adequação mínima de rendimentos, e respeita qualidades identificadas como características da “linha de pobreza ideal” (Hagenaars, 1986:14), a saber, reflectir o comando sobre recursos em preferência a um padrão actual de consumos, evitar a circularidade na sua definição, e ser de implementação relativamente simples.

Assim a linha de pobreza proposta (e implicitamente a escala de equivalência associada a esse nível mínimo de bem estar social), fornece uma referência não apenas para a compreensão do fenómeno, como para o nível de rendimento mínimo que o Estado pode assumir como direito de cidadania e rede de segurança mínima das pessoas impossibilitadas de obter pelos seus próprios modos um nível mínimo de recursos<sup>2</sup>.

E se a garantia de um nível mínimo de recursos económicos se afigura como uma medida muito importante de socorro às situações mais dramáticas de pobreza, não é contudo neste âmbito das intervenções curativas que se deve centrar um eficaz combate à pobreza.

Com efeito, com toda a importância e urgência de mitigar as situações de manifesta insuficiência de recursos económicos para prover às necessidades mais básicas da vida, o combate à pobreza só pode ser eficaz se contrariar os mecanismos e os processos que conduzem ao empobrecimento de indivíduos, famílias e grupos sociais.

Mas um tal combate constitui um desafio imenso à sociedade como um todo e aos responsáveis políticos, pois é cada vez mais reconhecido que “a pobreza não é um

---

<sup>2</sup> A introdução em Portugal de um rendimento mínimo garantido encontra-se actualmente em fase piloto de lançamento. A questão deve também ser colocada no âmbito da convergência de objectivos e

fenómeno marginal ou acidental, mas que está estruturalmente associado à forma de funcionamento [do sistema] económico e social. Isto é, sistemas de produção, de emprego do trabalho e de distribuição, têm incorporados diversos mecanismos que conduzem à pobreza. Seja pela baixa produtividade ou fraca mobilização do trabalho, pela forma como os benefícios de produção são partilhados ou pelos padrões de organização da produção que limitam o acesso ou marginalizam grupos destituídos de certas capacidades ou características. Segue-se que para combater a pobreza é necessário começar por compreender essas relações sociais e económicas subjacentes [à produção da pobreza] e alterá-las através de intervenções económicas, institucionais e legislativas” (Rodgers, 1995:1-2).

Os riscos de crescente e dramática dualização e segmentação nas condições de trabalho e de vida nas sociedades desenvolvidas colocam em questão o modelo de desenvolvimento seguido, tanto mais que certas “mudanças económicas estruturais reclamadas para conseguir crescimento numa economia global competitiva parecem produzir novas formas de pobreza ao excluir um número crescente (de pessoas) do mercado de trabalho formal” (Hoeven e Rodgers, 1995:7-8).

De entre os principais mecanismos inscritos no funcionamento do sistema económico e social que contribuem para uma perigosa fractura social pode destacar-se “uma espécie de endogeneização do modelo [de crescimento com recurso a mão-de-obra barata destinada a actividades penosas e desqualificadas] alargando-a a grupos e camadas domésticas com menor educação, formação e qualificação (...) no contexto da terceirização generalizada [da sociedade]” (Wemans *et al*, 1993:92-93).

Este factor do processo de segmentação económica e social é tanto mais preocupante quanto se reveste de um carácter persistente e com efeitos multiplicadores nas situações pessoais e familiares de desvantagem, já que o emprego e a inserção no mercado de trabalho é não só a principal fonte de rendimento, como é ainda determinante na definição do estatuto social do indivíduo e da sua família e na

---

políticas de Segurança Social na União Europeia, em seguimento da recomendação do Conselho

realização pessoal do indivíduo. Ter emprego proporciona não só rendimento, com laços sociais e simbólicos que integram os indivíduos na sociedade.

A persistência e crescimento de maus empregos - fortuitos, irregulares, desprotegidos, de baixa produtividade, mal remunerados - propiciam um crescente número de trajectos de baixa segurança, que influem na representação social do indivíduo e da sua família, na imagem que formam, e os outros formam, de si próprios em relação à sociedade<sup>3</sup>, para além das precárias condições materiais de vida que acarretam.

As novas teorias do crescimento enfatizam especialmente os factores relacionados com o nível e qualidade dos recursos humanos. São estes factores que de facto parecem ser o elemento-chave e de crucial importância no desenvolvimento mais equilibrado e no combate à geração da pobreza, pois são não apenas decisivos no crescimento com também na obtenção de maior equidade. Só uma intervenção profunda na formação dos recursos humanos pode vir a conciliar crescimento, e produção de mais riqueza, com uma distribuição primária dos rendimentos mais equilibrada, que se reflecta numa sociedade mais integrada e com menores índices de fragmentação económica e social.

Com efeito, se a política fiscal, nomeadamente através do predomínio da tributação directa, incremento e maior eficiência das transferências e benefícios sociais e outras formas de redistribuição do rendimento, podem tornar a distribuição secundária do rendimento mais igualitária, esta pode ainda ser mais corrigida pela despesa pública em bens sociais, dando forma a uma distribuição terciária futura menos desigual e potenciadora de, a prazo, produzir uma distribuição primária originalmente mais equilibrada.

---

92/442/CEE.

<sup>3</sup> Tanto mais que a sucessivas experiências de emprego/desemprego e sequências de empregos irregulares se associam formas de discriminação social e simbólica.

A educação e a qualificação assumem assim um papel estratégico no combate às situações de pobreza e exclusão social, enquanto potenciadoras de uma maior integração social, obtida através de uma inserção estável e bem sucedida no mercado de trabalho.

Porém com a complexidade do mundo contemporâneo, nomeadamente com o ritmo e alcance das mudanças tecnológicas e organizacionais, a concorrência global estendeu-se igualmente ao mundo do trabalho, e a continuada formação profissional e o desenvolvimento de novas competências são essenciais para manter a capacidade de viver trajectórias de emprego, e de vida, bem sucedidas.

As políticas dirigidas ao mercado de trabalho podem contribuir para o combate às causas da pobreza se favorecerem não apenas a criação de mais empregos como a de melhores empregos.

Por outro lado, formas novas da actuação serão provavelmente necessárias no futuro no sentido de prevenir o desemprego e favorecer a integração social da população em idade activa, nomeadamente com a criação de zonas de mercado social de emprego ou de emprego protegido, apoio à criação de emprego por conta própria e valorização social de formas diversas de trabalho que não correspondem a empregos, o incentivo à partilha do trabalho, e o desenvolvimento de novas formas de concertação entre empregadores e trabalhadores, entre empregados e desempregados.

Na área dos salários, um papel importante pode ser desempenhado pela definição em concertação com as entidades empregadoras e sindicais de um salário mínimo que funcione como “sinal” no mercado de trabalho, repercutindo-se nas remunerações dos empregos menos qualificados e influenciando indirectamente o mercado informal de emprego, e garantindo assim uma rede de rendimento aos indivíduos com trabalho.

O nível, a estrutura e o alvo das políticas sociais, nomeadamente nos sectores mais associadas com as situações de pobreza e exclusão social, e no respectivo alcance para os grupos sociais mais desfavorecidos, é outra área de intervenção com potencial correctivo dos processos e situações de pobreza e geração/transmissão da exclusão social.

Neste âmbito uma atitude mais positiva no sentido de favorecer as condições de informação e simplificar/promover o acesso aos serviços e apoios públicos é essencial já que não raras vezes os mais desfavorecidos se encontram menos informados de direitos e oportunidades, e deles não beneficiam tanto quanto podiam, assim desperdiçando recursos que poderiam ser mobilizados na reversão dos processos de exclusão.

Enfim, é essencialmente nos mecanismos de geração e transmissão da pobreza e da exclusão social que o combate se deve centrar por forma a uma mais profunda transformação regeneradora dos modos de funcionamento do sistema social. E essa intervenção coloca-se a vários níveis, global/internacional, nacional, regional e local, e requiere a mobilização dos poderes públicos, dos cidadãos e da sociedade civil e dos próprios pobres.

As condições de uma nova segurança social nas sociedades modernas, que garanta uma rede de segurança mínima a todos os cidadãos, cobrindo de forma viável não só os principais riscos de saúde, desemprego ou velhice, mas também alargada para prover à transferência de um montante mínimo de rendimento àqueles que se encontrem absolutamente incapazes de o obter autonomamente, tem um papel muito importante na vertente curativa da luta contra a pobreza.

A existência de um esquema de rendimento mínimo garantido, embora seja, no imediato, um tipo de intervenção compensatória que se não reporta às causas do fenómeno, tem duas características importantes principais. Primeiro, contribui para atenuar de situações de extrema carência, permitindo fazer face às despesas

fundamentais do indivíduo ou família, repondo condições mínimas de existência com dignidade. Segundo, pode ser tomada como ponto de partida para um processo que vise a integração social e económica do indivíduo ou família apoiada pelo esquema de garantia de rendimento.

Paralelamente à transferência financeira regular a que as famílias mais carenciadas venham a obter para fazerem face às suas necessidades primárias, a concessão de um rendimento garantido pode ser o início de um processo de reabilitação interna do agregado familiar e de um processo de acompanhada reintegração social. Este objectivo pode ser prosseguido promovendo as condições de saúde física e psicológica da família, estimulando a dignidade pessoal e a auto-estima, incentivando a transformação de atitudes de descrença, adaptação ou anomia, e promovendo o desenvolvimento das capacidades no seio da família que conduzam à autonomia, acompanhando com apoios concretos as transformações das condições de vida e trabalho possíveis em cada agregado familiar.

Este acompanhamento poderia ser concertado a partir da colaboração de técnicos da acção social, através de acções de promoção da saúde, da educação e de melhoria das condições, por vezes de grande degradação, da habitação. No caso de população em idade activa, caberia ainda promover acções de promoção da formação profissional orientadas para o ingresso no mercado de trabalho, e o estímulo à procura activa de emprego<sup>4</sup>.

Em relação aos idosos pobres, muitos dos quais pensionistas cuja vida contributiva resultou num nível de pensão inferior a qualquer limiar plausível de existência digna, a atribuição de um nível mínimo de recursos também pode vir a melhorar significativamente a sua situação monetária. De igual forma, o aceder ao esquema de apoio ao rendimento faria ter em atenção aos serviços sociais, numa perspectiva compreensiva de todas as condições de vida, este grupo de população especialmente carenciado na sociedade portuguesa.

Actuando sobre os efeitos mais penalizadores da carência de recursos económicos, uma política de rendimento mínimo pode então ser também um elemento aglutinador de intervenções pontuais, numa perspectiva mais global, sistemática e abrangente de integração social.

Nas sociedades democráticas modernas ninguém deve ficar de fora dos benefícios colectivamente atingidos no processo de desenvolvimento, e a existência de pobreza constitui um desperdício de recursos necessários ao continuo progresso da sociedade, e uma dramática insuficiência na realização da liberdade e da democracia, pois nem todos os cidadãos têm a possibilidade de viver a sua vida de uma forma digna, nem a oportunidade de efectuar um conjunto mínimo de escolhas que lhes permitam prosseguir planos de vida e procurar a sua completa realização enquanto pessoas.

“A preocupação com a liberdade positiva conduz directamente à valorização das capacidades das pessoas e à valorização instrumental dos meios que possibilitam essas capacidades”(Sen, 1984:324). O desenvolvimento tem sempre que ser julgado em termos do que acarreta para a vida dos seres humanos.

---

<sup>4</sup> À semelhança do caso francês poder-se-ia tentar estabelecer contratos de “emprego-solidariedade”, com períodos de instrução em empresas e incentivo à sua posterior integração normal.



## BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, R.H. e ALDERMAN, H. (1992) "Sources of Income Inequality in Rural Pakistan: a decomposition analysis", *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 54, nº4, pp 591-608.
- ADELMAN, I. (1986) "A Poverty-Focused Approach to Development Policy", in J. P. Lewis and V. Kallab (eds) *Development Strategies Reconsidered*, ODC U.S.-Third World Policy Perspectives Nº 5, 1986, pp 49-55.
- ALMEIDA, J.F.(1993) "Integração Social e Exclusão Social: algumas questões", *Análise Social*, vol. XXVIII, nº4-5, pp 829-834.
- ALMEIDA, J.F., CAPUCHA, L.A., COSTA, A.F. *et al* (1992) *Exclusão Social - Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Celta, Lisboa.
- ALFONSIN, E.T.(1990) "Informe Preliminar sobre la Introdution del Modulo Comunitario sobre Pobreza en la Encuesta Espanola de Presupuestos Familiares 1990-91", EUROSTAT, Doc.Pov 31c.
- ALTIMIR, O. e SOURROUILLE, J. (1980) "Measuring Levels of Living in Latin America", LSMS Working Paper nº3, World Bank.
- AMIEL, Y. e COWELL, F. (1993) "Monotonicity and the Pareto Principle", Discussion Paper DARP-6, Suntory-Toyota ICERD, London.
- AMIEL, Y. e COWELL, F. (1991) "Inequality Changes and Income Growth", Discussion Paper nº TIDI.150, Economic and Social Research Council Programme, LSE, London.
- AMIEL, Y. e COWELL, F.(1989) "Measurement of Income Inequality: Experimental Test By Questionnaire", Discussion Paper nº TIDI.140, Economic and Social Research Council Programme, LSE, London.
- ANAND, S. (1977) "Aspects of Poverty in Malaysia", *Review of Income and Wealth*, 23, nº1, pp 1-16.
- ANAND, S. e RAVALLION, M. (1993) "Human Development in Poor Countries: The Role of Private Incomes and Public Services", *Journal of Economic Perspectives*, vol. 7, nº1, pp 133-150.
- ANDERSEN, B.R. (1991) "Economic Change and Social Exclusion", (mimeograph Memorandum).
- ATKINSON, A.B. (1975) *The Economics of Inequality*, Clarendon Press, Oxford .

- ATKINSON, A.B. (1983) *Social Justice and Public Policy*, Harvester Wheatsheaf.
- ATKINSON, A.B. (1987) "On the Measurement of Poverty" *Econometrica*, vol 55, n°4, pp 749-764.
- ATKINSON, A.B. (1987) "Poverty", in J. Eatwell, J. Milgate and P. Newman (eds) *The New Palgrave - a Dictionary of Economics*, MacMillan Press, pp 928-933.
- ATKINSON, A.B. (1989) "Measuring Inequality and Differing Social Judgements", Discussion Paper n° TIDL129, Economic and Social Research Council Programme, LSE, London ( LIS Working Paper 27, february 1989).
- ATKINSON, A.B. (1989) *Poverty and Social Security*, Harvester Wheatsheaf.
- ATKINSON, A.B. (1990) "Measuring Poverty and Differences in Family Composition", Discussion Paper n° TIDL146, Economic and Social Research Council Programme, LSE, London.
- ATKINSON, A.B. (1990) "Comparing Poverty Rates Internationally: Lessons from Recent Studies in OECD Countries", Discussion Paper WSP/53, Suntory-Toyota ICERD, London (World Bank Economic Review, 1991, vol 5, n°1, 3-21).
- ATKINSON, A.B. (1991) "Basic Income Schemes and the Lessons from Public Economics", in K. Arrow (ed) *Issues in Contemporary Economics*, vol 1, MacMillan Press, pp 22-38.
- ATKINSON, A.B. (1991) "Poverty, Statistics, and Progress in Europe", Discussion Paper WSP/60, Suntory -Toyota ICERD, London.
- ATKINSON, A.B. (1993) "What is Happening to the Distribution of Income in the UK?", Discussion Paper WSP/87, Suntory-Toyota ICERD, London.
- ATKINSON, A.B. (1993) "Capabilities, Exclusion and the Supply of Goods", Discussion Paper WSP/97, Suntory - Toyota ICERD, London.
- ATKINSON, A.B. (1993) "The Institution of an Official Poverty Line and Economic Policy", Discussion Paper WSP/98, Suntory -Toyota ICERD, London.
- ATKINSON, A.B. (1993) "On Targeting Social Security: Theory and Western Experience with Family Benefits", Discussion Paper WSP/99, Suntory-Toyota ICERD, London.
- ATKINSON, A.B., BOURGUIGNON, F. e MORRISSON, C. (1988) "Earning Mobility", *European Economic Review*, 32, pp 619-632.

- ATKINSON, A.B., GARDINER, K., LECHÈNE, V. e SUTHERLAND, H. (1993) "Comparing Poverty in France and the United Kingdom", Discussion Paper WSP/84, Suntory-Toyota ICERD, London.
- ATKINSON, A.B. e MICKLEWRIGHT, J. (1992) *Economic Transformation in Eastern Europe and The Distribution of Income*, Cambridge University Pres.
- ATKINSON, A.B. e MICKLEWRIGHT, J. (1983) "On The Reliability of Income Data in The Family Expenditure Survey 1970-1977", *Journal of The Royal Statistical Society*, Serie A, 46(1), pp 33-61.
- BARBALET, J.M. (1989) *A Cidadania*, Editorial Estampa, Lisboa.
- BARDHAN, P. (1993) "Economics of Development and The Development of Economics", *Journal of Economic Perspectives*, vol. 7, nº2, pp 129-142.
- BARDHAN, P. (1988) "Alternative Approaches to Development Economics", in H. Chenery e T. N. Srinivasan (eds), *Handbook of Development Economics*, Elsevier Science Pub., Boston.
- BARREIROS, L. (1987) "Conceptos operativos y Mediciones de la Pobreza y las Necesidades Basicas" in Barreiros, Kouwenaar, Teekens e Vos, *Ecuador - Teoria y Diseno de Politicas para la Satisfaccion de las Necesidades Basicas*, Inst. de Estudios Sociales. Ecuador.
- BARTHE, A.-M. (1987) "Les Formes de la Pauvreté dans la société Française", *Revue Française des Affaires Sociales*, nº2.
- BARTOLI, H. (1992) "Ouvrir l'Economie a la Multidimensionnalité", Comunicação apresentada no Seminário Internacional *Construir a Europa pela Solidariedade*, Porto 14-16 Maio.
- BARTOLI, H. (1981) "Le Phénomène de La Pauvreté dan L'Economie Marchande", *Problèmes Economiques*, Janvier 1981, pp 15-23.
- BASILE, E. e CECCHI, C. (1990) "The Dimensions of Poverty in Italy - Growth and Regional Disparities", Doc. Community Programme-POVERTY 3-North and South.
- BASTIJS, C., DOMB, Y.W., TOLEDO, M. e ORENBUCH, J. (1980) "La Pauvreté: Théories et Politiques", in *Etude sur la Nature, les Causes et l'Étendue de la Pauvreté en Belgique*, Partie 3.
- BEATH, J.A. (1987) "Policy Targeting in a New Welfare Framework with Poverty", Discussion Paper nº87/191, Department of Economics, University of Bristol.

- BISHOP, J.A., FORMBY, J.P. e SMITH, W.J. (1989) "International Comparisons of Income Inequality: Tests for Lorenz Dominance across Nine Countries", LIS Working Paper 26.
- BLACKORBY, C. e DONALSON, D. (1993) "Household Equivalence Scales and Welfare Comparisons: a comment", *Journal of Public Economics*, 50, pp 143-146.
- BLACKORBY, C. e DONALSON, D. (1980) "Ethical Indices for the Measurement of Poverty", *Econometrica*, vol. 48, n° 4, pp 1053-1060.
- BLACKORBY, C. e DONALSON, D. (1978) "Measures of Relative Equity and their Meaning in Terms of Social Welfare", *Journal of Economic Theory*, 18, pp 59-80.
- BLACKBURN, M.L. (1989) "Interpreting The Magnitude of Changes in Measures of Income Inequality", *Journal of Econometrics*, vol 42.
- BOROOAH, V.K. e MCGREGOR, P. (1991) "The Measurement and Decomposition of Poverty: an Analysis Based on the 1985 Family Expenditure Survey for Northern Ireland", *The Manchester School*, vol LIX, n°4.
- BOROOAH, V.K., MCGREGOR, P.P.L. e MCKEE, P.M. (1991) *Regional Income Inequality and Poverty in the United Kingdom*, Dartmouth.
- BOURGUIGNON, F., MELO, J. e MORRISON, C. (1991) "Poverty and Income Distribution During Adjustment: Issues and Evidence from OECD Project", *World Development*, vol 19, n°11.
- BRADBURY, B. (1992) "The Theory of Family Size Equivalence Scales: an overview", Lecture prepared for the 1992 LIS Summer Workshop, Walferdange.
- BRADSHAW, J. (1991) "Seeking a Behavioural Representation of Modest But Adequate Levels of Living", Family Budget Unit, WP n°13, University of York.
- BRADSHAW, J., DITCH, J., HOLMES, H. e WHITEFORD, P. (1993) "A Comparative Study of Child Support in Fifteen Countries", *Journal of European Social Policy*, vol. 3, n° 4, pp 255-271.
- BUCHANAN, J.M. e BUSH, W.C. (1974) "Political Constraints on Contractual Redistribution", *American Economic Association*, vol. 64, n° 2.

- BUHMAN, B., RAINWATER, L., SCHMAUS, G. e SMEEDING, T. (1988) "Equivalence Scales, Well-Being, Inequality, and Poverty: Sensitivity Estimates Across Ten Countries using the Luxembourg Income Study (LIS) Database", *Review of Income and Wealth*, vol. 34 ( LIS Working Paper 17, Feb. 1988).
- CALLAN, T. e NOLAN, B. (1991) "Concepts of Poverty and the Poverty Line", *Journal of Economic Surveys*, vol. 5 , nº 3, pp 243-261.
- CALLAN, T., NOLAN, B. e WHELAN, C.T. (1993) "Resources, Deprivation and the Measurement of Poverty", *Journal of Social Policy*, vol. 22, nº 2, pp 141-172.
- CANTO-SPERBER, M. (1991) "Choix de Vie et Liberté - Sur L'oeuvre d'Amartya Sen", *Esprit*, nº 170.
- CAPUCHA, L. (1992) *Problemas da Pobreza: Conceitos, Contextos e Modos de Vida*, Tese de Mestrado em Sociologia Rural e Urbana, ISCTE.
- CARDOSO, E. e HELWEGE, A. (1992) "Below the Line: Poverty in Latin America", *World Development*, vol. 20, nº 1.
- CARITAS ESPANOLA (1984) "Pobreza y Marginación", *Revista de Estudios Sociales y de Sociologia Aplicada*, Número extraordinário.
- CASTEL, R. (1991) "De l'indigence à l'exclusion: la désaffiliation" in Donzelot, J. (ed) *Face à l'exclusion: le modèle français*, Esprit, Paris.
- CCE (1993) "Contre L'Exclusion Sociale", *Europe Sociale*, 2/93, pp 33-36.
- CELLULE DE PROSPECTIVE DG V/B/1 (1991) "Les Mécanismes générateurs d'exclusion sociale dans la Communauté Européenne", Bruxelles, DG V/B/1, nº 2133/91.
- CHAKRAVARTY, S.R (1983) "Ethically Flexible Measures of Poverty", *Canadian Journal of Economics*, vol. XVI, nº 1.
- CLARK, S., HEMMING, R. e ULPH, D.(1981) "On indices for the measurement of poverty", *The Economic Journal*, 9, June, pp 515-526.
- CEE(1991) Relatório Final do Segundo Programa Europeu de Luta contra a Pobreza, 1985-1989, COM(91) 29 Final, Bruxelas, Fevereiro de 1991.
- COHEN, S.I. (1984) "Towards Social Group Approaches in Economic Models", in Cohen *et al*, *The modelling of socio-economic planning process*

- CONNIFFE, D. (1992) "The Non-Constancy of Equivalence Scales", *Review of Income and Wealth*, vol. 38, n° 4, pp 429-443.
- COSTA, A.B.(1994) "The Measurement of Poverty in Portugal", *Journal of European Social Policy*, n°2, pp 95-115.
- COSTA, A.B. (1993) *The Paradox of Poverty, Portugal 1980-1989*, Phd Thesis, University of Bath.
- COSTA, A.B.(1989) "Statistical Sources for the Study of Poverty, including Administrative Sources", Final Report to EUROSTAT, Doc.Pov 23-2.
- COSTA, A.B.(1984) "Conceito de Pobreza", *Estudos de Economia*, vol. IV, n° 3 .
- COSTA, A.B. et al (1985) *A Pobreza em Portugal*, Ed. Caritas, Lisboa.
- COULTER, F.A.E., COWELL, F.A. e JENKINS, S.P. (1992a) "Differences in Needs and Assessment of Income Distributions", *Bulletin of Economic Research*, vol. 44, n° 2, pp 77-124.
- COULTER, F.A.E., COWELL, F.A. e JENKINS, S.P. (1992b) "Equivalence Scale Relativities and the Extend of Inequality and Poverty", *Economic Journal*, September.
- COWELL, F.A. (1994) "How much Inequality Can We Explain? A Methodology and an Application to the USA", Discussion Paper DARP-7, Suntory-Toyota ICERD, London.
- COWELL, F.A.(1988) "Poverty Measures, Inequality and Decomposability", in D. Bos, M. Rose e C. Seidl (eds), *Welfare and Efficiency in Public Economics*, Springer-Verlag.
- COWELL, F.A.(1984) "The Structure of American Income Inequality", *Review of Income and Wealth*, vol. 30, n° 3, pp 351-375.
- COWELL, F.A. e VICTORIA-FESER, M.P. (1994) "Robustness Properties of Poverty Indices", Disc. Paper DARP-8, Suntory-Toyota ICERD, London.
- DAGUM, C. (1980) "Inequality Measures between Income Distributions with Applications", *Econometrica*, vol. 48, n° 7.
- DANZIGER, S.H. e WEINBERG, D.H. (eds) (1986) *Fighting Poverty: What Works and What Doesn't*, Harvard University Press.
- DANZIGER, S. e TAUSSIG, M.C. (1979) "The Income Unit and the Anatomy of Income Distribution", *Review of Income and Wealth*, 25, n°4, pp 365-375.

- DASGUPTA, P. (1990) "Well-Being and The Extent of Its Realisation in Poor Countries", *Economic Journal*, 100, (Conference 1990), pp 1-32.
- DEATON, A.S., RUIZ-CASTILLO, J. e THOMAS, D. (1989) "The Influence of Household Composition on Household Expenditure Patterns: Theory and Spanish Evidence", *Journal of Political Economy*, vol. 97, n° 11, pp179-200.
- DELEECK, H. (1989b) "Social Indicators of Social Security - a comparative analysis of seven countries", EUROSTAT Doc.Pov 33a.
- DELEECK, H. (1989a) "Community Research project on Social Indicators of Social Security" - progress report to EUROSTAT, Doc.Pov 21.
- DELEECK, H. ,VAN DEN BOSCH, K. e DE LATHOUWER, L. (1992) *Poverty and the Adequacy of Social Security in the EC - a comparative analysis*, Avebury.
- DESAI, M. (1990) "Poverty and Capability: Towards an Empirically Implementable Measure", Discussion Paper WSP/27, Suntory-Toyota ICERD, London.
- DESAI, M. (1989) "Methodological Problems in The Measurement of Poverty in Latin America", London School of Economics, Preliminary Draft WP.
- DESAI, M. (1984) "A General Theory of Poverty: a Review Article", *Indian Economic Review*, vol. XIX, n° 2 pp157-169.
- DESAI, M. e SHAH, A. (1988) "An Econometric Approach to the Measurement of Poverty", *Oxford Economic Papers*, vol. 40, pp 505-522.
- DE VOS, K. (1991a) "Extrapolation of Income or Expenditure Distributions", EUROSTAT Doc.Pov 46/91.
- DE VOS, K. (1991b) *Micro-Economic Definitions of Poverty*, Universiteits Erasmus Drukkerij.
- DICKES, P. (1989) "Pauvreté et Conditions d'Existence - Théorie, Modèles, Mesures", Document PSELL n° 8, CEPS/INSTEAD, Walferdange.
- DREWNOWSKY, D. (1976) "The Definition and Measurement of Poverty", Institute of Social Studies, The Hague.
- DONISSON, D. (1988) "Defining and Measuring Poverty. A Reply to Stein Ringen", *Journal of Social Policy*, vol. 17, n° 3, pp 367-374.
- ELTETO, O. e FRIGYES, E. (1968) "New Income Inequality Measures as Efficient Tools for Causal Analysis and Planning", *Econometrica*, vol. 36, n° 2, pp 383-396.

- ENDERLÉ, G. (1994) "La pauvreté, paradigme de l'éthique économique", in CAILLAUX, J.-C. e LAMBERT, L. (eds) *Democratie et Pauvreté*, Edition Quart Monde Albin Michel, Paris, pp 453-469.
- EUROSTAT (1995) *Family Budget Surveys - Comparative Tables*, EUROSTAT, Series E, Luxembourg.
- EUROSTAT (1991) *Observatory on National Policies To Combat Social Exclusion*, Working Party on Indicators of Poverty, EUROSTAT Doc.Pov 39/91.
- EUROSTAT (1990) *La Pauvreté en Chiffres: l'Europe Au début des Années 80*, Luxembourg.
- EVANS, M. (1995) "Out for the Count: The Incomes of non-household population and the effect of their exclusion from national income profiles", Discussion Paper WSP/111, Suntory-Toyota ICERD, London.
- EVERS, A., NOWOTNY, H. e WINTERSBERGER, H. (1987) *The Changing Face of Welfare*, Gower Publishing Company, London.
- FERGE, Z. (1991) "The Measurement of Social Integration: the Role of the Market", in K. Arrow (ed) *Issues in Contemporary Economics*, vol 1, MacMillan Press, pp 50-66.
- FERNANDES, A.T. (1991) "Formas e Mecanismos de Exclusão Social", *Sociologia*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, I Série, vol. 1, pp 9-66.
- FIELDS, G.S. (1986) "Income Distribution and Economic Growth" in G. Ranis e P. Scultz (eds), *The State of Development Economics*, Basil Blackell Inc.
- FINDLAY, J. e WRIGHT, R.E. (1992) "Gender, Poverty and Intra-Household Distribution of Resources", LIS Working Paper 83.
- FISHER, F.M. (1987) "Household Equivalence Scales and Interpersonal Comparisons", *Review of Economic Studies*, vol. LIV, pp 519-524.
- FOSTER, J.E.(1984) "On Economic Poverty: a Survey of Aggregate Measures" in Basman e Rhodes (eds), *Advances in Econometrics*, vol. 3, pp 215-251.
- FOSTER, J.E. e GREER, J. e THORBECKE, E. (1984) "A Class of Decomposable Poverty Measures", *Econometrica*, vol .52, nº 3, pp 761-766.
- FOSTER, J.E. e SHORROCKS, A.F (1991) "Subgroup Consistent Poverty Indices", *Econometrica*, vol. 59, nº 3, pp 687-709.



- FOSTER, J.E. e SHORROCKS, A.F (1988) "Poverty Orderings", *Econometrica*, vol. 56, nº 1, pp 173-177.
- FRITZELL, J. (1992) "Income Inequality Trends in the 1980's: a Five Country Comparison", LIS Working Paper 73.
- GALBRAITH, J.K. (1992) *A Cultura do Contentamento*, Publicações Europa-América, Estudos e Documentos, 273
- GANEAU, S. (1991) "Notes de Lecture sur Diferentes Definitions et Methodes de Mesure de la Pauvreté", CEE, Bruxelles (document de travail).
- GARDINER, K. *et al* (1995) "The Effects of Differences in Housing and Health Care Systems on International Comparisons of Income Distribution", Discussion Paper WSP/110, Suntory-Toyota ICERD, London.
- GHIATIS, A. (1987) "The Measurement of Poverty Enhancement of the Family Budget Surveys", Report to the Statistical Office of the EC, EUROSTAT Doc.Pov 14.
- GLEWWE, P. (1988) "Economic Liberalisation and Income Inequality- further evidence on the Sri Lankan experience", *Journal of Development Economics*, 28, pp 233-246.
- GLEWWE, P. (1986) "The Distribution of Income in Sri Lanka 1969/70 and 1980/81: a decomposition analysis", *Journal of Development Economics*, 24, pp 255-274.
- GLEWWE, P. e GAAG, V. der(1990) "Identifying the Poor in Developing Countries: Do Different Definitions Matter? ", *World Development*, 18, 6, pp803-814.
- GOLDING, P. (ed) (1986) *Excluding The Poor*, Child Poverty Action Group, London.
- GOODIN, R.E. e LE GRAND, J.(1987) *Not Only The Poor - The Middle Classes And The Welfare State*, Allen & Unwin, London.
- GORNICK, J. e PAVETTI, L (1990) "A Demographic Model of Poverty Among Families with children: a Comparative Analysis of Five Industrialised Countries Based On Microdata from Luxemburg Income Study", LIS Working Paper 65.
- GOUVEIA, M. e TAVARES, J.(1992) "The Distribution of Household Income and Expenditure in Portugal: 1980 and 1990", (policopiado).

- HAGENAARS, A.J. (1991) "Family Equivalence Scales", EUROSTAT Doc.Pov 39/91.
- HAGENAARS, A.J. (1987) "A Class of Poverty Indices", *International Economic Review*, vol. 28, n° 3, pp 583-607.
- HAGENAARS, A.J. (1986) *The Perception of Poverty*, Elsevier Science Pub., North Holland.
- HAGENAARS, A.J., DE VOS, K. e ZAIDI, M.A. (1992) "Poverty Statistics Based on Micro-data Results for Nine Member States of the European Community", Dep. Economic Sociology and Psychology, Erasmus University Rotterdam.
- HAGENAARS, A.J. e VAN PRAAG, B.M. (1985) "A Synthesis of Poverty Line Definitions", *Review of Income And Wealth*, 1985, n°2, pp 139-154.
- HANRATTY, M.J.e BLANK, R.M. (1990) "Down and Out in North America: Recent Trends in Poverty Rates in U.S. and Canada", NBER Working Paper, Cambridge, MA.
- HARRISON, A. (1991) "National Accounting and Income Distribution", *Review of Income and Wealth*, Series 37, n° 3, pp 233-234.
- HAVEMAN, R.H. (1987) *Poverty Policy and Poverty Research*, University of Winsconsin Press.
- HELD, D. (1989) *Political Theory and the Modern State*, Stanford University Press.
- HERRICK, B. e BARCLAY, B. (1981) "Poverty assessment: six approaches" in *Urban Poverty and Economic Development: a Case Study of Costa Rica*, MacMillan Press, pp 90-97.
- HORBACH, J. (1987) "Inventory of Statistics on Poverty in The Member States of The European Community", EUROSTAT Doc.Pov 8/ Rev. 2.
- HUPI, M. e RAVAILLON, M. (1991) "The Sectoral Structure of Poverty During An Adjustment, Period: Evidence for Indonesia in the Mid-1980s", *World Development*, vol. 19, n°12, pp 1653-1678.
- HUTTON, S. (1991) "Measuring Living Standards Using Existent National Data Sets", *Journal of Social Policy*, vol. 20, n° 2, pp 237-257.
- HUTTON, S. e WHITEFORD, P. (1992) "Women and Social Security in retirement: a comparative analysis", LIS Working Paper 82.
- ILO (1996) *Social Exclusion and Anti-poverty strategies*, IILS/ILO, Geneva.

- JANSENS, P. e VRANKEN, J. (1980) "Une Description Générale des Caractéristiques de la Pauvreté et des Politiques de Pauvreté", in *Etude sur la Nature, les Causes et l'Etendue de la Pauvreté en Belgique*.
- JENKINS, S. (1991) "The Measurement of Income Inequality" in L. Osberg (ed), *Economic Inequality and Poverty: International Perspectives*, ME Sharpe, New York.
- JENKINS, S. (1991) "Poverty Measurement and Within-Household Distribution: Agenda for Action", *Journal of Social Policy*, vol. 20, n° 4, pp 457-483.
- JORDAN, B. (1987) *Rethinking Welfare*, Basil Blackwell, Oxford.
- KAKWANI, N. (1993) "Poverty and Economic Growth with Application to Côte d'Ivoire", *Review of Income and Wealth*, 39, n° 2, pp 121-139.
- KAKWANI, N. (1990) "Testing for Significance of Poverty Differences - with Applications to Côte d'Ivoire", LSMS Working Paper n° 62, World Bank.
- KAKWANI, N. (1984) "Issues in Measuring Poverty", in Basman e Rhodes (eds), *Advances in Econometrics*, vol. 3, pp 253-282.
- KAKWANI, N. (1981a) "Note on a New Measure of Poverty", *Econometrica*, vol. 49, n° 2, pp 525-526.
- KAKWANI, N. (1981b) "Welfare Measures - an international comparison", *Journal of Development Economics*, 8, pp 21-45.
- KAKWANI, N. (1980a) "On a Class of Poverty Measures", *Econometrica*, vol. 48, n° 2, pp 437-446.
- KAKWANI, N. (1980b) *Income Inequality and Poverty: Methods of Estimation and Policy Implications*, Oxford University Press.
- KANBUR, S.(1984) "The Measurement and Decomposition of Inequality and Poverty", in Van der Ploeg (ed), *Mathematical Methods in Economics*, John Wiley and Sons.
- KAPTEYN, A., KOOREMAN, P. e WILLEMSE, R. (1987) "Some Methodological Issues in the Implementation of Subjective Poverty Definitions", *Journal of Human Resources*, vol. XXIII, n° 2, pp 222-242.
- KAPTEYN, A. e VAN PRAAG, B.(1976) "A New Approach to the Construction of Family Equivalence Scales", *European Economic Review*, 7, pp 315-335.
- KUNDU, A. e SMITH, T. (1983) "An Impossibility Theorem on Poverty Indices", *International Economic Review*, vol.24, n°2, pp423-434.

- KUZNETS, S. (1955) "Crescimento Económico e Desigualdade de Rendimento" in M. SILVA (ed), *Desenvolvimento Económico e Repartição do Rendimento*, Editorial Estampa, 1983.
- LANSLEY, S. (1980) "Changes in Inequality and Poverty in the UK, 1971-1976", *Oxford Economic Papers*, May.
- LAZEAR, E.P. e MICHAEL, R.T. (1980) "Family Size and the Distribution of Real Per Capita Income", *American Economic Review*, vol. 70, nº 1, pp 91-107.
- LEIPERT, C. e SIMONIS, U.E. (1981) "Social Indicators in Development Planning", in IIUG preprints.
- LEWIS, G.W. e ULPH, D.T. (1988) "Poverty, Inequality and Welfare", *The Economic Journal*, vol. 9 (390), Supplement, (Discussion Paper 87/188, Department of Economics, University of Bristol).
- LINDBECK, A. (1991) "Individual Freedom and Welfare State Policy" in K. Arrow (ed), *Issues in Contemporary Economics*, vol. 1, MacMillan Press, pp 295-318.
- LOIZIDES, L. e GIACHALIS, V. (1989) "Poverty Profiles in Greece: a Probabilistic Approach", Athens School of Economics and Business Science, draft paper.
- LOPES, J.S. (1988) Interpelação ao Governo sobre a Problemática da Pobreza em Portugal, *Diário da Assembleia da República*, 29 de Junho de 1988, pp 4429-4464.
- MACK, J. e LANSLEY, S. (1984) *Poor Britain*, George Allen & Unwin, London.
- MAKI, A. e NISHIYAMA, S. (1993) "Consistency Between Macro and Micro Data Sets In The Japanese Household Sector", *Review of Income and Wealth*, Series 39, nº 2, pp 195-207.
- MARSHALL, T.H. (1967) *Cidadania, Classe Social e Status*, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- MARSHALL, T.H. (1950) Citizenship and Social Class, in *Cidadania, Classe Social e Status*, Zahar Editores, Tradução brasileira de *Sociology at the Cross roads and other Essays*, Heinemann University Press, pp 57-114.
- MAYER, S. E. e JENCKS, C. (1989) "Poverty and the Distribution of Material Hardship", *The Journal of Human Resources*, vol. XXIV, nº 1, pp 88-114.
- MCCLEMENTS, L.D. (1977) "Equivalence Scales for Children", *Journal of Public Economics*, 8, pp 191-210.

- MCDONALD, J.B. (1984) "Some Generalized Functions for the Size Distribution of Income", *Econometrica*, vol. 52, n° 3, pp 647-663.
- MCFADDEN, D. (1989) "Testing for Stochastic Dominance", in FOMBY e SEO (eds), *Studies in The Economics of Uncertainty*, Springer-Verlag, pp 113-136.
- MCGREGOR, P.P. e BOROOAH, V.K. (1992) "Is Low Spending or Low Income a Better Indicator of Whether or Not a Household is Poor: Some Results from the 1985 Family Expenditure Survey", *Journal of Social Policy*, vol. 21, n° 1, pp 53-69.
- MERCADER, M. (1993) "The Low Income Population in Spain and a Comparison with France and the UK: Evidence From the Household Expenditure Surveys", Discussion Paper WSP/95, Suntory-Toyota ICERD, London.
- MERZ, J. (1992) "Equivalence Scales - West Germany household equivalence scales for a revealed preference consumption based international comparison", Lecture prepared for the 1992 LIS Summer Workshop, Walferdange.
- MILANO, S. (1988) *La Pauvreté Absolue*, Hachette, Paris.
- MILANOVIC, B. (1992) "Poverty in Poland, 1978-1988", *Review of Income and Wealth*, vol. 38, n° 3, pp 329-340.
- MISHRA, R. (1984) *The Welfare State In Crisis*, Wheatsheaf Books, Harvester Press.
- MISHRA, P. e PARIKH, A. (1992) "Household Consumer Expenditure Inequalities in India: a Decomposition Analysis", *Review of Income and Wealth*, vol. 38, n° 2, pp 225-236.
- MUELLBAUER, J. (1974) "Household Composition, Engel Curves and Welfare Comparisons Between Households", *European Economic Review*, 5, pp 103-122.
- MUEFFELS, R. e VRIENS, M. (1991) "The elaboration of a deprivation scale and the definition of a subjective poverty line", *Annual Meeting of ESPE*, Pavia.
- MURTEIRA, B. (1990a) *Probabilidades e Estatística* (vol. I ), MacGraw-Hill de Portugal.
- MURTEIRA, B. (1990b) *Probabilidades e Estatística* (vol. II ), MacGraw-Hill de Portugal.
- NAZARETH, M. (1990) "Family Policy in EEC - Le Portugal", in W. Dumon (ed) *Family Policy in EEC Countries*, Bruxelles, pp 315-334.

- NELSON, J.A. (1992) "Methods of Estimating Household Equivalence Scales: An Empirical Investigation", *Review of Income and Wealth*, vol. 38, n° 3, pp 295-310.
- NG, YEW-KWANG (1981) "Welfarism: a defense against Sen's attack", *The Economic Journal*, 91(June), pp 527-530.
- NYGARD, F. e SANDSTROM, A.(1989) "Income Inequality Measures Based on Sample Surveys", *Journal of Econometrics*, vol. 42, n° 1, pp 81-95.
- OKRASA, W. (1988) "Redistribution and the Two Dimensions of Inequality: an East-West comparison", in K. Arrow (ed), *Issues in Contemporary Economics*, vol. 1, MacMillan Press, pp 633-643.
- OLDFIELD, N. (1992) "Using Budget Standards to Estimate the Cost of Children", Family Budget Unit, WP n°15, University of York.
- OVERSEAS DEVELOPMENT ADMINISTRATION (1993) *Implications For UK Aid of Current Thinking On Poverty Reduction*, ODA, London.
- PAUGAM, S. (1991) *La Disqualification Sociale - essai sur la nouvelle pauvreté*, Presses Universitaire de France.
- PAUL, S. (1991) "An Index of Relative Deprivation", *Economic Letters*, vol. 36, pp 337-341.
- PAUL, S. (1989) "A Model of Constructing the Poverty Line", *Journal of Development Economics*, 30.
- PEREIRINHA, J. (1996) "Pobreza e Exclusão Social: algumas reflexões sobre conceitos e aspectos de medição", in J.M.C.Ferreira et al (orgs) *Entre a Economia e a Sociologia*, Celta Editora, pp 208-232.
- PEREIRINHA, J. (1995) "Pobreza e Exclusão Social: Fronteiras Conceptuais, Relevância para a Política Social e Implicações na sua Medida", in *Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*, ISEG/UTL.
- PEREIRINHA, J. (1994a) *Spatial Location of Social Exclusion in Portugal*, Observatory on National Policies to Combat Social Exclusion, CISEP.
- PEREIRINHA, J. (1994b) *Social Exclusion in Portugal: Situations, Processes and Policies*, Observatory on National Policies to Combat Social Exclusion, CISEP.
- PEREIRINHA, J. (1993a) *Observatory on National Policies to Combat Social Exclusion - Portugal Report, 1993*, CISEP.

- PEREIRINHA, J. (1993b) *Agencies, Institutions and Programmes: Their Interrelationship and Co-ordination in the Administration of Social Exclusion*, CISEP.
- PEREIRINHA, J. (1992b) *Consolidated Report on Social Exclusion in Portugal Observatory on National Policies to Combat Social Exclusion*, CISEP.
- PEREIRINHA, J. (1992a) *European Community Observatory on National Policies to Combat Social Exclusion - Portugal, Consolidated Report 1990-91*, CEC, DG V e CISEP.
- PEREIRINHA, J. (1988) *Inequalities, Household Income Distribution and Development in Portugal*, PhD. Thesis, The Hague, Netherlands.
- PERISTA, H. e PIMENTA, M. (1994) "A Pobreza Urbana - algumas situações tipo", *Mediterrâneo*, nº4, pp 33-51.
- PERUMAL, M. (1992) "New Budget Poverty Lines For Malaysia", *Review of Income and Wealth*, vol. 38, nº 3, pp 341-353.
- PIACHAUD, D. (1987) "Problems in the Definition and Measurement of Poverty", *Journal of Social Policy*, vol. 16, nº 2, pp 147-164.
- PIMENTA, M. e GOMES, M.E. (1990) "Precaridade e Vulnerabilidades Económicas", Departamento de Pesquisa Social, CRC, Lisboa.
- POLLAK, R.A. e WALES, T.J. (1979) "Welfare Comparisons and Equivalence Scales", *American Economic Association*, vol. 69, nº 2, pp 216-221.
- PRESTON, I. (1990) "Asymptotically Valid Inference for a Common Class of Poverty Measures with an Application to UK Regional Poverty", Institute of Fiscal Studies WP Series W 90/8, London.
- PYATT, G. (1987) "Measuring Welfare, Poverty and Inequality", *The Economic Journal*, vol. 97, pp 459-467.
- RAINWATER, L. (1992a) "The Social Wage in The Income Package of Working Parents", Draft paper presented at the 1992 LIS Summer Workshop, Walferdange.
- RAINWATER, L. (1992b) "Poverty in American Eyes", LIS Working Paper 79.
- RAINWATER, L. (1990) "Poverty and Equivalence as Social Constructions", LIS Working Paper 55.

- RAINWATER, L. (1990) "Changing Inequality Structure in Europe: the Challenge to Social Science", LIS Working Paper.
- RAMPRAKASH, D. (1994) "Poverty in The Countries of The European Union: a Synthesis of EUROSTAT's Statistical Research on Poverty", *Journal of European Social Policy*, vol. 4, n° 2, pp117-128.
- RAMPRAKASH, D. (1992) "Statistical Matching", EUROSTAT Doc.Pov 52/92.
- RAMPRAKASH, D. (1975) "Distribution of Income Statistics For The United Kingdom, 1972/73: Sources and Methods", *UK Economic Trends*, n° 262, pp 78-96.
- RAO, V.V.B.(1981) "Measurement of Deprivation and Poverty Based on The Proportion Spent on Food: An Exploratory Exercise", *World Development*, vol. 9, n° 4.
- RAVALLION, M. e BIDANI, B. (1994) "How Robust is a Poverty Profile?", *World Bank Economic Review*, vol. 8, n° 1, pp75-102.
- RAVALLION, M., DATT, G. e VAN DE WALLE, D.(1991) "Quantifying Absolute Poverty in The Developing World", *Review of Income and Wealth*, vol. 37, n° 4, pp345-361.
- RAVALLION, M. e HUPPI, M. (1991) "Measuring Changes in Poverty: a Methodological Case Study of Indonesia during an Adjustment Period", *World Bank Economic Review*, vol 5, n° 1, pp 57-82 .
- RAWLS, J. (1974) "Concepts of Distributional Equity - Some Reasons for the Maximin Criterion", *American Economic Association*, vol. 64, n° 2.
- REIS, M.H. (1995) *Conceito e Medição da Exclusão Social*, Dissertação de Mestrado, ISEG/UTL, Lisboa.
- RINGEN, S. (1991) "Households, Standard of Living, and Inequality", *Review of Income and Wealth*, vol. 37, n° 1, pp 1-13.
- RINGEN, S. (1988) "Direct and Indirect Measures of Poverty", *Journal of Social Policy*, vol. 17, n° 3, pp 351-365.
- RIPE (1992) "Subjective Poverty", Research Institute for Population Economics report to EUROSTAT, Doc.Pov 51/92.
- RODGERS, G. (ed) (1995) *The Poverty Agenda and the ILO: Issues for research an action*, ILS/ILO, Geneva.



- RODGERS, G. (1987) "Labour Market Mechanisms and Urban Poverty - a review of ten studies", International Institute for Labour Studies Working Paper DP/7/1987.
- RODGERS, G. (1979) "Approaches to the Analysis of Poverty", World Employment Programme, Wep 2-21/wp.71.
- RODGERS, G. *et al* (ed) (1995) *Social Exclusion: Rethotic, Reality, Responses*, ILS/ILO, Geneva.
- RODGERS, G. e HOEVEN, R. van der (ed) (1995) *The Poverty Agenda and the ILO: Trends and Policy Options*, ILS/ILO, Geneva.
- RODGERS, J.L. e RODGERS, J.R. (1991) "Measuring the Intensity of Poverty Among Subpopulations", *Journal of Human Resources*, vol. XXVI, nº 2, pp 338-361.
- ROOM, G. *et al* (1990) *New Poverty in the European Community*, MacMillan Press.
- RUGGLES, P. (1990) *Drawing the line: alternative poverty measures and their implications for public policy*, Urban Institute Press, Washington D.C. .
- SANTOS, J. (1985) "Inflação e Distribuição Pessoal do Rendimento em Portugal (1971-1981)", *Estudos de Economia*, vol. 5, nº 4, pp 397-416.
- SANTOS, J. (1984) "Escala de Equivalência", *Estudos de Economia*, vol. 5, nº 1, pp 43-65.
- SANTOS, M. O. (1992) "Qualidade de Vida: o Percorso Abreviado de um Conceito", *Economia e Sociologia*, nº 53, pp 39-66.
- SAWHILL, I.V. (1988) "Poverty in US: Why is it so Persistent?", *Journal of Economic Literature*, vol. 26, nº 3, 1073-1119.
- SAWERS, (1988) "Poverty Weighted measures of Social Welfare Change", *World Development*, vol. 16, nº 8, pp 899-901.
- SCHRAM, S.F. (1991) "Welfare Spending and Poverty: cutting back produces more poverty, not less", *American Journal of Economics and Sociology*, vol. 50, nº 2, pp 129-141.
- SCHILLER, B.R. (1980) *The Economics of Poverty and Discrimination*, Prentice-Hall. Inc., 3rd. Edition.
- SCITOVSKY, T. (1986) *Human Desire and Economic Satisfaction*, New York University Press

- SCOTT, W.(1981) "Concepts and Measurement of Poverty", UNRISD Report.
- SEIDL, C. (1988) "Poverty Measurement", in D. Bos, M. Rose e C. Seidl(eds), *Welfare and Efficiency in Public Economics*, Springer-Verlag.
- SEN, A. (1992) "Minimal Liberty", *Economica*, 59, pp 139-159.
- SEN, A. (1991a) "The Nature of Inequality", in K. Arrow (ed) *Issues in Contemporary Economics*, vol. 1, MacMillan Press, pp 1-21.
- SEN, A. (1991b) "La Liberté individuelle: une Responsabilité Sociale", *Esprit*, n°170.
- SEN, A. (1988a) "Freedom of Choice: Concept and Content", *European Economic Review*, 32, pp 269-294.
- SEN, A. (1988b) "The Concept of Development", in H. Chenery e T.N. Srinivasan (eds), *Handbook of Development Economics*, Elsevier Science Pub., Boston.
- SEN, A. (1985) "A Sociological Approach to the Measurement of Poverty: a reply to Professor Peter Townsend", *Oxford Economic Papers*, 37.
- SEN, A. (1984) "The Living Standard", *Oxford Economic Papers*, 36, Supplement, pp 74-90.
- SEN, A. (1983) "Poor, relatively speaking", *Oxford Economic Papers*, 35.
- SEN, A. (1982) "Evaluator Relativity and Consequential Evaluation", *Philosophy and Public Affairs*, vol. XII, pp 113-132. .
- SEN, A. (1981a) "A reply to "Welfarism: a defence against Sen's attack", *The Economic Journal*, 91(June), pp 531-535.
- SEN, A. (1981b) "Rights and Agency", *Philosophy and Public Affairs*, vol. XI, pp 3-39.
- SEN, A. (1980) "Description as Choice", *International Economic Review*, pp 353-369.
- SEN, A. (1979a) "Las medidas de la desigualdad", in *Sobre la Desigualdad Económica* .
- SEN, A. (1979b) "The Welfare Basis of Real Income Comparisons: a Survey", *Journal of Economic Literature*, vol. XVII (Mar), pp1-45.
- SEN, A.(1979c) "Issues in the measurements of poverty", *Scandinavian Journal of Economics*

- SEN, A. (1979d) "Personal Utilities and Public Judgements: or what is wrong with Welfare Economics?", *Economic Journal*, 89, pp 537-558.
- SEN, A. (1978) "Quantification of Poverty", excerpted from 'Three Notes on the Concept of Poverty', ILO, Geneva.
- SEN, A. (1977) "On Weights and Measures: Informational Constraints in Social Welfare Analysis", *Econometrica*, vol. 45, n° 7, pp 1539-1572.
- SEN, A. (1976a) "Real National Income", *Review of Economic Studies*, vol. XLIII, n° 1, pp 19-38.
- SEN, A. (1976b) "Poverty: an ordinal approach to measurement", *Econometrica*, vol. 44, n° 2.
- SHORROCKS, A.F. (1980) "The class of additively decomposable inequality measures", *Econometrica*, vol. 48, n° 3, pp 613-625.
- SILVA, M. (1995) "Desenvolvimento e Equidade - uma perspectiva ética", in *Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*, ISEG/UTL.
- SILVA, M. (1991) *A Pobreza Infantil em Portugal*, UNICEF.
- SILVA, M. (1990) "Observatoire sur les Politiques de Combat à l'Exclusion Sociale - Étude de Faisibilité", CISEP.
- SILVA, M. (1988) "A Pobreza Urbana - o avesso da cidade" (policopiado).
- SILVA, M. (1986) "Agentes Económicos em Situação de Exclusão: os Pobres", in CISEP (ed) *O Comportamento dos Agentes Económicos e a Política Económica*, Actas de Conferência.
- SILVA, M. (1982) "Crescimento Económico e Pobreza em Portugal (1950-74)", *Análise Social*, vol. XVIII, n° 3/4/5.
- SILVA, M. et al (1989) *Pobreza Urbana em Portugal*, Edição Caritas.
- SILVESTRE, M., BODSON, D. e HIERNAUX, J.P. (1980) "La Pauvreté et les Politiques: Essai d'approche Systemique", in *Etude sur la Nature, les Causes et l'Etendue de la Pauvreté en Belgique*, Partie 2.
- SINFIELD, A. (1977) "Poverty, Inequality and Justice", New Waverly Papers, Social Policy Series n° 6, University of Edinburgh.
- SMEEDING, T. et al (1992) "Noncash Income, Living Standards, and Inequality: Evidence from the Luxembourg Income Study", LIS Working Paper 79.

- SMITH, J.P. (1979) "The Distribution of Family Earnings", *Journal of Political Economy*, vol. 87, nº 5, pp 163-191.
- SMITH, P.K. (1993) "Welfare as a Cause of Poverty: a Time Series Analysis", *Public Choice*, 75, pp157-170.
- SMOLENSKY, E. *et al* (1994) "Growth, Inequality, and Poverty: a Cautionary Note", *Review of Income and Wealth*, vol. 40, nº 2, pp
- STERN, N. (1989) "The Economics of Development: a Survey", *The Economic Journal*, 99, pp 597-685.
- STEWART, F. e SREETEN, P.(1976) "New Strategies for Development: Poverty, Income Distribution and Growth", *Oxford Economic Papers*, vol. 28, nº 3, pp 381-405.
- STIGLITZ, J.E.(1973) "Approaches to the Economics of Discrimination", *American Economic Review*, vol. LXIII, nº 2.
- SZAL, R.J. (1977) "Poverty: measurement and analysis", World Employment Programme Research Working Paper WEP 2-23/ WP 60.
- TAKAYAMA,N.(1979) "Poverty, Income Inequality and Their Measures: Professor Sen's Axiomatic Approach Reconsidered", *Econometrica*, vol 47, nº 3.
- TAYLOR, I. (199?) "Introduction: the concept of 'social cost' in free market theory and the social effects of free market policies", in I. Taylor (ed), *The Social Effects of Free Market Policies*, Harvester Wheatsheaf.
- TEEKENS, R.(1990) "Inequality and Poverty. Portugal compared with Greece, Ireland and Spain", *Estudos de Economia*, vol. X, nº 2, pp 111-142.
- TEEKENS, R. (1989) "Inequality and Poverty - Portugal Compared with Greece, Ireland and Spain" (policopiado).
- THON, D.(1983) "A Note on a Troublesome Axiom for Poverty Indices", *The Economic Journal*, 93 , March, pp 199-200.
- THON, D.(1979) "On Measuring Poverty", *Review of Income and Wealth*, vol. 25, nº 4, pp 429-439.
- TOSCANO, M.F. (1992) "O(s) Conceito(s) de Pobreza como Categorias de Análise Sociocêntrica - uma leitura das abordagens sociológicas do industrialismo", *Forum Sociológico*, 1, pp 121-155.
- TOWNSEND, P. (1993) *The International Analysis of Poverty*, Harvester Wheatsheaf.

- TOWNSEND, P. (1991a) "The Poor are Poorer: a Statistical Report on Changes in the Living Standards of Rich and Poor in the United Kingdom, 1979-1989", SMU, DSPSP, University of Bristol.
- TOWNSEND, P. (1991b) "Meaningful Statistics on Poverty 1991", SMU, DSPSP, University of Bristol.
- TOWNSEND, P. (1987a) "Deprivation", *Journal of Social Policy*, vol. 16, n° 2, pp 125-146.
- TOWNSEND, P. (1987b) "Poverty in Europe", in Z. Ferger e S.M. Miller (eds), *Dynamics of Deprivation: an International Project*, Sponsored by the European Centre for Social Welfare Training and Research, Vienna Grower Press, London.
- TOWNSEND, P. (1987c) *Poverty and Labour in London*, Low Pay Unit, London.
- TOWNSEND, P. (1985) "A sociological approach to the measurement of poverty - a rejoinder to Professor Amartya Sen", *Oxford Economic Papers*, vol. 37, pp 659-668.
- TOWNSEND, P. (1970) *The Concept of Poverty*, Heineman, London.
- TOWNSEND, P. (1962) "The Meaning of Poverty", *The British Journal of Sociology*, vol. XVIII, n° 3, pp 210-227.
- TRAVERS, P. e RICHARDSON, S. (1992) "Living Decently", Working Paper 92-2, Department of Economics, University of Adelaide.
- TSAKLOGLOU, P. (1991a) "Estimation and Comparison of Two Simple Models of Equivalence Scales for the cost of Children", *Economic Journal*, 101, pp 343-357.
- TSAKLOGLOU, P. (1991b) "Forecasting Poverty in the EEC", Disc. Paper 91/289, Department of Economics, University of Bristol.
- TSAKLOGLOU, P. (1991c) "A Comparison of Poverty Rates Estimates Using Expenditure and Income Data", LIS Working Paper 71.
- TSAKLOGLOU, P. (1990a) "Aspects of Poverty in Greece", *Review of Income and Wealth*, vol. 36, n° 4, pp 381-402.
- TSAKLOGLOU, P. (1990b) "Estimating the Barten Model of Equivalence Scales for the Cost of Children from Microdata", Discussion Paper 90/273, Department of Economics, University of Bristol.

- TSAKLOGLOU, P. (1989) "Measurement, Decomposition and Intertemporal Change in Inequality: Greece 1974, 1982", Discussion Paper 89/227, Department of Economics, University of Bristol.
- TSAKLOGLOU, P. (1988) "A Family of Decomposable Poverty Indices", Discussion Paper 88/195, Department Economics, University of Bristol.
- VAN GINNEKEN, JOIN-LAMBERT e LECAILLON (1979) "Persistent Poverty in the Industrial Market Economies", *International Labor Review*, vol. 118, n° 2, pp 699-711.
- VAN PARIJS, P. (1987) "Quel Destin pour l'Allocation Universelle?", *Futuribles*, n° 106, pp 17-31.
- VAN PRAAG, B. (1988) "Climate Equivalence Scales - an application of a general method", *European Economics Review*, 32, pp1019-1024.
- VAN PRAAG, B.e BAYE,M.R. (1990) "The Poverty Concept when Prices are Income- Dependent", *Journal of Econometrics*, 43, pp 153-166.
- VAN PRAAG, B., SPIT, J.S. e STADT, H. (1982) "A Comparison Between the Food Ratio Poverty Line and the Leyden Poverty Line", *Review of Economics and Statistics*, 64, November, pp 691-694.
- VAUGHAN, R.N. (1987) "Welfare Approaches to the Measurement of Poverty", *Economic Journal*, 97, pp 160-170.
- VECERNIK, J. (1992) "Income Inequality in Czechoslovakia - two years after", Paper prepared for the LIS-AID East-West Project Workshop, Walferdange.
- VECERNIK, J. (1992) "Poverty in Czechoslovakia: Objective and Subjective Measurement", Paper prepared for the 1992 LIS Summer Workshop, Walferdange.
- VECERNIK, J. (1991) "Earnings Distribution in Czechoslovakia: Intertemporal Changes and International Comparison", *European Sociological Review*, vol. 7, n° 3, pp 237-251.
- VICTORIA-FESER, M.P. (1993) "Robust Estimation of Income Distribution Models", Working Paper DARP-4, Suntory-Toyota Centre for Economics and Related Disciplines, London.
- VILLENEUVE, A. (1984) "Construire un Indicateur de Précarité: les étapes d'une démarche empirique", *Economie et Statistique*, 168, pp 93-105.

- VON ROSENBLADT (1990) "European Community Household Panel - Monitoring Economic and Social Dynamics in Europe after 1992", Infratest Sozialforschung, Munich.
- WALKER, A. (1997) "Poverty and Income Distribution in Britain 1979-89", in I. Taylor (ed), *The Social Effects of Free Market Policies*, Harvester Wheatsheaf .
- WALKER, R. (1988) "Potential Biases in Indicators of Poverty", Doc Pov. n° 17, Statistical Office of the EC.
- WEMANS, L. *et al* (1993) *Estudo de Viabilidade sobre a Análise dos Impactos da Política Macro-económica na Exclusão Social*, CESIS, Lisboa.
- WHELAN, B. (1992) "A Study of Non-monetary Indicators of Poverty in the EC", EUROSTAT Doc.Pov 53/92.
- WHITEFORD, P. e HICKS, L. (1992) "The Cost of Lone Parents: Evidence from Budget Standards", Family Budget Unit, WP n°16, University of York.
- WORLD BANK (1980) *World Development Report, 1980* - "Pobreza e Desenvolvimento Humano", in M. Silva (ed), *Desenvolvimento Económico e Repartição do Rendimento*, Editorial Estampa, 1983.
- WORLD BANK (1990) *World Development Report on Poverty*, Oxford University Press.
- WRIGHT, R.E. (1992) "A Feminisation of Poverty in Great Britain?", *Review of Income and Wealth*, vol. 38, n° 1 , pp 17-25.
- WRIGHT, R. (1992) "Household Structure and the Measurement of Poverty", LIS Working Paper 75.
- YU, A. (1992) "Low Cost Budget Standards for Three Household Types", Family Budget Unit, WP n° 17, University of York.
- ZAIDI, A. (1992) "Relative Poverty in Pakistan - estimation from the Household Income and Expenditure Survey (1984-85)", Institute of Social Studies WP n° 119.
- ZAIDI, A. (1991) "Comparison of Household Budget Surveys with Labour Force Surveys", EUROSTAT Doc.Pov 41/91.
- ZIESEMER, T. (1990) "Public Factors and Democracy in Poverty Analysis", *Oxford Economic Papers*, 42, pp 268-280.

